



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 95, TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2025

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**

Presidente

**Senador Eduardo Gomes (PL-TO)**

1º Vice-Presidente

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**

2º Vice-Presidente

**Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)**

1ª Secretária

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**

2º Secretário

**Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)**

3ª Secretária

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Danilo Augusto Barboza de Aguiar**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**  
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**  
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**  
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Gleison Carneiro Gomes**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Celso Dias dos Santos**  
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 64ª SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 16 DE JUNHO DE 2025

1.1 – ABERTURA ..... 11

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a debater o papel da ciência, tecnologia e inovação na prevenção e mitigação de futuros desastres e enchentes no Rio Grande do Sul e, na oportunidade, homenagear as vítimas dessa tragédia, nos termos do Requerimento nº 245/2025, do Senador Astronauta Marcos Pontes e outros Senadores. 11

1.2.1 – Discurso do Presidente (Senador Astronauta Marcos Pontes) ..... 11

1.2.2 – Oradores

Sr. Carlos Pereira, especialista em agricultura de precisão ..... 14

Sr. Lélío Brito, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista em engenharia resiliente ..... 17

Sr. Flavio Pereira Kapczinski, Pesquisador brasileiro na área de saúde e membro titular da Academia Brasileira de Ciências ..... 20

Sr. Marcelo Schneider, Meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) ..... 23

Sr. Marcelo Seluchi, representante da Diretora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ..... 25

Sr. Laercio Massaru Namikawa, Pesquisador e tecnologista sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) ..... 29

Sra. Marcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ..... 34

Sr. Osvaldo Moraes, Diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ..... 37

Sra. Marcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ..... 40

Sr. Carlos Pereira, especialista em agricultura de precisão ..... 40

Sra. Marcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ..... 41



Sr. Laercio Massaru Namikawa, Pesquisador e tecnologista sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) .....	43
1.3 – ENCERRAMENTO .....	44
<b>2 – ATA DA 65ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE JUNHO DE 2025</b>	
2.1 – ABERTURA .....	46
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
<b>2.2.1 – Oradores</b>	
Senador Plínio Valério – Necessidade de apuração de possíveis excessos durante operações realizadas por órgãos de proteção ambiental, como o Ibama e o ICMBio, nos Estados do Acre, Pará e Amazonas. Defesa da PEC nº 16/2019, de autoria de S.Exa. e outros Senadores, que dispõe sobre o processo de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e fixa os respectivos mandatos em 8 anos. ....	46
Senador Humberto Costa – Preocupação com a desinformação promovida pelas redes sociais e seus impactos políticos. Defesa das conquistas, especialmente econômicas e sociais, do atual Governo Lula. Críticas contra a atuação da extrema direita brasileira por, supostamente, distorcer a realidade com narrativas emocionais para desestabilizar instituições e deslegitimar avanços sociais. ....	50
Senador Izalci Lucas – Contestação quanto à validade da delação do Sr. Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-Presidente Jair Bolsonaro, no âmbito das investigações sobre os atos de 8 de janeiro de 2023, e defesa da libertação dos envolvidos. Apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 314/2025, que visa a sustar os efeitos do decreto que altera as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Críticas à condução econômica e à política educacional do atual Governo. Lamento pela rejeição do relatório final da CPI das Bets, que propunha o indiciamento de envolvidos no mercado de apostas on-line. ....	54
Senador Eduardo Girão – Críticas ao Projeto de Lei Complementar nº 177/2023, que propõe a ampliação do número de Deputados Federais, com destaque para o possível impacto fiscal e orçamentário da medida. ....	58
Senador Marcos Rogério – Indignação com o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) proposto pelo Governo Federal. Comparação entre os resultados fiscais dos Governos Lula e Bolsonaro. ....	61
<b>2.2.2 – Convocação de sessões</b>	
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para 17 de junho, às 12 horas. ....	67
Convocação de sessão deliberativa extraordinária para 17 de junho, às 16 horas. ....	67
2.3 – ENCERRAMENTO .....	67

## PARTE II

### 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

#### 3.1 – EXPEDIENTE

##### 3.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 552 e 610/2021; e 340/2024. ..	69
---	----





Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Comunicação e Direito Digital, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 468/2024. .... 70

### 3.1.2 – Comunicação

Do Senador Eduardo Girão, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 18 a 23 de junho (Ofício nº 128/2025). .... 72

### 3.1.3 – Encaminhamentos

Encaminhamento do Projeto de Resolução nº 1/2024; e dos Projetos de Lei nºs 150/2021; 1157, 1163 e 1165/2025, às Comissões competentes. .... 74

Encaminhamento dos Projetos de Lei nºs 907, 2996, 3191 e 3339/2024; e 2672/2025; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2025, às Comissões competentes. .... 75

Encaminhamento dos Ofícios nºs 95, 96, 97, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139 e 140/2025, da Câmara dos Deputados, à Comissão de Comunicação e Direito Digital. .... 76

### 3.1.4 – Indicações

Nº 33/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *sugere ao Ministério das Comunicações a criação de campanhas periódicas de comunicação pública sobre os riscos do jogo compulsivo*. . 82

Nº 34/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *sugere ao Ministério das Comunicações a criação de um portal oficial com informações acessíveis e organizadas sobre o transtorno do jogo e estratégias de prevenção*. .... 88

Nº 35/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *sugere ao Ministério da Educação a inclusão na Base Nacional Comum Curricular de conteúdos sobre educação financeira, com ênfase no desenvolvimento do pensamento crítico, sobre comportamento de risco e saúde mental, bem como a criação de programas de formação para educadores, psicólogos escolares e orientadores pedagógicos*. . 91

Nº 36/2025, do Senador Izalci Lucas, que *sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, a elaboração e a implementação de regulamentação estrita para as instituições financeiras e de pagamento que processam transações para o setor de apostas*. .. 98

Nº 37/2025, do Senador Izalci Lucas, que *sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), que promova, em diálogo com os Estados e o Distrito Federal, o desenvolvimento de um sistema de governança nacional para o setor de loterias*. .... 101

Nº 38/2025, do Senador Izalci Lucas, que *sugere ao Poder Executivo Federal a alocação de recursos orçamentários significativos para dotar a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a Receita Federal do Brasil, a Polícia Federal e os Ministérios Públicos de infraestrutura tecnológica de ponta e de programas contínuos de capacitação para seus agentes*. .... 104

Nº 39/2025, do Senador Luis Carlos Heinze, que *sugere ao Ministério da Justiça que encaminhe ao Congresso Nacional um Projeto de Lei instituindo a Lei Orgânica Nacional da Polícia Penal*. .... 107

Nº 40/2025, do Senador Izalci Lucas, que *sugere ao Poder Executivo Federal o estabelecimento e fortalecimento de protocolos formais de cooperação e intercâmbio de informações em tempo real entre todos os órgãos de fiscalização e controle em nível nacional do setor de apostas online*. .... 112



Nº 41/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Ministério da Fazenda a exigência, por meio de regulamentação detalhada, de que todas as plataformas de apostas licenciadas no Brasil implementem procedimentos para monitorar padrões de apostas e transações, com comunicação obrigatória ao COAF.</i>	115
Nº 42/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo Federal a implementação de restrições à publicidade de apostas.</i>	119
Nº 43/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Ministério da Fazenda a exigência de que todas as plataformas de apostas licenciadas ofereçam ferramentas de jogo responsável.</i>	123
Nº 44/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo Federal a destinação de um percentual da arrecadação tributária proveniente do setor de apostas para a criação e o custeio de programas nacionais de prevenção da ludopatia.</i>	127
Nº 45/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo Federal o desenvolvimento e a veiculação, em múltiplos canais de comunicação, de campanhas educativas de alerta sobre jogos.</i>	131
Nº 46/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo a implementação de mecanismos tecnológicos e regulatórios eficazes e auditáveis para impedir, na origem, o uso de recursos financeiros provenientes de programas sociais (como Bolsa Família, BPC, etc.) em qualquer tipo de plataforma de apostas.</i>	135
Nº 47/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo a obrigação de que as empresas de apostas licenciadas publiquem, anual ou semestralmente, relatórios detalhados e padronizados sobre suas operações no Brasil.</i>	139
Nº 48/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo a criação de um canal de denúncias unificado, seguro, anônimo (se desejado pelo denunciante) e de fácil acesso para que consumidores, ex-funcionários do setor e a sociedade civil em geral possam reportar irregularidades, práticas abusivas, suspeitas de fraude, manipulação de resultados ou falhas nos mecanismos de proteção ao jogador.</i>	143
Nº 49/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo a implementação de mecanismos claros e ágeis para a responsabilização cível (indenização por danos), administrativa (multas, suspensão ou cassação de licenças) e criminal de empresas do setor de apostas, seus diretores, beneficiários finais e influenciadores digitais que comprovadamente atuem de forma ilegal, fraudulenta, ou que, por ação ou omissão, causem danos aos consumidores, à saúde pública ou à ordem econômica e social.</i>	147
Nº 50/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo a criação de um observatório ou sistema nacional, com participação de órgãos governamentais, universidades, instituições de pesquisa e sociedade civil, para monitorar continuamente os impactos sociais e econômicos do setor de apostas.</i>	151
Nº 51/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo o incentivo e financiamento de pesquisas científicas independentes sobre os diversos aspectos do fenômeno das apostas online no Brasil.</i>	155
Nº 52/2025, do Senador Izalci Lucas, que <i>sugere ao Poder Executivo a instituição de um mecanismo de revisão periódica (a cada dois ou três anos, por exemplo) da legislação e da regulamentação do setor de apostas.</i>	159
<b>3.1.5 – Projetos de Decreto Legislativo</b>	
Nº 335/2025, do Senador Wellington Fagundes, que <i>susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que “altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF”.</i>	164



Nº 336/2025, do Senador Marcos Rogério, que *susta os efeitos da Portaria nº 805, de 9 de junho de 2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária, que institui o Programa Nacional de Rastreabilidade de Agrotóxicos e Afins (PNRA)*. ..... 168

### 3.1.6 – Projetos de Lei

Nº 2877/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações e a responsabilização dos provedores de conexão à internet e dos prestadores dos demais serviços habilitadores de conectividade pelo acesso a provedores de aplicações que disponibilizam conteúdos apontados como infringentes*. ..... 174

Nº 2878/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *institui o Fundo Nacional para o Combate às Plataformas Ilegais de Apostas (FNCPI)*. ..... 180

Nº 2879/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer a duração mínima para as apostas de quota fixa e vedar a funcionalidade de jogo automático (autoplay)*. ..... 186

Nº 2880/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a concessão de promoções, recompensas ou programas de fidelidade aos apostadores*. ..... 190

Nº 2881/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para proibir modelos de remuneração variável em ações de comunicação, publicidade e propaganda de apostas de quota fixa*. ..... 194

Nº 2882/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para aprimorar o dever de transparência dos agentes operadores sobre as atividades de jogo dos apostadores*. ..... 199

Nº 2886/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para criminalizar a divulgação de propaganda de apostas de quota fixa em desconformidade com a legislação*. ..... 204

Nº 2887/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a participação em aposta de quota fixa, na condição de apostador, de pessoa inscrita no Cadastro Único do Governo Federal*. ..... 208

Nº 2888/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para criminalizar a viabilização de transferência de valores entre apostadores e agente não autorizado a operar no Brasil*. ..... 213

Nº 2889/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para instituir o Cadastro Nacional de Apostas (CNA) e a Plataforma Nacional de Auditoria e Monitoramento de Jogos de Azar (PNAMJA)*. ..... 217

Nº 2890/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que *altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para criminalizar a exploração de apostas de quota fixa sem autorização*. ..... 223



Nº 2891/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que <i>altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer horário limitado para a oferta e exploração de apostas de quota fixa.</i> .....	227
Nº 2892/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que <i>altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para restringir as apostas de quota fixa a eventos reais de temática esportiva.</i> .....	232
Nº 2893/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que <i>altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer a obrigação dos agentes operadores de apostas de oferecer recursos educativos sobre os riscos do jogo.</i> .....	237
Nº 2894/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que <i>altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer que a proteção da saúde pública como princípio fundamental e norteador da regulação das apostas de quota fixa, que prevalecerá sobre quaisquer interesses econômicos ou arrecadatários.</i> .....	241
Nº 2895/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que <i>altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para instituir o dever das instituições financeiras de disponibilizar aos seus clientes funcionalidade para autolimitação e bloqueio de transações destinadas a operadores de apostas.</i> .....	246
Nº 2896/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que <i>altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a retenção na fonte, pelos agentes operadores, do Imposto sobre a Renda incidente sobre os prêmios obtidos em apostas de quota fixa.</i> .....	251
Nº 2899/2025, do Senador Jorge Kajuru, que <i>altera o art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre medidas de prevenção de fraudes em relação aos descontos dos benefícios da Previdência Social.</i> .....	255

### 3.1.7 – Projeto de Lei Complementar

Nº 131/2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros Senadores, que <i>altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para fixar alíquotas máxima e mínima de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre exploração da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, bem como vedar a dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das despesas com comunicação, publicidade e marketing relacionadas à exploração da atividade.</i> .....	261
---	-----

### 3.1.8 – Requerimentos

Nº 456/2025, do Senador Wellington Fagundes e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial, a fim de celebrar os 60 anos da fundação da Rede Matogrossense de Comunicação (RMC). .	268
Nº 457/2025, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, requer a realização de Sessão de Debates Temáticos sobre “A Precarização das Relações de Trabalho: Pejotização; Terceirização e Intermediação”.	272
Nº 458/2025, do Senador Eduardo Girão, requer a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei Complementar nº 177/2023. ....	276
Nº 459/2025, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 4.497/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal. ....	279
Nº 460/2025, do Senador Zequinha Marinho, requer voto de aplauso à Igreja Assembleia de Deus, pelos seus 114 anos de fundação. ....	282



Nº 461/2025, do Senador Zequinha Marinho, requer oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei nº 1.855/2022. .... 286

Nº 462/2025, do Senador Jaime Bagattoli, requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 986/2025 com o Projeto de Lei nº 4497/2024. .... 289

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL ..... 292

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA ..... 295

6 – LIDERANÇAS ..... 296

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS ..... 299

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO ..... 304

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES ..... 305

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS ..... 349



Ata da 64ª Sessão, de Debates Temáticos,  
em 16 de junho de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência do Sr. Astronauta Marcos Pontes.*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 25 minutos e encerra-se às 12 horas e 54 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão de debates temáticos foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 245, de 2025, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a receber os seguintes convidados, a fim de debater o papel da ciência, tecnologia e inovação na prevenção e mitigação de futuros desastres e enchentes no Rio Grande do Sul: nós temos o Senador Izalci Lucas, aqui do meu lado; o Sr. Carlos Pereira, Especialista em Agricultura de Precisão; o Sr. Lélcio Brito, Professor Adjunto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Especialista em Engenharia Resiliente; o Sr. Flávio Pereira Kapczinski, representante da Academia Brasileira de Ciências; o Sr. Marcelo Schneider, Meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia, que está remoto; o Sr. Marcelo Seluchi, representando a Diretora do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Sra. Regina Alvalá, também remoto; Sr. Laércio Massaru Namikawa, Pesquisador e Tecnologista Sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); a Sra. Márcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Sr. Osvaldo Moraes, Diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Sr. Wolnei Wolff Barreiros, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos para o andamento da sessão. Inicialmente, será dada a palavra aos convidados por até dez minutos. Aliás, eu já ressalto que tem uma campainha no final; faltando um minuto, vai ter algo como isto.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discursar - Presidente.) – Mas lembrem que não sou eu que fico tocando aqui, não, o sistema é automático. Senão ficam falando: “O cara é chato demais”. Não é, não. Isso é bom para lembrar que falta pouco tempo. E também tem os tempos ali, dá para ir acompanhando; quem está falando ali no púlpito pode acompanhar o tempo.

Após a fala de todos os convidados, será aberta a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dispondo cada Senador de cinco minutos para as suas perguntas.

Lembro que também os cidadãos que nos acompanham, via TV Senado ou via redes do Senado, podem participar e devem participar desta sessão de debates temáticos através do endereço do Portal do Senado, [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania) – de novo: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania) –, esse é um serviço que propicia que as pessoas entrem na audiência ao vivo aqui conosco, vamos chamar assim, e participem com perguntas aos nossos debatedores –; ou também pelo telefone 0800 0612211 – de novo, 0800 0612211. É importante a participação da população.

Primeiro, antes de ler este discurso, eu gostaria de agradecer a presença de cada um dos senhores e das senhoras que estão aqui hoje acompanhando presencialmente ou remotamente, e também àqueles que nos acompanham pelas redes do Senado e pela TV Senado.

Esse é um tema de extrema importância para o Brasil. Nós concentramos isso com relação à mitigação de desastres naturais com o Rio Grande do Sul, mas lembro que tudo isso é válido para qualquer lugar do Brasil.

Nós temos as mudanças climáticas acontecendo. Aqueles que negam a existência das mudanças climáticas deveriam pensar um pouquinho mais, raciocinar com a lógica, porque é importante que nós





tomemos providências. Eu já ouvi algumas pessoas falarem que é o ciclo natural da Terra e coisas assim. Não sou pesquisador do setor, mas, mesmo que seja, a melhor providência que a gente pode tomar é a redução de gases. Melhorar a nossa ciência, a tecnologia, a produção e o uso de energia renovável só faz bem. Eu acho que não se perde nada fazendo isso.

O fato de que nós temos muitos desses eventos acontecendo com mais frequência e com mais intensidade... A gente viu no Rio Grande do Sul e provavelmente vai ver em outros lugares problemas de enchentes, deslizamentos de terra, secas também, incêndios por causa das secas, então, a gente precisa tomar providências, e acredito que a melhor coisa é usar a ciência para isso.

Portanto, agradeço muito aos nossos pesquisadores, agradeço ao reitor aqui também, a todos os pesquisadores aqui e àqueles que trabalham nesse tema.

Eu estava conversando hoje sobre isso – não é, Marcelo? – e disse que, se eu fosse Presidente da República, uma coisa que eu iria fazer, com certeza, era ter conselhos de pesquisadores para cada um dos nossos problemas que a gente precisa resolver aqui no Brasil. Eu lembro que eu tive isso no Ministério de Ciência e Tecnologia, e, quando começou, ou antes de começar a pandemia, no dia 10 de fevereiro de 2020 – ou seja, um mês antes da declaração da pandemia, que foi no dia 11 de fevereiro –, nós juntamos, graças à interferência positiva do Dr. Marcelo Moraes, que era o nosso Secretário de Pesquisa, grupos de pesquisadores, cientistas, especialistas em viroses emergentes – lembrando que eu sou engenheiro aeronáutico, não é minha área a de viroses emergentes, obviamente – na chamada Rede Vírus - MCTI, que, se procurar na internet, continua ativa. E isso é muito importante, porque é um conselho técnico composto por esses pesquisadores que nos deram tudo o que fazer no Ministério de Ciência e Tecnologia durante a pandemia. Para quem não conhece, pesquise aí, para ver quanta coisa foi feita no ministério graças a esses pesquisadores que deram a direção para a gente seguir.

Eu lembro bem que falei com eles, na sala de reuniões lá do Conselho, assim: “Olha, eu não tenho o conhecimento – vocês têm o conhecimento desse assunto –, mas eu tenho a caneta aqui, como Ministro. Então, do que vocês falarem eu assino embaixo aqui”. Eu acho que a gente tinha que fazer isto em todas as áreas do país: usar o nosso conhecimento para dirigir este país de uma forma pragmática e científica, vamos chamar assim.

Eu falei tudo isso para agradecer a cada um dos senhores e das senhoras que estão conosco hoje, porque isso aqui certamente vai ajudar a salvar muitas vidas. Então, deixem-me dar uma olhada nesse discurso aqui e continuamos com a sequência. Vamos lá.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, autoridades presentes, representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membros dos Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Agricultura, especialistas, pesquisadores e demais convidados, com um profundo senso de dever, eu abro esta sessão de debates temáticos, em nome do Senado Federal, numa data que carrega consigo um peso simbólico emocional.

Completa-se exatamente hoje um ano desde que o Rio Grande do Sul foi duramente atingido pelas enchentes de abril de 2024, uma tragédia que entrou para a história do Brasil, não apenas pela sua magnitude, mas pela forma como expôs as fragilidades do nosso sistema de prevenção e resposta a desastres. Foram 184 vidas perdidas, centenas de milhares de pessoas impactadas diretamente, bairros inteiros submersos, serviços interrompidos, empresas destruídas. E o mais grave: um sofrimento psicológico que ainda se impõe sobre a população atingida. A dor de quem perdeu entes queridos, de quem viu sua casa, seu bairro, sua lavoura serem varridos pelas águas não desaparece em semanas ou meses. Ela se prolonga silenciosa, exigindo do estado não apenas solidariedade simbólica, mas também respostas estruturais e consistentes.

Hoje, esta Casa presta homenagem às vítimas, mas vai além, abre espaço para o conhecimento



científico, a escuta técnica e o planejamento de políticas públicas que possam nos permitir dizer, com convicção, que estamos trabalhando para que os desastres desse tipo não se repitam com a mesma intensidade e desamparo. Nós não podemos controlar a natureza, mas a gente pode controlar o que a gente pode prevenir. Isso a gente pode, com certeza, e deve fazer.

Senhoras e senhores, como astronauta e engenheiro, aprendi que segurança é sempre fruto de planejamento, dados confiáveis, sistemas de alerta eficazes e decisões bem informadas. Assim como uma missão espacial, onde qualquer falha pode ser fatal, na gestão de riscos climáticos, a negligência custa muitas vidas.

Foi com essa convicção que apresentamos, após oito meses de trabalho técnico com cientistas e especialistas, inclusive muitos do Cemaden – cadê o Osvaldo, está aí? Lá da época do Cemaden também –, o Projeto de Lei nº 5.002, de 2023, que institui a Política Nacional de Gestão Integral de Riscos de Desastres. Este projeto complementa e aperfeiçoa a Lei 12.608, de 2012, que trata da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, ao oferecer um novo modelo de governança e integração sistêmica, baseado em evidências e focado em três pilares: antecipação, coordenação e reconstrução inteligente. O projeto cria, ainda, o Sistema Nacional de Gestão Integral de Riscos e o Sistema de Informações sobre Gestão de Riscos de Desastres Naturais, dois instrumentos fundamentais para garantir a interoperabilidade entre os órgãos de integração de dados e respostas coordenadas entre os níveis federal, estadual e municipal.

Essa proposta não é apenas normativa, ela é estratégica, porque antecipa o inevitável. Os eventos climáticos extremos serão mais frequentes, mais intensos nos próximos anos e somente com base em ciência, tecnologia e inovação poderemos proteger nossas populações e o nosso território.

Este debate tem como eixo seis temas científicos estruturantes. E agradeço a todos os especialistas que aceitaram contribuir com suas reflexões e conhecimento. Teremos apresentações sobre monitoramento climático e sensoriamento remoto, do Inpe, para compreender os avanços na vigilância ambiental e o uso de dados satelitais; sistemas de alerta precoce e cobertura de risco, do Cemaden, essenciais para decisões antecipadas e proteção de vidas; precisão meteorológica aplicada à resposta emergencial, pelo Inmet, para garantir que a informação chegue no tempo certo, com confiabilidade; resiliência em saúde com foco em saúde mental, porque os impactos de um desastre ultrapassam o físico e se refletem na saúde emocional da população, que tem consequências sérias depois, em todo o desenvolvimento; engenharia civil e reconstrução resiliente, para repensarmos o modo como construímos e protegemos nossas cidades; planejamento territorial e agricultura de precisão, como ferramenta estratégica para uso racional do solo e prevenção de novas tragédias. Não se trata de um debate apenas técnico, mas de um pacto de responsabilidade entre a ciência e a política. Cada um desses temas dialoga com um aspecto do problema e, juntos, formam uma base sólida para uma nova abordagem de enfrentamento a desastres no Brasil. Senhoras e senhores, a tragédia no Rio Grande do Sul também revelou falhas graves de gestão, como desatualização de sistemas de contenção, ausência de manutenção de comportas e drenagem urbana, extinção de órgãos técnicos locais e descontinuidade de políticas. Não podemos ignorar os fatos. O que está em jogo é a vida de milhares de brasileiros em todo o território nacional.

Esta sessão não é apenas um fim em si mesmo, ela é parte de um movimento mais amplo. Queremos que, deste encontro, surjam recomendações concretas que vão compor um documento técnico-político com diretrizes para o país. Esse documento será entregue ao Senado, ao Governo Federal e às autoridades estaduais, servindo de base para ações legislativas, executivas e interinstitucionais.

É com esse espírito que abrimos hoje esta sessão de debates temáticos. O Senado está fazendo sua parte, ouvindo, articulando e legislando com base no conhecimento. É isto que o país espera de cada um de nós: seriedade e compromisso com o futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



Neste momento, dando sequência, eu concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ah, você quer falar depois? *(Pausa.)*

Ele vai falar depois, então, no final.

Então, eu concedo a palavra ao Sr. Carlos Pereira, Especialista em Agricultura de Precisão, por até dez minutos.

**O SR. CARLOS PEREIRA** (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes, Izalci. Tive a oportunidade, durante a época da Embrapii, de interagir muito com ambos em prol da ciência, tecnologia e inovação.

A minha fala... Eu fui convidado para falar um pouco do tema agricultura digital e como a agricultura digital pode auxiliar nesses momentos.

Vou pedir que passe e coloque a minha apresentação, por favor. *(Pausa.)*

Iniciando, como falado pelo Senador, os problemas climáticos que vivemos no Rio Grande do Sul – eu sou morador da cidade de Canoas, uma das cidades mais afetadas – não foram os primeiros, a gente tem as fotos ali, inclusive, de 50 anos ou um pouco mais atrás, e também não serão os últimos. E, como bem falado, aqui a ideia é discutir um pouco caminhos, como é que a ciência, a tecnologia e a inovação podem ajudar nessa prevenção e indicar caminhos de como melhor enfrentá-los.

Se a gente olha aqui a questão da agricultura, um pouco na documentação das Nações Unidas sobre quais as causas justamente dos desastres climáticos, a gente vê que em grande parte aparece também a questão do efeito estufa, provocado pela emissão de gases. E, obviamente, aí dentro dessa linha, a agricultura aparece como uma vilã, porque se fala muito da questão de áreas que são derrubadas para colocar pastagens e plantações, da questão também de todo o problema de tratamento com uso de pesticidas, fertilizantes. Por outro lado, a gente não pode esquecer que a população mundial cresce – e aí as previsões: bastante grande – e a gente tem que ver a questão de alimentação. Aí fica-se neste dilema: como conseguir produzir mais de uma forma sustentável?

E é um pouco nessa linha que eu vou colocar justamente a visão da agricultura digital. Eu uso o termo agricultura digital em vez da de precisão, porque precisão é algo muito mais focado só dentro justamente das fazendas, aqui é uma visão um pouco mais ampliada do uso das tecnologias para poder ter essa rastreabilidade, essa otimização dos processos usados na agricultura. Então, vou trazer a apresentação, que depois vou deixar disponível também para vocês. Aqui comento um pouco sobre isso.

Na parte inicial, a agricultura digital acaba disponibilizando essas técnicas, aumentando a produtividade das fazendas. Com isso, a gente consegue – vou mostrar gráficos depois – produzir mais alimentos praticamente mantendo a mesma área plantada. Isso é um ponto bastante importante. Há a questão do uso de recursos naturais, como a água na questão da irrigação, como um dos aspectos; a questão do monitoramento de pragas e doenças de forma antecipada, também, com isso, conseguindo reduzir o número de insumos como pesticidas e fertilizantes que precisam ser utilizados; e a redução do impacto ambiental do ponto de vista geral. Então, aqui, de novo, a ideia de ter uma agricultura digital é a gente poder desenvolver tecnologias que são usadas muito baseadas na questão de ter sensores que geram informações e que permitem, então, com posse dessas informações, levantar dados e, com esses dados, ajudar na tomada de decisão e justamente na otimização dessas tomadas.

E aqui, obviamente, é a visão que eu tenho – trago aqui muito a visão de um engenheiro, também sou engenheiro – do ponto de vista de como essas tecnologias que ficam embarcadas nos dispositivos, nas máquinas agrícolas, nos sensores, nos dispositivos de plantadoras e outros podem contribuir para



minimizar esses problemas.

Aqui, se a gente for analisar hoje as máquinas agrícolas, para pegar um exemplo, contêm uma série bastante grande de elementos – sensores embarcados, eletrônica embarcada – que permitem hoje fazer uma atuação bastante precisa do ponto de vista das intervenções que precisam ser feitas.

Eu vou procurar ser bem pragmático aqui e trazer alguns exemplos. Grande parte das fotos é exemplo de projetos desenvolvidos.

A gente pega, inicialmente, a parte aqui de benefícios ambientais, por exemplo, com a questão de irrigação. Então, há sistemas como os sensores que podem determinar a questão de umidade do solo, há a questão da própria construção dessas fazendas de forma a usar o solo da melhor forma possível, para o solo poder ajudar, inclusive, na retenção das águas quando caem – a gente vai mostrar um pouco isso depois também.

E, aí, a gente vai para outra parte, pensando justamente nisso. Aqui são só uns dados e, particularmente, um motivo de bastante orgulho para nós brasileiros. O Brasil, na área de agricultura, particularmente a agricultura de precisão digital, é um exemplo a ser seguido, em função do aumento de produtividade obtida.

Aqui, são dados de algumas culturas. E o que o gráfico em cima mostra, de forma interessante, é que, apesar de que a produção de alimentos no Brasil continua crescendo e consegue, com isso, acompanhar a tendência de crescimento populacional. O que a gente vê em azul lá é a área agricultável, que se mantém mais ou menos constante; e, em vermelho, seria o que está se salvando e se economizando de áreas que não são necessárias, então, derrubar para fazer pastagens e plantações. Então, a gente acaba sendo um exemplo bastante grande nesse ponto.

E, aqui, a gente traz alguns exemplos que vou trazer da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradeço o convite da Reitora para representar a unidade. A gente tem, por exemplo, dentro da Faculdade de Agronomia, vários usos do ponto de vista de fenotipagem de alto rendimento, adubação nitrogenada em taxa variável.

Isso aqui são fotos da nossa fazenda experimental, onde são usadas e verificadas essas tecnologias, conseguindo-se resultados bastante interessantes, do ponto de vista dessa...

Aqui, é um exemplo também interessante de fenotipagem de alto rendimento de genótipos de soja, com tolerância ao alagamento, justamente esse estudo de, caso eu tenha uma área alagada, qual o impacto isso vai dar justamente, por exemplo, nas plantações, que vão gerar o alimento posteriormente. Esse é um trabalho também bastante interessante, feito por pesquisadores lá da nossa faculdade.

E por que eu trago esse exemplo? Eu não sou agrônomo, sou engenheiro; mas, se a gente for olhar, muitas ferramentas que são utilizadas são ferramentas de tecnologia da informação e comunicação – o uso de *drones*, o uso de câmeras hiperespectrais, o uso de sensores – que permitem esse estudo e essa identificação, para, com bases científicas, poder se analisar e, com base no crescimento das plantas, se ter uma ideia de qual vai ser a produtividade, qual determinado componente que precisa ser colocado para se conseguir ter, então, uma boa produtividade.

E eu vou trazer aqui um exemplo, Ministro – o Senador, na época, era Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, e o próprio Senador Izalci também trabalhou bastante nisso –, que são os centros de competência Embrapii. É um modelo um pouco diferente das unidades Embrapii, que é um centro que forma e que procura, dentro desses centros... A gente tem um no Rio Grande do Sul, que é o Centro em Agricultura Digital, que aqui também estou representando, que é o centro que congrega, então, a questão da ciência, a formação de recursos humanos, a capacidade de reunir empresas de base tecnológica, as chamadas de *deep techs*, atraindo, acelerando ou criando essas empresas; e tem parcerias, o que acaba sendo um *hub* de inovação com a interação de várias universidades, particularmente com a Universidade Federal do Rio



Grande do Sul. E lá estão se desenvolvendo projetos do tipo de inteligência artificial embarcada, que a gente chama de IA na Borda, em que você pode, por exemplo, fazer uma aplicação de fertilizante à taxa variável, em que você reconhece o tipo da doença na parte específica daquela plantação e faz a aplicação bastante precisa.

Aqui, é um outro projeto também contando para a estimativa de qualidade da soja, um outro produto que, hoje em dia, tem alto valor agregado, até para a produção de biodiesel, para biocombustíveis.

Aqui, é só para demonstrar um outro projeto que tem. Então, a ideia aqui é, justamente, incorporar para que isso possa ser feito durante o próprio voo de um *drone* ou de um equipamento que esteja operando, não tendo que mandar e tomar essa decisão mais nas nuvens.

Um outro exemplo aqui interessante é a identificação de pragas. E aí é justamente o efeito da umidade, do excesso de umidade ou da sua ausência, para a questão da seca, como foi falado.

E aí há uma questão interessante: os algoritmos de inteligência artificial têm que ser treinados, e, se você for levar o ciclo natural, você vai demorar anos para conseguir o treinamento. Aqui se faz uso de imagens sintéticas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CARLOS PEREIRA** – ... que são geradas para se conseguir fazer isso. Então, é importante ressaltar isso.

E aí vem a questão do “C” indo para o “I” e para o “T”, ou seja, a ciência gera o conhecimento, e, a partir da transformação deste em tecnologias, estas são incorporadas em produtos de várias empresas parceiras – de novo –, empresas brasileiras que têm atuado nisso.

Aqui, só para mostrar também – eu não vou passar esse vídeo –, a gente pode pensar que isso é uma realidade distante. Isso aqui é um evento feito recentemente em Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul, com agricultores sobre o uso de *drones* em aplicação de pesticidas em taxa variável.

O último aspecto que eu queria trazer, que eu acho que também demonstra essa questão da importância do conhecimento do agro, é o papel – e faço até um agradecimento aqui – dos arrozeiros, que ficou bastante conhecido pela questão da inovação durante as inundações, pois atuaram de forma bastante célere, ajudando na questão da retirada das águas em vários locais.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CARLOS PEREIRA** – E aí, conversando justamente com um dos fazendeiros principais, ele dizia: “O conhecimento dos arrozeiros era de movimentação de grandes quantidades de água”. Então, com esse conhecimento, que era algo necessário na cidade para ajudar, eles foram lá e rapidamente conseguiram ajudar, não só no aeroporto de Porto Alegre – talvez o que deu mais impacto –, mas também nas cidades da região metropolitana.

E um dos aspectos interessantes é que eles geraram uma cartilha de conclusões de melhores práticas, coisas como a questão de onde colocar as bombas submersas, a questão de todos os pontos de fuga, de acesso, para recolhimento das pessoas. Então, justamente, eu acho que foi uma prova concreta ali, durante a inundação, de como a agricultura e como o conhecimento adquirido no agro pode e deve e consegue ajudar nessas situações.

Como conclusão, então, já finalizando em função do tempo, justamente o foco aqui foi um pouco nessa visão – e vou ficar à disposição para mais discussões – de como as tecnologias do conhecimento da agricultura digital podem ajudar nesses pontos.

*(Soa a campanha.)*



**O SR. CARLOS PEREIRA** – Existem competências – eu acho que este é um outro ponto importante – nas universidades, caso típico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde existem vários grupos de vários departamentos que trabalham nisso. E existem modelos que podem ser replicados e ampliados para ajudar nessa situação.

Com isso eu concluo. Espero ter mantido mais ou menos o tempo e agradeço a todos novamente o convite. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Carlos Pereira, Especialista em Agricultura de Precisão.

No momento, eu concedo a palavra ao Sr. Lélío Brito, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Engenharia Resiliente, por até dez minutos.

**O SR. LÉLIO BRITO** (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Saúdo os Ilmos. Srs. Senadores, o Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes.

Queria também agradecer o convite da Profa. Márcia Barbosa e dos outros colegas aqui para vir falar um pouco sobre a parte de ciência. Meu trabalho justamente vem muito focado na parte de infraestrutura, ou seja, voltado à parte de contribuições do que fizemos na universidade e também em relação a tudo que vem sendo feito na parte de infraestrutura viária, que é a minha área base de trabalho.

Bom, quero começar a apresentação trazendo a memória do que vimos nas ruas do nosso estado.

Esta é uma foto da BR-386, completamente destruída pelas forças das inundações de maio do ano passado. Foram 187 pontos de bloqueio registrados, e a capital de Porto Alegre ficou com o seu principal acesso isolado, sem possibilidades de entradas ou saídas por vários dias.

Nesse próximo eslaide, nós temos o aeroporto, que ficou fechado também – uma outra imagem bastante emblemática nossa –, que, em 4 de maio, iniciou seu fechamento por tempo indeterminado. E não foi exagero: foram 177 dias para que se iniciasse uma reabertura parcial.

Esses episódios não são exceção; são alertas. E a resposta precisa ser construída com base em conhecimento técnico, articulação institucional e planejamento.

No que auxiliamos então e o que temos de contribuições no que se refere à infraestrutura? Bom, no laboratório de pavimentação da nossa universidade, foram diversas ações que nós realizamos. Atuamos diretamente no apoio à concessionária Fraport, entre maio de 2024 e março de 2025, auxiliando na concepção da reconstrução da nova pista de pouso e decolagem do Aeroporto Salgado Filho. Enfrentamos um desafio inédito: conceber um pavimento em contexto sem precedentes, sem manuais ou experiências anteriores. Nossa contribuição envolveu cerca de 1,5 mil ensaios laboratoriais, discussões técnicas detalhadas e suporte dos engenheiros e consultores, muito disso enquanto a cidade ainda convalescia da inundação. Disponibilizamos a infraestrutura do nosso laboratório, articulamos especialistas e promovemos reuniões técnicas.

Nessa imagem podemos ver uma pequena erupção no pavimento da pista de pouso e decolagem, registrada poucos dias após o recuo das águas. É apenas um detalhe, mas apresenta um problema estrutural profundo que comprometeu múltiplas camadas da pista.

Esse trabalho conjunto é um exemplo claro de como a ciência, quando conectada aos desafios reais, pode oferecer respostas rápidas, embasadas e precisa estar presente desde o início das ações de enfrentamento e reconstrução.

Aqui eu trago a definição de resiliência. Resiliência pode ter diversas definições conforme o contexto, mas, de forma geral, o termo se refere à capacidade de resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se de adversidades, mantendo ou rapidamente retomando suas funções essenciais.

E, como professor, gostamos de ilustrar as coisas, não poderia ser diferente, eu trago aqui justamente um exemplo do que nós aplicamos naquele aeroporto; ou seja, esse é um material chamado de hima, asfalto



altamente modificado, que nós podemos justamente solicitar, e ele retorna à sua condição original, certo? Como vocês verão aqui, solicitado diversas vezes, ele sempre vai retornar.

Já essa outra área é de um asfalto convencional, convencionalmente utilizado em várias ruas do nosso país. Se nós fizermos a mesma solicitação e o puxarmos, vocês verão que ele não terá exatamente o retorno, ele vai ficar deformado assim para sempre. Isso mostra justamente o que nós precisamos trabalhar em termos de resiliência, como trabalhar justamente em tecnologia e transferir isso diretamente para a vida real. É importante e relevante conseguirmos fazer isso a uma curta, a uma rápida janela de tempo.

Aqui nós temos outros materiais que nós já temos desenvolvidos no Brasil, na nossa própria universidade. São tantas técnicas avançadas de materiais que poderão ser acelerados para o mesmo fim. Temos técnicas de autorregeneração em materiais asfálticos para pavimentos que permitem autocicatrização de trincas já desenvolvidas e já publicadas; materiais avançados como grafeno em conjunto com plástico reciclado, que permitem a ampliação da vida dos pavimentos de forma sustentável; e temos também geradores de energia que, a partir do peso dos próprios veículos gerado sobre o pavimento, são capazes de converter essa deformação em energia elétrica de baixa potência.

Estamos também desenvolvendo na universidade, com base nos episódios do ano passado, uma dissertação de mestrado, um modelo analítico para avaliação da vulnerabilidade de inundações – chamamos isso de Provar.

Através de uma parceria com a Universidade de Birmingham, na Inglaterra, e também utilizando um modelo calibrado de desastres naturais proposto pela escola suíça da ETH, essa proposta é desenvolvida no Lapav, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da UFRGS, através do modelo de financiamento do CNPq conhecido como Mestrado Acadêmico para Inovação, cujo propósito é desenvolver projetos de pesquisa mais aplicados à realidade e à necessidade do setor industrial brasileiro.

Essa pesquisa é desenvolvida justamente em três módulos. Ela propõe a criação de uma ferramenta computacional, com interface para o usuário final, de forma a possibilitar a avaliação da susceptibilidade da infraestrutura rodoviária de uma dada região a inundações causadas por diversos cenários de mudanças climáticas.

Aqui nós vemos um exemplo calibrado, com base nas inundações de 2024 do Rio Grande do Sul, agora aplicado para a região da Baixada Santista. É possível, com base na aplicação da ferramenta proposta, que o poder público alterne entre diferentes níveis de resiliência, para compatibilização com investimentos disponíveis do nível de criticidade aceitável para cada região. Na figura à direita, vemos como a região com mais potencial de inundação, identificada em escala em vermelho, usando uma escala de intensidade de 90%, é requerida frente a uma área mais limitada na escala de 30%, à esquerda; ou seja, mostramos os pontos críticos aos quais o governo justamente pode justamente dedicar a sua atenção e os seus recursos. E mapeamos isso hoje para nível Brasil, o que é uma das maiores dificuldades, fazer isso em macroescalas; grande parte desses estudos são feitos justamente para as áreas pequenas e microescalas.

Aqui também nós mostramos como é que os chamados modelos de caminhos socioeconômicos compartilhados (SSPs) podem impactar diretamente o clima. Se nós tivermos um SSP1, que descreve um modelo sustentável, com cooperação internacional e baixa desigualdade, nós temos justamente pequeno aumento esperado de impacto na temperatura. Já se nós formos para o SSP5, que representa um cenário de alto consumo de combustíveis fósseis, nós teremos um grande incremento de variação de temperatura do clima. Isso a gente já consegue acoplar ao nosso modelo e já consegue justamente prever as áreas, mapeando-as com as diferentes SSPs, trajetórias previstas da humanidade, dependendo de como os governantes conseguirem justamente alcançar as suas metas.

À direita a gente também mostra diversas ferramentas que podem ser utilizadas hoje para a criação do que nós chamamos de gêmeos digitais infraestruturas, permitindo então também uma melhor interlocução





entre poder público e o poder justamente de manutenção e atuação dentro das rodovias, permitindo que nós tenhamos rodovias resilientes.

O que mais nós fizemos?

Aqui nós temos uma série de ações que são mostradas, justamente feitas pela universidade, tanto pela Escola de Engenharia quanto pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Eu não poderia nomear todos, mas mostro: foram cartilhas de como se trabalhar, de como as pessoas receberam as suas casas de volta, em função do preparo de problemas eventuais elétricos, problemas de gás. Foram todos mapeamentos de tratamento de resíduos sólidos em função das enchentes. Diversas soluções foram trabalhadas para demonstrar justamente como é que nós poderíamos reagir frente aos problemas que nós estávamos enfrentando.

Elaboramos essas cartilhas, fizemos também uma ferramenta chamada de ReHabiLAR, desenvolvida por pesquisadores para apoiar agentes públicos na elaboração de laudos de edificações danificadas. E também os pesquisadores se deslocaram muitas vezes a áreas de risco para fazer laudos técnicos sobre encostas e terrenos com instabilidades.

Também, através do Ceped, que é o Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, mobilizamos dezenas de pesquisadores, reunindo a *expertise* de mais de cem laboratórios dentro da universidade para oferecer respostas técnicas ágeis e qualificadas às demandas urgentes do poder público.

Aqui nós temos, então, também mais algumas ações que foram feitas pelo IPH, que foram a parte de monitoramento...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. LÉLIO BRITO** – ... e disponibilização em tempo real de modelos hidrológicos e hidrodinâmicos, que foram fundamentais para a orientação dos órgãos de defesa, que gerou uma comunicação clara e eficiente em relação ao que os... permitindo direcionar esforços, otimizar recursos e ampliar a capacidade de resposta durante os momentos mais críticos da crise.

Não podemos esquecer também a disponibilidade de diversas equipes da universidade em relação aos serviços de resgate, amparo, levantamentos técnicos e uso de recursos físicos.

Então, isso são algumas imagens que mostram o esforço que os pesquisadores da UFRGS fizeram durante aquele momento e que certamente gerou uma grande quantidade de informações que podem justamente hoje ser replicadas para outros lugares.

E o que fazer agora com esse conhecimento? A nossa proposta, justamente hoje, quando a gente entende a necessidade da aproximação da academia em relação ao poder público, é garantir que nós tenhamos uma elevação do que chamamos de TRL, os *transportation research readiness levels*, que é a capacidade que nós temos de reduzir...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. LÉLIO BRITO** – ... esse vale da morte, garantindo que as tecnologias sejam aproximadas da indústria, ou seja, tudo aquilo que nós desenvolvemos na universidade, precisamos mais rapidamente que chegue até a indústria, permitindo que isso seja colocado em prática.

Então, aqui são algumas das nossas conclusões em relação ao que a universidade vem trabalhando: a resposta da universidade à emergência que vivemos foi imediata e eficaz; equipes se mobilizaram rapidamente, oferecendo apoio técnico e científico à sociedade e aos agentes públicos; essa atuação não foi pontual, reflete a presença de grupos com sólida *expertise* que não apenas dominam o conhecimento necessário em situações de crise, mas também têm a capacidade de liderar e trabalhar justamente com o avanço da ciência.



Queria agradecer a oportunidade de falar um pouco sobre todo o trabalho que nós temos desenvolvido e mais uma vez mostrar que o servidor público federal da universidade traz, sim, à sociedade uma grande parte do seu esforço, não apenas dedicando às horas de docência, mas também à parte da pesquisa, à extensão e ao convívio justamente também com a sociedade, transferindo essas tecnologias que nós lá estudamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Lélío Brito, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Especialista em Engenharia Resiliente.

Nós vimos esses dois exemplos já, da Embrapii com a Universidade do Rio Grande do Sul, de que nós temos ferramentas e soluções para serem aplicadas. O que nós precisamos neste país é que as autoridades de cada um dos níveis, Federal, estadual, municipal, realmente ouçam a ciência, atendam as ferramentas que nós temos e utilizem isso aí. Às vezes a impressão que eu tenho sempre no Brasil é que esse pessoal não quer trabalhar com um planejamento, ou não quer pensar no que pode dar errado – e muitas coisas podem dar erradas. Por isso que tem gerenciamento de risco; isso precisa ser pensado. Eu acho que sessões como esta têm um valor muito grande para levantar a consciência, mas a gente não pode parar por aqui. Isso aí vai gerar um estudo, e, depois aqui com as leis também, a gente tem maneiras de, entre aspas, “forçar que essas coisas sejam aplicadas”. A gente precisa ter essa maneira de pensar no Brasil.

Eu registro aqui também a presença do Sr. João Luiz Cesarino da Rosa, Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Obrigado pela presença.

Também registro a presença da Sra. Alcione de Azevedo, Presidente do Conselho Federal de Biologia, aqui conosco.

Neste momento eu concedo a palavra ao Sr. Flavio Kapczinski, representante da Academia Nacional de Medicina, por até dez minutos. (*Pausa.*)

**O SR. FLAVIO PEREIRA KAPCZINSKI** (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Senador Marcos Pontes, muito obrigado pelo convite para poder participar desta importante sessão.

Registro também a presença do meu confrade Marcelo Morales, da Academia Nacional de Medicina – muito obrigado, Marcelo, por ter nos ajudado neste planejamento –; e da nossa Magnífica Reitora Marcia Barbosa, que me convidou então para fazer esta apresentação em nome da nossa universidade.

Embora atuando na área da medicina, mais particularmente da psiquiatria, eu atualmente atuo como Pró-Reitor de Pesquisa, e gostaria de trazer para vocês o seguinte fato: as pessoas que apresentam transtorno de saúde mental não têm uma doença que fica lá no éter, é uma doença que está na cabeça, no cérebro, e o cérebro está no corpo, certo? Ninguém imagina que ter uma doença mental grave reduz a expectativa de vida em até 20 anos. Então, nós não estamos falando de algo que está lá na estratosfera, mas de algo que está afetando o corpo das pessoas. Felizmente, o Ministério da Saúde tem cada vez mais encarado os transtornos mentais na área das doenças crônicas não transmissíveis. Ter depressão por muito tempo traz a síndrome metabólica, que traz o infarto, que traz o AVC. Então, as quantidades mundialmente são números estratosféricos, e o grande desafio é como lidar com esta epidemia silenciosa que são as doenças mentais.

Vejam só aqui a taxa de suicídio no Brasil – então, a ponta do *iceberg* quando se fala em doença mental –: subindo, né? Em muitos países em que houve ações focadas para o tema da saúde mental – Austrália, Canadá, países escandinavos e países europeus de uma forma geral –, a taxa de suicídio vem decaindo. No Brasil e nos Estados Unidos, assim como em outros países, o número de suicídios está aumentando, e o nosso Estado do Rio Grande do Sul, por várias razões pouco entendidas ainda, é o estado que tem o maior número de suicídios por 100 mil habitantes por ano, 12,8, que é quase o dobro da média



nacional, que é 7,6, que tem aumentado, como eu disse, de forma preocupante, particularmente entre nossos jovens de 18 a 30 anos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Bom, então, dado esse cenário que já é complexo, nós temos as emergências climáticas, que agravam todas essas situações – como já foi mostrado, né? Então, a grave emergência climática por que passamos no Rio Grande do Sul nos levou a fazer esta reflexão na nossa universidade, em parceria com universidades de diversos locais do mundo: aqui é uma reflexão que a gente fez com os colegas da Espanha, em que, através de uma *flash flood*, então uma inundação muito rápida, perderam-se mais vidas na cidade de Valência do que em todo o Estado do Rio Grande do Sul. O problema, que apareceu no Rio Grande do Sul, é um problema mundial e ele está acontecendo Brasil afora; portanto, essas soluções não são soluções para o nosso estado: elas são para o Brasil e são para o mundo.

Vejam que, quando há inundações, a gente já não está mais falando de estudo, nós estamos falando de metanálise de estudos, que é o nível mais alto de evidência. Ter inundações piora a saúde mental em vários aspectos e, como foi mencionado pelo Senador, essa saúde mental não se recupera, muitas vezes, depois de passado o desastre, e é aí que começam os nossos problemas.

Vejam aqui neste mapa a extensão das áreas afetadas, e as vermelhas são aquelas em que nós tivemos mortes. Basicamente acompanha as grandes bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul. E nós, na universidade, no dia zero, quando começaram as inundações, nós começamos a pesquisar e, em tempo real, a trazer o que eram os marcadores, o que produzia o maior impacto psicológico. Claro que, evidentemente, sair de casa com urgência, deixando tudo para trás, é o pior, né? Mas participar de resgates também é difícil, porque a pessoa que está resgatando, às vezes, tem uma escolha de Sofia, ela tira o idoso de cima do telhado ou ela entra na casa para pegar uma criança? Nem sempre dá para fazer tudo ao mesmo tempo, gerando situações de trauma.

As idades mais avançadas e o sexo feminino sempre são os mais vulneráveis – os de renda baixa, evidentemente – e, mais do que tudo isso, se a pessoa encontra apoio psicológico, ela fica bem menos prejudicada. Então, aí a gente vê como a ciência e os estudos podem nos dar um mapa de onde nós devemos intervir.

Bom, os desastres naturais que vêm ocorrendo no mundo estão seguindo esse tipo de progressão, certo? Então, não adianta correr atrás da máquina. Nós temos que ser disruptivos e agir antes. O que nós fizemos? Com verbas do MCTI, montamos, na nossa universidade, uma rede nacional de saúde mental. Ela é sediada na UFRGS, mas ela está em todos os estados da Federação, onde, pela primeira vez, nós vamos determinar a prevalência das doenças mentais no Brasil.

Senador, essa prevalência não foi feita, e, a partir desse financiamento do MCTI, nós teremos um dado de quanto tem de autismo, quanto tem de depressão, quanto tem de demência, e esse estudo, de uma rede montada com a verba do MCTI, está em campo fazendo justamente isso. Então, ali está a nossa confreira da Academia Nacional de Medicina, Margareth Dalcolmo, que gentilmente se ofereceu como uma garota propaganda da nossa iniciativa, disseminando Brasil afora essa iniciativa tão importante – lembrando que não faremos somente na população em geral, do Oiapoque ao Chuí, mas também nas universidades públicas, onde existe uma grave crise, que todos devem conhecer, de saúde mental, suicídio, e essa população também será estudada.

Bom, aonde nós queremos chegar? Onde que a tecnologia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul podem ajudar? Nós não podemos estar em todos os lugares ao mesmo tempo, mas os nossos celulares certamente estarão, máquinas potentes para processamento de dados, né? E os brasileiros são um dos povos que mais utilizam o celular. Se nós – não precisamos necessariamente ter mais médicos em todos os lugares do Brasil –, tivermos mais tecnologia e postos de saúde, nós podemos levar os melhores diagnósticos. Como que a gente produz isso? É com o que se chama de *deep tech*, né?



Vamos olhar um pouquinho para esse conceito, porque é o que tem movimentado as ações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É o investimento em áreas disruptivas – computação quântica, biotecnologia, inteligência artificial –, esses métodos que vão nos dar a possibilidade de superar as grandes questões do Brasil, como a desigualdade, como a questão da degradação do ambiente e como as dificuldades de acesso ao sistema de saúde. Então, talvez você não tenha um posto do lado da sua casa, mas, se você, no seu celular, tiver os caminhos de onde você pode marcar um exame e organizar os seus cuidados de saúde, você estará bem cuidado.

E a UFRGS é, de fato, uma das universidades mais bem posicionadas no Brasil em termos de *deep tech*, é a melhor...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLAVIO PEREIRA KAPCZINSKI** – ... universidade pública brasileira, e com essas condições.

Nós iniciamos o tratamento de saúde por via remota, já com 4,8 milhões de acessos, regulando a entrada do SUS, diminuindo as filas de espera com a nossa tecnologia.

E tecnologias adicionais vindas da área de biociências estão... Vejam só, esse é um exame que nós estamos desenvolvendo que separa autismo de doença bipolar. No adulto, sobretudo, é muito fácil confundir uma coisa com a outra. E com esse teste que está sendo desenvolvido em nossos laboratórios, nós poderemos, através de um exame de sangue, dar esse tipo de resposta – no autismo são genes e moléculas ligadas a neurodesenvolvimento; no bipolar, inflamação –, separar claramente uma coisa da outra.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLAVIO PEREIRA KAPCZINSKI** – Essa jovem ganhou um prêmio – já está no finzinho – mostrando genes específicos que previnem o desenvolvimento do Alzheimer, certo? Então, esse mapeamento nos dá vantagens de como enfrentar essas doenças crônicas não transmissíveis, como são as doenças mentais.

Voltando.

Como que nós criamos essa resiliência necessária para tratar doença mental, que já é um problema tão sério agravado pelas mudanças climáticas? Com tecnologia. Tecnologia da informação, acesso – certo? –, desenvolvimento de técnicas com que, longe dos centros de excelência, possam ser diagnosticados problemas complexos: autismo com um teste de sangue ou, mesmo na criança autista, com técnicas que desenvolvemos, de ir monitorando os movimentos oculares...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLAVIO PEREIRA KAPCZINSKI** – ... o que pode ser feito remotamente, darmos um diagnóstico assertivo e os melhores cuidados.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Agradeço ao Sr. Flavio Kapczinski, representante da Academia Nacional de Medicina. Parabéns pela apresentação. Vê-se que o problema é bastante extenso e precisa ter um tratamento – vamos chamar assim – muito amplo no país inteiro. Sem dúvida nenhuma, isso é importante.

Eu registro também a presença do Tenente-Coronel Aviador Wanderson Marcos Freitas, representando o Tenente-Brigadeiro do Ar Alcides Teixeira Barbacovi, que é o Comandante de Operações Aeroespaciais da Força Aérea Brasileira.

Registro também a presença de Marcus Vinicius Jansen Cutrim Cardoso, Diretor do Departamento



de Obras Hídricas do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional; Priscila Cagni, Coordenadora-Geral de Fomento Institucional à Pós-Graduação no País da Capes, do MEC; Giovano Palma, Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Anac; Ana Lúcia Oliveira Costalunga, Subsecretária para o Plano Setorial para os Recursos do Mar, da Marinha do Brasil – também, obrigado pela presença –; Carlos de Oliveira, Coordenador da Agência Espacial Brasileira, aqui conosco.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Marcelo Schneider, Meteorologista no Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), por dez minutos. Ele se encontra remoto.

Por favor, tem a palavra. Controle, por favor, o tempo por lá.

**O SR. MARCELO SCHNEIDER** (Para exposição de convidado. *Por videoconferência.*) – Tudo bem, Senador? Bom dia, me escuta?

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom dia, 5x5, alto e claro.

**O SR. MARCELO SCHNEIDER** (*Por videoconferência.*) – O.k. Primeiro, quero agradecer ao convite em nome do Instituto Nacional de Meteorologia. Eu me encontro aqui em Porto Alegre, capital gaúcha, que foi esse cenário, o alvo dessas chuvas que castigaram no ano passado, em maio, e teve inundações recordes a capital gaúcha.

Antes de mais nada, eu quero agradecer a nossa diretoria do Inmet, que é vinculado ao Ministério da Agricultura; ao nosso novo Diretor, Carlos Alberto; à Coordenadora-Geral, Marcia Seabra. Também há um novo alinhamento, uma nova estrutura que o Inmet tem, nesses últimos meses, com cada estado regionalizado hoje em dia e com a participação da Superintendência Federal da Agricultura. Então, esse foco do Inmet, voltado cada vez mais para a agricultura, é muito importante – o nosso Superintendente José Cléber, alinhado conosco aqui na Coordenação de Apoio Meteorológico.

E aí, nesses últimos meses, a gente tem dado uma visão muito mais direta para o monitoramento e para a automação do serviço meteorológico. O Inmet, via crédito extraordinário do Governo Federal, está, no momento, nos ajustes finais para a instalação das novas estações meteorológicas. Aqui no Rio Grande do Sul, nós contamos atualmente com um quadro de 44 estações meteorológicas automatizadas. Elas foram muito importantes na nossa ação lá no ano passado, no finalzinho de abril – cerca de dois, três dias antes, o Inmet já fez os seus alertas meteorológicos.

Cabe ressaltar que o Inmet, junto com toda a Defesa Civil nacional e a própria Defesa Civil regional do Estado do Rio Grande do Sul e com o Cemaden, participa diariamente de *briefings* meteorológicos. Esses *briefings* meteorológicos são de suma importância para alertar toda a sociedade, para alertar toda a população dos riscos que acontecem em função das previsões de chuva, vendavais, ventos fortes, granizos, geada, todos esses fenômenos meteorológicos vinculados à meteorologia.

Eu quero também falar aqui dos nossos parceiros regionais, da própria UFRGS, da Reitora Marcia Barbosa. Nós já temos contato, há alguns meses, com as iniciativas regionais e a própria Defesa Civil do estado.

Nós também, Senador, participamos aqui do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática, criado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Eu acho que isso é uma coisa muito importante, da esfera federal, a partir do Inmet, com o Ministro Carlos Fávaro e o nosso próprio Governador do estado, Eduardo Leite.

Então, desde lá, de junho do ano passado, são reuniões que começaram semanais; agora, são reuniões mensais, de alinhamento de vários cientistas, em prol aí de soluções baseadas na ciência meteorológica da agricultura, hidrometeorologia e outros campos.

Também agradeço o convite do Prof. Osvaldo, que por vários anos esteve no Cemaden, por estar junto também com o Inmet.



Mais particularmente, eu falaria agora do que a gente fez lá de monitoramento e atuação do distrito de meteorologia aqui no Rio Grande do Sul. Hoje, atuamos como uma coordenação de apoio meteorológico, mas, na época, nós tivemos uma atuação bem direta com a Defesa Civil nacional, elaborando os avisos meteorológicos diariamente, via *site*, via imprensa, via jornal, rádio, televisão, e, dentro do possível, emitindo todos os avisos meteorológicos, pelo menos em parte, para mitigar os efeitos da inundação recorde que nós tivemos.

Para efeitos de apresentação, Senador, não sei se seria possível, só um eslaide rapidamente aqui... Se eu conseguiria colocar aqui na... Deixe-me ver se eu consigo... (*Pausa.*)

Bom, enfim, eu posso só comentar.

A chuva foi recorde. Nós tivemos valores de precipitação mensal, em maio do ano passado, acima dos 700mm, numa área que compreendeu toda a parte central, norte e nordeste do estado, desde a capital gaúcha até a região de encosta da serra. E também, depois, em duas ou três semanas, a chuva que veio inundar toda a região aqui da Grande Porto Alegre veio estender os seus impactos lá na região sul do estado, na região de Pelotas, Rio Grande e arredores.

Ressalto que, hoje em dia, o Inmet, dentro do seu serviço meteorológico, tem um aplicativo meteorológico em que, além do próprio portal do Inmet, via aplicativo Android, vocês podem acessar os avisos, os alertas em tempo real e acompanhar os avisos de chuva, precipitação, vento e os demais que fazem parte dos alertas meteorológicos.

Enfim, a nossa mensagem aqui é de que o Inmet, nessas próximas semanas e próximos meses, vai começar a instalação dessas novas estações meteorológicas. E a tendência é de que nós vamos duplicar essa rede de monitoramento atualmente existente no Rio Grande do Sul. Nós estamos, no momento, com cerca de 44 pontos de medição de temperatura, umidade, pressão, chuva e outras variáveis, e teremos também mais 48 novos pontos de medida. E dois sensores, em especial, vão atender a parte bem sensível da agricultura para o nosso estado, que são os sensores de temperatura e umidade do solo. Com eles, será possível, por exemplo, ter um melhor panorama do que acontece atualmente, indicando ou dizendo como está o encharcamento ou o período seco do solo, e, com esses dados, com esse mapeamento mais bem feito, introduzir nos modelos meteorológicos e ter uma melhor qualidade das previsões meteorológicas de um prazo mais estendido.

Ressalto que, lá no portal do Inmet, nós temos, além dessa previsão diária do tempo, modelos meteorológicos. O Inmet trabalha o modelo Cosmo. Eles indicam as diversas variáveis de precipitação, chuva, entre outras, e também há a previsão climática, para a qual o Inmet faz, junto com o Cemaden, a própria Funceme e o Inpe, reuniões mensais e traça um cenário do panorama do clima e do que deve acontecer nos próximos três meses.

No próximo dia 26 de junho, para completar, Senador... Aqui no Rio Grande do Sul, nós temos já há vários anos um comitê permanente de agrometeorologia, que se reúne trimestralmente. O Inmet participa desse comitê fazendo essas indicações do comportamento do clima. E vários especialistas de diversas universidades, tanto da UFRGS, como da Fundação Universidade do Rio Grande, a UFPel, lá de Pelotas, Santa Maria, os próprios pesquisadores da Embrapa, que são outros parceiros muito fortes do Inmet, realizam esse mapeamento desse cenário da previsão climática que deve acontecer nos próximos meses.

Enfim, o Inmet é o Instituto Nacional de Meteorologia, voltado para a agrometeorologia, mas encabeça várias vertentes de monitoramento do tempo, clima, alertas meteorológicos e também está voltado e muito preocupado com essas variadas anomalias climáticas que estamos tendo nas últimas décadas. E, como órgão oficial de meteorologia no Brasil, órgão responsável por toda a organização meteorológica mundial aqui no Brasil, é muito importante que nós tenhamos a continuidade dessa integração dos Ministérios da



Agricultura e da Ciência e Tecnologia. E, agora, com o Inmet recebendo os novos concursados, que são cerca de 40 novos meteorologistas, a tendência até o final do ano é que nós tenhamos mais novidades e principalmente uma melhora mais sensível aí na parte de pesquisa e também nesse monitoramento meteorológico de que eu acabei de falar para vocês, vinculado aqui ao Rio Grande do Sul.

Agradeço o espaço. A gente está à disposição. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Schneider, Meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Marcelo Seluchi, representante da Diretora do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Sra. Regina Alvalá. O Marcelo está remoto.

Marcelo, você tem a palavra por dez minutos. Pode controlar o tempo por aí. Obrigado.

**O SR. MARCELO SELUCHI** (Para exposição de convidado. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Marcos Pontes, que foi nosso Ministro. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Vou colocar aqui o meu material. Parece que não está deixando. Eu enviei o material lá, não sei se é possível colocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – No seu computador, Marcelo, coloque para compartilhar aí.

**O SR. MARCELO SELUCHI** (*Por videoconferência.*) – Sim. Agora parece que vai deixar. Vamos lá.

Bom, eu vou começar falando – acho que agora deu certo – sobre o problema que nós temos pela frente e, depois, de qual é o papel da ciência e do Cemaden em particular. E eu vou começar pelo óbvio, que é o aquecimento do planeta. Essa figura aqui mostra o aquecimento do planeta, da temperatura, o aumento da temperatura desde o ano 1940 até o presente. Por que o mês de janeiro? Porque janeiro de 2025 foi o mês mais quente da história, com um aumento de 1,75 graus acima do nível de 1940, acima do nível estabelecido no Acordo de Paris e acima do que foi, inclusive, previsto inicialmente.

O aumento da temperatura traz outros efeitos secundários, menos falados e talvez mais importantes para o caso de que nós estamos tratando aqui. A temperatura regula a umidade que a atmosfera consegue reter, que nós meteorologistas chamamos de água precipitável. Um aumento da temperatura traz um aumento dessa água precipitável, especialmente quando a temperatura é maior. Em outras palavras, países tropicais, como o Brasil, estão tendo um maior aumento da umidade que a atmosfera consegue estocar. Isso explica por que nós temos uma maior frequência de eventos extremos nos últimos anos.

Outro ponto também que não é muito falado é o papel dos oceanos, que é extremamente importante. Eu vou mostrar aqui uma figura do calor armazenado nos oceanos nos primeiros 2 mil metros de profundidade. Essa série vai de 1955 até o presente. Vejam como, nos primeiros anos, o oceano foi ficando frio ainda, compensando, contrarrestando parte do aquecimento da atmosfera, mas, a partir do final do século XX, 1985, 1990, o oceano começou a aquecer e continuou e continuou...

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Marcelo? Marcelo?

**O SR. MARCELO SELUCHI** (*Por videoconferência.*) – E hoje ele está muito mais quente.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Dr. Marcelo?

**O SR. MARCELO SELUCHI** (*Por videoconferência.*) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – A sua apresentação está estática, não está passando. Coloque em modo de apresentação, porque está no





primeiro eslaide ainda aqui.

**O SR. MARCELO SELUCHI** (*Por videoconferência.*) – Eu estou vendo, inclusive... Vamos tentar de novo. (*Pausa.*)

Consegue ver?

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Nós estamos vendo a apresentação, mas ela não está no modo de apresentação, ela está no modo de edição do PowerPoint, e também está no primeiro eslaide ainda.

**O SR. MARCELO SELUCHI** (*Por videoconferência.*) – Para mim, está...

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Agora sim, está na evolução.

**O SR. MARCELO SELUCHI** (*Por videoconferência.*) – Que pena. (*Pausa.*)

Não...

Não...

Não... (*Pausa.*)

Bom, eu peço desculpas pelo problema e vou continuar falando, então.

A questão dos oceanos é que eles estão aumentando, e isso os está tornando agora parte do problema. Antigamente, eles estavam mais frios, absorviam a temperatura e agora passaram a ser mais uma fonte de preocupação, uma fonte de calor. Por isso, a temperatura, inclusive, aumentou mais do que estava aumentando.

Estou tentando de novo, mas não sei se consegui.

Bom, o ponto é que, nos últimos 120 anos, nós tivemos, na primeira metade, muito menos casos de El Niño do que na última metade. Isso é porque o fenômeno El Niño impacta diretamente a chuva na Região Sul, e, como os oceanos estão mais quentes, ele está, obviamente, influenciando. Dito de outra forma, o aumento da temperatura dos oceanos está criando uma maior frequência de ocorrência dos fenômenos do El Niño. Não sei se aparece, mas tem uma série de 120 anos, em que claramente se mostra que, nos primeiros 60 anos, nós tivemos muito menos casos do El Niño do que nos últimos 60. Em particular, os casos de El Niño intensos ocorreram quase exclusivamente nos últimos 50 anos. E o fenômeno do El Niño foi o grande responsável do evento do ano passado e tem uma importância muito grande nas chuvas da Região Sul. Então, o que os modelos estão indicando para o futuro é que essa situação vai continuar se incrementando, ou seja, as chuvas na Região Sul do Brasil vão se tornar cada vez mais intensas, porque os fenômenos do El Niño vão se tornar mais frequentes. E a situação piora para níveis de aquecimento maiores.

Bom, queria lembrar que o evento do ano passado foi o pior da história em termos de impactos sociais, financeiros, mas ele não foi o pior em número de mortes. O pior evento em número de mortes foi um que ocorreu na região serrana do Rio de Janeiro em 2011. Ele provocou mais de mil mortes. E isso motivou a criação do Cemaden, que é o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, um órgão federal que está dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Sr. Senador Marcos Pontes foi o nosso Ministro durante bastante tempo.

Nós temos uma sala de situação que monitora justamente os eventos de desastres que mais impactam na população, que são os deslizamentos de terra e as inundações. Essa sala tem pessoal das ciências que estão envolvidas nos desastres, incluindo meteorologia, hidrologia, geodinâmica e a parte social, porque o desastre ocorre quando o evento meteorológico extremo ocorre numa área vulnerável. Nós monitoramos hoje 1.133 municípios, que são aqueles que têm o maior histórico de desastres e que têm as áreas de risco mapeadas, mas nós estamos ampliando agora esse número para quase 2 mil municípios. Inclusive, nós estamos multiplicando quase por cinco o número de municípios monitorados no Rio Grande do Sul,



isso nos próximos poucos anos. E esse trabalho se baseia numa rede de observação muito complexa, que é um verdadeiro patrimônio nacional, que inclui cerca de 5 mil equipamentos, incluindo pluviômetros automáticos que registram chuva a cada dez minutos, estações hidrológicas, estações geotécnicas, radares meteorológicos e por aí vai. Essa rede também está sendo ampliada agora para atender a nova demanda da ampliação dos municípios monitorados. Nós vamos basicamente dobrar a rede de pluviômetros. E apenas para o para o Estado do Rio Grande do Sul, está previsto instalar mais de 400 pluviômetros automáticos.

Bom, queria falar um pouquinho como se faz o monitoramento, do papel da ciência. Os deslizamentos de terra ocorrem quando a chuva acaba quebrando, modificando a estrutura do solo, acaba rompendo a sua estrutura, e aí a encosta cai. Inicialmente, nós fazíamos esse tipo de alerta baseados na experiência, no conhecimento dos especialistas, que têm, todos, nível de pós-graduação, 70% deles, mais de 70% em nível de doutorado, e usando, obviamente, os dados da rede observacional. Hoje, nós conseguimos desenvolver um sistema específico de previsão de deslizamentos de terra, usando justamente os dados da rede observacional para saber de que forma choveu, não apenas quanto, mas de que forma choveu nas últimas horas, nos últimos dias, as características dos municípios, o solo, a declividade, a presença de pessoas em áreas de risco e a previsão meteorológica, usando vários modelos meteorológicos. O resultado é – isso que estamos vendo aqui, espero – uma previsão de deslizamentos para os próximos três dias em nível do município. Então, é um exemplo muito claro de como a ciência e a tecnologia podem contribuir para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e dos desastres em todo o Brasil. Para a questão das inundações, é bastante complexo, porque nós temos desde inundações amazônicas, que demoram semanas para se configurar, ou meses, até, como está na figura de baixo, enxurradas, que têm a ver com, às vezes, drenagem das cidades, e que podem se desenvolver em pouquíssimos minutos. Bom, novamente, a gente utiliza muita interação entre meteorologia e hidrologia, mas também estamos desenvolvendo, quase na fase final, um sistema de previsão de inundações para todos os rios brasileiros. Esse sistema aponta, em cores, a probabilidade de inundações, isso com dez dias de antecedência.

Bom, quando um alerta é necessário, essa alerta vai para a defesa civil do município, do estado e para a defesa civil nacional. Esses alertas têm três níveis de risco que envolvem diferentes ações na defesa civil e são documentos relativamente completos e técnicos que têm o papel não de ir diretamente à população, senão de assessorar os tomadores de decisão. O Cemaden é um centro que, basicamente, assessora tomadores de decisão. Neste caso, a defesa civil municipal, no último dos casos, é a responsável de definir as ações de resposta, se vai enviar uma alerta por celular, se vai tocar uma sirene, se vai ou não pedir a evacuação das pessoas. Bom, inclusive esses alertas foram enviados no ano passado, desde o dia 26 de abril até o dia 15 de maio. No caso específico de Porto Alegre, o alerta saiu na madrugada do dia 30 de abril, ou seja, aproximadamente seis dias antes do pico da inundação.

Bom, então, para não me estender e exceder o tempo, só algumas conclusões, basicamente um resumo, que a temperatura do planeta já aumentou mais do que 1,5 grau. Isso está causando um aquecimento dos oceanos também. O aquecimento dos oceanos está causando uma maior frequência dos fenômenos do El Niño, que impactam diretamente na Região Sul, em geral, mas muito especificamente no Rio Grande do Sul. De novo, o fenômeno do El Niño teve muita responsabilidade no caso do ano passado.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MARCELO SELUCHI** – O Cemaden, que é um órgão federal, cuida, de alguma forma, do monitoramento e dos alertas em nível geral, federal, mas o nosso recado aqui é que ainda falta muito trabalho em nível municipal. É necessário estabelecer planos – planos específicos, planos de adaptação, planos de contingência – para mitigar os impactos dos desastres em nível municipal, porque ali, em definitivo, é que ocorrem. Isso deve incluir, por exemplo, aspectos de educação, de reequipamento da



defesa civil municipal e, enfim, é por aí.

Bom, eu agradeço muito a oportunidade. Fico à disposição. Peço desculpas aí pelo inconveniente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Seluchi, representando a Diretora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Sra. Regina Alvalá.

E só um comentário com relação ao Cemaden. O Osvaldo sabe bem: eu sou, posso dizer, até fã do Cemaden, porque ele tem uma função extremamente importante para o país. Eu, quando Ministro, tentei o máximo ali para colocar os recursos necessários, para manter, apesar das dificuldades de recursos, o Cemaden bem equipado por uma razão óbvia: a importância de um centro como esse no país. O número de sensores ali, que é em torno de 5 mil sensores, eu acho ainda que é muito pouco para o país, isso aí tem que aumentar e muito para um país do tamanho do nosso.

E eu lembro o Projeto Cigarra. Eu acho que era o Bruno ou o Breno...?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – André, que era o engenheiro desenvolvendo sensores mais baratos. A gente precisa trazer a nossa indústria nacional para fabricar esses sensores. Isso ajuda também a indústria e ajuda o sistema.

E eu vejo, Reitor, a possibilidade de as universidades participarem diretamente não só no desenvolvimento de sensores, mas também na utilização e no estudo desses resultados, junto com o Cemaden, logicamente, coordenadas com o Cemaden, e na manutenção dos sensores, porque a manutenção dos sensores custa caro e é difícil de se fazer. Então, um sensor que seja mais barato e que possa ser mantido por universidades ou escolas técnicas... Eu vejo ali o representante das escolas técnicas do país. As escolas técnicas podem participar, estão espalhadas pelo Brasil, e a gente precisa justamente disto: capilaridade para colocar esses sensores e manter esses sensores nos lugares. Então, com um trabalho em conjunto das universidades, dos institutos federais – são mais de 600 no país – e das escolas técnicas, eu acho que a gente conseguiria integrar mais essa rede e dar ao Cemaden mais olhos, vamos chamar assim, para conseguir proteger mais gente. Então, acho que, sem dúvida nenhuma, esse trabalho de coordenação... Inclusive, o Ministério da Ciência e Tecnologia podia encabeçar essa ação, não é? Se eu puder ajudar por aqui, contem comigo também, se precisar fazer algum tipo de legislação específica para isso.

Naquela legislação do Projeto 5.002, que foi feita pelo Cemaden e pela Defesa Civil, que eu citei aqui no começo, foram oito meses de trabalho para criar essa lei de gerenciamento de riscos. É importante e foi citado pelo Marcelo: as cidades estão pouco preparadas para isso. Se você perguntar – e eu converso com muitos Prefeitos, eu pergunto muitas vezes – qual o planejamento para o caso de desastres naturais, aí, geralmente, há um silêncio depois. A cidade tinha que ter, no mínimo, um plano de prevenção, fazer todo o gerenciamento de risco, logicamente, todo o levantamento dos riscos, a análise dos riscos, classificar os riscos em probabilidade, impacto e depois ver o que vai fazer para mitigar, eliminar... Eliminar é difícil muitas vezes, mas transferir seguros ou... Agora, mitigar é importante, tanto mitigar o impacto quanto mitigar a probabilidade. Para isso, precisam ter pelo menos quatro planos: plano de prevenção, plano de preparação, plano de resposta, plano de recuperação. É o mínimo que se pode ter para isso.

Eu registro também a presença aqui do Sr. Yuri Rafael Della Giustina, Diretor do Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital do Ministério das Cidades. Obrigado por estar conosco aqui.

Registro também a presença do Capitão de Mar e Guerra Alexandre Felbinger – falei certo? *(Risos.)*



–, representando o Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Rabello.

Registro também a presença de Rafael Pereira Machado, Chefe do Gabinete da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, representando o Secretário Wolnei Wolff Barreiros.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Laercio Massaru Namikawa, Pesquisador e Tecnologista Sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), para a sua apresentação, por dez minutos.

Por favor.

**O SR. LAERCIO MASSARU NAMIKAWA** (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Astronauta Marcos Pontes, e muito obrigado pelo convite enviado ao Inpe.

Gostaria de emendar a sua fala sobre as estações de trabalho e dizer que, há quarenta e tantos anos, quando eu entrei no Inpe, o trabalho do grupo em que eu entrei era, exatamente, para ter a estação meteorológica barata – desenvolvida pelo Dr. Jesus Marden – implantada em todo o Brasil; e a gente vê que, em 40 anos, andamos muito pouco, infelizmente, nessa área.

Bom, de novo, muito obrigado pelo convite.

Infelizmente, nós fazemos tanta coisa no Inpe que eu vou ter que me ater, principalmente, à resposta que nós demos ao desastre do ano passado, com destaque principal para a geração do mapa das áreas efetivamente afetadas, que foi usado pela Defesa Civil para o pagamento do Auxílio Reconstrução.

Então, vou passar direto para a apresentação.

O que nós tomamos como base para o nosso trabalho... Eu trabalho na parte de observação da Terra e geoinformática. Então, trabalhamos basicamente com imagens de satélite na nossa área e, com o início do evento, logo nos últimos dias de abril, no dia 30 de abril, nós fomos acionados pelo Serviço Geológico do Brasil, que faz o monitoramento das bacias do Taquari e do Rio Caí, quando eles perceberam a dimensão desse evento que estaria acontecendo e poderia ser deflagrado.

Em função disso, foi feito o acionamento que nós chamamos da Carta Internacional Espaço e Grandes Desastres, em que nós temos acesso gratuito a todas as imagens de alta resolução, e, a partir desse trabalho, nós iniciamos o nosso esforço de atendimento a esse desastre.

Devo dizer também que, na verdade, não é tarefa do Inpe trabalhar diretamente com a Defesa Civil, mas somente a partir desse trabalho com a Carta Internacional, em que nós somos a agência responsável pela Carta Internacional no Brasil, e somos, então, o portão de entrada para que a Defesa Civil possa obter essas imagens e as respostas possam ser dadas para casos como esse.

Nós temos desenvolvido, dentro dessa área... As imagens chegam e nós podemos trabalhar. Então, essas imagens foram utilizadas inicialmente para responder ao Serviço Geológico do Brasil e, uma vez que o desastre se mostrou grande, nós pudemos apoiar esse pedido da Casa Civil, que pediu, então, ao Inpe que coordenasse a geração do nosso mapa das áreas efetivamente afetadas.

Como houve um pequeno problema aqui com a nossa apresentação, eu vou tentar recordar todas as falas que estão lá dentro. Por favor, levem isso em consideração.

Primeiro, eu gostaria de dizer que o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) olha, faz as pesquisas e faz o estudo de tudo o que está da Terra para cima. Nós temos uma ampla área de estudo, e a área principal de destaque nessa hora, então, é a área de observação da Terra, é a área de satélite. Na minha apresentação, eu mostro como as nossas imagens de satélites contribuíram inicialmente com a resposta ao desastre, provendo uma visão geral do Estado do Rio Grande do Sul, das áreas afetadas, logo nos primeiros dias: no dia 5 de maio; e também, no dia 6 de maio, nós tivemos sorte de o nosso satélite Cbers 04A, com sensor de 2m de resolução espacial, enxergar a área da Bacia do Rio Taquari, mostrando os estragos que aconteceram, principalmente na cidade de Lajeado, na imagem que eu teria no destaque na minha apresentação.



Depois disso, nós conseguimos também mapear, na mesma data, em torno do dia 6, a imagem bastante impactante da inundação na cidade de Porto Alegre, mostrando as áreas dos vários estádios de futebol, as áreas do setor administrativo, as áreas do mercado municipal, do aeroporto, obviamente, todo preenchido de água.

Uma vez que nós finalizamos essa primeira parte, até antes de sermos chamados para o Auxílio Reconstrução, que foi em torno do dia 24 de maio do ano passado, nós também apoiamos alguns outros esforços. O primeiro esforço foi a instalação das bombas de escoamento da Sabesp, como já foi mencionado aqui pela Federal do Rio Grande do Sul, quando nós pudemos, então, utilizar as imagens da carta internacional, das colaborações de um satélite inglês e de um satélite coreano, para auxiliar e mostrar onde poderiam ser instaladas as bombas, exatamente para tirar a água que estava retida naquelas áreas.

A partir do dia 24 de maio, então, com o decreto criando o Auxílio Reconstrução, a Casa Civil da Presidência pediu ao Inpe que coordenasse um grupo, que continha o próprio Cemaden, a Federal do Rio Grande do Sul, o Exército Brasileiro. E nós tomamos como premissa construir um mapa que indicasse as áreas que tinham sido afetadas pela inundação e pelos deslizamentos de terra, para que pudéssemos enviar a Defesa Civil para fazer o pagamento do Auxílio Reconstrução.

Eu estou aqui me lembrando de que tenho uma transparência também – desculpa ficar mencionando transparência toda hora – que mostra como a primeira versão, que foi enviada logo no dia 25 de maio, já atendia mais de 400 mil pessoas. As versões posteriores foram enviadas em poucos dias, e a cada versão havia um incremento de alguns por cento adicionais de famílias. Então, a cada versão nova, eram alguns milhares de famílias que poderiam se beneficiar do Auxílio Reconstrução, um valor que foi entregue muito rapidamente porque as pessoas estavam necessitando desse auxílio.

Depois que as primeiras versões foram entregues, nós conseguimos a mobilização do pessoal que faz o mapeamento de desmatamento. Esse pessoal do mapeamento de desmatamento trabalha no Programa Biomas. Eles se dispuseram, então, a analisar visualmente as imagens de altíssima resolução para encontrar nessas imagens as cicatrizes da inundação. O problema principal de verificar onde houve inundação é que, no pico da inundação, obviamente, as imagens estavam cobertas de nuvem.

Nós temos a tecnologia de imagens de radar, mas as imagens de radar não funcionam muito bem nas áreas urbanas, porque todas as edificações acabam funcionando como grandes refletores de energia e as imagens acabam não mostrando a presença de água. Então, nós tivemos que recorrer a olhar as cicatrizes ao longo das ruas para ver se elas estavam manchadas com a lama da inundação.

Com isso, então, ao longo de duas, três semanas, foram analisadas imagens de vários satélites do esquema da carta internacional, mas também imagens obtidas por colaborações através do Censipam ou da própria Força Aérea. Em cima dessas imagens, então, nós desenvolvemos novas versões dessas imagens, que foram consolidadas, então, numa versão, de que eu não vou recordar a data exata, mas foi em junho, adicionando os dados de modelagem hidrológica desenvolvida pelo Cemaden e os dados também mapeados pela Federal do Rio Grande do Sul. A partir desse ponto, então, nós começamos a incorporar as vistorias de campo da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), além dos deslizamentos de terra também que foram gerados, do mapeamento dos deslizamentos de terra que foram gerados pelo Cemaden e pela Federal do Rio Grande do Sul, entregando uma versão final em outubro de 2024. Então, essa versão final é a que é utilizada, então, para o pagamento do auxílio-reconstrução para as famílias afetadas pelo deslizamento.

Eu gostaria de enfatizar aqui a importância do trabalho e do fato de nós termos esses satélites. São três satélites que nós utilizamos. Nós temos, no momento, três satélites de observação da terra: o Amazonia-1, o CBERS-4 e o CBERS-4A. No 4A, chegamos a 2 metros de resolução espacial, mas mesmo o Amazonia-1, no qual temos 64 metros de resolução espacial, é mais do que o suficiente para ver um desastre como esse.



Eu gostaria de destacar também a importância dos produtos meteorológicos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LAERCIO MASSARU NAMIKAWA** – ... desenvolvidos pelo Inpe. Tem uma transparência lá – e felizmente o Osvaldo vai mostrar um dos resultados – em que foi possível definir quanto de água caiu ao longo daqueles dias de chuva, né? Então, ao longo do mês, como disse o Inmet, foram muitos... é um valor bastante alto, mas o mais importante é quanto que caiu em cada bacia naqueles dias, o que contribuiu, então, para a grande inundação, principalmente no Rio Guaíba. Esse produto se chama Merge e é gerado todo dia no Inpe, através dos modelos de numéricos, integrados com as observações.

Além disso, está acontecendo no Inpe agora o desenvolvimento do Monan. É um modelo comunitário que integra dados de oceano, da atmosfera e até da parte da biosfera. Esse modelo... O Saulo, que é desenvolvedor desse modelo, me deu uma imagem na qual podemos ver que, com sete dias de antecedência, a previsão...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LAERCIO MASSARU NAMIKAWA** – ... da quantidade de chuva para o dia 1º de maio, que foi um dos dias de chuva mais intensa, coincide muito bem – infelizmente não tem a imagem, vou citar a imagem de novo – com o que aconteceu na observação por satélite.

Desse modo, então, se nós tivéssemos utilizado esses modelos, poderíamos ter tido alertas com sete dias de antecedência. Obviamente que já foi falado aqui que outras maneiras poderiam ter feito esse alerta antes. Mas eu também perguntei para o Saulo: “Por que você não me entrega a imagem do dia 2 e do dia 3?”. Ele falou: “Nossos computadores não estão capazes mais”. Então, felizmente, algumas semanas atrás, recebemos o primeiro terço do novo supercomputador.

Além disso, gostaria de enfatizar a importância das pessoas que trabalharam lá no Inpe para fazer esse mapeamento. Nós temos, infelizmente, uma dificuldade, uma...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LAERCIO MASSARU NAMIKAWA** – ... dificuldade quanto ao número de pessoas que hoje estão no Inpe e precisamos... Apesar de o concurso ter sido realizado ano passado e de termos convocado novos funcionários, ainda estamos muito aquém das necessidades, para o que o país precisa da gente.

Então muito obrigado, Senador, pela fala. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Laercio Massaru Namikawa, Pesquisador e Tecnologista Sênior do Inpe.

Só alguns comentários aqui.

Bom, antes de mais nada, desculpe-nos pela falha aí da apresentação, acabou não ficando no sistema.

Aqueles que estão nos acompanhando pela televisão às vezes não entendem a importância que existe em se ter um sistema satelital, uma constelação que possa cobrir o país, nos vários espectros de frequência visual, radar. Sem dúvida nenhuma, isso é importante, mas para isso se precisa de recurso – é um dinheiro sobre o qual eu fico batendo na tecla aqui. Nós precisamos de recurso para pesquisa e desenvolvimento no país. Eu falava que parece que a minha vida se tornou lutar por recurso para ciência e tecnologia, desde o tempo lá do ministério; mas é importante.

A gente tem aí o FNDCT liberado desde 2021, com a Lei 177, mas volta e meia o setor de economia



tenta puxar esse recurso e tirar... É difícil você entender uma coisa dessas. É um recurso estratégico para o país. É a mesma coisa que querer ganhar uma corrida de Fórmula 1 tirando o motor do carro, não tem como fazer isso. Então é importante que a gente tenha os recursos garantidos para pesquisa e desenvolvimento no país. Coloquei a PEC 31, de 2023, também; está parada lá na CCJ, esperando não sei o quê. O pessoal precisa ir para a frente, já falei muitas vezes. O próprio Governo tem dúvida sobre isso. Não teria que ter dúvida, tem que desenvolver o país.

Essa PEC 31 é a que aumenta o investimento em pesquisa e desenvolvimento, gradualmente, do atual 1% – em torno de 1%, o que é muito baixo – do PIB para pelo menos 2,5% do PIB, num prazo de dez anos, o que traria o Brasil próximo dos países da OCDE, com 2,73% do PIB em média. Isso seria excelente, seria importante para o desenvolvimento do país, mas está lá parado. Inclusive os Senadores mais do lado do Governo estão bloqueando ali. Já falei com alguns deles, que é uma... Eu não ia falar “uma burrice”, mas é uma falta de bom senso você bloquear alguma coisa que pode ajudar o desenvolvimento do país. O governo é pago por nós contribuintes para isso, para desenvolver o país, e não para fazer o contrário. Tem que lembrar que não é o país que trabalha para o governo, não é o país que trabalha para quem está aqui, não. Somos nós, que recebemos da população, que trabalhamos para a população. A gente tem que trabalhar para o povo. O governo trabalha para o povo, e não o contrário. É importante que a gente tenha isso em mente.

Outra coisa que eu lembrei enquanto você estava falando: o AdaptaBrasil também, um programa do Inpe, é interessante para dar uma previsão mais de longo prazo, para os tomadores de decisão, Prefeitos olharem ali qual é a previsão, se será seca, etc., para começarem a pensar sobre isso.

Tem aquele de que eu esqueci o nome, dos gases estufa, do... Sirene, se eu não me engano.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sirene, né? Para gases estufa, porque é importante também fazer essa medição.

E o BIG, que já tinha sido colocado e que são... Gostei de ver o supercomputador chegar, porque essa ideia é muito importante. Muitas vezes se fica chutando coisas com relação ao clima no mundo, com um país apontando o dedo para o outro. A gente precisa ter dado científico para trabalhar com isso. Então, juntar dados da Antártica, dados do nosso continente inteiro, como foi falado, de meteorologia, desmatamento, fogos, queimadas, gases, etc. Com tudo isso aí em conjunto num modelo, pode-se ter um modelo de previsão para saber exatamente o que a gente pode fazer. Se eu reduzir – vamos supor, hipoteticamente, num modelo como esse –, eliminar todos os carros com combustível de gasolina e transformá-los em outro tipo de combustível, o que acontece no efeito como um todo? Se eu recuperar todo o nosso bioma, o que acontece? Se os outros países... E aí foi por que lá no ministério a gente trabalhou também para conectar o Brasil com a Europa, por meio daquele cabo submarino Bella, de alta velocidade, conectar Fortaleza a Sines, em Portugal. Com isso a gente consegue transferir dados com grande velocidade para a Europa e vice-versa; ter uma rede de supercomputadores aqui, o supercomputador do Inpe – que ainda bem que chegou; precisa chegar isso aí –, para que a gente possa mastigar esses dados todos, ter resultados, apesar de que o ideal é que nós tenhamos modelos semelhantes acontecendo nos diversos continentes do mundo, fazendo uma rede de monitoramento e simulação de dados climáticos, de forma que a gente possa falar com precisão: “Olha, para a gente reduzir os efeitos climáticos no nosso planeta, na nossa espaçonave como um todo, o país X, o país Y, que têm as emissões de tal coisa, precisam reduzir essa emissão até tanto. Com isso aqui [aí, vocês que entendem de meteorologia] a gente vai conseguir mudar certas coisas”, ou seja, fazer uma sequência de projeto realmente para mudar isso em nível global. Não adianta um país só apontar para o outro e falar: “Olha, eu vou te pagar um dinheiro aí para você manter a sua floresta,





porque eu acabei com a minha”, e coisas assim do tipo. Não! A gente, todo mundo tem que trabalhar junto nessa espaçonave nossa aqui, se a gente quiser sobreviver, não é?

Então, parabéns ao Inpe, como sempre aí fazendo um trabalho.

E recurso humano, outra coisa. Precisa-se de recurso humano. Sem isso também não tem como. Tinha instituto simplesmente fechando, porque não tinha pesquisador, não podia contratar pesquisador. A gente precisa disso aí, de novo, né? Se eu tivesse a caneta, sei lá, como Presidente ou coisa assim, a ciência ia governar o país. Realmente a gente precisaria disso.

Obrigado a quem está nos acompanhando aqui nas galerias do Senado também. Obrigado pela visita.

Eu vou, antes de passar a palavra à nossa Reitora, então, ler aqui um pouco das perguntas que já foram – espero que já tenham sido – distribuídas aqui para os nossos debatedores, mas só para o pessoal acompanhar, para aqueles que nos acompanham também terem ciência dessas perguntas e comentários do e-Cidadania. Lembrando que há o e-Cidadania, para quem quiser participar, e o telefone 0800 612211. Então, é importante a sua participação também, quem está nos acompanhando de casa.

A pergunta aqui do Maycon, de São Paulo: “Como garantir que a população seja parte ativa na aplicação [...] [de] soluções científicas [para a prevenção de desastres naturais]?”.

A Luísa, do Rio Grande do Sul: “[...] [De que] maneira seria possível fornecer [...] [orientação adequada] às populações carentes sobre os perigos de permanência em áreas de risco?”. Extremamente importante essa pergunta aqui, que vai direto para os Prefeitos, porque a vida das pessoas vale mais do que o voto.

O Caio, do Piauí – eu vou ler aqui as perguntas –: “[Já] Foi criado algum *software* capaz de prever [...] [desastres ambientais com base em] dados coletados [...] [pela] natureza?”. Está lá o Inpe trabalhando nessa parte também de fazer esse modelamento geral.

O Ricardo, de Pernambuco: “A ciência tem sugerido medidas há anos, mas muitas vezes esbarra em interesses políticos e econômicos. Como superar esse obstáculo?”. Ótima pergunta, Ricardo. É escolher melhor os políticos: político que pense mais em trabalhar pragmaticamente a favor do Brasil do que o que pense na reeleição.

O Ytalo, de Sergipe: “Os [...] recentes desastres são prova [...] [clara] de que o rigor científico deve ser sempre seguido de forma meticulosa”.

Alan, do Rio de Janeiro: “O Brasil pode investir em pesquisas sobre agroflorestas flutuantes, [...] [para garantir] que parte da produção de alimentos não seja impactada [pela enchente]” – é um negócio, uma ideia, né?

Vera, de Santa Catarina: “É urgente [...] [a regulamentação de] políticas públicas para mitigação das crises climáticas e reflorestamento de áreas devastadas” – excelente! Então, eu falei aqui deste Projeto de Lei 5.002, que eu apresentei em 2023, que faz parte dessa ideia e também o reflorestamento. Eu lembro que lá no ministério tem um programa que se chama Regenera, para justamente regenerar áreas, feito por cientistas. Não é o projeto fazer a regeneração inteira, mas estudar como fazer a regeneração de áreas em específicos biomas, e, a partir daí, as autoridades locais têm que aplicar aquele conhecimento para regenerar as áreas por completo, nos diversos graus de degradação – existe conhecimento. De novo, isso esbarra em ter políticos que façam acontecer os projetos.

Sérgio, do Rio Grande do Sul: “A tragédia no Sul [também] foi uma decisão política com a extinção do Dnos (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) [...]. Sem dragagem, tivemos uma [...] [sequência] de grandes enchentes. Quanto a essa pergunta, especificamente, eu não tenho o conhecimento, mas é uma parte importante da preservação, ou melhor, da prevenção você poder construir as obras necessárias para ter mais resiliência a situações, porque vão aparecer secas e enchentes, deslizamento de terras. Então, faz



parte do trabalho da prefeitura. Agora, eu convido a todos para fazer o seguinte quando tiver chance de encontrar algum Prefeito. Pergunte o seguinte para o Prefeito: quem é dentro da sua prefeitura a pessoa que conhece gerenciamento de projetos a fundo – que conhece gerenciamento de projetos a fundo –, seja lá por qualquer tipo de metodologia, PMI ou qualquer coisa. Pergunte. Vai ver que... Eu até hoje não encontrei nenhum. Então, se alguém encontrar, me avise, porque a gente precisa ter nas prefeituras pessoas responsáveis por projetos, que saibam desenvolver projetos e realmente pensar de forma pragmática.

Bom, continuando, agora sim, Reitora.

Concedo a palavra à Sra. Marcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por até dez minutos – ou, se precisar mais, fique à vontade. E eu aproveito o momento também para agradecer a Universidade do Rio Grande do Sul, a federal do Rio Grande do Sul, por nos trazer os pesquisadores. Grande parte das apresentações foram feitas de lá, e parabéns pelo trabalho que a universidade faz pelo Brasil, não é só pelo Rio Grande do Sul, não! Obrigado.

**A SRA. MARCIA BARBOSA** (Para exposição de convidado.) – Obrigada.

Queria iniciar saudando o Senador Pontes. Mas, Senador, me permite saudar o meu amigo Marcelo Morales, que foi a pessoa que foi a ponte para este momento que a gente está vivendo aqui, que é meu colega da Academia Brasileira de Ciências.

Deixe-me apresentar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é simplesmente, segundo o MEC, a melhor federal do país. Tá, gente? Mas eu não quero que vocês se lembrem da UFRGS como a melhor federal do Brasil, mas como a universidade que tem coragem. Ela teve coragem durante a pandemia de sair e fazer atendimento de todas as espécies para as pessoas. Ela teve coragem, durante o mês de maio, de – em vez de ficar comodamente em casa, porque poderíamos ter ficado – fazer monitoramento, atendimento, estar presente, inclusive, no redesenho de uma série de políticas que agora a gente vê sendo implementadas no Estado do Rio Grande do Sul.

E uma das atividades que essa universidade teve coragem de fazer foi montar um curso de como ensinar mudanças climáticas e ambientais e resiliência, e implementou já no mês de julho, logo depois na rede para docentes da Rede Sesi. Assim, do nada, sem ter nenhum contrato, a gente foi lá e implementou. Foi um teste para um projeto que a gente já está implementando este ano em escolas da rede estadual. Nós precisamos ensinar às crianças – isso é parte de uma pergunta que tem aí no grupo – o que fazer. E isso também faz parte de uma formação para defesas civis e para pessoas que apoiam as defesas civis. Vão começar fazendo no Estado do Rio Grande do Sul, mas pode servir de modelo para diversas partes do Brasil.

Hoje a gente trouxe aqui só um gostinho do que é a ciência disruptiva, ou, como eu gosto de chamar, *deep tech*, aquela coisa profunda, aquela ciência lá da fronteira, que a universidade tem feito, e a gente trouxe três segmentos: um segmento da área de engenharia, um segmento da área de agricultura e um segmento da área de saúde mental, que é muito importante. Mas essa universidade tem atuado em diversas áreas. No entanto – e sempre tem um “no entanto” na nossa vida –, ela só é chamada na hora que “dá ruim”, na hora do desastre. E deixe-me parafrasear o Osvaldo, que sempre diz que desastre é uma combinação de duas coisas – essa equação é simples, gente –, é a combinação da emergência climática, que é provocada pelas emissões, com o risco.

Vocês imaginem que uma chuva como a que teve no Rio Grande do Sul, no meio do Oceano Atlântico, ninguém nem ia ficar sabendo que teve. Iriam olhar os meteorologistas, iriam dar uma olhadinha, iriam olhar para o lado e nem iriam dar bola para isso. Por que ela é crítica? Porque ela está num local que tem risco, que é um juntamento de gente, que não estava preparado para isso, porque a gente tem riscos em várias regiões. Lá no Amazonas, você vai para regiões do Amazonas e vê que as casas estão construídas mais altas, por quê? Porque historicamente eles já têm as cheias. Mas, nas nossas regiões, a gente não



estava preparado para isso.

E não é só nas cidades, gente, a agricultura não está preparada para isso. Hoje, um agricultor, uma agricultora no Estado do Rio Grande do Sul estão perplexos, porque não sabem o que vem amanhã e não estão preparados, preparadas para isso, para essa mudança, esse susto, querem saber o que virá nos próximos meses. E aí é que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul sai para dizer: “Eu não quero mais ser só chamada quando ‘dá ruim’. Eu quero participar ativamente dessa reconstrução para esse novo futuro”. E aí é que a universidade se instrumentaliza com o que tem, que é aquele recurso desse tamanhinho, para conseguir fazer esse trabalho.

E deixe-me dizer algumas atividades que a gente já fez: a gente já conseguiu o recurso para fazer essa formação nas escolas; a gente está pedindo à Finep – *hello*, Finep! –, estamos pedindo para a Finep recursos para criação de um centro de gestão de riscos com a visão dos oceanos, que é uma coisa muito pouco coberta na região – não temos sensores oceânicos no Rio Grande do Sul –, e vai ser no litoral norte, em que vamos juntar dados para ter uma meteorologia customizada, porque hoje, quando cai uma gota do céu lá na minha cidade de Porto Alegre, a população entra em pânico. Eu ouço os estudantes, técnicos, professores: “Fechem a universidade”.

E a gente não fecha, porque a gente tem um protocolo, que a gente desenvolveu, porque felizmente a gente tem meteorologistas com acesso aos dados e, obviamente, a gente pede socorro para o Cemaden para nos dar bem próximos os dados com que eu possa hoje, na UFRGS, decidir se abre ou não abre, com melhores condições que as demais universidades e que as outras pessoas. E isso é injusto, gente! A gente precisa ter uma meteorologia customizada, que a gente tenha informação com dados mais fidedignos espacialmente e temporalmente. E nós vamos trabalhar junto com os órgãos nacionais para a UFRGS ajudar a ter essa construção. Mas, mais que isso, tem um elemento dos riscos que é a resiliência, é saber o que vai acontecer com o nosso estado e, com isso, prover tecnologia disruptiva. E, sinto muito dizer, consultoria não dá tecnologia disruptiva, é a universidade que tem.

Portanto, nós vamos juntar o que a gente tem de mais disruptivo, como essa agricultura que está lá, com informática para nos dizer o detalhamento para que você, agricultor – seja grande, médio, pequeno –, venha à universidade e pergunte: “O que eu planto agora? Como é que eu planto agora? Como é que eu sou mais eficiente?”. Você, Prefeito, Prefeita aí de uma cidade do interior, que está perdido sobre a reconstrução da sua cidade, a formação de sua defesa civil, venha à universidade e busque esse recurso para saber qual é a tecnologia que vai usar. Obviamente, não vamos usar esse super-hiper-asfalto que o Lélío trouxe aqui, que se esborracha, porque ele é muito caro, mas o que a gente tem de intermediário para ofertar, específico para a sua região? E é essa a resposta que a universidade vai dar. Ela não vai substituir a iniciativa privada, que é quem vai prover o serviço, mas a gente pode dizer qual será este melhor serviço que atende a nossa população – e precisa ser customizado. A solução de Porto Alegre vai ser diferente de Canoas, de Novo Hamburgo, do Vale do Taquari, de toda a região de agricultura, do Pampa. É diferente e é por isso que tem que ser na universidade que a gente construa essa resposta.

E é óbvio que eu vou fazer um pedido, né? Não estou aqui para bonito. O que a gente quer construir é um centro de *deep tech* para resiliência sustentável. O que eu estou dizendo com isso? É um centro que vai ter o melhor da ciência junto, eu vou juntar todas as áreas e vou, ao mesmo tempo, trazer a resposta com o melhor que tem de tecnologia para você, seja indústria, seja agricultura, seja gestor ou gestora públicos. A gente pode, a gente tem esta capacidade, basta a gente ter financiamento adequado. E aí vão me perguntar – não perguntaram, mas eu vou dar a resposta: “De quanto que a professora precisa para fazer isso?”. Para fazer, em longo prazo, e eu juntar todo esse conhecimento – pense assim, eu estou falando em ter lá atendimento para você, médico lá da fronteira, que não sabe atender saúde mental e está atendendo –, eu preciso, ao longo de quatro anos, de 200 milhões, e para o primeiro ano, 50 milhões.



Com 50 milhões, eu começo a colocar isso em pé e, como eu tenho uma certeza do que estamos falando, nós já começamos a unir esses pesquisadores e pesquisadoras – porque vocês bem sabem, pesquisador e pesquisadora, cada um no seu quadradinho, e a gente está unindo –, unimos já, através de um seminário em novembro do ano passado; de um *summit*, em maio deste ano e, na semana passada, eu juntei todo mundo que tinha ganhado recursos do estado na área, pus todo mundo junto e avisei: “Vai ter recurso adicional, mas vai ter que trabalhar todo mundo no coletivo e no plural”.

(*Soa a campanha.*)

**A SRA. MARCIA BARBOSA** – Então assim, a minha mensagem é: gente, acreditem na ciência. Infelizmente a ciência sofre da maldição de Cassandra, que era uma deusa mitológica que ganhou a bênção de prever o futuro, mas também ganhou a maldição de ninguém acreditar nela. Por favor, vamos agora, estão no Senado, o Senado é superpoderoso, tirem a maldição de Cassandra e deixem que nós, cientistas brasileiros e brasileiras, possamos trazer a solução para esse desenvolvimento sustentável e disruptivo.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Nós ouvimos a Dra. Marcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Diga-se de passagem, o discurso da senhora, eu gostaria que fosse o discurso de todos os reitores do país. É disto que a gente precisa realmente, de uma universidade que seja ativa, que pense para a frente, pense pragmaticamente, que trabalhe, que, entre aspas, “vá para a rua” para ver a vida, transformar conhecimento em nota fiscal, emprego, soluções. Sem dúvida nenhuma, parabéns! Eu fiquei impressionado! Eu acho que isso aí a gente precisa ter mais no Brasil, e muito mais.

Eu estou vendo aqui a importância de se ter as universidades participando. Isso, diga-se de passagem, também motiva os jovens a olhar e falar assim: “Eu quero estudar lá. Eu quero, eu vou aprender, eu vou contribuir, eu vou fazer”. Eles querem fazer isso. O problema é que muitas vezes não veem um futuro, eles ficam meio perdidos na vida. A gente precisa trazer...

Outra coisa é a promoção, popularização da ciência. Levar os jovens para conhecer as escolas, as universidades – os alunos de ensino fundamental, médio. E quando tem coisa bacana assim, funcionando, isso é muito bom.

Eu pedi para o Marcelo anotar aí esse negócio do centro. Olhe, o valor, não é? Vamos falar de valor. Quando eu era Ministro lá, esse valor de 50 milhões para dar a partida; 200 milhões no total, havendo o FNDCT, seria um valor plenamente viável para o resultado, um investimento plenamente viável de se fazer. Eu não teria dúvida em colocar isso para tocar em frente, sabe?

Aliás, se eu tivesse – já falei algumas vezes... Um dia a ciência vai, vamos dizer assim, ter o poder do país, sabe? Isso... Se a gente tiver um país governado pela ciência e tecnologia, imagine aonde a gente pode chegar? É ilimitado. Eu vou discutir aí possibilidades com isso aqui também, não é? Eu acho que a gente precisa colocar em execução projetos bons, que façam exatamente a diferença. Como isso vai... Esse valor de investimento é ridiculamente baixo comparado com o resultado que dá, o retorno de investimento, não é? Então, a gente precisa pensar dessa forma.

Aliás, se formos ver, 200 milhões... Eu falei isso aqui outro dia, por acaso, com o mesmo valor para o pessoal da Marinha, por exemplo, manter o Proantar: são 200 milhões por ano. Parece bastante quando a gente fala assim. Mas 200 milhões por ano? Se formos pensar, só essa fraude do INSS – eu não sei quanto vai mais pro fundo, mas vamos dizer, a casca ali –, de 6 bilhões de dinheiro indo pelo ralo, não é? Assim, 6 bilhões dariam para manter, por 30 anos, o Programa Antártico. Daria para fazer 30 centros como esse, completo, pago de uma vez assim, “pou” – 30 deles. É bom a gente começar a pensar nessas coisas no Brasil: o que é uma boa utilização do recurso e o que é dinheiro indo para o ladrão, que a gente



paga o imposto e não vê o resultado. Nisso aí a gente vê resultado.

Parabéns, parabéns mesmo!

Eu concedo a palavra agora ao Sr. Osvaldo Moraes, Diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e ex-Diretor do Cemaden, por até dez minutos.

**O SR. OSVALDO MORAES** (Para exposição de convidado.) – Senador, enquanto carrega ali a minha apresentação, deixe-me fazer uma pequena brincadeira. Na sexta-feira, nós estávamos aqui comemorando o Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador; hoje, segunda-feira, eu estou novamente aqui. Vou começar a gostar e pegar gosto por esta tribuna, né? (*Risos.*)

Bem, depois da fala da Marcia, eu quero também dizer que eu sou professor da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, mas sou filho da UFRGS, né? E aqui nós temos... Eu tenho ex-chefes aqui: a Marcia foi Secretária antes da Andrea, que também é minha chefe agora, também física e formada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Marcelo Morales, meu grande amigo; e o senhor, que foi meu chefe, né? Então, eu tenho que ter cuidado naquilo que eu vou falar. (*Risos.*)

Bem, é difícil, em dez minutos, eu tentar sistematizar a disciplina que eu dou no programa de pós-graduação na Unesp, que se chama Introdução à Ciência dos Desastres.

Esse primeiro eslaide não é apenas uma propaganda da produção científica que foi recentemente produzida nesse último ano, depois do desastre do Rio Grande do Sul, mas é uma demonstração de como a ciência tem produzido conhecimento que é capaz de dar informações para os tomadores de decisão.

O Laercio falou... Esse eslaide – agradeço – foi produzido pelo Laercio, no ano passado, durante o aniversário do Inpe, e dá uma ideia do que levou à magnitude daquilo que aconteceu no Rio Grande do Sul. Entre os dias 28 de abril e 7 de maio, choveu em todos esses rios que deságuam em Porto Alegre, aproximadamente, 12 bilhões de metros cúbicos de água. Em uma semana, uma semana e pouco, dez dias, choveu algo que é indescritível. E isso aconteceu exatamente nas bacias que deságuam, nos rios que deságuam em Porto Alegre.

Quando a gente olha esse quadro, parece que ele está nos dizendo o seguinte: a desgraça vai acontecer. Certamente a quantidade de água que caiu naqueles dias e que foi desaguar em Porto Alegre causou também impactos em outros municípios que não apenas nos municípios da região metropolitana, né? Mas o problema todo é que, quando a gente olha isso, a gente tenta transferir para a natureza a responsabilidade do que aconteceu em Porto Alegre.

Sobre a natureza, como o Senador muito bem falou, nós não temos absolutamente nada a fazer. Nós podemos monitorar e fazer a previsão daquilo que vai acontecer. Agora, o desastre não é a chuva. O desastre é o impacto do que aconteceu. E o que leva ao impacto? Aí a gente pode começar a fazer algumas reflexões.

O Marcelo Seluchi falou do desastre do Rio de Janeiro, de 2011, que levou à criação do Cemaden. Esse é um outro exercício intelectual que a ciência nos permite fazer.

Todos nós falamos de um sistema de monitoramento e alerta. O que é um sistema de monitoramento e alerta? Um sistema de monitoramento e alerta não é apenas aquilo que o Cemaden faz; o Cemaden faz o monitoramento e a previsão dos eventos que podem levar ao desastre. Um sistema de monitoramento e alerta é constituído de quatro eixos: um dos eixos é a previsão do evento; o outro eixo é o conhecimento e a percepção do risco que a população tem; um outro eixo é a comunicação, como eu comunico essa possibilidade do evento; e o outro eixo é a preparação e resposta.

Pois bem, o que nós temos ali na linha azul era como o sistema de monitoramento e alerta para o Município de Petrópolis existia em 2011. O que está na linha vermelha é o sistema de monitoramento e alerta que existia em 2022. A gente olha simplesmente essa figura e diz que, em todos os eixos, o



Brasil avançou no monitoramento e alerta em Petrópolis. Pois bem, em fevereiro de 2022, choveu em Petrópolis aproximadamente a mesma quantidade de chuva que teve em 2011 e morreram três vezes mais pessoas. Apesar de nós termos aprimorado o sistema de monitoramento e alerta, uma precipitação da mesma magnitude levou a um três vezes maior número de mortes. Nós podemos fazer alguns tipos de questionamentos de por que isso aconteceu.

Pois bem, aí, então, eu vou começar a falar – vou tentar ser um pouco mais de direto – daquilo que a Márcia falou e que eu tenho batido na tecla seguidamente: nós precisamos olhar os desastres com uma mudança de paradigma, mas não é uma mudança de paradigma de agora, é uma mudança de paradigma que tem quase 500 anos, que começou lá com Pascal e Fermat, com a teoria da probabilidade. Se nós não entendermos o que significa risco, nós não seremos capazes de fazer a prevenção e a mitigação das ameaças que nos que nos acometem.

Pois bem, usualmente, essa figurinha é uma figurinha do IPCC, que é o risco climático, tá? E aí a gente tem algumas equações que dizem que o risco é o produto de uma ameaça vezes uma vulnerabilidade vezes uma exposição. Mas tem uma questão fundamental aqui: conceito é diferente de definição. Desastre é um conceito, não é uma definição. E o conceito é algo que muda com o tempo e que muda com o local; uma definição é algo perene.

E aqui me permitam falar basicamente uma coisa que muitas vezes os físicos tentam ensinar para seus alunos e os alunos não captam muito bem: a segunda lei de Newton, sabe o que diz a segunda lei de Newton? A segunda lei de Newton é a definição de massa – isso que diz a segunda lei de Newton. Todo mundo que foi a uma feira antigamente, que pegava aquela balancinha para medir o que estava sendo pesado ali... Aquilo é a segunda lei de Newton e se aplica tanto para a feira do interior de qualquer município, quanto também para a China, para o Japão, para onde quiser.

Então, é para isto que a gente tem que começar a olhar: o que significa a diferença de conceito de risco e o que está implícito naquela equação ali. Aquela equação é uma ideia genérica de quais são os elementos que compõem o risco de um desastre, mas a gente pode olhar de uma maneira matemática mais profunda para entender aquilo que o senhor falou, Senador, e para entender aquilo que todos, de alguma maneira, aqui falaram: o risco, na verdade, não é apenas o evento que levou a 12 bilhões de metros cúbicos de água no Rio Grande do Sul; o risco tem outro elemento mais profundo em que nós podemos atuar que são as vulnerabilidades, não é?

Ora, naquela figura anterior, nós temos o evento da natureza, que é o evento natural, mas exposição, vulnerabilidade, isso são construções humanas, são os homens que fazem. Então, eu posso olhar o risco do desastre como o risco de um evento da natureza vezes o risco de um evento antrópico. Aí tem essa equaçãozinha também, que dá para olhar. A probabilidade de um evento do desastre é o produto de duas probabilidades: a probabilidade da natureza e a probabilidade antrópica. Ora, quando a probabilidade da natureza acontece, qual é a probabilidade de encontrar uma região vulnerável àquele evento?

Olhem aquela figura ali. Essa figura é de uma região que está disponível em qualquer país de terceiro mundo. Aquele risco ali já não é mais um risco, aquilo já é uma realização. Aqui a gente já tem a probabilidade igual a 1; ou seja, basta ter um evento extremo que o desastre vai acontecer.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. OSVALDO MORAES** – Então, fazer a gestão de risco, na verdade, é trabalhar para diminuir as probabilidades antrópicas. Eu tenho que ter sempre um trabalho de gestão de risco de diminuir vulnerabilidade, porque, se eu não diminuir vulnerabilidade, qualquer evento extremo acima de um determinado limiar vai levar ao desastre.

E aí a gente pode falar todas aquelas... Quando a gente fala em vulnerabilidade, não é apenas



vulnerabilidade social. Nós temos vulnerabilidade tecnológica... E aí vamos lembrar Brumadinho. Brumadinho não foi chuva extrema, foi uma vulnerabilidade tecnológica que levou àquele desastre, não é? Nós temos vulnerabilidade cultural. O Senador falou que negacionismo climático é vulnerabilidade cultural, porque, se eu não acredito em mudanças climáticas, eu não vou fazer nada para tentar atenuar os impactos.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OSVALDO MORAES** – E isso aqui é um trabalho que nós publicamos agora recentemente, do qual a Marcia é coautora, que mostra o quanto a imprensa do Rio Grande do Sul descortinou as vulnerabilidades presentes que levaram ao desastre no estado. Se nós pegarmos as manchetes dos jornais de cinco meses, o maior número de notícias foi sobre os impactos e sobre as vulnerabilidades. Um número muito pequeno de notícias foi relacionado com o que causou o desastre, que foi a chuva. Então, essa é uma demonstração científica de onde a gente tem que atuar.

Infelizmente, não dá para ler, mas eu posso ler para vocês aqui, o tempo já está correndo. Daquele trabalho que nós publicamos na revista da Finep, tem uma coisa que eu digo, que é o seguinte, lá:

Não podemos, como cientistas, deixar os tomadores de decisão isolados nessa tarefa.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OSVALDO MORAES** – Continuo:

A eles compete a ação para a redução das vulnerabilidades. Mas como eles a irão identificar? [...] E a ciência possui as ferramentas para isso.

O Rio Grande do Sul conta com uma das mais robustas estruturas de ensino e pesquisa do Brasil, que cobre todas as regiões do estado. Em termos de Universidades Federais, o estado conta com 6 (UFRGS, UFSM, UFPEL, FURG, Unipampa e UFCSPA). Há, também, Universidades Eclesiásticas como a PUC, Unisinos e UCPEL, além dos Institutos Federais. Conta com outra dezena de Universidades Comunitárias.

E o Estado não faz o diálogo com a comunidade científica.

Além de cursos de graduação como nota máxima do MEC, o estado conta com centenas de programas de pós-graduação.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OSVALDO MORAES** – Ou seja, o Estado do Rio Grande do Sul possui conhecimento científico suficiente para ajudar o estado a identificar as vulnerabilidades como essa que você apresentou, que é um exemplo perfeito de como a vulnerabilidade tecnológica presente tem que ser atenuada. E para isso a universidade possui conhecimento. Nós não podemos deixar a ciência de lado nessa tarefa.

Muito obrigado e desculpe a minha empolgação. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito bom, Senador... Quase que eu o chamo de Senador aqui já, viu? Só por... *(Risos.)*

Sr. Osvaldo Moraes, Diretor do Departamento para o Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

De fato, seria muito bom se a gente tivesse muitos políticos vindos da ciência, né? Isso, de novo: no dia em que a ciência comandar o país, a gente vai decolar este país. Tem tudo para ser o melhor país do



planeta, a gente precisa juntar, alinhar as coisas todas e trazer a ciência para o local devido.

Bom, eu vou passar então a essa fase aqui das perguntas. Eu vou pedir para utilizarem os microfones, em cada um aí. Novamente eu vou ler e vou passar a pergunta para alguém. Então, essa primeira aqui do Ytalo, de Sergipe: “Os recentes desastres são prova [...] [clara] de que o rigor científico deve ser sempre seguido de forma meticulosa”.

Eu passo isso para a Reitora Marcia Barbosa, por favor.

**A SRA. MARCIA BARBOSA** (Para exposição de convidado.) – Bem, o rigor científico é seguido. Cientistas, normalmente... A gente tem algo que se chama métodos científicos, que a gente segue. E, quando a gente publica, um tenta atacar o outro, é parte do jogo também um cientista tentar mostrar que o outro está errado, até chegar a um ponto em que a gente cria o que a gente chama de consenso científico sobre diversos temas.

Então, temos muitos consensos científicos. Por exemplo, a gente sabe que a Terra é um esferoide – o próprio Senador viu, visualizou isso, tá? –, a gente sabe que vacinas não causam autismo e a gente sabe que as mudanças climáticas têm influência sobre emissões. Recentemente, tivemos até um projeto de circunavegação do Polo Sul, do nosso querido Jefferson Simões, pesquisador da UFRGS, que mede o quanto de emissão de CO<sub>2</sub> teve no planeta ao longo do tempo.

Então, do que a gente precisa agora? De novo eu provoço vocês: nós precisamos acabar com a maldição de Cassandra, nós precisamos fazer com que as pessoas passem a acreditar na boa ciência, o que significa uma formação sobre ciência lá na educação básica e significa que nós, cientistas, vamos ter que sair da nossa região de conforto, porque é adorável ficar só falando entre nós a nossa linguagem complexa klingon, mas a gente precisa aprender a falar com a população. É isso que a gente está fazendo aqui hoje, é isso que nós vamos fazer toda vez que nós formos provocados e provocadas a fazer. A universidade precisa dialogar com o cidadão e a cidadã. Isso inclui todas as formas de iniciativas privadas.

Então, sim, a boa ciência tem que passar por esse processo, que é bem espinhoso, leva um tempo, mas eu tenho total confiança nos métodos científicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dra. Marcia Barbosa, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul! Concorde plenamente.

A internet... Embora eu seja fã, obviamente, das tecnologias de forma geral, as ideias que são passadas, muitas vezes, pela internet são ridiculamente falsas. A gente vê essas coisas acontecendo. Quantas vezes eu sou perguntado sobre esta questão: “A terra é plana?”. Eu falo: “Poxa...”. Fico até assim, para responder um negócio desse, né? Infelizmente a gente vê isso. De novo, a popularização da ciência, a promoção da ciência, levar programas científicos, programas de tecnologia na TV para as pessoas assistirem, verem, é interessante.

Bom, próxima pergunta aqui do Alan, do Rio de Janeiro – pergunta não, comentário –: “O Brasil pode investir em pesquisas sobre agroflorestas flutuantes [...] [para garantir] que parte da produção de alimentos não seja impactada por enchentes”. Esse eu passo para o Carlos.

**O SR. CARLOS PEREIRA** (Para exposição de convidado.) – Beleza. Pergunta interessante. Obviamente, Ministro, acho que vem dentro da fala, Senador, a questão do orçamento. Eu acho que toda pesquisa científica é válida. E uma das questões que a gente tem, a gente nunca sabe exatamente... Então, eu acho que o conceito de agrofloresta flutuante é interessante. A ideia é justamente você plantar em cima de estruturas flutuantes, aproveitando a própria água que já está disponível. No caso de enchente, ela acompanha, digamos, os níveis e evita ali as perdas.

A lógica que a gente tem: falou-se aqui de prontidão tecnológica, do TRL, e da outra questão, do risco. Esse é um risco do ponto de vista de desenvolvimento de novas tecnologias, e a gente não sabe, a





princípio, qual exatamente é melhor. A experimentação em diferentes caminhos é importante.

Então, eu acho que, sim, deve-se investir em pesquisa. Se ela é efetivamente... Quão efetiva ela é vamos demandar em função dessa experimentação. A gente vai aprimorando, aperfeiçoando as técnicas.

E quando se fala em valor, Senador, acrescento somente que, com um país que tem um PIB de trilhão de dólares, 0,1% de aumento, aquilo lá, é bilhão que se aumenta na questão. Então, realmente, quando se fala em 200 milhões, para o meu CPF é muito, para o país é algo que é valioso, que pode ser usado.

Se olharmos os países que mais investem – você falou bem daqueles de 2% –, não tem nenhum ali que você olhe: “Ah, é um recurso mal-empregado”. Parece que é uma certeza: você investe, você desenvolve, o país se desenvolve. Então, a resposta aqui é sim. Pelo que eu li, acho que tem pesquisas nessa área; acho que é até interessante, se quiser, trocar ideia.

E outra área que se tem são as fazendas verticais, ter fazendas que são caseiras, digamos assim, onde uma miniestufa se pode ter.

Então, eu acho que tem várias soluções que são efetivamente diferentes das que a gente vem pensando atualmente que vale a pena explorar. Este é o objetivo justamente da pesquisa: você investe, desenvolve técnicas, aprende com isso, aprende inclusive com os erros.

Então, acho que fica justamente nisso. É interessante, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Carlos Pereira. Obrigado pela resposta.

Tem uma pergunta aqui que eu vou me arriscar a responder também. É da Vera, de Santa Catarina: “É urgente [...] [a regulamentação de] políticas públicas para mitigação das crises climáticas e reflorestamento de áreas devastadas”. Exatamente isso. Então, a gente colocou aqui, Vera, o Projeto de Lei 5.002, de 2023 – depois dê uma pesquisada ali no Portal do Senado –, que trata justamente de gerenciamento de riscos, foi falado aqui da importância do gerenciamento de riscos para desastres naturais. Aliás, gerenciamento de risco é importante para qualquer desenvolvimento, principalmente esse também. E, sobre a questão do reflorestamento, tem lá o programa do ministério – procure também – que é o Regenera, que é muito interessante. Tinha duzentas áreas antes, se eu não me engano, e eu queria aumentar para mil áreas, espalhadas nos diversos biomas. Não podemos nos esquecer também do oceano que não é propriamente dito... A gente precisa trabalhar em cima. Isso é urgente e tem que ser feito pelo mundo inteiro. Não dá para ser o Brasil. Não! Tem que ser o mundo inteiro trabalhando em cima da limpeza dos nossos oceanos.

O Maycon, de São Paulo: “Como garantir que a população seja parte ativa na aplicação [...] [de] soluções científicas [para a prevenção de desastres naturais]?”.

De novo, eu retorno para a Reitora essa daqui.

**A SRA. MARCIA BARBOSA** (Para exposição de convidado.) – Primeiro, é fundamental que a população tenha a boa informação. É por isso que a gente está dedicando um esforço muito especial à formação de professores para ensinar sobre mudanças climáticas e ambientais, mas é mais do que isso. As universidades têm que estar abertas. A gente tem adotado a iniciativa de abrir a UFRGS, a gente tem um dia especial em que a gente abre para todo mundo para conversar com todo mundo, mas cada vez mais a gente quer abrir. E esse centro a gente está pensando justamente para isto: para ter iniciativas mais macroscópicas de formação de recursos humanos.

E, tendo a população formada, gente, é o voto. Não tem outro jeito de tu exerceres esse teu poder! E nós vamos entrar, no ano que vem, num ano eleitoral. Então, em vez de escolher no último minuto o seu candidato ou a sua candidata... E falo candidatas, porque eu gostaria de ter mais mulheres, principalmente nestas Casas aqui do Congresso, em que o percentual de mulheres ainda é muito baixo, mas candidatos e candidatas. E pergunte o que esse candidato e essa candidata pensam sobre mudanças climáticas



ambientais, como é que vai ajudar a sua região; pense, seja um pouquinho egoísta: como é que vai ajudar a minha região a ser mais sustentável, a ter uma infraestrutura melhor, a, se for uma região agrícola, ter uma certeza de um futuro agrícola próspero? O que essa candidatura tem a ver com esse tema? Então, já vamos começar agora pensando em quem votar e tendo essa conversa.

E, se vocês tiverem alguma dúvida sobre questões climáticas e ambientais, procurem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seja indo à universidade, seja nos mandando mensagens. A gente está constantemente aberta e aberto a este diálogo com a população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Reitora.

Aliás, nós temos aqui que registrar a presença nas galerias dos alunos do ensino fundamental da Bright Bee, escola bilíngue da cidade de Anápolis, Goiás. Bem-vindos aqui. (*Palmas.*)

É aí que está a nossa solução. Que essas crianças possam desenvolver e cobrar.

Eu digo cobrar, porque, realmente, a senhora falou uma coisa muito importante. As pessoas deixam para a última hora para escolher o candidato ou a candidata. Não pode, elas têm que ver antes. Aliás, eu acho que têm que ver muito o currículo dessa pessoa também, pois o currículo da pessoa é extremamente importante para verificar de onde veio essa pessoa, o que ela sabe, qual é o conhecimento que ela tem. A gente precisa ter aqui essa participação mais específica.

Vocês viram que o Senador Izalci estava aqui no começo. Essa é a bancada da ciência aqui no Senado – nós dois: 50%, 50%. A gente precisa aumentar isso e aumentar muito, entenderam?

E, aqui, a gente ouve muito assim: “Não, eu sou a favor da educação, eu sou a favor da ciência, eu sou a favor...”. Tá; no discurso, fica bonito, mas o problema é que, quando chega na hora do orçamento... Eu me lembro de lá no ministério; a gente manda a previsão de orçamento para o ano seguinte, bate no setor de economia e eles já cortam um percentual; aí, vem para cá e “não, eu sou a favor, sou a favor.” Lá na Comissão Mista de Orçamento, você vai ver o orçamento indo para um monte de coisa, mas para a ciência vai reduzindo. “Ah, é coisa para dez anos”. Não é; é coisa para agora, né? “Vacina é coisa para dez anos”. Não, é para agora; tem que fazer agora. Não é à toa que a gente fez aquele Centro Nacional de Vacinas em Minas Gerais. É agora, tem que se produzir agora; remédios têm que ser produzidos agora, no Brasil. Então, não adianta ficar colocando a ciência como se fosse alguma coisa para o futuro; ciência é para agora. Se a gente não fizer agora...

E outra coisa: os desastres naturais. Aconteceu essa tragédia toda no Rio Grande do Sul; a gente teve a Comissão – eu fiz parte da Comissão, fiquei lá. Ótimo! Tentamos, inclusive, perdoar a dívida do Rio Grande do Sul, que eu acho que era uma medida adequada para o tamanho do gasto que vai ter para a recuperação. Não conseguimos passar isso, mas adiou-se um pouco a dívida, o que não resolve completamente.

E outra coisa é a seguinte: na hora, fizemos uma lista de projetos de lei que deveriam ser acelerados na tramitação aqui, para que fosse possível usar essa tragédia para aprender com ela e se proteger para o futuro, o que a gente faz em segurança de voo, por exemplo, em um acidente. A investigação que a gente faz em um acidente aéreo não é para determinar culpados, é para achar fatores contribuintes, porque esses fatores contribuintes vão poder ajudar a evitar outros acidentes, né? O pessoal da Anac que estiver aí está vendo. Então, é exatamente isso o que a gente faz e é o que a gente precisa fazer em uma situação como essa.

Aí, colocamos os projetos emergenciais – vamos chamar assim. Mostrem-me um deles que foi para a frente e que conseguiu ter aprovação aqui no Plenário, por exemplo. Nenhum! Ficou tudo parado. É igual a questão das escolas, de violência nas escolas, de ataque a escolas. Acontece uma tragédia e todo mundo fica consternado aqui também. “Vamos acelerar o projeto”. Aí, aparece um projeto de lei. Quando passa



aquela onda na imprensa, para tudo; e aí volta-se à pauta normal.

A gente tem que ter ciência e tocar para a frente o que é importante, não só nos momentos de crise, mas tem que andar. Não pode ficar fazendo voozinho de galinha. Quer dizer, se a gente quiser ser águia, a gente também tem que voar alto aqui.

Finalmente, eu vou colocar a pergunta da Luísa, do Rio Grande do Sul: “[De] qual maneira seria possível fornecer a devida orientação às populações carentes sobre os perigos de permanência [...] [em áreas] de risco?”. Somando-se a isso, uma parte que está em outra questão também é que, às vezes, a população não tem ciência e fica jogando lixo na rua – coisa simples –, no meio da rua, na calçada. Todo esse negócio vai para rede de esgoto e entope tudo; aí, na hora em que cai uma chuva, alaga tudo. Então, a gente tem que ter consciência também de cada ser humano, cada cidadão fazer a sua parte.

Então, vou passar essa pergunta aqui para o Inpe. “[De] qual maneira seria possível fornecer a devida orientação às populações carentes sobre os perigos de permanência [...] [em áreas] de risco?”. A gente teria que convencer os Prefeitos a terem mais bom senso e tirarem as pessoas de área de risco, não importa se vai perder uma quantidade de votos, porque, no final das contas, as pessoas vão reconhecer o trabalho feito pelo Prefeito em tirar as pessoas de um lugar ruim.

Por favor.

**O SR. LAERCIO MASSARU NAMIKAWA** (Para exposição de convidado.) – Bom, eu participei do evento promovido pelo Exército, o Seminário da Operação Taquari 2.

A Operação Taquari 2 foi a operação logística que o Exército promoveu para fazer o apoio ao desastre – muitas coisas de resgate, mas de reconstrução também. E participaram também pessoas da Defesa Civil. Várias delas falaram de pessoas que, sabendo que estavam em risco, foram mandadas sair de casa e não saíram, com casos extremos de pessoas que morreram. Depois de vários dias, foram ver, a pessoa não apareceu e continuou desaparecida.

Então, para mim, o que acontece está exatamente relacionado com o que o Senador falou: precisa ter um poder público, mas, além disso, a população tem que ter confiança no poder público. E hoje falta confiança da população nas decisões do poder público. Mesmo que o Prefeito fale “todo mundo sai”, não é todo mundo que sai. Por quê? Existe uma falta dessa conscientização ou desse entendimento de que o poder público está lá para o bem dela. Então, esse é um grande obstáculo no meu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Pesquisador, Dr. Laercio Massaru, do Inpe.

Eu lembrei uma coisa quando você estava falando: Houston – eu morei 20 anos em Houston – é uma área suscetível a furacões, então volta e meia aparecem furacões. Vão sendo noticiadas ali as probabilidades de trajetória, e a gente fica acompanhando aquilo. Quando chega a um certo ponto, se aquele furacão for atingir a área de Houston, principalmente se atingir o sul de Houston, porque acaba enchendo... Houston é chamada de cidade dos *bayous*, porque há um monte de riosinhos, e aquilo alaga que é uma beleza. Aí vêm as determinações da cidade para abandono das regiões. Primeiro, abandona-se Galveston, que é uma cidade independente, mas perto de Houston, que está no litoral do Golfo do México. Então, primeiro, abandona-se Galveston – tem as áreas A, B, C –, depois se vai abandonando Clear Lake, e assim por diante. E não é opção; é obrigatório sair. Tem gente que vai brigar, vai querer ficar? Vai, mas tem que sair. É tanto que a cidade é toda preparada para isso. Nesses momentos, entra o plano de preparação ou o plano de resposta, se esse negócio estiver em cima, e já liberam todas as *highways*. Nenhuma chega para a cidade; todas as pistas são para sair da cidade, para abandonar. Então, são 5 milhões de pessoas abandonando a cidade. É um tumulto? Sem dúvida, mas é para tirar da frente do furacão ali.

E cada pessoa recebe também – eu recebia lá em casa – tipo um *booklet*, um livrinho, dizendo da preparação: o que você tem que ter em casa guardado, o que você leva com você, o que você deixa para



trás – a pessoa não pode levar um caminhão de mudança; leva os seus documentos, leva alguma coisa e deixa o restante lá –, tem que ter seguro, etc. Então, essa preparação é muito importante. Foi por isso que eu falei: plano de prevenção, preparação, resposta e a recuperação depois. E a gente não vê isso acontecer aqui. É importante ter isso aí para que as pessoas tenham essa consciência.

Outra coisa que o Osvaldo falou e que eu acho muito importante – estou falando bastante porque, afinal de contas, esta é uma sessão de debates; fique à vontade também, se alguém quiser falar alguma coisa, dar alguma opinião – é a questão da vulnerabilidade... Como é que se chama a vulnerabilidade? Cultural, não é? Em que as pessoas não acreditam. Você está vendo o dado ali, e a pessoa não acredita naquilo. Eu estou vendo o furacão vindo para cá. “Não, isso aqui deve ser *fake news*”. Se o furacão está vindo para cá, sai da frente do negócio, não é? Tem que acreditar. É por isso que a parte, Reitor, da educação, promoção, popularização da ciência, levar isso para as crianças desde o começo, é importante, para elas aprenderem a trabalhar com ciência.

Morei na Califórnia também, no tempo de mestrado, doutorado lá. Lá tem terremoto e tem treinamento nas escolas: no caso de terremoto, o que você faz, como faz. Alguém aqui já participou de algum treinamento, por exemplo, no caso de incêndio de prédio? É muito raro acontecer isso aqui; lá é todo... Na Nasa, acho que a cada mês toca lá a sirene, você tem que descer. Ah, fica chato, você tem que sair do trabalho. É, mas tem que treinar, porque, quando acontece, não tem mais jeito.

Então, a gente tem que aprender a planejar e executar aqui no país. Eu queria que o Brasil tivesse um planejamento de longo prazo, sabe? Dez anos. Onde o Brasil quer estar daqui a dez anos? Daqui a 20 anos? Daqui a 50 anos? E aí que cada governo que entrasse, governo de plantão, vamos chamar assim, seguisse aquele planejamento, planejamento feito por pessoas, por cientistas, por pessoas que entendem do assunto. Acho que a gente teria...

Eu perguntei, na época em que era Ministro, para a Coreia do Sul. Eu fui lá perguntar para eles. Eu sou aqui o Presidente do Grupo Brasil-Coreia. Eu fui lá, como Ministro, perguntar para eles: “Escuta, como é que vocês fizeram para sair da situação em que vocês estavam para a situação em que vocês estão?”. Isso em termos de educação, pesquisa, desenvolvimento. Eles me deram... Eles foram muito solícitos e fizemos um acordo com o ministério, pesquisadores de lá com os nossos consultores aqui também trabalharam para desenhar um modelo aqui para o Brasil, adaptado. E a gente vê que a gente pode e precisa fazer muita coisa. Mas, de novo, essa última parte precisa ser feita. A gente precisa fazer alguma coisa, e depende, logicamente, das autoridades e da boa escolha dos políticos.

Pessoal, primeiro, eu queria agradecer muito a presença de todos. Eu acho extremamente importante a gente trazer esses temas e falar para a população, que está nos acompanhando também – obrigado por nos acompanhar –: pense sobre isso, pense como você pode fazer a sua parte aí na sua cidade, na sua casa, na sua comunidade. É muito importante a participação de todos, e a escolha adequada dos políticos também. Olhe o currículo das pessoas.

Cumprida a finalidade desta sessão de debates temáticos, a Presidência declara o seu encerramento. Muito obrigado a todos.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 54 minutos.)*



Ata da 65ª Sessão, Não Deliberativa,  
em 16 de junho de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Humberto Costa, Confúcio Moura e Eduardo Girão.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 12 minutos e encerra-se às 15 horas e 59 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Costa. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa, ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores, que terão até 20 minutos para o uso da palavra.

O Senador inicialmente inscrito é o Senador Plínio Valério.

V. Exa. está convidado para ocupar a tribuna por 20 minutos.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discursar.) – Presidente Humberto, Senador Confúcio, o que vou dizer é um apelo que eu faço aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, à Mesa, à Presidência do Senado, porque eu tenho encontrado dificuldade para saber o caminho correto que eu devo percorrer.

Eu tenho recebido... É bom a gente falar com os brasileiros, com as brasileiras que nos ouvem, que nos veem neste momento, sobre o que está acontecendo no seu país. Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná... Isso é Brasil. Eu vou falar do Acre, do interior do Pará e do Amazonas, o que também é Brasil.

O que está acontecendo em Rondônia – não sei se está acontecendo, parece-me que sim, Senador Confúcio – é um movimento de operações do Ibama, do ICMBio, da Polícia Federal, da Guarda Nacional, da Funai e sei lá do que mais; helicópteros, aviões, fuzis, ameaças, agressões.

Já recebi alguns vídeos. Por isso que eu disse que eu tenho dificuldade, porque os vídeos nos chegam e as pessoas, nervosas, nos mostram os vídeos, falam o que está acontecendo, mas nunca dão assim a exata localização de onde está ocorrendo isso.

Três vídeos me chamaram a atenção. De um já falei aqui: é de um pequeno agricultor que se enforcou, que morreu enforcado, desesperado; o outro vídeo é de um também produtor, pequeno produtor, mostrando onde estava, pedindo desculpas à família, porque já não podia mais sustentá-la, e dizendo que o carro dele ia ficar com o pisca ligado, que alguém viesse buscá-lo, ou seja, que ele ia se matar.

Agora, um, em particular, me chamou também muito a atenção. É do Vereador de um município – eu vou localizar, acho que é no interior do Acre – abordando o chefe de fiscalização do ICMBio e pedindo que o fiscal mostrasse a ordem de despejo, alguma ordem judicial para aquilo que estava acontecendo, que isso fosse mostrado como se fosse legal. E ele não mostrou. E o Vereador pergunta, então: “Isso é uma operação administrativa ou do Judiciário?” E o rapaz: “Eu não vou lhe dizer”. E não mostrou nenhum documento.

Então, qual seria o caminho agora? Oficiar o Ibama? Perguntar o que de fato está acontecendo? Eu não acredito no Ibama, o Ibama não acredita em mim; eu não gosto do Ibama, o Ibama não gosta de mim por causa daquela CPI das ONGs, daquilo tudo. É por isso que eu estou pedindo à Mesa.

Nós precisamos, Senador Humberto, Senador Confúcio, saber se essa operação é legal, porque você dar tapa em cara de pai de família, você apontar fuzil para mulher, você fazer despejos e dizer “o teu gado está confiscado. A tua ovelha, o teu bode está confiscado. Você só tem direito a levar o pano de bunda” – porque é assim que a gente chama no interior aquela coisinha de que ele precisa para se vestir... A gente precisa...

Isso aqui é o Senado da República. Está acontecendo no Brasil, sim, 2025. Terras da União. O avô, o pai e agora o filho estão lá, criando o seu gado, criando o seu bode, plantando, e, de repente, chegam e



mandam sair. E não mandam sair assim, com educação não. Mandam sair, realmente, com abuso, o que a gente costuma chamar de abuso de autoridade. Com abuso.

O ICMBio, já disse aqui, é um câncer terminal neste país. Entregam-se ao ICMBio o poder e a prerrogativa de tomar conta de todos os parques nacionais, de áreas de proteção ambiental. Eles entram em terras indígenas. Eles mapeiam, eles forjam audiência pública... E eu digo forjam, porque tenho prova. Lá em Itacoatiara, Novo Remanso, forjaram... A população saiu e eles tiveram que fazer uma nova ata. O fiscal do ICMBio me disse isso. Isso está escrito e está também gravado.

Eu preciso, Senador Humberto... Porque, se eu fizer isso só como um Senador, que já até afrontou o Presidente Lula, o Ibama não vai responder.

Esta Casa chegou a um tal grau de falta de respeito com a gente, que um ofício de um Senador não vai ser respondido pelo Ibama. Não tenho nenhum pudor e nenhuma vergonha de dizer isso, porque está acontecendo isso sim.

Eu preciso fazer isso pela Mesa, eu preciso fazer isso pela Presidência, porque, passando na Mesa e sendo assinado pelo Presidente – e o Senador Humberto Costa está presidindo esta sessão –, pode ser que ele responda e a gente cesse e pare com isso.

Se não há ordem judicial... Eu não sei que prerrogativa é essa do ICMBio, que não precisa de uma autorização do Judiciário para despejar agricultores. E eu lamento...

Não tem como não fazer um paralelo; não tem como não fazer.

Lembro sempre: eu sou da Amazônia. Eu não estou aqui mentindo e inventando. Eu sei, porque vejo. Eu sei, porque sinto.

O narcotráfico não tem nenhuma operação contra, a não ser aqueles aguerridos policiais civis e militares que ficam na fronteira. Fora isso, não tem helicóptero para combatê-los; fora isso, não tem fuzil para combatê-los; fora isso, não tem lancha para combatê-los. Mas já com os pequenos agricultores tem. São helicópteros, são aviões, são picapes.

Eu vi, no Acre, vídeo dos fiscais do Ibama, amarrando na picape o esteio da casa de madeira a uma corda e derrubando-a. Casais saindo na sua moto, sendo confiscada, porque o fiscal disse que eles estavam fazendo frete. Isso está acontecendo.

Por isso que eu comecei com você, brasileiro; por isso que eu comecei com você, brasileira, para que você saiba que isso acontece no Brasil.

O que é que você tem a ver com isso? Pode ser que nada, porque o ladrão está na casa do vizinho, o ladrão está em outro estado, está acontecendo no Norte. Esse desmando, esse descaso, esse abuso que nós precisamos conter.

Há tantas coisas mais neste país que precisam ser investigadas e combatidas, e não afrontar pequenos agricultores que estão em terras da União. Estavam lá, foram incentivados a irem para lá, estavam lá em paz, mas, de repente, o ICMBio consegue que o Presidente da República homologue uma área de proteção, uma unidade de fiscalização, uma APA, que é uma terra indígena... Sempre tem.

A Amazônia está cercada. A Amazônia já está mapeada, já está isolada.

Como se não bastasse, o nosso cidadão, a nossa cidadã, embora não tenham os documentos que nós temos, embora não usufruam das futilidades da vida que muitos utilizam, são cidadãos, cidadãs brasileiros, sim, que precisam da nossa atenção.

O que eu tenho dito a eles é, Senador Izalci, que eles podem contar conosco, sim, quando precisam e pedem para que a gente os socorra. Mas como? Porque apelo do Senado já não ecoa. Senador já não tem aquela força de antigamente, porque ministros já não respeitam mais o Senador; porque autoridades já não respeitam mais o Senador. Embora essas mesmas autoridades, esses mesmos ministros, queiram o respeito que não dão. Querem ser respeitados, e não dão respeito. Querem que nós cumpramos as leis que



não cumprem.

E o Senado está quedado. Eu não digo isso com crítica a ninguém. Quem sou eu para apontar? Eu só digo que nós não estamos tendo acolhida nas repartições públicas. E aqui não é nenhum lamento de coitadinho; é contestação.

Eu preciso entrar com essa ação... Estou saindo daqui para conversar com os consultores. Liguei para os juízes que eu conheço, para me dar uma luz sobre onde é que eu devo ir. Seria no Ibama? Seria no ICMBio? Mas nem resposta, nem resposta virá; nem resposta virá. Porque, até hoje, a gente não tem algumas respostas que nós pedimos pela CPI. E a gente já está entrando com ação por essa falta de compromisso que assumiram conosco, de que mandariam as informações necessárias, e não vão mandar.

Enforcados... Pessoas... Pais de família estão se suicidando. Pais de família estão abandonados, sem ter nada nem para onde ir.

É só você imaginar. Faça comigo este exercício pequeninho só – um pequeninho só. Se chegasse alguém aí, com um fuzil, na sua casa, mandando você sair, dizendo que você não tinha direito mais ao seu carro na garagem, à sua moto na garagem, que a sua mulher não tinha direito ao carro dela, e que vocês tinham que sair imediatamente e dar um jeito. É só imaginar.

Eu sei que a dor que está lá não é a dor que está cá, mas é só imaginar que são irmãos e irmãs que estão passando por esse problema, que é real.

Nós comprovamos, na CPI das ONGs, aquilo que, modestamente, eu já sabia que era exatamente isto: esse regime opressivo, esse regime opressor que o ICMBio impôs e pratica no interior do Norte.

É preciso que façamos alguma coisa. Segunda-feira, os trabalhos iniciam, e a gente precisa, sim, fazer alguma coisa.

Pode ser que a gente vote hoje ou amanhã ainda. Autoridades nomeadas, embaixadores nomeados... Pode ser que a gente cuide disso, como se isso fosse o mais importante a se fazer na Casa.

A gente costuma dizer, desde a Câmara Municipal: “Nós, Senadores, nós, Vereadores, somos o eco da população. Aqui é a Casa da ressonância”. E eu não vejo ecoar. Eu não vejo ressoar esse lamento sofrido, essa opressão, esse grito contido que a gente já não ouve mais, porque não adianta gritar. Porque a gente não ouve. Ninguém mais ouve.

Você tem parte do Judiciário comprometido; você tem as ONGs como um poder paralelo na Amazônia. Tem o Governo, que, se não é omisso, não é obedecido; você tem o Ibama mandando e dizendo ao Presidente Lula... Quando o Presidente Lula reclamou, de forma correta, honesta e compromissada, quando ele disse que o Ibama é um órgão auxiliar – ou seja, ele não concorda com isso –, o Presidente Agostinho, do Ibama, disse o seguinte: “Aqui no Ibama nós estamos acostumados a trabalhar sob pressão, e eu informo que aqui, no Ibama, todos os funcionários são concursados”, ou seja: “Não se meta aqui, Presidente”. E é assim que eles agem.

Esse pessoal que manda no Ibama, que manda na Funai, no Ministério do Meio Ambiente, são pessoas que se julgam de outro planeta, são pessoas que se julgam de outro estágio, porque não dão bola para o sofrimento de ninguém.

Na CPI eu constatei isso. Eu mostrava o vídeo e perguntava a quem estava depondo se tinha alguma coisa a dizer. “Não, não tenho nada a dizer”. A outra disse: “Prefiro acreditar nos meus assessores”. E aquele choro, aquele desabafo não vale nada!

Eu sei que tudo que a gente diz aqui desta tribuna fica registrado nos *Anais*. Eu quero ver como a história será contada. A minha, em particular, eu quero que seja contada da forma com que eu me porto: eu me importo com a minha passagem aqui; eu me importo com o compromisso assumido com a minha população; eu me importo com aqueles que sofrem.

Levei 36 anos para chegar a ser, a estar Senador da República. É poder, mas o poder só se justifica





se for para fazer o bem. Eu entendo dessa forma. Eu não estou aqui – já disse dos ataques que sofro – para me defender, eu estou aqui para defender o Amazonas e não quero usar o poder para fazer o mal; eu quero o poder para fazer o bem, porque ele só se justifica se for para fazer o bem! E o bem nos diz, a justiça nos diz que é preciso socorrer essa gente, que é preciso enxergá-los, mostrar que eles não estão invisíveis para todo o Brasil! Pelo menos que este Senado possa enxergá-los e, com alguma ação judicial que seja, com alguma ação administrativa que seja, possamos fazer alguma coisa.

Eu saio daqui para conversar com o pessoal que entende dessas coisas aqui, os nossos consultores, para ver de que forma a gente pode agir.

Agora, olhem só, deixem-me confidenciar uma coisa para vocês: sabem o que me segura? É para que essa ação... Vamos supor que seja uma galinha. Ela vai cair na mão da raposa, da mucura, porque eu estou entregando as ovelhas ao lobo, eu estou entregando as galinhas à mucura. Até com isso a gente precisa se preocupar!

E olhe que quem está falando é um Senador da República, que teoricamente tem prerrogativas, que teoricamente tem poderes... Mas o que está acontecendo? Estão cassando Deputado, estão invadindo gabinete de Senador sem que se faça nada! A lei, lá no seu artigo – não sei se é o art. 5º ou seja lá o que for, não sou de memorizar essas coisas –, diz que o Deputado Federal não pode ser cassado por um ato que não seja do próprio Legislativo. E isso está acontecendo!

Não falo de medo; medo não existe, receio não se tem. Há uma contestação de que o Senado já não está tão respeitado assim. Precisamos fazer algo.

Eu encerro dando o exemplo do que é preciso trazer para cá. E, perdoem-me, eu não falo de Senadores nem de Senadoras; eu falo daquilo que eu penso e quero.

Em 2019, quando entrei, apresentei uma PEC que limita, que fixa o mandato de Ministro do Supremo em oito anos. Foram tantos os caminhos, tantas as curvas, mas chegamos lá, na CCJ. Chegamos a uma Relatora, no caso, a Senadora Tereza Cristina, que está com o relatório pronto, mas que nunca vai para a CCJ e muito menos para cá, mas que virá, eu entendo isso.

Qual o paralelo que eu quero fazer? Vamos supor que os Ministros atuais tivessem um mandato de oito, dez anos; uns estão com cinco, com oito, faltam dois, faltam três. O Ministro Gilmar daria essa declaração elogiando o Governo chinês, trazendo o modelo chinês para cá? Nunca! Porque ele sabe que daqui a dois, três, quatro anos estaria como um cidadão comum, e o que ele diz é uma aberração, um afronto e um deboche – e ele não o faria. Agora, saindo só aos 75 anos, eles vão continuar assim, vão continuar assim, rindo da nossa cara, mandando o mané calar a boca, cantando em *karaokê*, ministro chamando para si aquilo que ele não pode, e assim continua.

Mas é cumprir com a minha missão hoje, Presidente: segunda-feira, vir ao Senado Federal, discursar, falar do lamento, das dores e do sofrimento da minha gente, sabendo que poucas providências serão tomadas, mas sabendo que, sim, esse discurso está registrado no Senado Federal.

As minhas filhas, as minhas netas, quando virem isso, quando forem buscar no Senado, nos *Anais*, como é que foi o seu avô, como é que foi o seu pai, vai estar lá escrito que eu tentei, que eu tentei o bom combate e vou continuar tentando, mesmo desacreditando em parte das autoridades, em parte do Judiciário. Eu cumpro com o meu dever, acabei de fazer isso e vou continuar fazendo.

Estou fazendo um levantamento, já está em minhas mãos, da época da covid lá em Manaus, que eu tanto falo aqui, que a gente fala que morreu muita gente, falta de oxigênio, e as autoridades desmentem. Eu já tenho esse comparativo que vou trazer aqui.

Pela estrada, levava quatro, cinco dias; demorava mais do que por água, que eram três dias. Apenas seis caminhões foram a Manaus com oxigênio, porque a estrada não estava pronta. Então, eu vou provar e até imaginar, Senador Girão, quantas vidas foram desperdiçadas, jogadas fora por falta disso – inúmeras,



incontestáveis.

E eu diria, Girão – você está chegando agora, espero sua presença para encerrar –, que nós estamos aqui, assim como você, cumprindo o nosso dever de Senador, que é contestar, mostrar, pedir providências, para que a história possa saber que nem todos agiram da mesma forma, com receio de dizer aquilo que precisava ser dito.

Eu falava do Ibama, eu falava do ICMBio, que está expulsando pequenos posseiros de terra da União, que está abusando, e tem pai de família se suicidando. Tenho os vídeos disso, jamais ousaria publicar aqui. Primeiro, porque o Regimento Interno não permite; segundo, que eu não faria uso disso; mas faço uso, sim, dos lamentos, dos choros, dos desabafos, dos desencantos, para que eu possa fazer ecoar aqui, porque, como dizem, é a Casa do Povo. Aqui, ecoam a voz e o sofrimento da população brasileira.

Acabei de fazer um desses desabafos.

Obrigado, Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Plínio Valério, o Sr. Humberto Costa, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Vamos continuar.

Então, dando prosseguimento à tarde de pronunciamentos, eu passo a palavra para o Senador Humberto Costa, do PT do Estado de Pernambuco.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, público que nos acompanha pelos serviços de comunicação do Senado e nos segue pelas redes sociais, nós temos vivido tempos muito desafiadores. Uma quadra da história conhecida como a do pós-verdade, em que fatos objetivos têm menos influência sobre as pessoas do que as chamadas narrativas, versões carregadas de apelos emocionais ou crenças particulares, muitas vezes distorcidas e até mesmo falsas. Ou seja, a verdade factual parece menos importante do que a maneira como as informações são percebidas e sentidas pelas pessoas.

É algo assombroso, como, por exemplo, o que nós vivemos lá na pandemia da covid-19, quando décadas de evidências científicas sobre a eficácia das vacinas foram jogadas no lixo por afirmações de que elas matavam, inoculavam o vírus da aids, implantavam *chips* chineses em quem tomava a CoronaVac e outras asneiras como as tantas difundidas por gente desqualificada, que ganha muito dinheiro em cima da ignorância alheia.

O fato é que essa nova onda leva a um quadro de descolamento da realidade tão absurdo que as pessoas se alienam da verdade para se agarrar a crenças muitas vezes nocivas à própria vida. E digo assim porque quero analisar a situação atual do Brasil. Nosso Governo reassumiu o comando do país em 2023, depois de sete anos de um cenário de devastação em todos os níveis: o avanço da fome e da pobreza, o sucateamento do serviço público, do SUS, desmonte de programas sociais, alto desemprego, perda de renda das pessoas, preços dos alimentos e dos combustíveis nas alturas, queda violenta do PIB.

Em muito pouco tempo, o Presidente Lula fez o inacreditável. Da devolução do país à normalidade democrática e manutenção da harmonia e independência entre os Poderes, ao enfrentamento a problemas crônicos, tudo foi conquistado com resultados extraordinários, rapidamente alcançados, que, em última análise, significam garantia de saúde e vida das pessoas que estavam em situação de risco.

É preciso ter coragem para ver a realidade quando ela desafia essas narrativas estabelecidas. É preciso ter compromisso público para reconhecer que, apesar de um cenário internacional incerto, de taxas de juros historicamente elevadas, de pressões políticas e tentativas de sabotagem institucional, o país, sob a liderança do Presidente Lula, está entregando resultados concretos para o povo.



Assumimos sob a narrativa de que o PT, pelas duras críticas à extorsiva taxa de juros, era parceiro da inflação. Viria um descontrole, um colapso iminente, mesmo depois de uma acumulada de 26,9%, com pico de 10,06% em 2021.

Pois bem, colocamos em 4,73% a média anual da inflação nos dois primeiros anos, abaixo da média histórica das últimas três décadas, que é de 6,5%, e muito abaixo dos quatro anos do Governo anterior, cuja média anual foi de 6,17%. Tivemos eventos climáticos extremos, como a destruição do Rio Grande do Sul, crises externas fortíssimas, problemas sérios ligados à safra. E toda a narrativa era de que o preço dos alimentos iria estourar, de que haveria desabastecimento em algumas áreas, de que os alimentos, que têm peso significativo no orçamento dos mais pobres, inviabilizariam a vida das pessoas.

Os dados mostram exatamente o contrário. Os alimentos subiram 8% no último ano, ao passo que a renda das famílias cresceu 19%, o que significa que o poder de compra, especialmente das camadas mais vulneráveis, cresceu com dignidade. Não houve desabastecimento ou explosão no preço do arroz, como foi dito. Pelo contrário, tanto o arroz quanto o feijão caíram nos últimos 12 meses na casa dos dois dígitos, segundo o IPCA. O arroz, 12,7%; o feijão caiu até 23,01%, no caso do feijão preto. As safras de um e de outro não só não serão reduzidas como aumentarão este ano em 15,9% e 28,4%, respectivamente.

Aí o problema seria o desemprego. Já era muito alto com o Bolsonaro e, “com certeza [dizia o mercado e a elite abastada], o país paralisaria com Lula e o PT.” Em dois anos, chegamos às mais baixas taxas de desemprego da história, com recorde não apenas em carteiras assinadas, mas no recuo de 38% na informalidade, o maior em dez anos, além do maior nível de médias e pequenas empresas abertas de todos os tempos, com o apoio a mais de 660 mil pequenos negócios, somente em 2024.

Juntamente com uma série de políticas sérias que sustentam incríveis programas sociais, chegamos à menor desigualdade de renda da história no ano passado, salvando 15 milhões de pessoas da fome em que haviam sido lançadas pelo Governo anterior. “Ah, mas o PIB, esse não vai crescer”. Pois bem, o Brasil voltou a ser a décima economia do mundo, uma liderança planetária à frente do G20, dos Brics, da COP30. E o Presidente Lula viajou hoje para o Canadá, a convite, para participar da reunião do G7, o grupo que reúne as sete maiores economias globais, isso graças ao espetacular salto das nossas riquezas, que crescem a um patamar superior a 3% anuais.

Estamos fazendo isso a despeito da abusiva taxa básica de juros da economia, que estrangula nosso potencial e é absolutamente dissonante do cenário de inflação controlada que temos.

O agronegócio tem safras recordes. A indústria cresce a 3,1% anuais, depois de um sombrio período de desindustrialização nacional a que fizemos face com mais de R\$0,5 trilhão de investimento pelo Nova Indústria Brasil.

E o andar de cima, apesar de reclamar, está tendo lucros excepcionais, para além até mesmo das próprias expectativas. Somente no primeiro trimestre deste ano, o lucro líquido das 387 companhias abertas não financeiras subiu 30,3%, chegando a R\$57 bilhões, com suas receitas batendo quase R\$1 trilhão. Os quatro maiores bancos do país amealharam sozinhos, nos três primeiros meses de 2025, quase R\$30 bilhões de lucro líquido, numa média de crescimento acima dos 7%.

“Ah, mas o problema é a bomba fiscal”, “o problema são as empresas públicas”, segundo dizem eles. Vamos ver então as empresas públicas, muitas das quais, como Dataprev e Serpro, sucateadas por Paulo Guedes e Bolsonaro e colocadas à venda na “bacia das almas”, com dados sensíveis e estratégicos para o Brasil, como os de aposentados e pensionistas, armazenados no exterior e expostos a constantes vazamentos. Pois bem, de onde vem esse déficit de que tanto se fala? De algo muito simples: de investimentos. Essas empresas não investiam mais. Elas simplesmente recolhiam seus lucros e estavam sendo desmontadas para serem entregues de graça à iniciativa privada, como foi feito criminosamente com a Eletrobras.

Nossas empresas estão bem, com todas as suas obrigações em dia. O Dataprev, por exemplo, que



tem um déficit registrado de R\$180 milhões, deu um lucro de R\$580 milhões. O que hoje é revertido em tecnologia, antes era tudo recolhido ao Tesouro Nacional. O Serpro é outro. Déficit de R\$211 milhões, mas teve lucro, em 2024, de R\$685 milhões, o maior da sua história.

Então, esta história de rombo fiscal, de déficit que ameaça as contas públicas, tudo isso é balela de financista, que semeia falsos dados para ganhar dinheiro em cima das mentiras que eles mesmos contam, sem qualquer lastro na realidade.

É exatamente o que faz a extrema direita, com amparo das *big techs*. É o mesmo modelo: o de semear narrativas mentirosas, conspirações, o de hiperbolizar dados com contornos emocionais para criar uma atmosfera ficcional às pessoas e descolá-las da realidade em que vivem.

Eu poderia aqui pontuar, de forma muito rápida, uma série de outros dados: o maior crescimento do salário mínimo dos últimos seis anos; mais de 340 mercados abertos para a exportação; a melhor balança comercial da história; um Mais Médicos que dobrou de tamanho; o lançamento do Tem Mais Especialistas; um recorde nas cirurgias eletivas; cinco vezes mais ambulâncias do Samu; a volta do Farmácia Popular e com remédios 100% gratuitos; 4 milhões de jovens recebendo o Pé de Meia para seguirem estudando; 1 milhão de novos estudantes em ensino integral; dez novos *campi* universitários e 102 novos institutos federais; mais de 20 mil obras do Novo PAC, o maior já visto pelo país. E tudo isso, como disse, aliado a uma inflação abaixo da média nacional dos últimos 30 anos; ao crescimento histórico da renda dos mais pobres, acima da inflação dos alimentos, ao mais baixo nível de desemprego da história; à queda de 85% do número de pessoas em situação de fome; à safra de alimentos recordes; e também ao lucro recorde de empresas e bancos.

Então, onde está essa deterioração econômica e social de que muitos falam? Onde estão a paralisia, a piora da vida e do dia a dia das pessoas, tendo em conta que todos os indicadores socioeconômicos são sensivelmente melhores do que os anteriores? Certamente, estão em um campo em que as forças progressistas ainda não conseguiram dominar, porque nele não há paridade de armas. Nós, ao contrário da extrema direita, não trabalhamos com discurso de ódio, com mentiras, com *fake news* e com desinformação, algo que prolifera nas mídias sociais e constrói o cenário de terror, de infelicidade e de tristeza em que as pessoas, não só no Brasil, mas em todo o mundo, estão vivendo.

Vivemos hoje um tempo em que os fatos perderam o poder de convencimento frente à narrativa emocional. E é nessa brecha entre realidade e percepção que a extrema direita construiu seu império digital de ressentimento, medo e desinformação. Mesmo diante de dados inequívocos, o povo é refém de um fascismo que explora suas emoções primárias, como medo, raiva e repulsa, operando não com argumentos, mas com afetos que alimentam o mau humor e a desesperança.

E aí está o promíscuo casamento da extrema direita com as *big techs*, cujo algoritmo das plataformas vai recompensar justamente isso: o que indigna, choca, divide e viraliza. É por isso que uma mentira emocionalmente poderosa tem mais impacto do que um dado estatístico verossímil.

Enquanto tentamos informar, a extrema direita encena. Enquanto apresentamos programas, o bolsonarismo oferece inimigos imaginários.

Milhões de brasileiros vivem hoje em universos paralelos de desinformação, alimentados por canais do WhatsApp, perfis automatizados, influenciadores pagos, e uma arquitetura de rede descentralizada, fanática e resiliente. Mesmo que a inflação baixe, esses brasileiros veem vídeos dizendo que tudo está mais caro. Mesmo que a fome diminua, leem que o comunismo vai destruir o agro. Mesmo que liberdades sejam garantidas, acreditam que estamos em uma ditadura judicial;

Essa dissonância entre dados e crenças não é irracionalidade espontânea, é um projeto, um projeto de dominação simbólica que visa desestabilizar a confiança nas instituições, nos números e até no próprio juízo da realidade.



As consequências subjetivas disso são visíveis: uma parcela da população vive em permanente estado de agitação emocional, com senso de ameaça constante, indignação difusa, nostalgia de um passado idealizado. Não é à toa que muitos estão tristes e irritados. Não é porque as coisas estão piores, é porque foram convencidos de que nada mais pode melhorar enquanto “os inimigos” – entre aspas – estiverem no poder. É uma tristeza fabricada, politicamente induzida, que gera desmobilização social e negação dos avanços.

Essa narrativa de sofrimento eterno não é inocente. Ela serve a um propósito eleitoral: mobilizar a base radicalizada da extrema direita. Ela quer deslegitimar qualquer avanço social como farsa e produzir uma percepção de caos permanente que torne qualquer alternativa fora do autoritarismo impensável. É um jogo de versões, não de verdades...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E, nesse jogo, quem controla os canais de emoção digital, ainda que com mentiras, tem poder real.

O mau humor social que se impõe sobre os fatos é o efeito de uma guerra assimétrica de narrativas, na qual a extrema direita ainda joga com muito mais desenvoltura, volume e agressividade.

Não basta mais informar: é preciso reconstruir laços emocionais com a população, disputar afetos, criar pertencimento. Mais do que mostrar que o país melhorou, é preciso fazer as pessoas sentirem que ele melhorou para elas, porque, num país onde a realidade é questionada em tempo real, governar bem já não é suficiente. É preciso comunicar com verdade, coragem e imaginação.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É este o nosso desafio – Sr. Presidente, concluindo –: mostrar que o Brasil está crescendo apesar dos entraves, apesar das apostas contrárias, apesar das resistências políticas e financeiras e apesar das mentiras da extrema direita sobre a nossa real situação; é mostrar o país real, o país que sai da invisibilidade, que sai da fome, que sai da desesperança, o país que tem nome – Brasil – e que tem um Governo que, com todas as suas dificuldades, tem compromisso com o povo. O resto é ruído e falácia de um segmento político que perigosamente está se colocando acima do Estado, uma união espúria entre nichos políticos e *big techs* para roubar as mentes e os corações das pessoas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... e desconectá-las da realidade com o propósito de poder espoliá-las cada vez mais. Não podemos permitir que esse cenário tenebroso se perpetue.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Muito obrigado a todos e a todas.

**O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, Senador Humberto Costa. Parabéns pelo seu pronunciamento!

Eu quero registrar, nas galerias aqui do Senado, agora à tarde, a presença dos alunos do ensino fundamental do Colégio Iesgo da cidade de Formosa, no Estado de Goiás. Sejam bem-vindos! Formosa é uma cidade bonita, querida, que fica pertinho de Brasília. Antes de Brasília, já existia Formosa. Grande abraço a vocês. Bem-vindos sempre!

Vamos em frente.



Então, eu convido para usar a tribuna o Senador Izalci Lucas, do PL do Distrito Federal.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, meus queridos alunos e alunas de Formosa, cidade nossa vizinha, Senadores, Senadoras, hoje eu gostaria de abordar aqui um assunto que nos toca profundamente: a integridade de nosso sistema de justiça e a verdadeira essência da democracia, que tanto valorizamos.

Recentemente, as mensagens de Mauro Cid reveladas pela revista *Veja* expuseram aquilo que sempre afirmamos: a chamada “trama golpista” é uma farsa, uma construção movida por mentiras destinadas a perseguir adversários políticos. Mauro Cid, em suas próprias palavras, disse que Bolsonaro não ia fazer nada. Essa afirmação é reveladora, pois demonstra que a narrativa em torno dessas investigações não se sustenta em provas concretas. Ao afirmar que não precisa de prova, só de narrativa, e que a sentença já está escrita, fica claro que estamos diante de uma manipulação que atenta contra o direito à defesa e a verdade.

Não podemos fechar os olhos para o que está ocorrendo. Essa situação não se configura como uma busca por justiça, mas, sim, como uma verdadeira caça às bruxas. É uma perseguição que não afeta apenas a mim, ao Bolsonaro, mas atinge milhões de brasileiros que acreditam em nossos princípios e que se expõem a essa retórica de vingança.

Diante disso, é imperativo que a delação em questão seja revista e anulada.

Braga Netto e outros envolvidos devem ser libertados imediatamente.

Não podemos permitir que ações políticas disfarçadas de processos judiciais continuem a avançar e a desvirtuar o que deveria ser a Justiça em nosso país.

Apelo à consciência de todos os brasileiros, das nossas instituições, dos Parlamentares, da imprensa séria: reflitam sobre o curso dessa escalada autoritária. O que está em jogo não é apenas o destino de alguns indivíduos, mas da própria essência do Brasil que queremos construir. É o momento de dizermos basta a essa farsa. Um país não pode ser edificado em cima de mentiras, na base de vinganças e arbitrariedades. Devemos nos unir em defesa da verdade, da justiça e da democracia. A luta pela verdade e pela justiça precisa ser a nossa prioridade, a prioridade de cada um de nós, cidadãos e instituições na proteção do nosso Estado democrático.

É isso que está acontecendo, Senador Girão. Basta ver o que foi dito pelo delator, Mauro Cid. Basta olhar realmente o que está na revista *Veja*, na *Revista Oeste*. Realmente, são coisas absurdas. E a gente viu aqui, na CPI do dia 8, a narrativa que foi construída, as imagens que desapareceram.

Eu estive, agora, recentemente, conversando com alguns militares e perguntei por que não foi deflagrado o Plano Escudo. Pelo Plano Escudo, Senador Girão, em 25 minutos, a PE, o Batalhão da Guarda Presidencial e outras instituições do Exército estariam aqui, teriam tomado a Esplanada em 25 minutos. “Ah, mas tinha que pedir autorização para o Governador”. Conversa fiada. Lá na Bahia, era outra coisa; aqui, não. Os prédios eram do Governo, é o Palácio do Planalto. O Batalhão da Guarda Presidencial existe especificamente para cuidar do palácio. O próprio Presidente indagou “quem é que deixou tudo isso aberto?” Porque entraram na maior facilidade, e não é isso que acontece no sistema de defesa.

Então, a Força Nacional poderia ter agido, o Plano Escudo poderia ser ter sido implementado, mas, de fato, como eu provei no meu relatório da CPI – eu disse e está lá documentado –, o Governo Federal poderia ter evitado tudo isso que aconteceu. E não o fez por quê? Porque havia interesse de que tudo aquilo acontecesse.

As imagens desapareceram. Circulam por aí algumas em que realmente aparecem pessoas aqui, nesse espaço, tanto na Câmara quanto no Senado, quebrando isso antes de eles chegarem aqui à Esplanada.

Então, realmente, essa delação do Cid precisa ser revista, porque ela foi alterada dez vezes, 11 vezes,



e agora, com essa publicação, pela *Veja*, do WhatsApp da esposa dizendo tudo isso, merece realmente uma revisão.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, o senhor me permite um aparte?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não, Senador.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Senador, eu já toquei nesse assunto outras vezes aqui, no Plenário desta Casa. Mas eu fui ler... Este final de semana, nós tivemos a prova de que o ex-ajudante de ordens do Presidente Bolsonaro mentiu, descaradamente. A revista *Veja*... É importante, porque as pessoas... Não é a primeira vez que acontece isso. Você vê que lá atrás os áudios... Lembra daqueles áudios?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dizendo que o Alexandre de Moraes era a lei, que queria que ele confirmasse uma narrativa, porque não adianta, não adianta, se não fizer o que ele quer... E a gente viu a ameaça, durante o julgamento, o Paulo Gonet; entramos até com um pedido de *impeachment* do Paulo Gonet, porque ele assistiu de camarote a uma coação clara, claríssima, algo comparável a uma tortura, dizendo “vou prender seu pai, sua mãe”; só faltou dizer com todas as letras isso, mas estava lá.

Então é estarrecedor o que a gente está vendo no Brasil. É algo que não consegue, um inquérito, parar em pé, um julgamento que parece aquela Escolinha do Professor Raimundo. Você vendo aquilo ali, é piada para lá, é uma coisa assim... Rapaz, um *show* de horrores o que a gente está vendo no Brasil. O tempo vai mostrar. O tempo, Senador Izalci, é o senhor da razão. Agora, o que a gente está vendo no Brasil com homens íntegros, como o Braga Netto, o que é que justifica, Presidente? Pelo amor de Deus! A pessoa está presa até hoje. Julgamento já passou, as provas já foram mostradas... Quer dizer, nenhuma, mas foram apresentadas, não tem mais o que fazer, e o cara continua preso. Ele não pode nem assistir às cartas marcadas do julgamento, não pode nem assistir de casa. Isso é tortura, isso é crueldade, isso é maldade, e nós temos as digitais de sangue disso aí. Nós aqui no Senado Federal.

O Senador Izalci e eu tentamos, várias vezes, fazer requerimentos para visitar esses presos políticos no Brasil, em pleno século XXI, e o Ministro Alexandre de Moraes demorando para liberar e, quando liberava, depois de não sei quantos meses, tem que ir de três em três, não sei o quê, enquanto, na época do Lula, era liberado a granel visitar os presos, lembra, para visitar o Lula?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É verdade.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – As caravanas que se formavam não tinham que ter autorização, era um negócio fácil. Agora não.

Então, você vê essas aberrações que estão acontecendo. São de partir o coração, mas o tempo é o senhor da razão.

Senador Izalci, só para lhe dar outra dica, a gente fica vendo colegas nossos fazer discursos, quem assistiu, desde o começo aqui, percebe: “Ah, está tudo bem no Brasil. Está tudo maravilhoso no Brasil”. Acabamos de ouvir. Rapaz, esse pessoal não vai ao supermercado, não?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Acho que não.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esse pessoal não vai à mercearia ver a tragédia que está acontecendo, os preços subindo? Vem falar de discurso de ódio. Que moral tem para falar de discurso de ódio?

O Ministro deles, que está de férias agora, chegou aqui há duas semanas e disse “extrema direita escrota”. Falou isso, para todo mundo ouvir. Um Ministro de Estado citando palavras desse calão. Isso é discurso de ódio ou o que é?



Então, é uma hipocrisia muito grande o que a gente está vendo.

O Brasil alinhado com o Irã. Nós estamos vendo o Brasil aliado com um país que não tolera homossexuais, e a turma deles fica batendo palma para o Governo Lula.

É algo surreal o que a gente está vendo, o flerte com ditaduras, as piores possíveis, as mais sanguinárias possíveis! É isso que o Brasil virou por este Governo irresponsável que nós temos aí.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, Presidente.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Girão.

Peço para colocar as ponderações, as colocações do Senador Girão no meu discurso.

Mas, Presidente, de fato, eu quero reforçar aqui o que foi dito pelo Senador Girão. Eu estava, agora de manhã, inclusive, discutindo a questão dos juros; vão aumentar os juros, a Selic vai aumentar. Ninguém aguenta mais, cara!

As empresas que geram emprego, que pagam impostos, vão fechar – não é possível. Querem tributar, e o Ministro agora viaja, como você disse, saiu de férias; e vai ser votado agora, foi votado o regime de urgência. Espero que a gente consiga derrubar esse PDL do IOF, porque este Governo só pensa em arrecadar.

E, o mais grave, manteve, na medida provisória, a tributação da LCI e da LCA. A LCI é que gera emprego na construção civil. Se tem um segmento que gera emprego neste país, chama-se construção civil, e agora querem tributar mais 5%. A LCA é da agricultura, do agronegócio. Se este país ainda está em pé, em função da balança comercial, a gente tem que agradecer ao agro, e aí o Governo entra agora querendo taxar. Nem lançaram ainda o Plano Safra e já estão tributando com relação à LCA.

Então, é um Governo que realmente só pensa na eleição, só em ações populistas, demagógicas.

Eu vejo, Girão... Eu estou aqui já há alguns anos, lutando pela educação, e é só discurso! Este Governo está tratando de educação há anos e não tem solução nenhuma, é só demagogia. Esse Pé-de-Meia, que nem tem recurso no orçamento, isso é pedalada fiscal. Não tem recurso no orçamento para o Pé-de-Meia. Vê se você, com R\$200 por mês, vai melhorar a qualidade da educação ao ponto de os alunos quererem ir para o ensino médio, numa escola que não tem internet, que não tem laboratório, que não tem cultura, que não tem esporte. Aí quer pagar R\$200 para que os alunos também fiquem dependentes do Governo. O Governo só quer massa de manobra, só pensa em eleição.

Hoje nós temos mais Bolsa Família, que não tem porta de saída, só tem porta de entrada, do que carteira assinada.

Que país é esse? Um país que não tem educação profissional: 80% dos jovens – 80%! – saem do ensino médio, não conseguem entrar numa faculdade e saem sem nenhuma profissão. E aí ficam à mercê do tráfico, que é muito apoiado por este Governo, em parceria com o Supremo Tribunal Federal. É incrível!

Então, Senador Confúcio, que já foi Governador, e é um dos grandes defensores da educação, na educação infantil, as pessoas não são mais alfabetizadas, os alunos. Setenta por cento... Sessenta e cinco por cento dos alunos saem do ensino médio sem saber matemática, quase 60% sem saber português.

Que país é este? Onde é que nós queremos chegar quando você não valoriza a educação?

E ficam com discursos, se você pegar os discursos do Governo sobre educação são uma maravilha, está tudo maravilhoso. Então, Presidente, é triste! É triste a gente ouvir aqui, como se tudo estivesse maravilhosamente bem.

Amanhã temos a reunião do Congresso, e eu espero que a gente consiga derrubar alguns vetos, em que o Governo está dificultando, não está abrindo possibilidade, como a questão das pessoas com deficiência. O Governo não tem análise nenhuma sobre a diabetes 1, e a gente vai trabalhar para derrubar o veto, porque essas pessoas, que têm diabetes 1, merecem realmente ser consideradas para efeito do BPC. De alguma ajuda eles precisam, porque não tem condição de manter uma criança, um jovem, ou até





mesmo um adulto, que tem diabetes tipo 1, sem nenhuma consideração.

A mesma coisa é o Imposto Seletivo. Minério, Presidente... Está escrito lá, muito claro, na Constituição, que é proibido exportar imposto. Agora querem tributar o Imposto Seletivo dos minérios. Nós já perdemos a concorrência com a Áustria, que fica muito mais próxima do mercado consumidor que a China. Nós aqui temos mais de 20 horas de defasagem com relação à Austrália. E aí estamos perdendo competitividade, aí vem o Governo e quer colocar o Imposto Seletivo sobre a mineração.

Então, eu não sei, sinceramente, se esse pessoal não estuda ou se não analisa bem e toma decisões assim como essas.

Eu espero que amanhã a gente possa derrubar esses vetos importantes e que o Presidente cumpra realmente o que disse – e eu acredito que vai acontecer isto: a leitura da CPMI do INSS. O Presidente Davi anunciou, está na pauta de amanhã, e eu espero que os partidos, em função da gravidade do problema, da covardia do que fizeram com os aposentados, após a leitura do documento da CPMI, possam indicar imediatamente os seus representantes para poderem participar.

Gostaria muito de que votássemos, Senador Girão, as duas resoluções que eu apresentei, com relação à CPI e à CPMI, de que aqueles Parlamentares que não aparecerem, que faltarem por três sessões consecutivas ou cinco intercaladas, sejam substituídos imediatamente, para não acontecer o que aconteceu agora, na CPI das Bets. Eu não faltei nenhum dia, fiz um relatório de mais de 3 mil páginas, e nem sequer meu voto foi considerado, porque eu era suplente. Aí vem um titular, que nunca participou de nenhuma reunião, e vota contrariamente ao texto da CPI. Então, perderam de 4 a 3. É a primeira vez, em dez anos, que um relatório de CPI é rejeitado, um relatório fundamental para realmente melhorar a legislação.

Hoje, o Banco Central não fiscaliza as *bets*, a Receita Federal não fiscaliza. Ações de pagamento, mandando dinheiro, R\$30 bilhões por mês ao movimento das *bets*, as pessoas morrendo, suicidando-se, ludopatia, viciadas em jogo, pessoas deixando de comer para jogar, e a gente alertando aqui que ninguém ganha das *bets*, ninguém ganha com esse jogo. Você enriquece poucos e empobrece muitos. Isso é o que está acontecendo com as *bets*.

E estou vendo lá. Ontem eu vi, infelizmente, o Hulk, do meu time, do Galo, fazendo propaganda para a *bets*. Temos, de fato, que proibir essas propagandas, como estão maciçamente... Ligou a televisão, ligou o computador, pegou o celular, está a propaganda das *bets*. E as pessoas morrendo, endividando-se, ficando dependentes, e os nossos times de futebol dependendo agora de financiamento. Então, não é possível que essas pessoas não vejam isso aí.

É triste, mas a gente precisa se precaver com relação ao INSS, porque, daqui a pouco, o Governo vai querer fazer o que fez no 8 de janeiro e agora, nas *bets*, Senador Girão, que é ocupar as funções e tomar a CPI, indicando Relator, Presidente e depois não apoiando a aprovação dos requerimentos importantes, como aconteceu na CPI das Bets. Vários requerimentos, nós não conseguimos aprovar, e, de muitos que foram aprovados, sequer ouvimos as pessoas que tinham sido convocadas.

E ainda o Supremo dá decisão, colocando ao depoente a possibilidade de vir ou não à CPI. Eu nunca vi isto: “Não, você vai se quiser; se não quiser ir, não precisa ir”. Sendo que a CPI está na Constituição, é um instrumento constitucional, tem o poder de polícia...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... tem o mesmo poder do Judiciário, que é o inquérito, e nada acontece.

Então, espero que a gente possa pedir o apoio de vocês para a gente apoiar os requerimentos, para evitar o que está acontecendo nas CPIs.

Muito obrigado, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador Izalci Lucas.

Eu quero agradecer a presença dos visitantes que estão aí, nas galerias.

Hoje, segunda-feira, a sessão plenária do Senado é somente para pronunciamentos. A maioria dos Senadores estão em gabinetes ou nos seus estados, e apenas alguns inscritos comparecem para fazer seus discursos, seus pronunciamentos, apresentar suas proposições.

Dessa forma, nós agradecemos muito aos senhores e senhoras que estão aí, nos honrando e homenageando com as suas honrosas presenças. Muito obrigado.

E agora quem vai com a palavra é o Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Estado do Ceará. Com a palavra.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Muito obrigado, meu querido irmão, Presidente Confúcio Moura, do Estado abençoado de Rondônia.

Quero fazer aqui uma saudação a todos que estão nos visitando aqui, na galeria do Senado Federal. Sejam muito bem-vindos! É muito importante para nós a presença de vocês aqui, porque, muitas vezes, Brasília é uma ilha, uma bolha, e é importante esse contato com o brasileiro.

Quero saudar aqui os assessores, os funcionários desta Casa, as brasileiras e os brasileiros que estão nos acompanhando pelo trabalho da Rádio Senado, da Agência Senado, da TV Senado, as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores que estão nos gabinetes, ou, dia de segunda-feira, vindo para cá, para Brasília, para uma semana curta, não é, Senador Confúcio? Uma semana curta, mas extremamente decisiva.

Eu aprendi aqui, nesses seis anos e meio, que, em véspera de feriado, a gente tem que ligar o alerta. Tem que ligar o alerta total, porque, muitas vezes, nesse período, se passam matérias que interessam a muita gente, menos aos brasileiros.

E é um desses temas que eu gostaria de falar com vocês hoje, aqui, e fazer um apelo à sociedade brasileira, porque só ela, de forma ordeira, pacífica, respeitosa, contactando os Senadores sobre a gravidade do que nós vamos votar aqui amanhã, para barrar isso. Porque quem vai pagar essa conta do que eu vou falar aqui, sabe quem é? São vocês, brasileiros. São vocês, que já não aguentam mais, não querem nem ouvir falar, – porque não dá mesmo – de aumentar imposto no Brasil.

A cada 37 dias, o Governo Lula já aumentou o imposto, de um jeito ou de outro. Não vou nem falar das viagens faraônicas desse Governo.

Eu estou falando de imposto, estou falando de taxa. E o que vai acontecer aqui – se Deus quiser, nós vamos barrar, o Senado vai ter a responsabilidade – vai custar mais de R\$700 milhões a quem paga imposto, que é você que está nos assistindo, nos ouvindo. E eu vou explicar por quê. Está aqui, não é mentira não. Está na pauta. Está na pauta de amanhã, é verdade.

Muita gente diz: “Não, não acredito que o Senado, no meio de uma crise dessas, vai querer votar aumento de Deputado. Não, está de brincadeira! Essa casta de políticos, que já tem mordomia, que já tem salário alto, benesses, regalias, ainda vai ter o aumento do número no meio do que nós estamos passando?”. Sim, está aqui, na pauta – item 2 – de amanhã, pessoal. Atenção, Brasil: está aqui, na pauta, o aumento do número de Deputados de 513 para 531. É o PLP, Projeto de Lei Complementar nº 177. Ele deveria ter o número de 171, porque é um estelionato contra os brasileiros isso aqui.

Eu chamo a atenção do país, chamo a atenção da sociedade. Você, cidadã, cidadão, olha o que nós estamos prestes a colocar. Ainda bem que é voto nominal – ainda bem que é voto nominal. Rapaz, não é brincadeira, não, isto aqui.

Eu fiz, Presidente, um levantamento, nesse final de semana, sobre o número de Deputados no mundo. Olhe só como é: em Portugal são 230; aqui, no Brasil, 513. Estão querendo passar para 531, amanhã. A Câmara dos Deputados já aprovou.



Eu tenho certeza de que o Presidente Lula está com a caneta na mão – não é esta aqui não, é daquelas canetas caras, ou alguma daquelas que, graciosamente, num final de um evento, as câmeras o mostraram pegando, recolhendo das mesas. Ele já está com a caneta na mão para sancionar isso. Você tem dúvida disso? Não é com o dinheiro dele, não é com o dinheiro dele que ele faz essas irresponsabilidades dia sim, dia não.

Mas, olhem só: Portugal, 230; Brasil, 513, e estão querendo passar para 531. Uruguai, 99; Brasil, 513, e estão querendo passar para 531. Isso é prioridade para você, brasileira, brasileiro? É prioridade aumentar o número de Deputados neste momento do Brasil, em que a censura come solta, em que os preços estão aumentando? A Espanha, 350 Deputados; o Brasil tem 513, e estão querendo aumentar para 531. A Argentina tem 257 Deputados; o Brasil – repito, você vai aprender; grave isso – tem 513, e estão querendo aumentar para 531. Os Estados Unidos – a potência mundial, potência pujante, tem 435; o Brasil tem 513, e amanhã estão querendo passar para 531. O Canadá, onde o Presidente Lula está chegando para um encontro, tem 343 Deputados. O Brasil tem 513, e estão passando para... Estão querendo passar. Com a graça de Deus, com o bom senso dos Senadores, com a sabedoria das Senadoras e dos Senadores aqui, nós vamos rejeitar isso.

No dia em que chegou essa informação, um mês atrás, de que a Câmara tinha feito esse aumento, de que tinha aprovado esse aumento, tinham aqui uns 15 ou 20 Senadores, e foi impressionante a reação adversa. Muitos pegaram o microfone, de vários partidos, de esquerda, de direita, contra o Governo, a favor de Governo, e disseram: “Eu vou votar contra”. Porque isso aqui não tem cabimento.

Agora, entenda por que está chegando a esse ponto, entenda o porquê, é fundamental que a população compreenda.

A Constituição do nosso Brasil já manda que o número de Deputados seja proporcional à população, só que o Congresso não atualizou essas vagas. Aí, o STF – sempre o STF –, ano passado, deu um prazo até 30 de junho agora, deste ano, para que o Congresso redistribuísse as 513 vagas com base no Censo de 2022.

Até aí tudo bem, mas vem a lei de Gérson, vem o jeitinho brasileiro. Em vez de redistribuírem, alguns estados ganharem, outros perderem, querem compensar os estados que vão perder sabe com o quê? Dando mais, dando mais para os outros, olhem aqui, para compensar. Em vez de cumprir essa decisão, estão fazendo uma manobra vergonhosa, nefasta, totalmente um escárnio com a população brasileira: estão criando 18 novas vagas para que nenhum estado perca cadeiras. Ora, se a população caiu, tem que perder, meu amigo, tem que perder! Isso faz parte do jogo. Agora, toda vez que tiver isso vai aumentar? É isso? Não vai ter fim?

Não esqueça que não é só o número, que não é só o número do Deputado, que já tem um salário alto – quarenta e tantos mil reais, carro com motorista, ressarcimento de despesas, plano de saúde vitalício, uma verba para gastar em torno de R\$150 mil, R\$170 mil por mês, como o Senado tem... É um monte de penduricalhos que tem, tudo pago por você.

Agora, tem um detalhe: além de tudo isso, cada um desses 18 vai ter dezenas de milhões de reais por ano de emendas parlamentares. Aí vem Deputado aqui fazer *lobby*, como teve semana passada, para dizer que não vai aumentar o custo.

Pare com isso! Ninguém é bobo não, a gente não nasceu ontem não. A gente sabe que vocês, Deputados, aqui do lado, não têm nem cadeira, nem cadeira para acomodar os 513 que já tem. Se juntar todo mundo, sobram 200, quase 200, que não se sentam.

Estrutura de gabinete nem se fala, porque não tem. Aí vocês vão dizer que isso não vai gerar custo? É claro que vai!

E é um custo alto, porque, além dessas mordomias, do salário, de tudo, vai ter emenda, mais, para



cada um, essas emendas parlamentares. Quase R\$40 milhões, R\$50 milhões. Dependendo da articulação, chega a muito mais.

Esse é o retrato.

Agora, não para por aí não. O negócio é tão escandaloso, que a sociedade precisa alertar – e, repito, de forma educada, cobrar dos seus representantes o voto – contra isso, porque é o seguinte: vai ter o efeito cascata, meu amigo, minha amiga. Sabe qual é o efeito cascata? Na hora em que a gente fizer isso... E já saíram matérias aqui nos grandes veículos de comunicação, está aqui: “Efeito cascata do aumento de vagas de Deputados na Câmara pode elevar os gastos em R\$845 milhões”, quase 1 bilhão, “b” de bola, “i” de índio. Sabem por quê? Porque vai impactar nas Câmaras Estaduais, nas Assembleias Legislativas.

Adequar Deputados Estaduais, com base em Câmara ampliada, representará 13 vezes mais gastos públicos! Então, além da queda, o coice. Além de aumentar aqui, vai aumentar no Brasil todo, nas Assembleias Legislativas.

Você vai pagar por isso!

O Senado não deveria nem colocar para votar um troço desse. E amanhã já está previsto o orçamento para essa turma, para esses outros 18 Deputados. Amanhã, no Congresso Nacional, já está previsto. Eles estão dando como certo que isso vai ser aprovado.

Acorda, Brasil! Acorda! Acorda!

Esse é um voto que vai para a eternidade. A população precisa se manifestar.

Você acha que isso é prioridade? Você acha isso correto?

Setecentos... Entre 748 a R\$845 milhões é o impacto disso. Isso gera gasto novo sim.

Só na Câmara, são R\$65 milhões por ano com esses 18. Só desses, diretamente. Com o efeito cascata nas Assembleias, vai aí para cerca de, chegando perto de um bilhão.

Tudo isso enquanto o povo brasileiro enfrenta alta dos alimentos, filas na saúde, problema na segurança pública e na educação, como foi falado pelos colegas aqui.

É inaceitável – inaceitável – o que nós estamos vendo, Sr. Presidente. E eu faço aqui um apelo não apenas para as minhas colegas e os meus colegas: não votem nisso! Não votem nisso! A gente já está desmoralizado demais. O Senado está no chão. O STF manda e desmanda aqui. Agora nós vamos ir atrás de privilégio para casta política? Não precisa disso.

A Constituição é clara. A Constituição é clara: é para redistribuir e pronto. Os estados que cresceram, ganham; os estados que perderam, perdem. Isso faz parte da democracia.

O Constituinte pensou nisso. Não pensou em depois, no jeitinho brasileiro... “Não. Não vamos perder não. Vamos aproveitar e tirar mais do povo. Vamos aproveitar porque eles pagam, eles não reclamam. Eles pagam”.

Isso vai resultar em aumento de preços! Isso é o seu dinheiro!

Então, Sr. Presidente, para ficar aqui dentro do tempo – o senhor é sempre muito benevolente –, nós precisamos, nesse aspecto, acordar a população.

Eu vou trabalhar no limite das minhas forças, Sr. Presidente, nesta semana – semana curta –, para que... Tem muitos vetos para a gente analisar, muitas coisas importantes: alguns para serem mantidos, outros para serem derrubados...

Mas eu digo para o senhor: esse assunto aqui... Eu fiquei indignado quando o vi pautado. Eu achava que, pô, o Senado não se vai se dar essa possibilidade de se envergonhar. Porque, vai que um negócio desse passa, a população vai...

O que é que a gente vai dizer para a população brasileira em cada estado da gente, Onde vão aumentar as Câmaras Legislativas? Entendeu?

Então, assim, a nossa imagem já está tão ruim...



Foi feita uma pesquisa recentemente, mostrando que o STF, junto com o Senado, com o Congresso, estão abraçados, agarrados lá embaixo, no chão, por essas e outras, e o Senado não aprende? Vai botar isso na pauta?

Faço um apelo ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre: tire isso da pauta, Presidente. Faça isso não. Tire isso da pauta. Isso não é prioridade para o povo brasileiro não. Nós estamos aqui para representar os estados, mas sobretudo a população. Tire isso da pauta. Não bote nem para votar, porque o senhor vai constranger.

Tem Deputado que vive aqui, nas últimas semanas, pedindo para votar o aumento de Deputado com mentira! Ainda vem mentir, na cara da gente, dizendo que não vai ter aumento.

Está aqui provado que vai ter aumento. E não é pouco não. É quase R\$1 bilhão, com os efeitos cascata, por ano. É emenda parlamentar; é possibilidade de escândalo; é um monte de coisa. Está errado!

Eu tenho um projeto – para encerrar mesmo, Sr. Presidente, não vai nem tocar a sinetinha aí – para reduzir... Tem um projeto lá atrás meu, para reduzir o número de Deputados de 513 para 300, fazendo comparativos com outros países e tudo, para funcionar bem. Nem sequer foi votado isso aqui. Aí, vão votar agora o aumento?! Estão de brincadeira! É aquela velha história, como eu disse: além da queda, é o coice.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado pelo senhor novamente estar aqui, sempre presente, Senador Confúcio, abrindo as sessões, para que gente possa fazer o debater, dialogar, denunciar, e eu espero que Deus nos ilumine a todos.

Se o Presidente mantiver isso na pauta ... E eu acho que tem que ser um pedido dos colegas aqui ao Presidente Davi Alcolumbre, para não deixar nem votar isso, mas, se tiver que votar, que a gente dê o nosso voto contrário, por unanimidade – por unanimidade. É o mínimo que a gente pode fazer para contribuir pelo Brasil, pelos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Girão.

Senador Marcos Rogério, o senhor gostaria de usar a palavra?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Girão, V. Exa. poderia ocupar o meu lugar aqui, enquanto o Senador Rogério fala? É porque eu tenho um compromisso no gabinete.

*(O Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a palavra o meu querido irmão, o Senador Marcos Rogério, do Estado de Rondônia.

Seja muito bem-vindo, Senador.

O senhor tem 20 minutos, com a tolerância da Casa.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Girão.

Cumprimento todos os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Sr. Presidente, o tema que me traz à tribuna no dia de hoje é um tema recorrente do Parlamento, nesses últimos dias, e que muito tem nos preocupado: a questão do aumento da carga tributária do Brasil,



do aumento do IOF.

Nós estamos vendo o Governo fazer movimentos e mais movimentos para tentar justificar o injustificável. Então, eu subo à tribuna, no dia de hoje, com a responsabilidade de dar voz a um sentimento de indignação que ecoa por todo o Brasil, que não aguenta mais, que não suporta mais tanto imposto, tanta taxa, aumentando o custo Brasil, tornando a vida do brasileiro uma vida de mais sacrifício, pagando mais imposto para que o Governo gaste mais, à revelia da responsabilidade fiscal – e aí estão os indicadores cada vez piores no Brasil.

Mais uma vez, o Governo Federal escolhe o caminho mais fácil e o mais injusto: aumento de impostos. E o alvo da vez é o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), uma matéria que, neste momento, está sendo veiculada por decreto, um decreto editado às pressas, sem debate, sem diálogo com o Congresso Nacional – e pelo visto também não houve um diálogo mais profundo nem mesmo com o Governo –, sem ouvir os setores envolvidos. É um golpe direto no bolso do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro.

E não para por aí, porque agora querem taxar também as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e as do crédito agropecuário – LCA, Fiagro, CRA –, ou seja, querem atacar instrumentos que financiam setores essenciais do país.

O Ministro da Fazenda disse, na semana passada, Sr. Presidente, em uma Comissão da Câmara dos Deputados, que não haverá aumento de preços. Agora, veja V. Exa.: o Ministro da Fazenda, que manda a proposta do aumento da taxa do IOF, que taxa os fundos, vai dizer assim: “Não, não; o Governo está fazendo, mas não haverá aumento de preços”.

É sério, Ministro?! Então, o senhor explique qual é a lógica, qual é a mágica em que você aumenta imposto, mas esse tributo, essa taxa que o empresário, que a empresa, que o comércio, que o setor produtivo vai pagar a mais não será repassado ao consumidor. Tem que explicar a mágica! Ou seja, nós estamos diante de mais uma falácia, uma bela narrativa, mas totalmente dissociada da realidade. O aumento de imposto tem como efeito imediato o aumento do preço dos produtos. Isso é óbvio, isso é elementar. E aqui, diante da população brasileira, eu quero registrar, nos anais deste Parlamento, que esta proposta vai, sim, aumentar o custo de vida do cidadão brasileiro. Não podemos ser irresponsáveis.

Eu estou vendo o movimento que está sendo feito lá na Câmara dos Deputados. Aliás, parablenzo o Presidente Hugo Motta, os Deputados, porque a matéria começa por lá, e todos eles incomodados, como também aqui no Senado Federal – na semana passada, eu participei de uma reunião de Líderes e esse assunto não tem como ficar de fora de um debate como esse –; todos incomodados. Aí alguns dizem: “Olha, não tive tempo de aprofundar nos estudos para saber o tamanho do impacto”. Outros dizem: “Não, o impacto vai alcançar, sim, todas as cadeias do consumo.”

O certo é que você não tem como dissociar o aumento do imposto sem que isso seja repassado ao consumidor. O Governo quer taxar o crédito do risco sacado. Pelo amor de Deus, Sr. Presidente, senhoras e senhores, olha o que o Governo está querendo fazer agora: o Governo quer taxar também o crédito do risco sacado.

O que isso significa? Esse crédito é quando o fornecedor antecipa o recebimento de valores. Isso aqui é capital de giro para as empresas. É a antecipação de um valor para garantir a sustentação do negócio, sem que ele tenha que ir lá no banco e fazer um financiamento pagando juros absurdos. Ele faz a antecipação. Isso é capital de giro que mantém abertas as portas das lojas, das farmácias, das padarias deste país. E quem paga a conta? O consumidor final. Isso aqui é taxar, repito, é taxar o capital de giro das empresas. Se o custo do crédito aumenta, o custo é repassado. É elementar, isso é básico, isso é a economia real, é a vida pura e simples no dia a dia da sociedade – não existe mágica.

E o absurdo dos absurdos? Acabar com a isenção de LCI e LCA, sendo alcançados aqui os investidores, aqueles que financiam essas letras de crédito, que vão financiar os setores, tanto do agro



quanto da construção civil. E aí o investidor que está lá, quem aplica, agora também vai ser taxado com o imposto de renda.

O que significa isso aqui? Afastar o investidor. Traduzindo, o Governo não tem uma linha de crédito segura para quem precisa, e aí aquelas linhas que hoje servem de socorro, de auxílio, a quem está heroicamente sustentando a economia deste país, passam a ser taxadas nas duas frentes; uma, na linha de crédito, que é acessada por quem precisa; e em outra, aqui é a taxaçaõ daqueles que investem nessas carteiras e que geram o capital para empréstimo.

Eu repito: o pequeno e médio produtor é que vão sangrar, vão sofrer com tudo isso. Esses instrumentos são fundamentais para o acesso ao crédito agrícola e também ao crédito imobiliário. Retirar essa isenção é tirar o pouco fôlego que restava no campo e na cidade.

Então, estão mais uma vez condenando o povo, especialmente os mais pobres. E esse discurso, às vezes, de dizer que “não, quando você cria um imposto é para pegar os ricos; quando você cria, coloca pedágio em uma rodovia é para pegar os ricos, o pobre não tem carro, o pobre não tem comércio...” porque a lógica da narrativa é o seguinte: “não, eu estou taxando o empresário!”. Mas, gente, o pobre come, o pobre toma remédio, o pobre mora em alguma casa. A casa em que ele mora foi construída com material de construção civil. Se você aumentou o preço do produto, ou se você criou lá um pedágio, isso vai ser repassado para o custo do produto final, para o custo final do produto! Como não?

Mas aí querem... o Brasil adotou essa praga, essa miséria da chamada narrativa, e nós vimos muito isso naquela CPI da pandemia da covid. Ali a gente viu aquele embrião que nasceu e tomou conta do Brasil hoje. Hoje, não importam os fatos, não importam mais os fatos no Brasil. O que importa são as narrativas: é a versão que você dá para um pseudo fato, tornando a mentira um fato e, a narrativa, o conceito daquilo que não existe, mas que é uma fábula. Ou, outra hora, você pega um fato, transforma esse fato, que às vezes é negativo, e aí, com a narrativa você dá uma coloração, você dá uma envernizada naquilo que é negativo, fazendo-o parecer positivo para a sociedade. Não importa o que é de fato, o que importa é como você vende para a sociedade. Que absurdo é esse?

E a gente discutindo no Brasil controle de redes “porque tem muita desinformação, tem muita *fake news*, tem muita...” o maior promotor de *fake news* no Brasil é o Governo Federal, o maior produtor, o maior propagandista de desinformação no Brasil é o Governo Federal.

Olha aqui, o que o Ministro da Fazenda está dizendo é: “eu estou taxando, aumentando o imposto do IOF, a taxa do IOF. Eu vou aumentar o imposto sobre as carteiras de crédito, mas não vai ter repasse para o consumidor. Fique tranquilo”. Se isso aqui não é desinformação, o que será? O que seria? Ora, tem que falar a verdade. O Governo gasta muito, gasta mal, é perdulário, não tem controle de contas, não faz esforço para reduzir despesas e passa a conta para o trabalhador. Essa que é a verdade.

Então, repito, mais uma vez estão condenando o povo, especialmente os mais pobres, a pagar pela incompetência do Governo em gerir as finanças públicas. E aqui alguns efeitos concretos: primeiro, crédito mais caro. Quem precisa de empréstimo, financiamento, cartão de crédito para sobreviver vai pagar mais. E quem sofre? O trabalhador, a mãe de família, o pequeno produtor, o pequeno comerciante, o empreendedor. São esses que vão sofrer.

Segundo, empresas repassam o custo. Empresas que dependem do crédito vão simplesmente repassar esse custo para o consumidor final. Resultado: aumento de preços. Não tem outra alternativa, é aumento de preços. E mais uma vez o mais pobre é quem vai sentir primeiro o peso da ineficiência do Estado e desse aumento desenfreado de impostos.

Terceiro, câmbio e importações mais caros. O dólar sobe, os combustíveis sobem, os alimentos sobem, os remédios também vão subir de preço. Tudo sobe. Por quê? Por qual razão? Porque o Governo está perdido e quer tapar o buraco com mais imposto, com mais taxaçaõ. E eu pergunto: que país quer



atrair investimento e aumenta imposto por decreto, do dia para a noite, sem transparência, sem diálogo, sem previsibilidade. Isso afasta o investidor. Aliás, afasta alguns e atrai outros, vamos ser sinceros, porque o Brasil também é um país que, para quem gosta de especulação, é um prato cheio. Então você afasta o investidor do chão de fábrica, mas você atrai o investidor dos papéis. O Brasil é um território perfeito para o investidor que gosta desse cenário, porque tem gente ganhando dinheiro. Até um Tesouro Direto hoje passou a ser um grande negócio. Se você tem uma Selic na casa dos 15%, para que você vai investir no chão de fábrica, numa empresa, para o cara que está gerando emprego, renda, desenvolvimento, que tem todos os riscos, todas as variáveis de risco no seu negócio? “Não, é melhor fechar, pegar o capital e investir em papéis.” Mas que país no mundo se desenvolve, que tem projeção de um futuro seguro, baseando a sua economia no rentismo? Não sou contra as pessoas ganharem dinheiro aplicando. É parte. Agora, você não pode fazer do país um território tão inseguro e tão volátil ao ponto de você tornar justamente esse segmento, essa carteira a mais atraente. Isso é uma inversão, não é?

Dizem que criaram um ambiente de confiança para os investidores. Onde? É uma baita de uma mentira! Mentira. Quem vai investir em um país onde as regras mudam toda semana? O próprio Presidente do Banco Central... Aliás, o Presidente Lula dizia que o problema do Brasil com relação ao crédito, à taxa de juro, antes, era problema do Campos Neto, porque foi o Bolsonaro que nomeou o Campos Neto. Aí agora, o que está lá é o Galípolo, que foi nomeado por Lula. A taxa de juro continua subindo e ele continua dizendo ao mercado: “Olha, se não controlar os gastos, se não controlar as despesas públicas, o cenário vai ficar pior.” E agora o Governo não fala mais, não é mais problema do Banco Central, mas o problema continua sendo real para os brasileiros. Nada mudou. Então, é preocupante, porque o indicado pelo atual Governo, o Gabriel Galípolo alertou sobre os efeitos nocivos do aumento do IOF no controle de capitais. Foi ele que disse. Esse é um Governo que não escuta ninguém, nem os seus aliados mais sinceros, nem o Congresso, nem o setor produtivo, nem os especialistas.

Aliás, é um Governo especialista em aumentar impostos. Nós tivemos recentemente votada aqui no Congresso Nacional, Presidente Girão, a reforma tributária. Meu Deus, para que servirá a reforma tributária se, depois da reforma tributária votada no Congresso Nacional, nós já tivemos tantas emendas, tantos projetos e tantos decretos aumentando impostos?

Mas diziam: “não, a reforma tributária vai reduzir a carga tributária”. Eu não sei por que meio, porque, todo mês, e, às vezes, até mais de uma vez por mês, o “Taxade” entra em ação de novo: é mais um imposto, é mais uma taxa, é mais um custo. E o brasileiro que se vire para pagar a conta!

Então, é um Governo que vive de narrativa, de propaganda. Falta política pública de verdade, sobra maquiagem para enganar a população, só que o brasileiro já não está se enganando mais. O brasileiro já não acredita mais nas falácias do Governo, nas narrativas do Governo. Não à toa, a popularidade do Presidente Lula está morro abaixo. O índice de aprovação do Governo, despencando; a aprovação do Governo, a aprovação pessoal do Presidente, despencando.

Toda vez que você vai falar sobre algum assunto, qual é o argumento principal utilizado pela equipe econômica do Governo, pela equipe política do Governo? “A culpa é do Bolsonaro”. Bolsonaro já deixou de ser Presidente há quanto tempo? E, na época do Bolsonaro, as estatais estavam no verde, estava dando lucro. Nós tínhamos uma situação de superávit no Brasil. Era totalmente diferente, o cenário, mesmo diante de uma pandemia, que levou quase R\$1 trilhão do orçamento público.

E agora: as estatais no vermelho, os escândalos batendo à porta novamente. Olhem o escândalo do INSS. Falava-se em R\$6 bilhões de roubo, de fraudes. Hoje, já se especula, já se fala, não se sabe ao certo ainda, pode ser que seja mais, pode ser que seja menos, de algo em torno de R\$90 bilhões! Que país é esse?

Estão com saudade do japonês da Federal. Lembram-se dele? Na época do petróleo, ali, toda





semana, tinha operação da Polícia Federal, mas não era para questão de *fake news*, não era para questão de pseudo golpe, nada disso. Era a chaga da corrupção. E, novamente, agora, no INSS.

Então, é um Governo, repito, que vive de narrativa. Falta justamente política pública verdadeira, eficiente. E aí querem acusar o ex-Presidente Jair Bolsonaro de maquiagem as contas públicas. “Não, isso, lá atrás, o saldo era positivo porque maquiava; agora, a gente está falando a verdade”. Quem é que vai acreditar? Sabe?

O Brasil tem os seus mecanismos de controle. Você tem o acompanhamento pelo Congresso Nacional, pelo Tribunal de Contas da União. Você tem organismos internacionais que acompanham tudo. Essa narrativa não vai colar.

Para concluir, Sr. Presidente, vamos aos fatos.

Com Bolsonaro, o resultado primário estrutural foi positivo em 2021 e 2022. Com Lula, o que temos é pedalada disfarçada.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O TCU já apontou graves irregularidades no programa Pé-de-Meia. Está investigando gastos feitos fora do orçamento por fundos paralelos, sem controle, sem transparência. Foi o TCU quem disse. Foi o TCU. É a pedalada versão 2.0.

As medidas do Governo são improvisadas, contraditórias, irresponsáveis. Lula revela, com suas ações, o verdadeiro espírito do seu Governo: improviso, autoritarismo e negação do debate.

É ausência de política.

Senhoras e senhores, este Governo tem um nome que cabe perfeitamente: é o “Governo Taxade”. Está na rua. É o Governo que taxa tudo. É o Governo que taxa tudo, porque, por onde o brasileiro olha, lá está uma nova taxa, um novo imposto, um novo fardo para carregar. E, quando o povo reclama, vem o deboche, o silêncio ou mais uma narrativa ensaiada.

Desde que assumiu, o Governo Lula criou ou aumentou 24 tributos.

Sr. Presidente, olha isso! Desde que assumiu, o Governo do Presidente Lula criou, ou aumentou, 24 tributos no país. E, agora, a bola da vez é o IOF. Mais uma cobrança para resolver o caos fiscal criado pelo próprio Governo. Um Governo que gasta mais, gasta mal e depois joga a conta nas costas do povo. Isso não é política pública, isso é covardia fiscal.

E, no meio de tudo isso, onde está o Ministro da Fazenda? Agora, de férias. O barco afundando, a política fiscal é um desastre, perto de sucumbir com a proposta que mandaram para o Congresso Nacional... E espero que aqui haja responsabilidade por parte de todos nós, e eu falo chamando para mim também, porque temos que enfrentar o tema, enfrentar o debate, falando a verdade, e colocar freio naquilo que está desenfreado, nessa sanha arrecadatória do Governo por via do aumento de impostos. Enquanto o Congresso vota hoje uma proposta, repito, para derrubar os efeitos desse decreto, o Ministro da Fazenda viaja. É o retrato perfeito desse Governo: improvisado, omisso e ausente. Na hora de dialogar, se omite; na hora da crise, some; e, na hora da verdade, foge.

O Brasil não precisa de mais imposto, o Brasil precisa de Governo que respeite o dinheiro do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, meu querido irmão, Senador Marcos Rogério.

Belíssimo o seu pronunciamento, para gente começar bem a semana.

Eu já ia dizer para o senhor que o senhor tirasse o cavalinho da chuva, que ele não ia respondê-lo



sobre essa mágica de aumentar o IOF e não impactar nos preços. É óbvio que vai, mas ele não vai respondê-lo porque ele está de férias. Vai ficar até o dia 22 de férias, no meio dessa confusão. O PDL podendo ser votado hoje aí, e ele dá as costas para o Brasil. E a gente que se vire, não é?

Então, quero cumprimentar também o Presidente Hugo Motta, que está tendo muito pulso firme, tanto no caso do IOF, desse PDL, como também na questão da Zambelli. A gente não pode ter outro *case*, como o Daniel Silveira, que envergonhou o Parlamento brasileiro, com o STF desmandando e mandando como teve. E outra coisa que o senhor falou: por muito menos, na época da Lava Jato, à altura desse campeonato, já tinha uma dúzia preso, e eu não vejo ninguém preso nesse escândalo, não tem ninguém. O negócio parece... Tem alguma coisa muito estranha nisso tudo.

O negócio do japonês da Federal também pode tirar o cavalinho da chuva... Até agora não apareceu, e era para ter aparecido. Porque o que tem de Porsche, de carro, saindo por tudo que é ladrão aí, não é brincadeira.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento. Uma abençoada semana para o senhor.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, é apenas...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

Como V. Exa. fala dessa questão, especialmente do escândalo do INSS, quero apenas registrar, neste momento, que amanhã nós teremos...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Abertura.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... sessão do Congresso Nacional.

Eu participei da reunião de Líderes da semana passada, onde os Líderes se reuniram lá junto ao Presidente Davi, e o Presidente Davi confirmou que, amanhã, na sessão do Congresso Nacional, deve ser feita a leitura do pedido de abertura de CPMI para investigar essa falcatura, essa roubalheira aos aposentados do Brasil no âmbito do INSS.

Então, deve ser lido amanhã esse requerimento e, na sequência, haverá a indicação pelos Líderes dos membros dessa CPMI. É importante que os Líderes façam as indicações para a gente montar essa CPMI e fazer essa investigação com profundidade, com seriedade, atribuindo responsabilidade a quem tem responsabilidade e cobrando as providências que devem ser cobradas.

Não tenho dúvida de que essa CPMI vai mexer muito com as estruturas de algo que foi montado. A gente imaginava que isso já seria página virada, pois os tempos são outros, mas as práticas parecem as mesmas do passado, com relação a essa questão da corrupção.

Portanto, amanhã, haverá a leitura e aí, sim, a abertura dessa CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Muito bem, Senador Marcos Rogério.

É como o senhor falou: eu tenho certeza de que tem partidos já com a caneta na mão, esperando para indicar os seus membros, mas tem alguns que nem assinaram a CPMI. Espero que não demore, porque aí seria uma sabotagem, um boicote à CPMI. Também espero que não aconteça como a CPI da Pandemia, da covid, ou como a do dia 8 de janeiro. Que as pessoas que não assinaram não vão tomar a CPI, para bloquear investigação. Eu espero que seja respeitado esse desejo de investigação.

Não é um instrumento da minoria, a CPI? Eu sempre aprendi isso. Tomara que não vão ocupar com os governistas ali, para bloquear a CPI ou a CPMI.



Então, parabéns pelo seu pronunciamento.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira, com pautas divulgadas pela Secretaria-Geral da Mesa: sessão conjunta do Congresso Nacional, ao meio-dia, às 12h, e sessão deliberativa extraordinária do Senado Federal, às 16h.

Cumprida a finalidade desta sessão, desejando uma ótima semana a todos, de muita paz, luz, saúde, harmonia, esperança e fé – Deus abençoe a todos! –, a Presidência declara o encerramento desta sessão.

Muito obrigado.

Paz e bem!

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 59 minutos.)*



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

### Abertura de Prazos



### Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2021, da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, celebrado em Brasília, em 15 de março de 2019.*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2021, da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2024, da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.*

As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

**Prazo: de 17/6/2025 a 25/6/2025.**



### Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2024, da Câmara dos Deputados, que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas.*

A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

**Prazo: 17/6/2025 a 25/6/2025.**



# Comunicação





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Eduardo Girão

Ofício nº 0128/2025-GSEGIRAO

Brasília, 16 de junho de 2025

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39 inc. I, que ficarei ausente do País de 18/06/2025 a 23/06/2025, quando estarei em viagem à Europa.

Esclareço ainda que se neste período acima informado ocorrer qualquer programação legislativa na Casa e eu não consiga, seja de forma presencial ou remota, participar, desde já autorizo o desconto dos dias correspondentes em meu salário.

Atenciosamente,

**Senador Eduardo Girão**  
**(NOVO - CE)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3051631937>





# Encaminhamentos



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
<a href="#">PRS 1/2024</a>	Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Mário Jorge Lobo Zagallo, destinada a homenagear treinadores e treinadoras ou comissões técnicas que tenham se destacado em competições esportivas.	CEsp/CDir
<a href="#">PL 150/2021</a>	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos.	CAE/CDH/CEsp
<a href="#">PL 1157/2025</a>	Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para alterar a redação e a pena de crimes contra a incerteza do resultado esportivo e prever sanção de suspensão do atleta.	CEsp/CCJ
<a href="#">PL 1163/2025</a>	Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer a obrigatoriedade de avisos de desestímulo ao jogo e de advertência sobre seus malefícios a serem veiculados pelos agentes operadores.	CEsp/CCDD/ CTFC
<a href="#">PL 1165/2025</a>	Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para restringir a oferta de apostas em eventos isolados ocorridos durante eventos esportivos.	CTFC/CEsp/CCJ



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
<a href="#">PL 907/2024</a>	Acrescenta § 4º ao art. 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena no caso de contrabando ou de descaminho de equipamentos médicos e hospitalares.	CAS/CCJ
<a href="#">PL 2996/2024</a>	Altera a Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, para dispor sobre a sub-rogação automática de créditos e garantias em casos de falência, de liquidação extrajudicial ou de intervenção em instituição financeira agente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).	CAE
<a href="#">PL 3191/2024</a>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de obstrução de via pública mediante uso de barricadas para fins de cometimento ou ocultação de crimes.	CSP/CCJ
<a href="#">PL 3339/2024</a>	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para agravar penas cominadas a crimes ambientais, proibir a contratação com o poder público e o recebimento de recursos públicos no caso de uso irregular do fogo e estabelecer circunstâncias agravantes nos casos que especifica.	CMA/CCJ
<a href="#">PL 2672/2025</a>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar de forma mais gravosa os crimes de homicídio, lesão corporal, constrangimento ilegal, ameaça, incitação ao crime e desacato e os crimes contra a honra, quando cometidos contra profissionais da saúde e profissionais da educação, conforme especifica, no exercício de suas funções ou em decorrência delas; e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).	CCJ
<a href="#">PEC 27/2025</a>	Estabelece a improrrogabilidade das competências para julgar estabelecidas em função do cargo ou função, originárias ou por conexão, encerrando-se no momento dos termos do mandato ou do exercício do cargo ou função.	CCJ



Os documentos seguintes foram recebidos pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhados às Comissões competentes, que os disponibilizarão nas respectivas páginas no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 140/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Emissora de Campos do Jordão Ltda. para a Rádio Cultura de Comunicações Ltda., relativa à CAC 31/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 139/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Portugal Telecomunicações Ltda. para Faxinal Alternativa Ltda., relativa à CAC 30/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 138/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Leste Sul Telecomunicações Ltda. para a Rádio Novo Dia FM Ltda., relativa à CAC 29/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 137/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio e TV Sucesso Ltda. para a Rádio Canarinho Santa Juliana Ltda., relativa à CAC 28/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 135/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio e TV Maíra Ltda. para a Rádio, TV e Jornal Impresso Amazônia Ltda., relativa à CAC 26/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. n. 136/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Rio Vermelho de Silvânia Ltda., posteriormente transferida à Fundação L'Hermitage, para a Rio Vermelho Comunicação e Marketing Ltda., relativa à CAC 27/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 129/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente ao Sistema de Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para a Kiss FM Rio Sistema de Comunicações Ltda., relativa à CAC 25/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 128/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Cultura de Lorena Ltda. para a Rádio Cultura de Comunicações Ltda., relativa à CAC 23/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. n. 127/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Cultura de Lorena Ltda. para a Rádio Cultura de Comunicações Ltda., relativa à CAC 22/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 126/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Difusão Condá Ltda. para a Rádio Oeste Capital FM Ltda., relativa à CAC 21/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 125/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio e TV Maíra Ltda. para a Rádio, TV e Jornal Impresso Amazônia Ltda., relativa à CAC 20/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 124/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio e TV Maíra Ltda. para a Rádio, TV e Jornal Impresso Amazônia Ltda., relativa à CAC 19/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 123/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à San Marino Radiodifusão Ltda. para a Rádio Interativa FM Ltda., relativa à CAC 18/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 122/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Felicidade FM Ltda. para a TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda., relativa à CAC 17/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 121/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à TV Esplanada do Paraná Ltda. para a Rádio e Televisão Imagem Ltda., relativa à CAC 16/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. n. 134/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Televisão Cultura de Maringá Ltda. para a TV Cataratas Ltda., relativa à CAC 15/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 133/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para a A.W.M. - Monteiro Neto Rádio Ltda., relativa à CAC 14/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 132/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Metropolitana FM Ltda. para a SPC - Sistema Pernambucano de Comunicações Ltda., relativa à CAC 13/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. n. 131/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio e TV Maíra Ltda. para a Rádio, TV e Jornal Impresso Amazônia Ltda., relativa à CAC 12/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. n. 130/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para a Sistema Católico de Telecomunicação Ltda. - Sicatel, relativa à CAC 11/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. n. 99/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Educadora Inconfidência de Umuarama Ltda. para a Fundação Santa Clara de Assis, relativa à CAC 10/2024	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. n. 98/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Bel Ltda. para a Estúdio Minas Produtora Ltda., relativa à CAC 9/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. n. 97/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para a Sistema Católico de Telecomunicação Ltda. - Sicatel, relativa à CAC 8/2024	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. n. 96/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para a Rádio Frequência News Ltda., relativa à CAC 7/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 95/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda. para o Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda., relativa à CAC 6/2024	Câmara dos Deputados	CCDD





# Indicações





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 33, DE 2025

Sugere ao Ministério das Comunicações a criação de campanhas periódicas de comunicação pública sobre os riscos do jogo compulsivo.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 33/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25067.98354-04

**INDICAÇÃO Nº , DE 2025**

Sugere ao Poder Executivo a criação de campanhas periódicas de comunicação pública sobre os riscos do jogo compulsivo.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de campanhas periódicas de comunicação pública, com mensagens claras, acessíveis e cientificamente fundamentadas, sobre:

- i) os riscos do jogo compulsivo;
- ii) casos reais e histórias de superação;
- iii) dicas para identificar sinais de vício em si mesmo ou em pessoas próximas;
- iv) canais de ajuda disponíveis.

Sugere-se, ainda, que as campanhas priorizem públicos mais suscetíveis aos danos, como jovens entre 15 e 30 anos, desempregados, pessoas de baixa renda e homens – perfil identificado como predominante entre os apostadores problemáticos. Recomenda-se a utilização de



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8878545606>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do INS 33/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25067.98354-04

linguagem adaptada cultural e socialmente, com a utilização de elementos visuais, musicais e narrativos que dialoguem com a realidade desses grupos.

Por fim, sugerimos que as campanhas de conscientização envolvam atletas, ex-jogadores, artistas e criadores de conteúdo digital, especialmente aqueles que já trabalharam com casas de apostas, a fim de reforçar a credibilidade da mensagem e ampliar o alcance da iniciativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

O crescimento vertiginoso do mercado de apostas esportivas no Brasil impôs à sociedade um cenário de ampla exposição da população – inclusive de menores de idade – a conteúdos publicitários de forte apelo emocional e financeiro. As campanhas publicitárias das *Bets* ocupam hoje espaço significativo em eventos esportivos, mídias digitais, redes sociais e até em transmissões televisivas abertas, promovendo as apostas como forma de entretenimento comum e sem riscos aparentes.

Diante disso, é necessário que o poder público atue de forma coordenada, educativa e preventiva, por meio de campanhas nacionais de conscientização, com o objetivo de informar corretamente a população sobre os riscos associados ao jogo excessivo, os sinais de alerta do vício em apostas e as formas de buscar ajuda. Essas campanhas não competem com a liberdade de escolha individual, mas promovem a tomada de decisão consciente e responsável diante de um produto de risco, cujos efeitos podem ser graves e duradouros na vida das pessoas.



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8878545606>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do INS 33/2025 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

A abrangência do problema exige que as ações de conscientização sejam igualmente amplas, contínuas e veiculadas nos mais diversos meios de comunicação – desde os tradicionais (TV, rádio, jornais) até os mais modernos (plataformas de vídeo, *podcasts*, redes sociais). O objetivo é atingir públicos diversos, em contextos variados, com linguagem acessível e adequada a cada meio.

Ainda, é fundamental que essas campanhas apresentem dados reais sobre o risco de endividamento, os transtornos mentais associados ao vício em jogo e os impactos sobre famílias e comunidades. Além disso, devem informar sobre canais de apoio psicológico e jurídico, sempre com mensagens baseadas em evidências científicas, e que combatam as falsas promessas disseminadas por publicidades comerciais.

Estudos recentes, já citados neste relatório, mostram que a maior parte dos apostadores brasileiros pertence às classes C, D e E, com alta incidência de endividamento e baixa educação financeira. Jovens de 15 a 29 anos, em especial, estão entre os principais consumidores de plataformas de apostas, frequentemente induzidos por propagandas em redes sociais, influenciadores e atletas.

Nesse contexto, a comunicação de risco deve ser direcionada de forma segmentada, utilizando elementos culturais e narrativos próximos da realidade dos públicos vulneráveis, a fim de gerar identificação e impacto real. O uso de histórias reais, dramatizações e campanhas com linguagem popular, por exemplo, pode ter maior alcance do que mensagens genéricas e formais.



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8878545606>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do INS 33/2025 [4 de 6]



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25067.98354-04

Ademais, verificamos que o uso massivo de influenciadores digitais e atletas como garotos-propaganda de casas de apostas torna necessário que o discurso da prevenção também utilize os mesmos canais e estratégias. A participação de figuras públicas conhecidas e respeitadas pode contribuir para ressignificar o debate, mostrando que responsabilidade e informação também fazem parte da cultura do esporte e do entretenimento.

Assim, campanhas com ex-jogadores que enfrentaram problemas com apostas, ou influenciadores que decidiram romper com parcerias comerciais com casas de apostas, por exemplo, podem ter um alto poder de mobilização e provocar reflexão, especialmente entre os jovens. A ideia é que o próprio ambiente digital – onde hoje se difunde o jogo – seja também o espaço da educação para o consumo responsável e do enfrentamento aos riscos do vício.

As campanhas nacionais de conscientização, para além de ações de comunicação, são instrumentos de saúde pública, proteção ao consumidor e educação cidadã. Elas são especialmente necessárias diante da assimetria de informações entre os operadores das apostas – que utilizam técnicas avançadas de *marketing* e psicologia comportamental – e os consumidores, muitas vezes vulneráveis e mal-informados.

É função do Estado, portanto, equilibrar esse cenário, garantindo o direito da população à informação clara, acessível e preventiva. Por isso, esse tipo de campanha deve ser permanente, estratégica, intersetorial e fundamentada em dados, servindo como uma das principais



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8878545606>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do INS 33/2025 [5 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

linhas de defesa contra os impactos adversos das apostas compulsivas na sociedade brasileira.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

SF/25067.98354-04



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8878545606>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do INS 33/2025 [6 de 6]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 34, DE 2025

Sugere ao Ministério das Comunicações a criação de um portal oficial com informações acessíveis e organizadas sobre o transtorno do jogo e estratégias de prevenção.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 34/2025 [1 de 3]







SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25098.16825-74

**INDICAÇÃO Nº , DE 2025**

Sugere ao Poder Executivo a criação de um portal oficial com informações acessíveis e organizadas sobre o transtorno do jogo e estratégias de prevenção.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de um portal oficial com informações acessíveis e organizadas sobre: o que é o transtorno do jogo; sinais de alerta; estratégias de prevenção; onde buscar ajuda (serviços públicos, ONGs, grupos de apoio, linhas de escuta e atendimento psicológico); e materiais didáticos e recursos para escolas, famílias e empresas.

**JUSTIFICAÇÃO**

A ausência de uma plataforma oficial de informações sobre os riscos associados às apostas é um fator que contribui para a desinformação da população. O ambiente digital brasileiro hoje é dominado por publicidade de operadoras de apostas, o que dificulta o acesso do cidadão a conteúdos educativos e imparciais.

A criação de um portal oficial e público, com navegação intuitiva, linguagem acessível e conteúdo validado por especialistas em saúde, educação e direitos do consumidor, seria uma medida de grande valor.

O portal poderia funcionar como central de orientação e prevenção, oferecendo, por exemplo: explicações sobre os mecanismos das apostas e seus riscos; ferramentas de autoavaliação e teste de risco; canais de

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1903975489>

Avulso do INS 34/2025 [2 de 3]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

denúncia; rotas de encaminhamento para atendimento especializado; materiais educativos para escolas, famílias e profissionais da saúde.

Esse canal digital também pode servir como base para campanhas públicas e como fonte de dados para pesquisas e relatórios periódicos sobre o tema.

Acreditamos que uma política pública eficaz de enfrentamento aos danos causados pelas apostas esportivas só será completa se incluir uma rede de apoio robusta, articulada e amplamente acessível. A existência de serviços de atendimento psicológico, canais de informação confiáveis e suporte comunitário pode significar a diferença entre o agravamento de uma crise e a recuperação de uma pessoa com tendência ao jogo patológico.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

SF/25098.16825-74

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1903975489>

Avulso do INS 34/2025 [3 de 3]





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 35, DE 2025

Sugere ao Ministério da Educação a inclusão na Base Nacional Comum Curricular de conteúdos sobre educação financeira, com ênfase no desenvolvimento do pensamento crítico, sobre comportamento de risco e saúde mental, bem como a criação de programas de formação para educadores, psicólogos escolares e orientadores pedagógicos.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 35/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

SF/25741.34047-28

**INDICAÇÃO Nº , DE 2025**

Sugere ao Poder Executivo a inclusão na Base Nacional Comum Curricular de conteúdos sobre educação financeira, com ênfase no desenvolvimento do pensamento crítico, sobre comportamento de risco e saúde mental, bem como a criação de programas de formação para educadores, psicólogos escolares e orientadores pedagógicos.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Educação, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja promovida, a análise e inclusão, por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), de conteúdos relacionados à educação financeira – com ênfase no desenvolvimento do pensamento crítico –, à prevenção a comportamentos de risco, associados a práticas financeiras inadequadas, bem como ao fortalecimento das habilidades socioemocionais e à promoção do bem-estar emocional e da saúde mental dos estudantes, no escopo das habilidades e competências previstas para a educação básica na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ademais, diante do crescente número de adolescentes e jovens expostos a situações relacionadas ao uso de plataformas de apostas de jogos *on-line*, sugere-se a criação de programas de formação inicial e continuada para educadores, psicólogos escolares e orientadores pedagógicos, visando a capacitá-los para identificar sinais precoces de envolvimento problemático com apostas e para adotar estratégias de prevenção e orientação.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3190367835>

Avulso do INS 35/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem por finalidade sugerir a inclusão de conteúdos sobre educação financeira, comportamentos de risco associados a práticas financeiras inadequadas e à promoção do bem-estar socioemocional e da saúde mental nos currículos da educação básica, sobretudo com especial atenção às etapas do ensino fundamental (anos finais) e do ensino médio.

Esses conteúdos podem abranger temas como o funcionamento das plataformas de apostas; a diferença entre investimento e jogo de azar; o papel dos vieses cognitivos e da ilusão de controle nas decisões de aposta; e os impactos do jogo patológico na vida pessoal e familiar, entre outros.

O avanço das plataformas de apostas esportivas e de jogos *on-line* no Brasil impôs à sociedade brasileira o desafio urgente de preparar suas instituições educacionais para lidar com os riscos comportamentais, sociais e psicológicos associados ao uso dessas tecnologias. Em especial, há uma crescente preocupação com o envolvimento precoce de adolescentes e jovens em apostas *on-line*, muitas vezes sem consciência dos mecanismos que tornam essas plataformas tão atrativas e potencialmente danosas.

Segundo dados recentes da Fecomércio-SP e do Instituto Locomotiva<sup>1</sup>, parte significativa dos recursos destinados por jovens a consumo cultural, lazer e até alimentação tem sido redirecionada para apostas, sem que tais usuários tenham pleno conhecimento dos riscos financeiros e emocionais envolvidos.

Nesse contexto, a escola se apresenta como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam escolhas conscientes e responsáveis, permitindo que crianças e adolescentes desenvolvam senso crítico, analítico e emocional para resistir a

<sup>1</sup> Reportagem sobre o tema disponível em: <https://www.infomoney.com.br/consumo/mercado-de-Bets-tira-recursos-do-consumo-e-gera-criises-de-divida-e-saude-no-brasil/>. Acesso em: 15 abr. 2025.



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3190367835>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do INS 35/2025 [3 de 6]



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

apelos publicitários sedutores e decisões impulsivas baseadas em promessas de lucro imediato.

Ressalte-se que no Brasil já existem iniciativas relevantes no campo da educação financeira, a exemplo dos programas **Educação Financeira na Escola**<sup>2</sup> – vinculado à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) – e **Aprender Valor**<sup>3</sup>, implementado pelo Banco Central, que *ajuda professores, escolas e redes de ensino a levarem educação financeira a estudantes do ensino fundamental de todo o país*.

Contudo, a crescente complexidade das dinâmicas de consumo digital e as novas formas de exposição de crianças e adolescentes a práticas financeiras de risco – como as apostas – demandam o fortalecimento e a atualização permanente desses conteúdos, com ênfase em aspectos cognitivos e emocionais que influenciam a tomada de decisão.

Desse modo, entendemos que a proposta de incluir conteúdos específicos sobre o funcionamento das plataformas de apostas no currículo da educação básica é plenamente justificável, considerando a relevância social da medida. Assim como a escola já trata de temas como drogas, sexualidade e educação financeira, ela também deve preparar os alunos para compreenderem temas como: o caráter aleatório e estatisticamente desfavorável dos jogos de azar; os riscos associados ao comportamento compulsivo; os vieses cognitivos que influenciam decisões de aposta, como a ilusão de controle, a ancoragem e a aversão à perda; a diferença entre jogo de azar e investimento racional; e o impacto das apostas no orçamento pessoal e na saúde mental.

Essa abordagem, integrada a outras disciplinas, permitirá que a escola cumpra seu papel de construtora do conhecimento e de formadora de cidadãos conscientes e críticos, capazes de fazer escolhas informadas.

Além disso, a recente promulgação da Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que instituiu a *Política Nacional de Atenção Psicossocial nas*

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.edufinanceiranaescola.gov.br/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor>. Acesso em: 16 abr. 2025.



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3190367835>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do INS 35/2025 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

*Comunidades Escolares*, reforça o compromisso do Estado brasileiro com o bem-estar emocional de crianças e adolescentes no ambiente escolar. A integração de temas relacionados à saúde mental com os conteúdos de educação financeira e prevenção de comportamentos de risco fortalece esse compromisso e amplia o alcance das políticas públicas já existentes.

Por isso, sugerimos que sejam desenvolvidos programas de formação para educadores, psicólogos escolares e orientadores pedagógicos, capacitando-os para identificar sinais precoces de envolvimento problemático com apostas entre adolescentes e jovens.

A capacitação de educadores, orientadores e psicólogos escolares é condição indispensável para a eficácia de ações preventivas. Esses profissionais podem ser os primeiros a identificar mudanças de comportamento, sinais de endividamento precoce ou queda no rendimento escolar associados ao uso de apostas.

Contudo, como se trata de um fenômeno recente, a maioria dos profissionais da educação ainda não está preparada para reconhecer e intervir adequadamente em casos de envolvimento patológico com apostas digitais. Por isso, a proposta de capacitação contínua pode contemplar, entre outros temas: o conhecimento sobre o funcionamento das plataformas de apostas e seus mecanismos de engajamento; estratégias pedagógicas para trabalhar o tema em sala de aula; identificação de comportamentos de risco e encaminhamento para a rede de proteção social e de saúde mental; e abordagem ética e não estigmatizante, especialmente em contextos escolares de alta vulnerabilidade social.

A capacitação proposta pode ser conduzida por meio de parcerias com universidades, conselhos de educação, secretarias estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, buscando garantir abrangência e qualidade. Além disso, a criação de materiais pedagógicos, guias de orientação e oficinas interativas pode facilitar a adoção dos conteúdos em diferentes contextos educacionais.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3190367835>

Avulso do INS 35/2025 [5 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

Por fim, reafirmamos que preparar os estudantes para que compreendam criticamente os riscos financeiros e emocionais associados a essas práticas é medida de interesse público, com efeitos diretos na promoção da saúde mental, na prevenção do endividamento e na construção de uma cultura de responsabilidade individual e coletiva.

Ao nosso ver, a escola é o espaço mais adequado para iniciar esse processo formativo, alinhado aos objetivos da BNCC e aos princípios constitucionais que regem a educação nacional. A inclusão curricular, expressa, de tais temas e a capacitação de profissionais da educação, portanto, não devem ser vistas como ações acessórias, mas como instrumentos centrais de uma política de Estado voltada à mitigação dos danos causados pelo crescimento do mercado de apostas entre os jovens brasileiros.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3190367835>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do INS 35/2025 [6 de 6]





Apresentadas as Indicações:

- nº 33, de 2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros, *sugerindo ao Ministério das Comunicações a criação de campanhas periódicas de comunicação pública sobre os riscos do jogo compulsivo.*

- nº 34, de 2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros, *sugerindo ao Ministério das Comunicações a criação de um portal oficial com informações acessíveis e organizadas sobre o transtorno do jogo e estratégias de prevenção.*

- nº 35, de 2025, da Senadora Soraya Thronicke e outros, *sugerindo ao Ministério da Educação a inclusão na Base Nacional Comum Curricular de conteúdos sobre educação financeira, com ênfase no desenvolvimento do pensamento crítico, sobre comportamento de risco e saúde mental, bem como a criação de programas de formação para educadores, psicólogos escolares e orientadores pedagógicos.*

As indicações serão encaminhadas nos termos regimentais.





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 36, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, a elaboração e a implementação de regulamentação estrita para as instituições financeiras e de pagamento que processam transações para o setor de apostas.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 36/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25519.20211-92

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a elaboração e implementação de regulamentação estrita para as instituições financeiras e de pagamento que processam transações para o setor de apostas. Essa regulamentação deve obrigá-las a implementar mecanismos de due diligence e monitoramento para identificar e bloquear transações suspeitas ou relacionadas a operadores não licenciados, sob pena de corresponsabilização.

## JUSTIFICAÇÃO

A ausência de uma regulamentação específica e de uma fiscalização efetiva por parte do Banco Central sobre as instituições financeiras e de pagamento (IPs) que viabilizam as transações financeiras para o setor de apostas online representa uma vulnerabilidade crítica, facilitando a atuação de operadores à margem da lei e a movimentação de recursos de origem duvidosa. É, portanto, fundamental o estabelecimento de um conjunto de regras claras e detalhadas para a atuação desses intermediários, especificando suas obrigações e os padrões de conduta esperados no processamento de pagamentos para este setor.

A obrigação de implementar mecanismos robustos de due diligence por parte das IPs é essencial para assegurar que conheçam adequadamente seus clientes operadores de apostas, prevenindo que suas plataformas e serviços financeiros sejam utilizados como fachada para atividades ilegais ou por empresas não licenciadas no país. Adicionalmente, o monitoramento contínuo



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1329009001>

Avulso do INS 36/2025 [2 de 3]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

e rigoroso das transações financeiras é crucial para identificar, analisar e bloquear fluxos financeiros suspeitos. Isso inclui não apenas movimentações que possam estar relacionadas à lavagem de dinheiro ou ao financiamento de atividades ilícitas, mas também aquelas direcionadas a operadores de apostas que não possuem a devida autorização para atuar no Brasil, contribuindo para coibir sua operação irregular.

A previsão de corresponsabilização para os intermediários de pagamento que negligenciarem a implementação dessas medidas preventivas e de controle é um instrumento indispensável. Tal medida visa garantir o efetivo cumprimento da regulamentação, alinhar os interesses das instituições financeiras com a necessidade de um mercado de apostas mais seguro, justo e responsável, e desincentivar a convivência, ainda que passiva, com práticas ilícitas. Essas ações são, em suma, indispensáveis para proteger a integridade do sistema financeiro nacional, coibir a evasão de divisas, impedir a proliferação de operadores ilegais e contribuir significativamente para um ambiente de apostas online que minimize os severos impactos negativos e os riscos de danos sociais e econômicos à população brasileira.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25519.20211-92



Assinado eletronicamente por Sen Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1329009001>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3325-3333

Avulso do INS 36/2025 [3 de 3]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 37, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), que promova, em diálogo com os Estados e o Distrito Federal, o desenvolvimento de um sistema de governança nacional para o setor de loterias.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 37/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25720.31268-07

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que promova, em diálogo com os Estados e o Distrito Federal, o desenvolvimento de um sistema de governança nacional para o setor de loterias. Esse sistema deve respeitar a autonomia dos entes federados para explorar essa modalidade dentro de seus territórios, mas estabelecendo diretrizes e padrões mínimos uniformes em todo o país, como regras de geolocalização efetiva, proteção ao apostador e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT).

## JUSTIFICAÇÃO

A atual autonomia dos entes federados para explorar modalidades lotéricas, embora fundamental, pode levar a uma fragmentação excessiva do mercado e a disparidades regulatórias significativas caso não haja um esforço de coordenação nacional. Essa fragmentação acarreta riscos como a "guerra fiscal" entre os Estados e o Distrito Federal, onde cada um busca oferecer condições mais atrativas de forma desordenada, e uma crescente insegurança jurídica tanto para os operadores do setor quanto para os próprios apostadores.

O desenvolvimento de um sistema de governança nacional, por meio de um diálogo colaborativo e contínuo com os Estados e o Distrito Federal, é essencial para mitigar esses riscos. Ao estabelecer diretrizes e padrões mínimos uniformes em todo o país, respeitando-se a competência de cada ente para explorar as loterias em seus respectivos territórios, busca-se criar um ambiente mais coeso, seguro e previsível.



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8080830236>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
FONE (61) 3325-3000 FAX (61) 3325-3002

Avulso do INS 37/2025 [2 de 3]



## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

A implementação de regras de geolocalização efetiva, por exemplo, é crucial para assegurar que a exploração lotérica por um determinado ente federado se restrinja aos limites de seu território, evitando conflitos de competência e a exploração indevida de mercados de outras unidades da federação. Padrões mínimos uniformes para a proteção ao apostador garantem que direitos básicos, como o acesso a informações claras sobre os jogos, os riscos envolvidos e os mecanismos de jogo responsável, sejam assegurados de maneira equânime em todo o Brasil. Adicionalmente, a adoção de diretrizes consistentes para a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) no âmbito das loterias estaduais e distrital é vital para fortalecer o sistema nacional de combate a ilícitos financeiros, impedindo que o setor lotérico seja utilizado para tais fins.

Dessa forma, um sistema de governança nacional com esses contornos não apenas evitaria os problemas decorrentes da fragmentação e da insegurança jurídica, mas também promoveria um mercado lotérico mais íntegro, transparente e alinhado com as melhores práticas de proteção ao consumidor e de responsabilidade social, beneficiando a sociedade como um todo e fortalecendo a confiança nas operações lotéricas em todo o país.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8080830236>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3321-3333

Avulso do INS 37/2025 [3 de 3]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 38, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal a alocação de recursos orçamentários significativos para dotar a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a Receita Federal do Brasil, a Polícia Federal e os Ministérios Públicos de infraestrutura tecnológica de ponta e de programas contínuos de capacitação para seus agentes.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 38/2025 [1 de 3]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25210.15375-12

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a alocação de recursos orçamentários significativos para dotar a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a Receita Federal do Brasil, a Polícia Federal e os Ministérios Públicos de infraestrutura tecnológica de ponta e de programas contínuos de capacitação para seus agentes.

### JUSTIFICAÇÃO

O atual cenário do mercado de apostas online é marcado por um ambiente digital complexo, dinâmico e, muitas vezes, transnacional, o que impõe desafios significativos e crescentes aos órgãos estatais responsáveis pela fiscalização e controle. Para que o Estado brasileiro possa efetivamente reverter o quadro de descontrole, mitigar os severos impactos negativos associados a esta atividade e estabelecer um ambiente de apostas online mais seguro, justo e responsável, é imprescindível um investimento estratégico e contínuo tanto em tecnologia de ponta quanto na capacitação qualificada e permanente dos agentes públicos envolvidos.

A dotação de recursos orçamentários adequados e significativos permitirá que a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, o COAF, a Receita Federal do Brasil, a Polícia Federal e os Ministérios Públicos adquiram, implementem e mantenham infraestrutura tecnológica avançada. Isso inclui, por exemplo, softwares de análise massiva de dados (big data), ferramentas de inteligência artificial especializadas na detecção de fraudes e anomalias, e outras tecnologias essenciais para o



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8238906771>

Avulso do INS 38/2025 [2 de 3]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25210.15375-12

acompanhamento eficaz das operações no ambiente digital. Tais recursos tecnológicos são cruciais para viabilizar o monitoramento preciso e em tempo real de um volume massivo de transações financeiras, incluindo aquelas realizadas com criptoativos, que frequentemente são utilizados como meio para dificultar o rastreamento e contornar os sistemas tradicionais de controle financeiro.

Além disso, a capacidade tecnológica é fundamental para a identificação ágil e precisa de operadores que atuam ilegalmente no país, sem a devida licença ou em desacordo com as normativas vigentes, bem como para a investigação célere e aprofundada de crimes financeiros complexos. Estes podem incluir lavagem de dinheiro, evasão de divisas, manipulação de resultados e outras fraudes correlatas que podem encontrar terreno fértil no setor de apostas online não devidamente fiscalizado.

Paralelamente ao investimento em tecnologia, a natureza altamente dinâmica do mercado de apostas online, com o constante surgimento de novas modalidades de jogos, plataformas e táticas operacionais (inclusive por parte de atores mal-intencionados), exige que os agentes públicos sejam submetidos a programas contínuos e atualizados de capacitação. Essa formação especializada é vital para que os profissionais estejam permanentemente atualizados sobre os riscos emergentes, as novas tecnologias empregadas pelo setor, as mais modernas técnicas de investigação digital e as melhores práticas internacionais em matéria de regulação e fiscalização. Somente com equipes altamente treinadas e equipadas com as ferramentas tecnológicas adequadas, o Estado poderá exercer plenamente seu papel regulador e fiscalizador, garantindo um ambiente de apostas que seja não apenas uma fonte de entretenimento, mas também seguro, íntegro, justo, e que contribua efetivamente com a arrecadação de recursos para o país, protegendo os cidadãos e a ordem econômica.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8238906771>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
FONE (61) 3321-2000 FAX (61) 3321-2001

Avulso do INS 38/2025 [3 de 3]





# SENADO FEDERAL

## INDICAÇÃO N° 39, DE 2025

Sugere ao Ministério da Justiça que encaminhe ao Congresso Nacional um Projeto de Lei instituindo a Lei Orgânica Nacional da Polícia Penal.

**AUTORIA:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 39/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR LUIS CARLOS HEINZE

SF/25881.80117-80

**INDICAÇÃO Nº , DE 2025**

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança, para que encaminhe ao Congresso Nacional um Projeto de Lei instituindo a Lei Orgânica Nacional da Polícia Penal.

Nos termos do artigo 224 do Regimento Interno do Senado Federal, requero seja encaminhada a presente indicação ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança, sugerindo que sejam adotadas as providências necessárias para o encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de lei que institua a Lei Orgânica Nacional da Polícia Penal, regulamentando, em âmbito nacional, a organização, estrutura, competências, prerrogativas, deveres e direitos das Polícias Penais da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do artigo 144, § 7º, da Constituição Federal.

**JUSTIFICATIVA**

A presente indicação tem como objetivo suprir uma lacuna legislativa aberta desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 104/2019,



Senado Federal - Anexo II – Gabinete 5 – Ala Senador Afonso Arinos – Térreo  
Fones 61 3303 4124 – 4129 - CEP 70165.900 – Brasília – DF – E-mail: [sen.luiscarlosheinze@senado.leg.br](mailto:sen.luiscarlosheinze@senado.leg.br)  
Assinado eletronicamente por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8631272028>

Avulso do INS 39/2025 [2 de 4]  
pag. 1





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR LUIS CARLOS HEINZE

SF/25881.80117-80

que inseriu a Polícia Penal no artigo 144 da Constituição Federal como órgão permanente da segurança pública, ao lado das polícias federal, rodoviária, ferroviária, civis e militares. Passados mais de cinco anos, o comando constitucional que exige a edição de lei específica para sua organização e funcionamento permanece sem cumprimento.

A ausência de uma Lei Orgânica Nacional da Polícia Penal gera insegurança jurídica, desigualdade institucional entre os entes federativos e dificulta a integração da corporação ao Sistema Único de Segurança Pública — SUSP, criado pela Lei nº 13.675/2018, comprometendo a efetividade das ações de segurança pública, especialmente no combate ao crime organizado que atua dentro e fora do sistema prisional.

Os Policiais Penais desempenham papel estratégico na proteção da sociedade, exercendo funções que vão além da custódia e vigilância — atuam na repressão a organizações criminosas, na preservação da ordem pública e na garantia da integridade dos estabelecimentos penais. A inexistência de normas nacionais padronizadas resulta em modelos desiguais de formação, ingresso, atribuições, direitos e deveres, criando distorções entre profissionais que exercem as mesmas funções em diferentes unidades da federação.

O Poder Legislativo já avançou na regulamentação nacional de outras forças policiais. A aprovação das Leis nº 14.735/2023, que institui a Lei Orgânica das Polícias Civis, e da Lei nº 14.751/2023, que trata das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, demonstra que é plenamente viável estruturar, em âmbito nacional, diretrizes mínimas para essas instituições, respeitando as competências dos estados e do Distrito Federal.

Da mesma forma, a Lei Orgânica Nacional da Polícia Penal deverá assegurar parâmetros gerais de organização, ingresso, carreira, deveres, prerrogativas e direitos, sem retirar a autonomia dos estados para legislar de forma suplementar, nos termos dos artigos 22, XXI, e 24, XVI, da Constituição Federal.

A falta desse marco legal compromete o fortalecimento institucional da Polícia Penal, prejudica a valorização dos profissionais, limita a eficácia das



Senado Federal - Anexo II – Gabinete 5 – Ala Senador Afonso Arinos – Térreo  
Fones 61 3303 4124 – 4129 - CEP 70165.900 – Brasília – DF – E-mail: [sen.luiscarlosheinze@senado.leg.br](mailto:sen.luiscarlosheinze@senado.leg.br)  
Assinado eletronicamente por Sen. Luis Carlos Heinze  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8631272028>

Avulso do INS 39/2025 [3 de 4]  
pag. 2





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR LUIS CARLOS HEINZE

SF/25881.80117-80

ações de enfrentamento às organizações criminosas e enfraquece a articulação interestadual e nacional no âmbito da segurança pública.

Diante da urgência e relevância da matéria, é imprescindível que o Ministério da Justiça e Segurança Pública encaminhe ao Congresso Nacional, com a maior brevidade possível, o Projeto de Lei da Lei Orgânica Nacional da Polícia Penal, medida que representa o cumprimento de um mandamento constitucional e o reconhecimento da importância desses profissionais na preservação da ordem pública e na proteção da sociedade.

Sala das Sessões, em            de            de 2025

Senador **LUIS CARLOS HEINZE**  
Progressistas / RS

CSC



Senado Federal - Anexo II – Gabinete 5 – Ala Senador Afonso Arinos – Térreo  
Fones 61 3303 4124 – 4129 - CEP 70165.900 – Brasília – DF – E-mail: [sen.luiscarlosheinze@senado.leg.br](mailto:sen.luiscarlosheinze@senado.leg.br)

Assinado eletronicamente por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8631272028>

Avulso do INS 39/2025 [4 de 4]  
pag. 3



Apresentada a Indicação nº 39, de 2025, do Senador Luis Carlos Heinze, *sugerindo ao Ministério da Justiça que encaminhe ao Congresso Nacional um Projeto de Lei instituindo a Lei Orgânica Nacional da Polícia Penal.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO N° 40, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal o estabelecimento e fortalecimento de protocolos formais de cooperação e intercâmbio de informações em tempo real entre todos os órgãos de fiscalização e controle em nível nacional do setor de apostas online.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 40/2025 [1 de 3]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25445.02726-94

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o estabelecimento e fortalecimento de protocolos formais de cooperação e intercâmbio de informações em tempo real entre todos os órgãos de fiscalização e controle em nível nacional. Adicionalmente, sugerimos a busca ativa pela celebração e efetivação de acordos de cooperação jurídica internacional com países relevantes para a fiscalização do setor de apostas online.

### JUSTIFICAÇÃO

A eficácia da fiscalização e do controle do setor de apostas online, dada a sua complexidade e natureza multifacetada, depende crucialmente de uma atuação integrada e sinérgica dos diversos órgãos estatais com responsabilidades sobre a matéria. O estabelecimento e o fortalecimento de protocolos formais de cooperação são, portanto, vitais para permitir o intercâmbio de informações de forma ágil e segura, preferencialmente em tempo real, entre instituições como a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a Receita Federal do Brasil, a Polícia Federal e os Ministérios Públicos, entre outros. Essa colaboração estruturada é essencial para otimizar os recursos de fiscalização, evitar a sobreposição ou duplicação de esforços, construir uma visão mais completa e precisa das atividades do setor, e possibilitar respostas estatais mais rápidas, coordenadas e eficientes diante de irregularidades, práticas abusivas ou atividades criminosas.

Paralelamente, o caráter intrinsecamente transnacional de grande parte das operações de apostas online representa um desafio significativo. Muitas das



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4859305045>

Avulso do INS 40/2025 [2 de 3]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25445.02726-94

plataformas que direcionam seus serviços ao público brasileiro estão sediadas em jurisdições estrangeiras, e os fluxos financeiros relacionados a essas atividades frequentemente cruzam múltiplas fronteiras. Nesse contexto, a cooperação jurídica internacional transcende a mera formalidade, tornando-se um pilar indispensável para qualquer tentativa séria e efetiva de regulamentação, fiscalização e responsabilização. É imperativo que o Poder Executivo Federal busque ativamente não apenas a celebração, mas, fundamentalmente, a efetivação de acordos de cooperação jurídica internacional, tanto bilaterais quanto multilaterais, com países que sediam um volume expressivo de operadores de apostas online com atuação no Brasil, ou que servem como rota para os fluxos financeiros ilícitos provenientes ou destinados a essas atividades.

Tais acordos são o instrumento primordial para viabilizar a troca ágil e segura de informações e evidências cruciais para investigações financeiras e criminais; facilitar procedimentos complexos como a quebra de sigilo bancário e fiscal de empresas offshore, que muitas vezes são utilizadas como véu para ocultar os verdadeiros beneficiários finais e os lucros obtidos ilegalmente; e, em última instância, assegurar a responsabilização cível e criminal efetiva dos operadores e demais envolvidos que, mesmo baseados no exterior, atuam à margem da legislação brasileira, causam prejuízos a consumidores nacionais ou utilizam o mercado brasileiro para fins ilícitos. Sem uma colaboração internacional robusta e operante, a capacidade do Estado brasileiro de proteger seus cidadãos, sua economia e a integridade de seu sistema financeiro contra os efeitos danosos de práticas ilegais e predatórias originadas ou facilitadas por atores externos restaria severamente comprometida, fomentando um ambiente de impunidade e descontrole.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4859305045>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3308-3000

Avulso do INS 40/2025 [3 de 3]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 41, DE 2025

Sugere ao Ministério da Fazenda a exigência, por meio de regulamentação detalhada, de que todas as plataformas de apostas licenciadas no Brasil implementem procedimentos para monitorar padrões de apostas e transações, com comunicação obrigatória ao COAF.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 41/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25226.64247-80

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda (Secretaria de Prêmios e Apostas), com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a exigência, por meio de regulamentação detalhada, de que todas as plataformas de apostas licenciadas no Brasil implementem procedimentos robustos e multifatoriais de "Conheça Seu Cliente" (KYC), incluindo verificação biométrica e documental da identidade e idade dos apostadores, e sistemas de "Conheça Sua Transação" (KYT) para monitorar padrões de apostas e transações, com comunicação obrigatória ao COAF.

## JUSTIFICAÇÃO

A integridade do setor de apostas online e a efetiva proteção da sociedade brasileira contra os riscos associados a essa atividade demandam a implementação de mecanismos de identificação e monitoramento de usuários e transações que sejam verdadeiramente robustos, multifatoriais e eficazes. A exigência de que as plataformas de apostas licenciadas no Brasil adotem procedimentos rigorosos de "Conheça Seu Cliente" (KYC), estabelecidos por meio de regulamentação detalhada, é um pilar central nessa estratégia de mitigação de riscos. Essa abordagem deve transcender a simples autodeclaração de dados cadastrais, impondo a necessidade de uma verificação qualificada da identidade e da idade dos apostadores. Tal verificação deve ocorrer não apenas no momento do cadastro inicial, mas também de forma periódica, para garantir a atualização e a contínua validade das informações. A utilização de tecnologias avançadas, como a verificação biométrica (a exemplo do reconhecimento facial), combinada com a análise criteriosa de documentos



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1435148602>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3325-3333

Avulso do INS 41/2025 [2 de 4]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25226.64247-80

de identificação, é crucial para assegurar a fidedignidade dos dados fornecidos, criando barreiras significativas contra fraudes de identidade e o acesso indevido às plataformas.

Esses controles rigorosos de KYC têm como objetivo primordial e inafastável impedir o acesso de menores de 18 anos às plataformas de apostas, protegendo crianças e adolescentes, um grupo particularmente vulnerável, dos potenciais danos e riscos inerentes ao jogo. Adicionalmente, os procedimentos de KYC visam coibir de forma efetiva o uso de contas por "laranjas" – interpostas pessoas que buscam ocultar a identidade dos verdadeiros apostadores ou beneficiários dos prêmios – ou a utilização das plataformas para outros fins ilícitos, como a movimentação de recursos de origem criminosa ou o financiamento de atividades ilegais.

De forma complementar e igualmente indispensável, a implementação de sistemas eficazes de "Conheça Sua Transação" (KYT) pelas operadoras licenciadas é fundamental para monitorar o padrão de apostas e o fluxo das transações financeiras realizadas em suas plataformas. Esse monitoramento contínuo e analítico possibilita a identificação de atividades e comportamentos atípicos ou suspeitos, que podem ser indicativos de práticas de lavagem de dinheiro – como o fracionamento de apostas, depósitos ou saques incompatíveis com o perfil socioeconômico declarado pelo jogador – ou outras tentativas de manipulação financeira. Além de seu papel crucial no combate a crimes financeiros, os sistemas de KYT também podem ser configurados como uma ferramenta valiosa para a detecção de comportamentos de jogo compulsivo ou problemático, permitindo que as plataformas adotem medidas proativas de jogo responsável, como o envio de alertas ao usuário ou a oferta de mecanismos de autoajuda e limitação. A comunicação obrigatória e tempestiva dessas atividades suspeitas identificadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) é um passo determinante para que as autoridades competentes possam analisar, investigar e, se for o caso, atuar de forma célere e eficaz.



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1435148602>

Avulso do INS 41/2025 [3 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

A conjugação dessas medidas (KYC e KYT robustos) é, portanto, essencial não apenas para fortalecer o combate a crimes financeiros e proteger indivíduos vulneráveis, mas também para fomentar um ambiente de apostas online mais transparente, seguro, íntegro e responsável no país.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25226.64247-80



Assinado eletronicamente por Sen Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1435148602>Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
FONE (61) 3325-2000 FAX (61) 3325-2002

Avulso do INS 41/2025 [4 de 4]



# SENADO FEDERAL

## INDICAÇÃO Nº 42, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal a implementação de restrições à publicidade de apostas.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 42/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25029.84021-54

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública (Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON), das Comunicações, da Saúde e da Fazenda, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a implementação de restrições significativas e inequívocas à publicidade de apostas. Tais restrições devem incluir a proibição de qualquer forma de marketing direcionado a crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis; a vedação da associação de apostas com sucesso financeiro fácil ou resolução de problemas econômicos; a exigência de que todas as peças publicitárias contenham alertas explícitos sobre os riscos da ludopatia e do endividamento; e a regulamentação estrita da atuação de influenciadores digitais, com clara identificação de conteúdo patrocinado e responsabilização por informações falsas ou enganosas.

## JUSTIFICAÇÃO

O ambiente digital brasileiro encontra-se atualmente saturado por uma publicidade massiva e, por vezes, agressiva de apostas online, o que dificulta o acesso dos cidadãos a informações imparciais e educativas sobre os riscos inerentes a essa atividade. Diante desse cenário e do reconhecido potencial aditivo e dos graves danos sociais, financeiros e à saúde pública associados ao jogo excessivo, é imperativo que o Poder Executivo Federal, por meio dos ministérios competentes, implemente, por lei ou regulamentação robusta, restrições significativas, claras e inequívocas à publicidade e ao marketing de



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6025868998>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
FONE (61) 3321-3333 FAX (61) 3321-3334

Avulso do INS 42/2025 [2 de 4]







## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25029.84021-54

apostas. Tais medidas devem ser análogas, em sua seriedade e abrangência, àquelas historicamente aplicadas a outros produtos de risco elevado para a saúde e segurança do consumidor, como o tabaco e as bebidas alcoólicas, visando a proteção prioritária dos consumidores, especialmente os mais vulneráveis.

É crucial a proibição categórica e efetivamente fiscalizada de qualquer forma de publicidade ou marketing direcionado a crianças e adolescentes, bem como a outros grupos sociais identificados como particularmente vulneráveis aos apelos do jogo. Estes grupos podem ser mais suscetíveis a mensagens persuasivas e menos capazes de discernir os riscos envolvidos ou de exercer um autocontrole eficaz.

Igualmente importante é a vedação explícita e rigorosa de narrativas publicitárias que associem as apostas à conquista de sucesso financeiro fácil, rápido ou garantido, à solução de problemas econômicos pessoais ou familiares, à aquisição de status social, ou a um estilo de vida luxuoso e sem esforço. Essas táticas publicitárias são enganosas, exploram as vulnerabilidades financeiras e aspirações individuais, e criam expectativas irreais que podem levar a consequências financeiras e emocionais desastrosas para os apostadores e suas famílias.

Ademais, todas as peças publicitárias, independentemente do meio de veiculação (online, rádio, televisão, mídia impressa, eventos esportivos, etc.), devem obrigatoriamente conter alertas explícitos, claros, proeminentes, legíveis e de fácil compreensão sobre os riscos da ludopatia (vício em jogar) e do endividamento decorrente da prática de apostas. Esses alertas devem ter destaque visual e temporal, funcionando como um contraponto necessário e sóbrio às mensagens frequentemente eufóricas de entretenimento e potencial ganho, promovendo assim uma maior conscientização e uma tomada de decisão mais informada por parte do consumidor.

A regulamentação estrita da atuação de influenciadores digitais na publicidade de apostas também se faz urgente e indispensável. Dada a grande penetração e o poder de persuasão desses agentes sobre suas audiências, é preciso obrigá-los legalmente a identificar de forma transparente, inequívoca e imediata qualquer conteúdo que tenha natureza publicitária ou seja patrocinado por empresas de apostas. Devem ser compelidos a divulgar ostensivamente os



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6025868998>

Avulso do INS 42/2025 [3 de 4]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

riscos associados aos produtos de apostas que promovem e a serem responsabilizados cível e administrativamente por veicularem informações falsas, enganosas, ou que omitam informações essenciais, induzindo o consumidor a erro. Deve-se considerar, inclusive, a previsão de agravantes para casos envolvendo a participação de influenciadores digitais que se utilizem de sua audiência para promover atividades ilícitas ou que direcionem sua comunicação a vulneráveis.

A implementação dessas restrições é um passo fundamental e inadiável para equilibrar a exploração comercial das apostas com a imperiosa necessidade de proteção da saúde pública, da ordem econômica e dos direitos dos consumidores, fomentando um ambiente de jogo mais responsável e prevenindo os graves danos individuais e sociais que podem advir da publicidade irrestrita, abusiva e enganosa atualmente observada.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25029.84021-54



Assinado eletronicamente por Sen Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6025868998>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

Avulso do INS 42/2025 [4 de 4]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 43, DE 2025

Sugere ao Ministério da Fazenda a exigência de que todas as plataformas de apostas licenciadas ofereçam ferramentas de jogo responsável.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 43/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25055.78449-05

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda (Secretaria de Prêmios e Apostas), com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a exigência de que todas as plataformas de apostas licenciadas ofereçam, de forma visível, proeminente e facilmente acessível em suas interfaces, um conjunto padronizado e eficaz de ferramentas de jogo responsável. Estas devem incluir, no mínimo: limites personalizáveis de depósito, limites de perdas, limites de tempo de sessão, opção de autoexclusão temporária ou permanente, alertas periódicos sobre tempo e dinheiro gastos, e links diretos para informações sobre riscos e serviços de ajuda.

### JUSTIFICAÇÃO

A proteção efetiva do jogador no ambiente de apostas online exige que as plataformas licenciadas não apenas disponibilizem, mas garantam o fácil acesso e a eficácia de um conjunto abrangente e padronizado de ferramentas de jogo responsável. A mera existência dessas ferramentas é insuficiente se não forem apresentadas de forma visível, proeminente e facilmente acessível nas interfaces dos sites e aplicativos, permitindo que o usuário as encontre, compreenda e utilize sem dificuldades, especialmente nos momentos em que mais precisar de apoio para controlar seu comportamento de jogo. A padronização dessas ferramentas essenciais em todo o setor é crucial para estabelecer um nível mínimo e uniforme de proteção em todas as plataformas licenciadas, evitando que alguns operadores ofereçam mecanismos ineficazes,



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3308-3000

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3915036633>

Avulso do INS 43/2025 [2 de 4]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

de difícil utilização ou que fiquem ocultos em submenus complexos, o que poderia comprometer a sua finalidade protetiva.

Estas ferramentas devem ser concebidas para capacitar os próprios jogadores a gerenciar seu comportamento de jogo de forma consciente, autônoma e preventiva, antes que este se torne problemático. A inclusão de limites personalizáveis de depósito (diário, semanal e mensal) e de limites de perdas permite que o apostador estabeleça, de acordo com sua realidade financeira e seus próprios critérios, um controle efetivo sobre os valores que pode gastar, prevenindo o descontrole financeiro e o endividamento excessivo. Limites de tempo de sessão são igualmente importantes, pois auxiliam na gestão do tempo dedicado ao jogo, evitando que esta atividade consuma excessivamente outras áreas da vida do indivíduo, como trabalho, estudos e convívio social. Alertas periódicos e automáticos sobre o tempo e o dinheiro gastos durante a sessão de jogo servem como lembretes importantes e em tempo real, promovendo a reflexão sobre a atividade e auxiliando na conscientização sobre potenciais excessos.

A opção de autoexclusão, seja ela temporária (com períodos mínimos definidos e respeitados pela plataforma) ou permanente, é uma medida de proteção fundamental e indispensável para jogadores que reconhecem a necessidade de uma pausa ou de cessar completamente sua atividade de jogo devido a dificuldades de controle. É vital que o processo de reversão da autoexclusão permanente seja deliberadamente dificultado e sujeito a uma avaliação criteriosa por parte da plataforma, idealmente com um período de reflexão obrigatório, para garantir a seriedade e a eficácia dessa ferramenta de proteção contra recaídas. Adicionalmente, a disponibilização de links diretos, claros e de fácil acesso para informações detalhadas sobre os riscos associados ao jogo e para serviços de ajuda e tratamento especializado da ludopatia (como linhas de apoio e centros de tratamento) é um componente essencial, conectando o jogador a redes de apoio que podem oferecer suporte profissional e comunitário.

A implementação obrigatória, padronizada, eficaz e de fácil utilização dessas ferramentas é, portanto, uma medida indispensável e prioritária para mitigar os riscos de desenvolvimento da ludopatia e outros transtornos relacionados ao jogo, reduzir os danos financeiros e sociais associados ao jogo



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3915036633>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

Avulso do INS 43/2025 [3 de 4]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

excessivo e fomentar uma cultura de jogo mais segura e responsável no país. Esta exigência alinha a exploração comercial da atividade de apostas com a necessária proteção da saúde pública e dos direitos dos consumidores, contribuindo para um ambiente de jogo mais ético e sustentável.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25055.78449-05



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3915036633>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3325-2000

Avulso do INS 43/2025 [4 de 4]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 44, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal a destinação de um percentual da arrecadação tributária proveniente do setor de apostas para a criação e o custeio de programas nacionais de prevenção da ludopatia.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 44/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25351.88648-26

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Educação, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a destinação de um percentual significativo e fixo da arrecadação tributária proveniente do setor de apostas para a criação e o custeio de programas nacionais de prevenção da ludopatia, de conscientização pública sobre os riscos do jogo excessivo, e de tratamento especializado e gratuito para jogadores patológicos e seus familiares. Isso inclui o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS, a capacitação de profissionais e a criação de centros de referência e linhas de ajuda.

## JUSTIFICAÇÃO

A expansão do mercado de apostas, embora represente uma fonte de arrecadação, também acarreta riscos significativos e inerentes à saúde pública e ao bem-estar social, com destaque para o potencial aumento da prevalência da ludopatia (jogo patológico) e de outros transtornos mentais e comportamentais associados ao jogo excessivo. Para enfrentar de maneira eficaz e responsável os danos individuais, familiares e sociais decorrentes desta atividade, é vital e urgente que o Estado brasileiro implemente uma política pública abrangente e proativa. Esta política deve ser fundamentada na criação de uma rede de apoio robusta, articulada, com serviços gratuitos e amplamente acessíveis em todo o território nacional. A existência e o fácil acesso a serviços de atendimento psicológico especializado, canais de informação confiáveis sobre os riscos do jogo, e suporte comunitário podem significar a diferença



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3321-3333 / 3333-3333

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4011316254>

Avulso do INS 44/2025 [2 de 4]







## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25351.88648-26

crucial entre o agravamento de uma crise de saúde e o início de um processo de recuperação para uma pessoa com tendência ao jogo patológico e para seus entes queridos.

Nesse sentido, a criação e o financiamento de programas nacionais especificamente voltados para a prevenção da ludopatia, para a ampla conscientização pública sobre os riscos do jogo excessivo, e para o tratamento especializado e gratuito são medidas essenciais e inadiáveis. É fundamental que um percentual significativo e fixo da arrecadação tributária gerada pelo próprio setor de apostas seja legalmente destinado ao custeio contínuo e sustentável desses programas. Esta vinculação de receita não apenas garante a perenidade das ações, mas também materializa o princípio de responsabilidade social, pelo qual os custos sociais e de saúde pública gerados ou potencializados pela atividade de apostas devem ser, ao menos em parte, internalizados e mitigados com recursos provenientes do próprio setor.

Tais programas nacionais devem ser multifacetados e integrados, abrangendo desde campanhas educativas e de conscientização pública de larga escala – que utilizem linguagem acessível e diversos canais de comunicação para alertar a população sobre os mecanismos do vício, os sinais de alerta do jogo problemático e os perigos do endividamento – até a oferta de tratamento especializado, humanizado e gratuito. É crucial que este tratamento contemple não apenas os jogadores patológicos, mas também seus familiares, que frequentemente sofrem as consequências diretas e indiretas do transtorno, como problemas financeiros, emocionais e de relacionamento.

Para operacionalizar essa rede de cuidado de forma capilar e eficaz, é imprescindível o fortalecimento e a adaptação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso implica investir maciçamente na capacitação específica de profissionais de saúde (médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, entre outros) para o diagnóstico precoce, o acolhimento adequado e o tratamento da ludopatia, um transtorno que ainda carece de maior visibilidade e de abordagens terapêuticas especializadas dentro do sistema público de saúde. Adicionalmente, a criação de centros de referência especializados no tratamento do jogo patológico e a disponibilização de linhas de ajuda telefônica e online, que sejam gratuitas, confidenciais e de fácil acesso em todo o país, são cruciais para oferecer suporte imediato, orientação



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4011316254>

Avulso do INS 44/2025 [3 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

qualificada, e encaminhamento para os serviços de tratamento mais adequados para aqueles que buscam ajuda.

A efetivação dessas medidas representa um compromisso inalienável do Estado com a saúde e o bem-estar de seus cidadãos, constituindo uma resposta necessária e proporcional aos riscos introduzidos pela expansão de um setor com potencial de causar dependência e outros danos significativos.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25351.88648-26



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4011316254>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3325-2000

Avulso do INS 44/2025 [4 de 4]



# SENADO FEDERAL

## INDICAÇÃO Nº 45, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal o desenvolvimento e a veiculação, em múltiplos canais de comunicação, de campanhas educativas de alerta sobre jogos.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 45/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25152.39902-49

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, das Comunicações, da Fazenda e da Saúde, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o desenvolvimento e a veiculação, em múltiplos canais de comunicação, de campanhas educativas de larga escala. Estas campanhas devem informar sobre os perigos do endividamento excessivo, os mecanismos psicológicos do vício em jogos, e a importância de encarar o jogo como forma de entretenimento eventual, e não como fonte de renda ou solução para problemas financeiros, direcionando-as especialmente a jovens, estudantes e populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

### JUSTIFICAÇÃO

O cenário comunicacional brasileiro, especialmente no ambiente digital, é atualmente caracterizado por um volume avassalador de publicidade de operadoras de apostas, muitas vezes com narrativas sedutoras que omitem ou minimizam os riscos significativos e multifacetados inerentes a essa atividade. Esta forte e onipresente presença publicitária, que frequentemente associa o jogo a um estilo de vida glamoroso ou a ganhos fáceis, aliada à ausência ou escassez de uma plataforma oficial robusta e de campanhas de informação contrapostas e igualmente impactantes, contribui significativamente para a desinformação da população. Tal quadro dificulta o acesso do cidadão comum a conteúdos educativos, imparciais, baseados em evidências científicas e que alertem de forma clara sobre os perigos do jogo. Diante desta flagrante assimetria informacional, torna-se imperativo e urgente o desenvolvimento e a



Assinado eletronicamente por Sen Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8949129063>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3321-3333

Avulso do INS 45/2025 [2 de 4]



## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

veiculação sistemática de campanhas educativas de larga escala, concebidas e promovidas pelo Estado.

Estas campanhas de utilidade pública devem ser cuidadosamente planejadas e executadas para informar a população brasileira, de forma clara, direta, acessível e culturalmente apropriada, sobre os múltiplos riscos associados ao jogo. É crucial abordar de maneira didática os perigos do endividamento excessivo, que pode rapidamente escalar a partir da prática descontrolada de apostas, levando a graves consequências financeiras para o indivíduo e sua família. Devem também elucidar os complexos mecanismos psicológicos que sustentam o desenvolvimento do vício em jogos (ludopatia), como os sistemas de recompensa variável e as distorções cognitivas que afetam os jogadores. Igualmente fundamental é reforçar a importância de encarar o jogo estritamente como uma forma de entretenimento eventual, com gastos previamente definidos e limitados ao que se pode perder sem comprometer o orçamento pessoal ou familiar. As campanhas devem, enfaticamente, desmistificar a perigosa e difundida ilusão de que as apostas podem constituir uma fonte de renda regular, uma alternativa ao trabalho ou uma solução viável e rápida para problemas financeiros preexistentes, mensagens frequentemente insinuadas, ainda que de forma velada, pela publicidade do setor.

Para maximizar sua eficácia e penetração social, essas iniciativas educativas devem utilizar múltiplos canais de comunicação – incluindo televisão aberta e por assinatura, rádio, internet (portais de notícias, redes sociais, plataformas de vídeo), mídia exterior, materiais informativos em escolas, universidades, unidades de saúde e outros espaços comunitários – garantindo assim um alcance amplo, diversificado e contínuo. Um foco especial e estratégico deve ser direcionado a jovens e estudantes, que podem estar mais expostos à publicidade online e serem mais influenciáveis, e também a populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estes grupos, por diferentes razões – como a menor percepção de risco, a busca por emoção ou aceitação social, a pressão de pares, ou a esperança de ganhos financeiros rápidos diante de dificuldades econômicas e falta de perspectivas – podem estar particularmente suscetíveis aos apelos enganosos do jogo e aos seus potenciais impactos negativos.



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8949129063>Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
FONE: (61) 3321-6111

Avulso do INS 45/2025 [3 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Ao promover uma ampla conscientização sobre os riscos do jogo excessivo e ao fomentar uma cultura de jogo mais responsável, aliada a noções de educação financeira, o Estado cumpre seu papel fundamental de proteger os cidadãos, capacitando-os a tomar decisões mais informadas, críticas e conscientes. Essas campanhas educativas são, portanto, um componente essencial e não negligenciável de uma política pública equilibrada, preventiva e eficaz para o setor de apostas, contrapondo-se de forma robusta ao discurso predominantemente mercadológico e muitas vezes predatório que hoje domina o tema no país.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25152.39902-49



Assinado eletronicamente por Sen Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8949129063>Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

Avulso do INS 45/2025 [4 de 4]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 46, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo a implementação de mecanismos tecnológicos e regulatórios eficazes e auditáveis para impedir, na origem, o uso de recursos financeiros provenientes de programas sociais (como Bolsa Família, BPC, etc.) em qualquer tipo de plataforma de apostas.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 46/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25135.29927-31

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda, da Caixa Econômica Federal e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a implementação de mecanismos tecnológicos e regulatórios eficazes e auditáveis para impedir, na origem, o uso de recursos financeiros provenientes de programas sociais (como Bolsa Família, BPC, etc.) em qualquer tipo de plataforma de apostas.

## JUSTIFICAÇÃO

Os recursos financeiros provenientes de programas sociais governamentais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), são instrumentos essenciais e muitas vezes únicos para garantir a subsistência, a segurança alimentar e o mínimo existencial de milhões de famílias brasileiras que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Permitir que esses valores, que são estritamente destinados a suprir necessidades básicas como alimentação, saúde, moradia e educação, sejam desviados para qualquer tipo de plataforma de apostas representa uma grave distorção da finalidade primordial dessas políticas públicas. Tal desvio configura um risco iminente e severo ao bem-estar e à proteção social dessas populações já fragilizadas.

Os beneficiários de programas sociais, frequentemente enfrentando dificuldades financeiras crônicas, com acesso limitado a outras formas de lazer ou com reduzidas perspectivas de ascensão econômica por vias tradicionais, podem ser particularmente suscetíveis às promessas de ganho fácil e rápido



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3321-3333

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4765211513>

Avulso do INS 46/2025 [2 de 4]







## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25135.29927-31

frequentemente veiculadas pela publicidade agressiva do setor de apostas. Isso os torna alvos vulneráveis para o ciclo vicioso do endividamento, para o agravamento de sua condição de pobreza e para a intensificação de sua exclusão social, caso esses recursos essenciais sejam consumidos pelo jogo.

O desvio de recursos de programas sociais para o jogo pode ter consequências devastadoras e em cascata para as famílias beneficiárias. Pode comprometer a segurança alimentar de crianças e idosos, dificultar o acesso a medicamentos e cuidados de saúde essenciais, impactar negativamente a frequência escolar dos filhos e gerar um ambiente de instabilidade e conflito familiar. Portanto, é crucial, urgente e eticamente imperativo a implementação de mecanismos tecnológicos e regulatórios que sejam não apenas eficazes em sua capacidade de bloqueio, mas também transparentes e auditáveis, para impedir, já na origem e de forma proativa, o uso desses fundos específicos em qualquer tipo de plataforma de apostas online ou física. Este bloqueio "na origem" é fundamental, significando que os sistemas de pagamento utilizados para creditar os benefícios e processar as transações devem ser capazes de identificar e recusar transferências ou depósitos para operadores de apostas quando a fonte dos recursos for claramente identificada como proveniente de um programa social.

A efetivação dessa medida de proteção social requer uma ação coordenada e robusta entre o Ministério da Fazenda (responsável pela regulamentação do setor de apostas), a Caixa Econômica Federal (principal agente pagador de benefícios sociais federais), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (gestor dos programas sociais), e, crucialmente, em conjunto com as próprias operadoras de apostas licenciadas e as empresas processadoras de pagamento que lhes prestam serviço. É premente o desenvolvimento de soluções tecnológicas integradas e o estabelecimento de normativas claras e cogentes que obriguem todos os atores envolvidos a colaborar ativamente na implementação, manutenção e fiscalização rigorosa desses mecanismos de bloqueio.

Esta não é apenas uma questão de controle financeiro ou de mera adequação regulatória; trata-se de uma medida fundamental de justiça social, de proteção aos direitos dos cidadãos mais vulneráveis e de responsabilidade do Estado. Ao assegurar que os recursos dos programas sociais cumpram



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4765211513>

Avulso do INS 46/2025 [3 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

estritamente seu propósito primordial de amparo e proteção, o Estado reafirma seu compromisso com a redução das desigualdades, com a promoção da dignidade humana e com a prevenção de que o jogo, uma atividade que deve ser de entretenimento para quem pode, se torne mais um fator de perpetuação da pobreza, do endividamento e da exclusão social para aqueles que mais precisam do amparo estatal.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25135.29927-31



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4765211513>Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3325-2000

Avulso do INS 46/2025 [4 de 4]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 47, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo a obrigação de que as empresas de apostas licenciadas publiquem, anual ou semestralmente, relatórios detalhados e padronizados sobre suas operações no Brasil.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 47/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25246.14381-06

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda (Secretaria de Prêmios e Apostas), com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a obrigação de que as empresas de apostas licenciadas publiquem, anual ou semestralmente, relatórios detalhados e padronizados sobre suas operações no Brasil. Tais relatórios devem ser submetidos a auditorias independentes e disponibilizados publicamente em formato acessível, incluindo informações como volume de apostas, receita bruta, prêmios pagos, impostos recolhidos, investimentos em publicidade, número de usuários, dados sobre uso de ferramentas de jogo responsável e medidas de PLD/FT.

## JUSTIFICAÇÃO

A natureza intrínseca do setor de apostas online, caracterizada pelo intenso fluxo de transações financeiras, pela sua rápida expansão e pelo potencial impacto social e econômico, exige a adoção de um elevado e intransigente grau de transparência e integridade por parte dos operadores licenciados para atuar no Brasil. A exigência de que estas empresas publiquem, de forma regular e periódica (anual ou semestralmente), relatórios detalhados e padronizados sobre todas as suas operações conduzidas no território nacional é uma medida fundamental e indispensável para alcançar esse objetivo crucial. A padronização do formato e do conteúdo desses relatórios é particularmente importante, pois permite não apenas uma análise aprofundada da atuação individual de cada empresa, mas também a realização de comparações



Assinado eletronicamente por Sen Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3321-3333 / 3333-3333

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6690387346>

Avulso do INS 47/2025 [2 de 4]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25246.14381-06

consistentes entre diferentes operadores e um acompanhamento sistemático da evolução geral do mercado, suas tendências e seus desafios.

Os dados específicos a serem obrigatoriamente incluídos nesses relatórios públicos são vitais para permitir uma compreensão abrangente e fidedigna do setor, de suas práticas operacionais e de seu impacto na sociedade brasileira. Informações quantitativas como o volume total de apostas processadas, a receita bruta auferida, o montante de prêmios efetivamente pagos aos apostadores e os valores de impostos recolhidos aos cofres públicos são essenciais para dimensionar corretamente a atividade econômica do setor e sua contribuição fiscal. Detalhes sobre os investimentos realizados em publicidade e marketing permitem ao poder público e à sociedade civil avaliar a intensidade da pressão comercial exercida sobre os consumidores e a sua conformidade com as regras restritivas que devem ser impostas. O número de usuários ativos cadastrados nas plataformas, quando analisado em conjunto com dados agregados e anonimizados sobre o uso de ferramentas de jogo responsável (como limites de depósito, autoexclusão) e o número de autoexclusões efetivadas, oferece um panorama valioso sobre o comportamento dos jogadores e a real eficácia das medidas de proteção ao apostador implementadas pelas empresas. Adicionalmente, a descrição detalhada das políticas e dos procedimentos internos adotados para a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) e para o combate a outras fraudes é crucial para verificar o compromisso efetivo dos operadores com a legalidade, a segurança e a integridade do sistema financeiro.

A submissão obrigatória desses relatórios periódicos a auditorias independentes, conduzidas por firmas de auditoria com reconhecida capacidade técnica e reputação ilibada, é um componente indispensável do processo. As auditorias externas têm o papel de assegurar a veracidade, a confiabilidade, a precisão e a credibilidade das informações prestadas pelas empresas de apostas, prevenindo a manipulação de dados, a omissão de informações relevantes ou a apresentação de um quadro distorcido da realidade operacional e financeira. Somente com informações auditadas é possível ter segurança quanto à fidedignidade dos dados.



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6690387346>

Avulso do INS 47/2025 [3 de 4]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Finalmente, a disponibilização pública e irrestrita desses relatórios auditados, em formato acessível (digital, de fácil leitura e compreensão, e preferencialmente com dados abertos), é o que efetivamente habilita e fortalece o exercício do controle social. Isso possibilita que pesquisadores acadêmicos, órgãos de imprensa investigativa, organizações da sociedade civil dedicadas à defesa do consumidor ou à saúde pública, e o público em geral examinem minuciosamente as operações do setor, identifiquem tendências preocupantes, avaliem os riscos e os benefícios da atividade, e monitorem de perto a conformidade das empresas com as regulamentações vigentes e com suas responsabilidades sociais corporativas.

Esta política de transparência ativa e compulsória não apenas fortalece os mecanismos de fiscalização e regulação por parte do Estado, mas também é essencial para a construção de um mercado de apostas mais íntegro, responsável, ético e confiável no Brasil, onde os operadores sejam publicamente e continuamente responsabilizados por suas práticas e seus impactos. É um passo essencial para garantir que a exploração das apostas online no país ocorra de forma a minimizar riscos à população e maximizar os benefícios sociais e econômicos, sempre sob o atento escrutínio público e em conformidade com os mais elevados padrões de governança.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6690387346>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3321-3333 / 3333-3333

Avulso do INS 47/2025 [4 de 4]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 48, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo a criação de um canal de denúncias unificado, seguro, anônimo (se desejado pelo denunciante) e de fácil acesso para que consumidores, ex-funcionários do setor e a sociedade civil em geral possam reportar irregularidades, práticas abusivas, suspeitas de fraude, manipulação de resultados ou falhas nos mecanismos de proteção ao jogador.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 48/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25824.07972-74

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de um canal de denúncias unificado, seguro, anônimo (se desejado pelo denunciante) e de fácil acesso para que consumidores, ex-funcionários do setor e a sociedade civil em geral possam reportar irregularidades, práticas abusivas, suspeitas de fraude, manipulação de resultados ou falhas nos mecanismos de proteção ao jogador. Sugere-se que este canal seja vinculado a uma ouvidoria independente com poderes para investigar as denúncias e encaminhá-las aos órgãos competentes.

## JUSTIFICAÇÃO

A complexidade inerente ao setor de apostas online, sua rápida e contínua expansão, e a frequente assimetria de informações existente entre os operadores das plataformas, os consumidores e o próprio poder público, tornam essencial e urgente a criação de mecanismos robustos e confiáveis que facilitem a identificação, o relato e a apuração de irregularidades. Um canal de denúncias centralizado, que seja seguro, garanta o anonimato ao denunciante (caso este assim o deseje para sua proteção) e seja de fácil e intuitivo acesso ao público em geral, constitui uma ferramenta crucial e indispensável para fortalecer a capacidade de fiscalização do Estado e a efetiva proteção do consumidor neste ambiente específico. A opção pelo anonimato, em particular, é de vital importância, pois visa encorajar o relato de informações sensíveis e potencialmente comprometedoras, especialmente por parte de ex-funcionários do setor (whistleblowers) ou outras fontes que possam, justificadamente, temer represálias ou retaliações. A facilidade de acesso e a clareza nos procedimentos



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3321-3333 / 3333-3333

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5589374504>

Avulso do INS 48/2025 [2 de 4]







## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25824.07972-74

para registrar uma denúncia são igualmente fundamentais para garantir que qualquer cidadão, independentemente de seu nível de instrução ou familiaridade com tecnologia, possa efetivamente contribuir para a integridade do sistema.

Este canal unificado deve ser projetado e amplamente divulgado para receber um espectro abrangente de denúncias. Isso inclui, mas não se limita a, relatos sobre irregularidades operacionais das plataformas de apostas, práticas comerciais consideradas abusivas ou enganosas, suspeitas fundamentadas de fraude contra consumidores ou contra o sistema, indícios de manipulação de resultados em eventos esportivos que possam estar relacionados a apostas, ou falhas, omissões e deficiências nos mecanismos de proteção ao jogador e de promoção do jogo responsável que deveriam ser oferecidos pelas empresas licenciadas. As informações fornecidas por consumidores que se sentiram lesados, por ex-funcionários com conhecimento interno de práticas inadequadas ou ilegais, e por membros da sociedade civil atentos e vigilantes são fontes valiosíssimas de inteligência e evidência, muitas vezes complementares e até mesmo precursoras das fiscalizações rotineiras realizadas pelos órgãos estatais.

Para que este canal de denúncias transcenda a função de um mero repositório de queixas e se transforme em um instrumento efetivo de mudança, responsabilização e correção de rumos, é fundamental que ele seja diretamente vinculado a uma ouvidoria independente. Esta ouvidoria deve ser estruturada com garantias de autonomia administrativa e financeira em relação aos órgãos reguladores diretos do setor e às próprias empresas de apostas. Deve possuir poderes claramente definidos em lei ou regulamento para receber, triar com critério, investigar preliminarmente as denúncias com a devida diligência e sigilo quando necessário, e, crucialmente, encaminhá-las de forma qualificada e fundamentada aos órgãos competentes para aprofundamento da apuração e eventual aplicação de sanções administrativas, cíveis ou criminais – como a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, a Polícia Federal, o Ministério Público, ou os órgãos de defesa do consumidor do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A independência e a capacidade técnica da ouvidoria são elementos chave para assegurar a imparcialidade, a celeridade e a credibilidade de todo o processo de apuração das denúncias.



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5589374504>

Avulso do INS 48/2025 [3 de 4]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

A implementação de um sistema de denúncias com estas características robustas não apenas permitirá que irregularidades, fraudes e práticas abusivas sejam reportadas de maneira segura e investigadas adequadamente, mas também enviará uma mensagem clara e contundente a todos os operadores do mercado sobre a importância da conformidade legal, da ética nos negócios e do respeito aos direitos dos consumidores. Este mecanismo contribuirá significativamente para a construção de um ambiente de jogo mais justo, transparente, íntegro e seguro no Brasil, aumentando a confiança da população na regulação e na fiscalização do setor, e permitindo a identificação e correção proativa de problemas, antes que estes causem danos mais amplos e irreparáveis aos consumidores e à sociedade como um todo.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25824.07972-74



Assinado eletronicamente por Sen Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5589374504>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3308-3000

Avulso do INS 48/2025 [4 de 4]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 49, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo a implementação de mecanismos claros e ágeis para a responsabilização cível (indenização por danos), administrativa (multas, suspensão ou cassação de licenças) e criminal de empresas do setor de apostas, seus diretores, beneficiários finais e influenciadores digitais que comprovadamente atuem de forma ilegal, fraudulenta, ou que, por ação ou omissão, causem danos aos consumidores, à saúde pública ou à ordem econômica e social.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 49/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25748.06204-60

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que assegure, por meio de seus órgãos de fiscalização e regulatórios, e mediante o encaminhamento de propostas legislativas se necessário, a implementação de mecanismos claros e ágeis para a responsabilização cível (indenização por danos), administrativa (multas, suspensão ou cassação de licenças) e criminal de empresas do setor de apostas, seus diretores, beneficiários finais e influenciadores digitais que comprovadamente atuem de forma ilegal, fraudulenta, ou que, por ação ou omissão, causem danos aos consumidores, à saúde pública ou à ordem econômica e social.

## JUSTIFICAÇÃO

A mera existência de um arcabouço legal e regulatório para o setor de apostas, por mais detalhado que seja, revela-se insuficiente e inócua sem a garantia de que seu descumprimento acarretará consequências sérias, proporcionais e efetivas para os infratores. É, portanto, fundamental e de alta prioridade que o Poder Executivo Federal assegure, por meio da atuação diligente, coordenada e implacável de seus órgãos de fiscalização e regulatórios (como a Secretaria de Prêmios e Apostas, órgãos de defesa do consumidor, e forças policiais), e mediante o encaminhamento de propostas legislativas robustas e adequadas ao Congresso Nacional, caso as ferramentas atuais se mostrem deficientes, a plena implementação de mecanismos claros, ágeis e rigorosos para a responsabilização dos agentes do setor em todas as esferas pertinentes: cível, administrativa e criminal. A clareza desses mecanismos de responsabilização é essencial para que todos os atores do mercado – desde as



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9282464427>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
FONE (61) 3321-3333

Avulso do INS 49/2025 [2 de 4]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25748.06204-60

grandes operadoras até os pequenos influenciadores – conheçam inequivocamente as regras do jogo e as sanções aplicáveis em caso de desvios. Concomitantemente, a agilidade nos processos de investigação, apuração e punição é crucial para garantir a tempestividade da justiça, o efeito dissuasório das sanções e a rápida interrupção de práticas lesivas.

Essa responsabilização multifacetada deve abranger um amplo espectro de condutas ilícitas e danosas. Na esfera cível, é imperativo garantir que os consumidores lesados por práticas abusivas, publicidade enganosa, falhas sistêmicas das plataformas, ou outras violações de seus direitos, possam obter, de forma célere e justa, a devida e integral indenização por danos materiais e morais que tenham sofrido. Na esfera administrativa, é imprescindível que a autoridade reguladora do setor disponha de um rol de sanções robustas e de aplicação progressiva, incluindo a capacidade de impor multas pecuniárias verdadeiramente pesadas e dissuasórias, além da possibilidade de suspensão temporária das atividades ou, em casos de maior gravidade, de reincidência contumaz ou de comprometimento irremediável da idoneidade do operador, a cassação definitiva das licenças de operação. Tais medidas administrativas são vitais não apenas para punir, mas para efetivamente desestimular o comportamento irregular e para expurgar do mercado os operadores que demonstram incapacidade ou deliberada indisposição para cumprir as normas legais e éticas.

Na esfera criminal, é necessário que a legislação penal seja adequada e suficiente para tipificar e punir severamente condutas fraudulentas, a exploração ilegal de jogos, a manipulação de resultados, a lavagem de dinheiro e outros crimes que possam ser cometidos no âmbito ou por meio do setor de apostas. Crucialmente, a responsabilização penal e as demais formas de responsabilização devem alcançar não apenas as empresas como pessoas jurídicas, mas também, de forma individualizada e com a devida apuração de culpa, seus diretores, administradores, os beneficiários finais que muitas vezes se ocultam por trás de complexas estruturas societárias (inclusive offshore), e, de maneira destacada e proporcional à sua influência, os influenciadores digitais. Estes últimos, devido ao seu amplo alcance e ao poder de persuasão que exercem sobre vastas audiências, devem ser rigorosamente responsabilizados quando, comprovadamente e com dolo ou culpa grave,



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9282464427>Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

Avulso do INS 49/2025 [3 de 4]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

atuarem de forma ilegal (promovendo, por exemplo, plataformas não licenciadas ou esquemas fraudulentos), ou quando, por ação ou omissão deliberada, contribuïrem para causar danos aos consumidores (incentivando o jogo irresponsável ou viciante), à saúde pública (ao normalizar ou glamourizar o jogo problemático) ou à ordem econômica e social.

A efetiva punição dos infratores, em todas essas dimensões e alcançando todos os níveis de responsabilidade, desde o operador da plataforma até o influenciador que a promove ilegalmente, é crucial não apenas para reparar os danos causados às vítimas diretas, mas, fundamentalmente, para coibir a proliferação de práticas ilegais e predatórias. Trata-se de proteger os consumidores de abusos, de manter a integridade e a credibilidade do mercado de apostas legalizado, e de assegurar que a exploração dessa atividade econômica ocorra de forma verdadeiramente responsável, ética e em benefício da sociedade, e não em seu detrimento. A certeza da punição é o mais eficaz desestímulo à ilegalidade e à irresponsabilidade.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25748.06204-60



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9282464427>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3321-3333 / 3333-3333

Avulso do INS 49/2025 [4 de 4]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 50, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo a criação de um observatório ou sistema nacional, com participação de órgãos governamentais, universidades, instituições de pesquisa e sociedade civil, para monitorar continuamente os impactos sociais e econômicos do setor de apostas.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 50/2025 [1 de 4]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25889.30894-08

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de um observatório ou sistema nacional, com participação de órgãos governamentais, universidades, instituições de pesquisa e sociedade civil, para monitorar continuamente os impactos sociais e econômicos do setor de apostas. Este sistema deve coletar e analisar dados sobre a prevalência da ludopatia, endividamento, fluxos financeiros do setor, eficácia das políticas de jogo responsável e resultados das ações de fiscalização.

## JUSTIFICAÇÃO

O setor de apostas online é caracterizado por um dinamismo acentuado, com rápida evolução tecnológica, constante surgimento de novos produtos e estratégias de marketing, e um potencial de crescimento exponencial que exige um acompanhamento atento, sistemático e contínuo por parte do Estado e da sociedade brasileira. Nesse contexto, a criação de um observatório ou sistema nacional dedicado ao monitoramento constante e à análise aprofundada dos múltiplos impactos sociais e econômicos desta atividade é uma medida essencial, estratégica e de caráter preventivo. Este sistema não deve ser concebido como uma iniciativa pontual ou um estudo isolado, mas sim como uma estrutura permanente e dinâmica. É fundamental que conte com a participação colaborativa, transparente e multidisciplinar de diversos atores sociais, incluindo órgãos governamentais de diferentes pastas (como Saúde, Fazenda, Justiça, Educação), universidades e seus corpos de pesquisadores, instituições de pesquisa independentes e com notório saber, e representantes



Assinado eletronicamente por Sen Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5826124755>

Avulso do INS 50/2025 [2 de 4]







## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

qualificados da sociedade civil organizada, como associações de defesa do consumidor e de pacientes. Essa composição plural e multissetorial é fundamental para garantir uma análise abrangente, isenta, baseada em evidências científicas e crível dos dados coletados, refletindo as diversas perspectivas e preocupações da sociedade.

A principal função deste observatório nacional será a coleta sistemática, periódica e padronizada, bem como a análise aprofundada e crítica, de uma vasta gama de dados e indicadores relevantes para compreender o fenômeno das apostas no Brasil. Isso inclui, de forma prioritária, informações epidemiológicas sobre a prevalência e incidência da ludopatia (jogo patológico) e de outros transtornos mentais e comportamentais relacionados ao jogo na população brasileira, permitindo identificar tendências de evolução, fatores de risco e grupos populacionais mais vulneráveis. É crucial também monitorar, com rigor metodológico, o nível de endividamento da população diretamente associado a apostas, um dos impactos socioeconômicos mais preocupantes e com potencial para desestruturar famílias. A análise detalhada dos fluxos financeiros do setor, incluindo a arrecadação de impostos, a movimentação de prêmios, os custos com publicidade e os lucros dos operadores, fornecerá um panorama claro da sua dimensão econômica e da sua real contribuição para o país. Igualmente importante será a avaliação contínua e objetiva da eficácia das políticas de jogo responsável que são (ou deveriam ser) implementadas pelos operadores e exigidas pela regulação, bem como dos resultados concretos e da efetividade das ações de fiscalização e controle estatal sobre o setor.

A coleta e análise contínua e criteriosa desses dados permitirá não apenas acompanhar de perto as consequências, tanto positivas (como arrecadação e entretenimento) quanto, e principalmente, negativas (como adoecimento, endividamento e crimes) da expansão do mercado de apostas. Fundamentalmente, este sistema de monitoramento fornecerá subsídios indispensáveis para avaliar a eficácia das políticas públicas e das regulações vigentes, identificando lacunas, pontos de falha e áreas que necessitam de aprimoramento. Este enfoque, obrigatoriamente baseado em evidências concretas e dados atualizados, é indispensável para embasar futuras decisões regulatórias e legislativas, permitindo que o marco normativo seja ajustado e aperfeiçoado de forma dinâmica, proativa e responsiva aos desafios emergentes



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5826124755>

Avulso do INS 50/2025 [3 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

e às transformações do setor. Um sistema nacional de monitoramento robusto e transparente permitirá a identificação precoce de problemas, a compreensão aprofundada de suas causas e consequências, e o desenvolvimento de intervenções mais precisas, eficazes e tempestivas, garantindo uma governança verdadeiramente responsável e adaptativa para o setor de apostas no Brasil, com foco na proteção da população.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25889.30894-08



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5826124755>Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3325-7000

Avulso do INS 50/2025 [4 de 4]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 51, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo o incentivo e financiamento de pesquisas científicas independentes sobre os diversos aspectos do fenômeno das apostas online no Brasil.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 51/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25423.20187-20

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e da Saúde, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o incentivo e financiamento de pesquisas científicas independentes sobre os diversos aspectos do fenômeno das apostas online no Brasil. Essas pesquisas devem abranger seus determinantes socioeconômicos, os perfis de vulnerabilidade, os impactos na saúde mental e nas relações familiares, e a eficácia de diferentes modelos regulatórios e intervenções preventivas e terapêuticas.

## JUSTIFICAÇÃO

O fenômeno das apostas online, em sua escala atual de penetração e com suas particularidades socioculturais e tecnológicas no contexto brasileiro, é relativamente novo e complexo. Consequentemente, seus múltiplos impactos – tanto positivos quanto, e principalmente, negativos – na sociedade brasileira ainda não são plenamente compreendidos em toda a sua extensão e profundidade. Para superar essa lacuna crítica de conhecimento e para subsidiar a formulação e o aprimoramento contínuo de políticas públicas que sejam verdadeiramente eficazes, proporcionais e baseadas em evidências sólidas, é crucial e estratégico o fomento ativo e o financiamento público de pesquisas científicas independentes e de alta qualidade. A independência dessas pesquisas em relação a interesses comerciais do setor de apostas é um fator chave e inegociável para garantir a credibilidade, a objetividade, a isenção dos resultados e a confiança pública nas conclusões apresentadas.



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3321-3333 / 3333-3333Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7611269814>

Avulso do INS 51/2025 [2 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

O investimento em pesquisa científica deve ser direcionado para abranger uma ampla e diversificada gama de investigações multidisciplinares. É fundamental, por exemplo, aprofundar o conhecimento sobre os determinantes socioeconômicos que podem influenciar o engajamento, tanto o recreativo quanto o excessivo e problemático, com as apostas online. Isso inclui investigar a correlação com fatores como nível de escolaridade, renda, situação empregatícia, acesso a outras formas de lazer e entretenimento, e a influência do marketing e da publicidade. A identificação e caracterização detalhada dos perfis de vulnerabilidade ao desenvolvimento do jogo patológico e outros danos associados são essenciais para direcionar políticas de prevenção mais focadas e eficazes, protegendo grupos como jovens, idosos, pessoas com histórico de outros vícios ou transtornos mentais preexistentes, e indivíduos em situações de maior estresse financeiro ou emocional.

Igualmente importante é investigar e mensurar de forma rigorosa os impactos do jogo excessivo na saúde mental dos indivíduos – como o desenvolvimento ou agravamento de quadros de ansiedade, depressão, transtornos de humor, ideação suicida e tentativas de suicídio – e também os impactos deletérios nas relações familiares e sociais, como o aumento de conflitos interpessoais, a quebra de confiança, o isolamento social, a violência doméstica e a negligência parental ou filial.

Ademais, a pesquisa científica qualificada pode oferecer insights valiosos e comparações internacionais sobre a eficácia e adequação de diferentes modelos regulatórios adotados por outras jurisdições e sua potencial aplicabilidade e adaptabilidade ao contexto legal, social e cultural brasileiro. Também é crucial avaliar cientificamente o impacto e a efetividade de diversas intervenções preventivas (como o formato e conteúdo de campanhas educativas, a usabilidade e eficácia das ferramentas de jogo responsável oferecidas pelas plataformas) e das diferentes abordagens terapêuticas (psicológicas, farmacológicas, comunitárias) para o tratamento da ludopatia e o suporte a seus familiares.

O conhecimento robusto, específico e contextualizado sobre a realidade brasileira, gerado a partir dessas pesquisas fomentadas e financiadas pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação (envolvendo universidades e seus programas de pós-graduação) e da Saúde (por meio de



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7611269814>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

Avulso do INS 51/2025 [3 de 4]



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

instituições como a Fiocruz e o próprio SUS), fornecerá os subsídios científicos necessários para o aprimoramento contínuo das políticas públicas. Isso inclui o desenvolvimento de estratégias de prevenção mais eficazes e direcionadas, a qualificação e ampliação dos modelos de tratamento ofertados pelo SUS, e a adaptação do marco regulatório de forma proativa, informada e baseada nas melhores evidências disponíveis, e não apenas em percepções ou pressões de momento. Este investimento em conhecimento e ciência é um passo indispensável para que o Brasil possa lidar com o setor de apostas de maneira verdadeiramente responsável, minimizando seus danos potenciais e protegendo de forma efetiva seus cidadãos.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25423.20187-20



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7611269814>Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
FONE (61) 3325-2000

Avulso do INS 51/2025 [4 de 4]



## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO N° 52, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo a instituição de um mecanismo de revisão periódica (a cada dois ou três anos, por exemplo) da legislação e da regulamentação do setor de apostas.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 52/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/25852.56302-16

## INDICAÇÃO Nº, DE 2025

Sugere ao Poder Executivo Federal, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a instituição de um mecanismo de revisão periódica (a cada dois ou três anos, por exemplo) da legislação e da regulamentação do setor de apostas. Essas revisões devem ser baseadas nas evidências coletadas pelo sistema de monitoramento de impactos, nos resultados das pesquisas científicas e nas melhores práticas internacionais.

### JUSTIFICAÇÃO

O setor de apostas online é, por sua própria natureza, um dos mercados mais dinâmicos e sujeitos a rápidas e profundas transformações, impulsionadas pela constante evolução tecnológica, pelo surgimento incessante de novos produtos e modalidades de jogos, por estratégias de marketing cada vez mais sofisticadas e pela alteração no comportamento dos consumidores. Um marco legislativo e regulatório estático, concebido em um determinado momento, mesmo que inicialmente robusto, rapidamente se tornaria obsoleto, inadequado e ineficaz para lidar com essa evolução constante e com os desafios emergentes que dela decorrem. Ignorar essa dinâmica intrínseca do setor seria permitir que a regulamentação se distanciasse da realidade, perdendo sua capacidade de proteger os cidadãos e de garantir a integridade do mercado.

Portanto, é fundamental e imperativo que o Poder Executivo Federal institua um mecanismo formal, transparente e sistemático de revisão periódica – por exemplo, a cada dois ou três anos, ou mesmo em prazos menores caso se identifiquem necessidades urgentes – de toda a legislação e da regulamentação infralegal aplicável ao setor de apostas no Brasil. Este não deve ser encarado como um processo meramente burocrático ou formal, mas sim como uma



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5888397521>

Avulso do INS 52/2025 [2 de 4]







## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

revisão substantiva, crítica e adaptativa, profundamente embasada em dados concretos, conhecimento científico atualizado e nas experiências práticas acumuladas.

Conforme preconizado nas Recomendações Técnicas da CPIBETS, essas revisões periódicas devem ser metodicamente alimentadas por três fontes principais de informação, que se complementam. Primeiramente, pelas evidências e dados robustos coletados continuamente pelo sistema nacional de monitoramento de impactos do setor de apostas. Este sistema fornecerá um diagnóstico atualizado e detalhado dos efeitos sociais (como saúde pública, endividamento, criminalidade) e econômicos (arrecadação, geração de empregos, movimentação financeira) da atividade em território nacional. Em segundo lugar, pelos resultados das pesquisas científicas independentes fomentadas sobre o tema, que trarão insights aprofundados e qualificados sobre os determinantes do jogo (individuais, sociais, econômicos), os perfis de vulnerabilidade da população brasileira, os impactos específicos na saúde mental e nas relações familiares, e a eficácia comparada de diferentes modelos regulatórios e intervenções preventivas e terapêuticas. Por fim, a análise crítica e a incorporação seletiva das melhores práticas regulatórias observadas internacionalmente permitirão que o Brasil aprenda com os acertos e erros de outros países que já possuem um histórico mais longo e consolidado na regulação deste mercado complexo, adaptando as soluções bem-sucedidas à realidade nacional.

A instituição desse processo formal e regular de revisão periódica e adaptativa é crucial e indispensável para garantir que o marco regulatório brasileiro se mantenha permanentemente adequado, eficaz, atualizado e, sobretudo, capaz de responder dinamicamente à evolução do mercado. Isso inclui a capacidade de lidar com o surgimento de novas tecnologias (como inteligência artificial aplicada a jogos, blockchain, criptoativos no contexto das apostas, novas formas de verificação de identidade), com a emergência de novos produtos e com os desafios que continuamente surgem em termos de proteção ao consumidor, prevenção à lavagem de dinheiro, combate à fraude e mitigação de todos os danos sociais associados ao jogo. Trata-se, em essência, de um componente vital de uma governança responsável, inteligente e proativa, que visa assegurar que a regulamentação não apenas reaja às mudanças já



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DFPara verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5888397521>

Avulso do INS 52/2025 [3 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

consolidadas, mas, idealmente, se antecipe a elas, protegendo de forma consistente e efetiva os interesses da sociedade brasileira a curto, médio e longo prazo.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS

SF/25852.56302-16



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5888397521>

Senado Federal – Anexo I – 11º andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Fone: (61) 3308-3000

Avulso do INS 52/2025 [4 de 4]

# Projetos de Decreto Legislativo





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 335, DE 2025

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que “altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF”.

**AUTORIA:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 335/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025**

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que “*altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF*”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo deste projeto é sustar os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025, que veicula a nova decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em aumentar o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

Infelizmente, como já ocorrido no Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, o governo federal reincide em uma prática abusiva, arrecadatória e autoritária, desconsiderando o papel do Congresso Nacional, e a clara rejeição da sociedade à majoração de tributos por meio de atos infralegais.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br  
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5211072159>

Avulso do PDL 335/2025 [2 de 4]





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

Não se trata aqui de uma discussão técnica sobre calibragem fiscal. Trata-se de uma postura política. Quando uma proposta fracassa, o Executivo simplesmente edita outra, com o mesmo DNA: mais arrecadação, mais pressão, mais penalização ao cidadão brasileiro. E quem paga a conta é o trabalhador, o produtor rural, o pequeno empresário e o consumidor final.

O Decreto nº 12.499/2025 fere o princípio da legalidade tributária, na medida em que distorce a finalidade do IOF — um imposto com finalidade extrafiscal, voltado à regulação da política econômica, e não à geração pura e simples de receita. A tentativa do governo de converter o IOF em instrumento de arrecadação revela um desvio de finalidade e um flagrante abuso do poder regulamentar, afrontando o art. 49, inciso V, da Constituição Federal, que confere ao Congresso Nacional a competência para sustar atos normativos que exorbitem esse limite. Não se deve aumentar o imposto de arrecadação via decreto. O IOF é um imposto regulatório e não arrecadatário.

Mais do que isso, o decreto expõe o verdadeiro projeto do atual governo: usar a máquina estatal para arrecadar mais, controlar mais e ouvir menos. A sociedade brasileira já deu sinais claros de que não aceita mais aumentos de impostos disfarçados, nem interferências autoritárias sobre o crédito, a livre iniciativa e a economia popular.

Diante disso, este PDL se apresenta como um instrumento legítimo de resistência e fiscalização. O Congresso não pode se omitir. Sustar os efeitos do Decreto nº 12.499/2025 é defender a legalidade, o equilíbrio entre os Poderes e o direito do povo brasileiro de não ser surpreendido por aumentos de impostos travestidos de medidas técnicas.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br  
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5211072159>

Avulso do PDL 335/2025 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49\_cpt\_inc5

- Decreto nº 6.306, de 14 de Dezembro de 2007 - DEC-6306-2007-12-14 - 6306/07

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2007;6306>

- Decreto nº 12.466 de 22/05/2025 - DEC-12466-2025-05-22 - 12466/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2025;12466>

- Decreto nº 12.499 de 11/06/2025 - DEC-12499-2025-06-11 - 12499/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2025;12499>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 336, DE 2025

Susta os efeitos da Portaria nº 805, de 9 de junho de 2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária, que institui o Programa Nacional de Rastreabilidade de Agrotóxicos e Afins (PNRA).

**AUTORIA:** Senador Marcos Rogério (PL/RO)

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 336/2025 [1 de 5]







Senado Federal  
Gabinete do Senador Marcos Rogério

SF/25187.76045-10

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025

Susta os efeitos da Portaria nº 805, de 9 de junho de 2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária, que institui o Programa Nacional de Rastreabilidade de Agrotóxicos e Afins (PNRA).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Ficam sustados, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Portaria nº 805, de 9 de junho de 2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária, que institui o Programa Nacional de Rastreabilidade de Agrotóxicos e Afins (PNRA).

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo sustar, com fundamento no art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos da Portaria nº 805, de 9 de junho de 2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que institui o Programa Nacional de Rastreabilidade de Agrotóxicos e Afins (PNRA).

Ainda que a rastreabilidade de insumos agrícolas seja tema de legítimo interesse público, a forma como a Portaria foi



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5611301688>

Avulso do PDL 336/2025 [2 de 5]





Senado Federal  
Gabinete do Senador Marcos Rogério

SF/25187.76045-10

editada revela flagrantes vícios de legalidade, desrespeito à boa governança regulatória e grave rompimento do diálogo institucional com o setor produtivo. Trata-se de um ato administrativo que atropelou o processo técnico de construção de política pública, desconsiderou os trabalhos do Grupo de Trabalho criado pelo próprio Ministério e foi editado sem a necessária Avaliação de Impacto Regulatório (AIR), em flagrante afronta ao Decreto nº 10.411/2020.

Além de desprovida de AIR, a Portaria também foi publicada sem qualquer consulta pública, contrariando os princípios constitucionais da legalidade, eficiência, publicidade e participação social. Tal ausência de rito procedimental adequado compromete a legitimidade do normativo e evidencia abuso de poder regulatório, vedado pela Lei nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica), especialmente ao impor exigência técnica específica — a adoção obrigatória de etiquetas RFID — sem justificativa técnica ou econômica minimamente razoável, criando, na prática, reserva de mercado e elevando custos desnecessários em toda a cadeia agropecuária.

Estudos preliminares realizados por entidades do setor indicam que o custo direto por embalagem, apenas com a aplicação da tecnologia imposta, pode alcançar R\$ 0,30 por unidade, sem contar os custos logísticos de transporte, armazenamento e leitura. Esse valor, inevitavelmente repassado ao produtor rural, representa um impacto econômico desproporcional, principalmente sobre pequenos e médios produtores, sem qualquer garantia de retorno efetivo em termos de segurança, autenticidade ou eficácia no combate ao comércio ilegal de defensivos.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5611301688>

Avulso do PDL 336/2025 [3 de 5]





Senado Federal  
Gabinete do Senador Marcos Rogério

SF/25187.76045-10

A publicação apressada da Portaria nº 805/2025, inclusive antes da entrega do relatório final do Grupo de Trabalho — que expressamente divergiu dos termos adotados pela norma —, rompeu a confiança entre o Estado e os agentes regulados, ferindo o princípio da segurança jurídica e comprometendo a continuidade de um debate técnico que já estava em estágio avançado de maturação.

Diante de tais vícios materiais e formais, a sustação da Portaria se impõe como medida urgente para resguardar os princípios da legalidade, da razoabilidade, da eficiência e da participação democrática na elaboração de políticas públicas. Mais do que um ato corretivo, o presente PDL busca reabrir espaço para o diálogo responsável e técnico entre governo, setor produtivo e sociedade, condição indispensável para que se construa uma política de rastreabilidade viável, eficaz e justa.

Contamos, assim, com o apoio dos nobres pares para a aprovação célere desta proposição, em defesa da segurança jurídica, da boa técnica regulatória e dos legítimos interesses da agropecuária brasileira.

Sala das Sessões,

Senador Marcos Rogério  
PL/RO



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5611301688>

Avulso do PDL 336/2025 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49\_cpt\_inc5

- Decreto nº 10.411, de 30 de Junho de 2020 - DEC-10411-2020-06-30 - 10411/20

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2020;10411>

- Lei nº 13.874, de 20 de Setembro de 2019 - Lei da Liberdade Econômica (2019) - 13874/19

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019;13874>



# Projetos de Lei





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI Nº 2877, DE 2025

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações e a responsabilização dos provedores de conexão à internet e dos prestadores dos demais serviços habilitadores de conectividade pelo acesso a provedores de aplicações que disponibilizam conteúdos apontados como infringentes.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2877/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**Projeto de Lei Nº , DE 2025**

*Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações e a responsabilização dos provedores de conexão à internet e dos prestadores dos demais serviços habilitadores de conectividade pelo acesso a provedores de aplicações que disponibilizam conteúdos apontados como infringentes.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações e a responsabilização dos provedores de conexão e dos prestadores dos demais serviços habilitadores de conectividade pelo acesso a provedores de aplicações que disponibilizam conteúdos apontados como infringentes.

**Art. 2º** O art. 5º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 5º .....  
.....”

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1044948306>

Avulso do PL 2877/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

XI - serviços habilitadores de conectividade: serviços de resolução de nomes de domínios (DNS), de gestão de ponto de troca de tráfego, de rede de entrega de conteúdos (CDNs), de provimento de serviços em nuvem, bem como outras infraestruturas e serviços que viabilizem o acesso à internet.

.....”  
(NR)

**Art. 3º** O art. 18 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 18.** Os provedores de conexão à internet e os prestadores dos demais serviços habilitadores de conectividade poderão ser responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdo disponibilizado por provedores de aplicações de internet se, após ordem judicial específica, não tomarem as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o acesso à aplicação que disponibilize conteúdo apontado como infringente.

*Parágrafo único.* A ordem judicial de que trata o *caput* deste artigo deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica das aplicações que disponibilizam a seus usuários conteúdo apontado como infringente.” (NR)

**Art. 4º** A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

**“Art. 19-A.** Para o cumprimento do previsto na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, também competirá à Agência Nacional de Telecomunicações:

I – executar o registro dos nomes de domínio, alocar os endereços IP (*Internet Protocol*) e administrar os domínios de primeiro nível;

II – regular, fiscalizar e sancionar os prestadores dos serviços habilitadores da conectividade, incluindo obrigações de constituição de representante legal no País;

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1044948306>

Avulso do PL 2877/2025 [3 de 6]







SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

III – encaminhar ordem judicial aos provedores de conexão à internet e aos prestadores dos serviços habilitadores de conectividade para suspender o acesso ao provedor de aplicações que disponibilize conteúdo apontado como infringente, buscando a menor intervenção técnica necessária para a execução da decisão.”

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei visa alterar o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Telecomunicações para responsabilizar civilmente os provedores de conexão à internet e os prestadores dos serviços habilitadores de conectividade que, a partir de determinação judicial, não bloquearem o acesso aos provedores de aplicações que disponibilizem conteúdo apontado como infringente em suas plataformas.

Trata-se de medida necessária, em especial quando o provedor do conteúdo infringente se encontrar fora da jurisdição brasileira ou se recusar a remover tal conteúdo. Essa mudança também se mostra especialmente urgente para efetuar o bloqueio de sítios eletrônicos ou aplicativos que ofertem a loteria de apostas de quota fixa em desacordo com o disposto na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023 (Lei das Bets).

Considerando que os provedores de conexão à internet são prestadores de serviços de telecomunicações, assim como a reconhecida competência técnica do órgão regulador do setor, o projeto propõe ainda que caberá à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) encaminhar e complementar as decisões judiciais para indicar a melhor forma técnica de se obter a suspensão do conteúdo infringente.

Para sua aprovação, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1044948306>

Avulso do PL 2877/2025 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**Senador **IZALCI LUCAS**Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1044948306>

Avulso do PL 2877/2025 [5 de 6]

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Emenda Constitucional nº 8, de 1995 - EMC-8-1995-08-15 - 8/95  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1995;8>
- Lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações (1997) - 9472/97  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9472>
- Lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014 - Marco Civil da Internet (2014) - 12965/14  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014;12965>
  - art5
  - art18
- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2878, DE 2025

Institui o Fundo Nacional para o Combate às Plataformas Ilegais de Apostas (FNCPI).

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2878/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Institui o Fundo Nacional para o Combate às Plataformas Ilegais de Apostas (FNCPI).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 30.**

.....  
.....  
.....

§ 1º-A. Do produto da arrecadação após a dedução das importâncias de que tratam os incisos III e V do *caput* deste artigo, 86% (oitenta e seis por cento) serão destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa e demais jogos de apostas, excetuadas as modalidades lotéricas previstas nesta Lei, 2% (dois por cento) serão destinados ao Fundo Nacional para o Combate às Plataformas Ilegais de Apostas (FNCPI), e os demais 12% (doze por cento) terão as seguintes destinações:

.....”  
(NR)

**Art. 2º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 49-A.** Fica instituído o Fundo Nacional para o Combate às Plataformas Ilegais de Apostas (FNCPI), fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda,

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7456294487>

Avulso do PL 2878/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

com a finalidade de prover e aplicar recursos em ações, desenvolvimento tecnológico, projetos e operações de inteligência, fiscalização e repressão à exploração ilegal de apostas de quota fixa desenvolvidos pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

**§ 1º** Constituem fontes de recursos do FNCPI:

I – os recursos destinados ao FNCPI nos termos do § 1º-A do art. 30 da Lei nº 13.756, de 2018;

II - 50% (cinquenta por cento) do valor das multas efetivamente arrecadadas em decorrência de infrações a esta Lei e a seus regulamentos, aplicadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas, pela Anatel e pelo Coaf a agentes operadores, a agentes operadores clandestinos ou a facilitadores, no âmbito de suas respectivas competências; e

III - 15% (quinze por cento) do valor das contraprestações pagas pelas outorgas de autorização.

**§ 2º** Os recursos do FNCPI serão depositados em conta específica, devendo os saldos apurados ao final de cada exercício financeiro ser transferidos automaticamente para o exercício seguinte.

**§ 3º** O FNCPI será administrado por um Conselho Gestor, cuja composição e funcionamento serão definidos em regulamento, assegurada a participação paritária de representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Fazenda, que o presidirá;

II - Anatel; e

III - Coaf.

**§ 4º** A aplicação dos recursos do FNCPI dependerá de prévia aprovação do Conselho Gestor, com base em plano anual de trabalho que conterá metas de desempenho, indicadores de resultado e cronograma de execução.” (NR)

**Art. 3º** Somente os recursos com fato gerador ocorrido após a entrada em vigor desta Lei serão destinados ao FNCPI.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7456294487>

Avulso do PL 2878/2025 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

A regulamentação do mercado de apostas de quota fixa e jogos *on-line* no Brasil representa um marco histórico, estabelecendo um ambiente de negócios transparente, seguro e com arrecadação de tributos para o Estado. Contudo, o sucesso e a integridade deste novo mercado dependem diretamente da capacidade do poder público de coibir a atuação de operadores ilegais, que atuam à margem da lei, sem qualquer compromisso com o jogo responsável, a proteção ao consumidor e as obrigações fiscais. Estas plataformas clandestinas representam uma concorrência desleal para os operadores licenciados, drenam recursos que poderiam ser arrecadados pelo país e, frequentemente, servem como vetores para atividades ilícitas, como a lavagem de dinheiro e o financiamento de organizações criminosas.

Atualmente, o combate a essas operações ilegais é difuso e carece de um fluxo de recursos financeiros perene e específico para esta finalidade. As ações de fiscalização e repressão demandam investimentos constantes em tecnologia, inteligência e operações coordenadas, que a estrutura orçamentária tradicional nem sempre consegue suprir com a agilidade e a robustez necessárias.

Neste contexto, a criação do Fundo Nacional para o Combate às Plataformas Ilegais de Apostas (FNCPI), conforme proposto no art. 49-A, é uma medida indispensável e estratégica. O Fundo centralizará e direcionará recursos de forma eficiente, garantindo o financiamento contínuo das ações de fiscalização e combate à ilegalidade. Sua estrutura de receita é projetada para ser autossustentável e proporcional ao crescimento do próprio mercado regulado, nutrindo-se de uma pequena porcentagem do Gross Gaming Revenue (GGR) dos operadores legais, de parte das multas aplicadas aos infratores e de uma parcela das taxas de outorga.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7456294487>

Avulso do PL 2878/2025 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

Essa arquitetura financeira cria um ciclo virtuoso: o próprio setor legalizado contribui para a proteção do seu ambiente de negócios, enquanto a repressão aos ilegais gera receita que retroalimenta o combate. A gestão compartilhada por um Conselho Gestor, com participação do Ministério da Fazenda, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), assegura uma abordagem multifacetada e integrada, unindo as expertises financeira, tecnológica e de inteligência contra crimes financeiros.

Portanto, a instituição do FNCPI não é um custo, mas um investimento na viabilidade e na integridade do mercado de apostas brasileiro. Trata-se de uma ferramenta essencial para proteger os consumidores, garantir a isonomia competitiva, fortalecer a arrecadação estatal e afirmar a soberania regulatória do Brasil neste setor econômico em franca expansão. A aprovação desta medida é, assim, fundamental para assegurar que os objetivos da lei de regulamentação sejam plenamente alcançados.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7456294487>

Avulso do PL 2878/2025 [5 de 6]





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.756, de 12 de Dezembro de 2018 - LEI-13756-2018-12-12 - 13756/18  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13756>
  - art30\_par1-1
- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2879, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer a duração mínima para as apostas de quota fixa e vedar a funcionalidade de jogo automático (autoplay).

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2879/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

SF/25057.66830-45

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer a duração mínima para as apostas de quota fixa e vedar a funcionalidade de jogo automático (*autoplay*).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 15-A.** O início de cada aposta dependerá de uma ação expressa e específica do apostador, que só poderá ser realizada após a conclusão e a exibição completa do resultado da aposta anterior.

§ 1º A aposta inicia-se com a ação expressa e específica do apostador prevista no *caput* e termina com a exibição final e inequívoca do resultado.

§ 2º É vedada a sequência de programação que inicie uma nova aposta automaticamente, bem como qualquer funcionalidade que permita ao jogador declarar ou efetivar a participação em múltiplas partidas consecutivas por meio de um único comando (*autoplay*).

§ 3º A aposta deverá ter uma duração média de, no mínimo, três segundos."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A velocidade excessiva dos ciclos de jogo em cassinos *on-line* — em alguns casos inferior a 2 segundos por rodada — transforma a experiência digital em uma sequência de reforços dopaminérgicos quase ininterruptos, favorecendo decisões impulsivas e perda de autocontrole. Esse



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3759302018>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do PL 2879/2025 [2 de 4]



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25057.66830-45

*design* atinge com gravidade jovens de 18 a 25 anos, cuja imaturidade do córtex pré-frontal dificulta a avaliação de risco.

A Lei nº 14.790/2023 impõe deveres genéricos de jogo responsável e faculta ao usuário limitar seu próprio tempo, mas não fixa qualquer cadência mínima. As Portarias SPA/MF nºs 722 e 1.207/2024, ao exigirem apenas transparência e “tempo suficiente para leitura”, deixam intocado o núcleo de risco representado pela velocidade do ciclo e funções como *autoplay*, turbo ou *quick-spin*.

Tendo esse cenário em vista, esta CPI propõe-se emendar a Lei nº 14.790/2023 de modo bastante razoável, para proibir ciclos inferiores a três segundos em *slots* virtuais, vedar *autoplay*, turbo, *quick-spin* e qualquer arquitetura que possibilite múltiplas apostas em menos de três segundos, além de obrigar sinalização visual do cronômetro em tela. Ao desacelerar o ritmo dos jogos, a regulação reduz a frequência de apostas por sessão, reprime a ilusão de controle criada por *near-misses* sucessivos e estabelece a primeira barreira de produto contra a impulsividade.

Solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3759302018>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do PL 2879/2025 [3 de 4]

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

Avulso do PL 2879/2025 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2880, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a concessão de promoções, recompensas ou programas de fidelidade aos apostadores.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2880/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a concessão de promoções, recompensas ou programas de fidelidade aos apostadores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 29.** .....

IV - ofertar quaisquer promoções, recompensas ou programas de fidelidade aos apostadores.

..... (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa visa a eliminar um dos mais potentes gatilhos para o desenvolvimento do vício em jogos e apostas: a concessão de bônus, créditos, apostas grátis e outras vantagens aos apostadores. Como ficou fartamente demonstrado no curso da CPI das Bets, tais mecanismos funcionam como "iscas", sendo altamente eficazes para

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9804925308>

Avulso do PL 2880/2025 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

atrair e reter novos jogadores, especialmente os mais jovens e vulneráveis, que são ludibriados pela falsa esperança de um ganho fácil e sem riscos.

Atualmente, o art. 42 da Portaria SPA/MF nº 1.231, de 31 de julho de 2024, autoriza a oferta de promoções, recompensas ou programas de fidelidade aos apostadores. Consideramos, no entanto, absolutamente inadequada a referida permissão. Essas gratuidades não são um presente, mas sim uma ferramenta de marketing predatória. Elas servem para diminuir a barreira psicológica e financeira para o início da atividade de aposta, introduzindo o indivíduo a um ciclo de consumo que rapidamente pode evoluir para a compulsão. Frequentemente, tais bônus vêm atrelados a requisitos de apostas complexos e de difícil cumprimento, que na prática forçam o jogador a apostar repetidas vezes valores muito superiores ao do bônus recebido, mantendo-o cativo na plataforma.

A relação entre o operador e o apostador deve ser pautada pela transparência e pela consciência do risco envolvido. A oferta de "dinheiro grátis para apostar" distorce essa relação, mascarando a natureza da atividade e estimulando o comportamento de risco. Um mercado de apostas verdadeiramente responsável deve competir pela qualidade de seus serviços, pela justiça de suas cotações e pela segurança de seu ambiente, e não pela capacidade de oferecer as iscas mais atraentes.

Portanto, a proibição total da concessão de bônus e outras gratuidades é uma medida indispensável de saúde pública e de proteção ao consumidor. Com sua aprovação, o Brasil sinaliza que opta por um mercado íntegro, que não se vale de artifícios para induzir os cidadãos ao vício, garantindo que a decisão de apostar seja sempre um ato consciente, realizado com recursos próprios e com plena noção das suas consequências.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9804925308>

Avulso do PL 2880/2025 [3 de 4]





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

Avulso do PL 2880/2025 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2881, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para proibir modelos de remuneração variável em ações de comunicação, publicidade e propaganda de apostas de quota fixa.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2881/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para proibir modelos de remuneração variável em ações de comunicação, publicidade e propaganda de apostas de quota fixa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 18-A.** Fica vedado acordar, oferecer ou pagar remuneração variável por ações de comunicação, publicidade e propaganda de apostas de quota fixa e jogos *on-line*, em qualquer meio, incluindo plataformas digitais e redes sociais.

§ 1º Para os efeitos do *caput*, considera-se remuneração variável, entre outras modalidades, aquela que seja definida em função de:

- I - percentual sobre a receita ou o faturamento do operador;
- II - valores totais ou parciais depositados pelos apostadores;
- III - valores totais ou parciais apostados pelos jogadores; ou
- IV - número de novos apostadores que realizem cadastro ou primeiro depósito a partir da ação publicitária, especialmente por meio de *links* de afiliados.

§ 2º Não se enquadram na vedação deste artigo os modelos de remuneração por valor fixo que não guardem relação direta com as variáveis elencadas nos incisos § 1º.”

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6568184243>

Avulso do PL 2881/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição legislativa visa a corrigir uma das mais perigosas distorções do mercado de publicidade de apostas: o modelo de remuneração variável, especialmente o chamado "revenue share" ou compartilhamento de receita. Atualmente, é prática comum que influenciadores digitais, sites e outros parceiros de mídia sejam pagos com base no desempenho dos jogadores que eles indicam, ou seja, eles lucram em cima das perdas desses apostadores.

Este modelo cria um incentivo perverso, que é fundamentalmente contrário a todos os princípios do Jogo Responsável. Ele estimula os anunciantes a não apenas atrair novos jogadores, mas a atrair jogadores de alto volume ou com comportamento de risco, pois o seu ganho financeiro está diretamente atrelado à intensidade do jogo e, em última análise, ao prejuízo do consumidor. Em vez de promover uma marca, o anunciante é incentivado a promover um comportamento que pode levar ao vício e ao endividamento.

Este Projeto de Lei não proíbe a publicidade de apostas, mas busca civilizar a sua prática. Ao vedar a remuneração baseada em faturamento, depósitos, valor apostado ou número de jogadores convertidos (modelo CPA - Custo por Aquisição), a proposta força uma transição para modelos mais éticos e transparentes, como o pagamento por valor fixo, por visualizações (CPM) ou por cliques (CPC). Nesses modelos, o parceiro de mídia é remunerado por divulgar a marca, e não por explorar a vulnerabilidade do jogador.

A medida alinha o Brasil às melhores e mais modernas práticas regulatórias internacionais, que já reconheceram o potencial nocivo do

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6568184243>

Avulso do PL 2881/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

"revenue share". Trata-se de uma ação indispensável para proteger os consumidores, especialmente os mais jovens e vulneráveis, e para garantir que a publicidade do setor de apostas no país seja feita de forma verdadeiramente responsável.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6568184243>

Avulso do PL 2881/2025 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

Avulso do PL 2881/2025 [5 de 5]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2882, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para aprimorar o dever de transparência dos agentes operadores sobre as atividades de jogo dos apostadores.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2882/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

SF/25165.44105-09

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para aprimorar o dever de transparência dos agentes operadores sobre as atividades de jogo dos apostadores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 28-B.** Os agentes operadores deverão garantir ao apostador acesso transparente, claro e em tempo real a informações sobre suas atividades e transações na plataforma, nos termos deste artigo.

§ 1º O apostador deverá ter a possibilidade de visualizar, a qualquer momento e de forma acessível em sua conta de jogo, no mínimo, as seguintes informações relativas aos últimos doze meses:

I – o saldo atual de sua conta de jogo;

II – o histórico completo de depósitos e saques;

III – os limites de jogo definidos pelo apostador e o histórico de suas alterações; e

IV – o histórico detalhado de jogo, que deverá discriminar, para cada aposta, o seu valor, o ganho ou a perda, e o respectivo horário da ocorrência.

§ 2º O agente operador deverá apresentar gratuitamente ao apostador um resumo informativo contendo o valor total de suas apostas, ganhos e perdas nos últimos trinta dias:

I – imediatamente após cada processo de identificação e autenticação (*login*) do apostador na plataforma; e

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2477893506>

Avulso do PL 2882/2025 [2 de 5]







SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

II – antes do início de uma nova atividade de jogo, caso tenham se passado mais de vinte e quatro horas desde a última vez em que a informação foi apresentada.

§ 3º A participação em qualquer jogo ou a realização de qualquer aposta somente poderá ser liberada após o apostador ter expressamente confirmado o conhecimento das informações apresentadas nos termos do § 2º.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICATIVA**

Um dos maiores riscos associados às apostas *on-line* é a perda da noção financeira por parte do jogador. A velocidade das transações e o design das plataformas são projetados para manter o usuário engajado, muitas vezes ofuscando o montante total de perdas acumuladas. A informação, nesse contexto, é a principal ferramenta de proteção. Este Projeto de Lei visa a empoderar o cidadão, garantindo-lhe o pleno acesso aos seus próprios dados de forma clara e ativa.

A proposta se baseia em dois pilares. O primeiro é a **transparência passiva**, que garante ao jogador o direito de consultar, a qualquer momento, seu histórico completo de apostas, depósitos, saques e limites definidos nos últimos doze meses (§ 1º). Isso permite um controle e uma autoavaliação contínuos, fundamentais para a tomada de decisões conscientes.

O segundo e mais importante pilar é a **transparência ativa**, que funciona como uma intervenção de "verificação da realidade" (*reality check*). A obrigatoriedade de apresentar ao jogador, a cada *login*, um resumo de seu resultado líquido (ganhos menos perdas) dos últimos 30 dias quebra o ciclo de jogo automático e impulsivo. Mais crucial ainda, a exigência de que o jogador **confirme expressamente** ter visto essa informação antes de poder voltar a apostar transforma a medida de um mero aviso, fácil de ignorar, em uma pausa compulsória para a reflexão.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2477893506>

Avulso do PL 2882/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25165.44105-09

Essa medida não impede a liberdade do jogador, mas garante que essa liberdade seja exercida com plena consciência de seu comportamento recente. Ao forçar o apostador a confrontar seu resultado financeiro real, o Estado cumpre seu dever de proteger a saúde pública e de mitigar os riscos de desenvolvimento da ludopatia.

A proposta, **que se inspira diretamente em mecanismos já implementados com sucesso na moderna e rigorosa legislação da Alemanha**, alinha o Brasil às mais avançadas e eficazes práticas de jogo responsável do mundo, colocando o poder da informação nas mãos de quem mais precisa dela: o próprio cidadão.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para este projeto.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2477893506>

Avulso do PL 2882/2025 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2886, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para criminalizar a divulgação de propaganda de apostas de quota fixa em desconformidade com a legislação.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2886/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para criminalizar a divulgação de propaganda de apostas de quota fixa em desconformidade com a legislação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 48-C.** Divulgar, por qualquer meio, propaganda relacionada a apostas de quota fixa em desconformidade com as vedações, restrições e obrigações previstas no art. 17 desta Lei:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

*Parágrafo único.* A pena é aplicada sem prejuízo das sanções civis e administrativas cabíveis, inclusive daquelas previstas no art. 41 desta Lei.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição legislativa visa conferir densidade jurídica ao disposto no art. 21 da própria Lei nº 14.790, de 2023, que estabelece a vedação à atuação de instituições financeiras, meios de pagamento e plataformas tecnológicas que viabilizem a realização de apostas com operadores não autorizados.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6045327211>

Avulso do PL 2886/2025 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

Durante a CPI das Bets, foi demonstrado que instituições de pagamento e prestadores de serviços de Electronic Foreign Exchange (serviço de pagamento ou transferência internacional) têm desempenhado papel essencial para a concretização de remessas ao exterior, inclusive mediante utilização de informações falsas em documentos obrigatórios remetidos ao Banco Central. Em muitos casos, identificaram-se CPFs de crianças, pessoas falecidas ou inexistentes, o que demonstra a gravidade da fraude envolvida.

A mera sanção administrativa, prevista atualmente no art. 21 da Lei nº 14.790, mostra-se insuficiente. Como alternativa mais eficaz de combate, propõe-se a tipificação penal da conduta de viabilizar, de forma consciente, a transferência de valores entre apostadores e operadores não autorizados. Previu-se, ainda, uma causa de aumento de pena para os casos em que o destinatário dos recursos esteja sediado no exterior, o que agrava a clandestinidade e dificulta a ação fiscalizatória das autoridades brasileiras.

Ao lado do bloqueio de sites e da responsabilização administrativa, o estrangulamento do fluxo financeiro, por meio do direito penal, representa medida de alto impacto para inviabilizar a atuação das Bets ilegais no Brasil.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6045327211>

Avulso do PL 2886/2025 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2887, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a participação em aposta de quota fixa, na condição de apostador, de pessoa inscrita no Cadastro Único do Governo Federal.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2887/2025 [1 de 5]







SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

SF/25851.48259-16

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para vedar a participação em aposta de quota fixa, na condição de apostador, de pessoa inscrita no Cadastro Único do Governo Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. ....

.....

VIII – pessoa inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal.

..... (NR)"

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A rápida expansão desta modalidade e a facilidade de acesso por meio de plataformas digitais acenderam um alerta inadiável sobre a necessidade de se estabelecerem mecanismos robustos de proteção para as populações mais vulneráveis. É dever do Estado, ao mesmo tempo em que regula uma atividade econômica, zelar para que ela não se torne um vetor de agravamento das desigualdades sociais e de endividamento familiar.



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6596687974>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do PL 2887/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25851.48259-16

O Cadastro Único (CadÚnico) é o principal instrumento do Estado brasileiro para a identificação e caracterização das famílias de baixa renda. Estar inscrito no CadÚnico é a porta de entrada para dezenas de programas sociais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujo objetivo primário é garantir um mínimo de segurança alimentar e dignidade a quem mais precisa. Permitir que esses recursos, por natureza escassos e essenciais, sejam desviados para apostas *on-line* contraria a própria finalidade da política social.

Essa preocupação foi recentemente acolhida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em uma decisão liminar histórica proferida em novembro de 2024, o Ministro Luiz Fux determinou que o Governo Federal adotasse medidas imediatas para impedir que os recursos de programas como o Bolsa Família e o BPC fossem utilizados em apostas *on-line*.

Na sua decisão, o Ministro Luiz Fux ressaltou o risco de "endividamento patológico das famílias" e a necessidade de proteger a "segurança econômica dos núcleos familiares de baixa renda", destacando que a proteção ao consumidor e a defesa da ordem econômica e social justificam a intervenção. A decisão foi, subsequentemente, confirmada por unanimidade pelo Plenário do STF, o que confere à matéria um peso institucional e jurídico inquestionável.

Embora o Poder Executivo, por meio de portarias do Ministério da Fazenda, já esteja se movendo para cumprir a determinação judicial, a inclusão explícita dos inscritos no CadÚnico diretamente no texto da Lei nº 14.790/2023 eleva a proibição ao nível de lei confere maior estabilidade e



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6596687974>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do PL 2887/2025 [3 de 5]



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

perenidade à regra, evitando que ela possa ser alterada ou revogada por atos administrativos de menor hierarquia.

Dessa forma, o presente projeto de lei não apenas atende a uma demanda social urgente, mas também se alinha à correta interpretação constitucional promovida pelo Supremo Tribunal Federal, fortalecendo a legislação para garantir que o avanço do mercado de apostas não ocorra em detrimento da proteção social dos mais vulneráveis.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para este projeto.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

SF/25851.48259-16



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6596687974>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do PL 2887/2025 [4 de 5]

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

Avulso do PL 2887/2025 [5 de 5]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2888, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para criminalizar a viabilização de transferência de valores entre apostadores e agente não autorizado a operar no Brasil.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2888/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para criminalizar a viabilização de transferência de valores entre apostadores e agente não autorizado a operar no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 48-B.** Viabilizar, por qualquer meio, inclusive mediante disponibilização de interface tecnológica, sistema de pagamento ou serviço de intermediação financeira, a transferência de valores entre apostadores e agente não autorizado a operar no Brasil:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de metade até o dobro se o agente operador destinatário dos valores estiver sediado no exterior.

§ 2º A pena é aplicada sem prejuízo das sanções civis e administrativas cabíveis, inclusive daquelas previstas no art. 41 desta Lei.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição legislativa visa conferir densidade jurídica ao disposto no art. 21 da própria Lei nº 14.790, de 2023, que

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177249376>

Avulso do PL 2888/2025 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

estabelece a vedação à atuação de instituições financeiras, meios de pagamento e plataformas tecnológicas que viabilizem a realização de apostas com operadores não autorizados.

Durante a CPI das Bets, foi demonstrado que instituições de pagamento e prestadores de serviços de Electronic Foreign Exchange (serviço de pagamento ou transferência internacional) têm desempenhado papel essencial para a concretização de remessas ao exterior, inclusive mediante utilização de informações falsas em documentos obrigatórios remetidos ao Banco Central. Em muitos casos, identificaram-se CPFs de crianças, pessoas falecidas ou inexistentes, o que demonstra a gravidade da fraude envolvida.

A mera sanção administrativa, prevista atualmente no art. 21 da Lei nº 14.790, mostra-se insuficiente. Como alternativa mais eficaz de combate, propõe-se a tipificação penal da conduta de viabilizar, de forma consciente, a transferência de valores entre apostadores e operadores não autorizados. Previu-se, ainda, uma causa de aumento de pena para os casos em que o destinatário dos recursos esteja sediado no exterior, o que agrava a clandestinidade e dificulta a ação fiscalizatória das autoridades brasileiras.

Ao lado do bloqueio de sites e da responsabilização administrativa, o estrangulamento do fluxo financeiro, por meio do direito penal, representa medida de alto impacto para inviabilizar a atuação das Bets ilegais no Brasil.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5177249376>

Avulso do PL 2888/2025 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

Avulso do PL 2888/2025 [4 de 4]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2889, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para instituir o Cadastro Nacional de Apostas (CNA) e a Plataforma Nacional de Auditoria e Monitoramento de Jogos de Azar (PNAMJA).

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2889/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

SF/25488.12679-79

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para instituir o Cadastro Nacional de Apostas (CNA) e a Plataforma Nacional de Auditoria e Monitoramento de Jogos de Azar (PNAMJA).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 26-A.** Não poderá participar como apostador a pessoa:

I – em período de pausa ou excluída por solicitação do próprio apostador; e

II – em período de pausa ou excluída por decisão do agente operador, com base em evidências que indiquem o risco de o apostador desenvolver transtorno do jogo, situação de superendividamento ou a realização de apostas em valores desproporcionais à sua renda ou patrimônio; ou

III – referida no art. 26 desta Lei.”

**“Art. 26-B.** Fica instituído o Cadastro Nacional de Apostas (CNA), que centralizará os dados dos apostadores em período de pausa ou excluídos.

§ 1º As solicitações de período de pausa e autoexclusão poderão ser feitas diretamente ao órgão gestor do CNA ou ao agente operador, que encaminhará a solicitação ao órgão gestor do CNA no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Os agentes operadores são obrigados a consultar o CNA antes de permitir o cadastro ou a atividade de qualquer apostador.

§ 3º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam proibidas

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4295769395>

Avulso do PL 2889/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

de realizar transações destinadas a operadores de apostas solicitadas por indivíduos inscritos no CNA.”

“**Art. 26-C.** Exceto no caso de pedido de autoexclusão e de solicitação de pausa realizada pelo próprio apostador, o agente operador deverá notificar o apostador antes de efetivar a exclusão ou o período de pausa, para que se manifeste no prazo de dez dias.

*Parágrafo único.* Efetivada a inscrição no CNA, o indivíduo será imediatamente notificado por escrito sobre a exclusão ou a pausa e sobre o procedimento para seu eventual encerramento.”

“**Art. 26-D.** A suspensão de que trata o art. 26-A terá duração mínima de 1 (um) ano.

*Parágrafo único.* Na autoexclusão, o solicitante poderá requerer prazo distinto, que não poderá ser inferior a 3 (três) meses.”

“**Art. 26-E.** O encerramento da suspensão de que trata o art. 26-A não cessará automaticamente e só poderá ser encerrada mediante solicitação por escrito da própria pessoa, a qual só poderá ser submetida após o decurso do prazo estabelecido para a pausa ou exclusão.

§ 2º O pedido de encerramento será direcionado ao órgão gestor do CNA.

§ 3º Observado o disposto no §1º, a pausa ou exclusão será encerrada:

I - quando tiver sido solicitada pelo apostador, após o decurso de sete dias do recebimento da solicitação; e

II – quando decorrer de decisão do agente operador, após o decurso de trinta dias do recebimento da solicitação.”

“**Art. 26-F.** Os operadores deverão manter sob sua guarda toda a documentação relativa às suspensões que iniciarem, devendo repassá-la ao órgão gestor do CNA em caso de encerramento de suas atividades.”

“**Art. 26-G.** Fica instituída a Plataforma Nacional de Auditoria e Monitoramento de Jogos de Azar (PNAMJA), estrutura público-

SF/25488.12679-79

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4295769395>

Avulso do PL 2889/2025 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

privada com objetivo de supervisionar em tempo real a atuação dos agentes operadores.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo."

**Art. 2º** Fica revogado o § 4º do art. 23 da Lei nº 14.790, de 2023.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição legislativa visa a corrigir uma das mais críticas fragilidades do atual ambiente regulatório das apostas no Brasil: a ineficácia dos mecanismos de pausa e exclusão de jogadores com ludopatia. O modelo vigente, que opera de forma isolada em cada plataforma, cria uma mera ilusão de controle, pois um jogador que se limita em uma plataforma pode, segundos depois, registrar-se e continuar a apostar em dezenas de outros, anulando qualquer esforço de autoproteção. Ciente dessa lacuna, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda já prevê, em sua agenda regulatória, a criação de um cadastro centralizado. Acolhendo e fortalecendo essa iniciativa, este Projeto de Lei busca **consolidar em lei a criação do Cadastro Nacional de Apostas (CNA)** e, fundamentalmente, **regulamentar** os seus procedimentos, conferindo o alicerce legal definitivo e a perenidade que uma política de Estado exige.

Inspirado na robusta legislação da Alemanha (*Glücksspielstaatsvertrag – GlüStV*), este projeto vai além da simples centralização de dados. Ele estabelece uma verdadeira rede de segurança ao instituir dois mecanismos essenciais. O primeiro é a pausa e a **exclusão definidas pelo próprio apostador e pelo operador de apostas**, que poderá intervir com base em evidências de risco, sempre assegurando ao indivíduo o direito de se manifestar.

O segundo mecanismo é o **encerramento criterioso da suspensão**. O projeto determina que o fim do bloqueio não seja automático,

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4295769395>

Avulso do PL 2889/2025 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25488.12679-79

exigindo uma solicitação ativa do indivíduo e um "período de resfriamento" (*cooling-off*) após o pedido. Essa pausa para reflexão é uma salvaguarda crucial contra recaídas impulsionadas pelo momento, garantindo que a decisão de retornar ao jogo seja verdadeiramente consciente.

Além disso, este projeto cria a Plataforma Nacional de Auditoria e Monitoramento de Jogos de Azar (PNAMJA), estrutura público-privada, de tecnologia avançada e evolução contínua, com a participação e supervisão constante do Estado, com capacidade para auditar em tempo real a atuação das plataformas autorizadas e proteger de forma proativa e preditiva.

Diante do exposto, a aprovação deste projeto é um passo indispensável para transformar a política de jogo responsável no Brasil, movendo-a de uma abordagem simbólica e fragmentada para um sistema centralizado, protetivo e de real eficácia na defesa da saúde pública e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4295769395>

Avulso do PL 2889/2025 [5 de 6]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

- art23\_par4

Avulso do PL 2889/2025 [6 de 6]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2890, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para criminalizar a exploração de apostas de quota fixa sem autorização.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2890/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para criminalizar a exploração de apostas de quota fixa sem autorização.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“CAPÍTULO X-A  
DOS CRIMES

**Art. 48-A.** Estabelecer, explorar, operar ou facilitar, por qualquer meio, a realização de apostas de quota fixa sem a devida autorização da autoridade competente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

*Parágrafo único.* Incorre nas mesmas penas quem promove, financia, divulga ou facilita, inclusive por meio de canal eletrônico ou plataforma digital, a exploração de apostas não autorizadas.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, a legislação brasileira prevê, nos arts. 50 e 51 da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 1941), punições leves – prisão simples e multa – para a exploração de jogos de azar ou de loterias

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9763241662>

Avulso do PL 2890/2025 [2 de 4]







SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

não autorizadas. Contudo, a complexidade, o alcance nacional e a gravidade dos danos sociais provocados pelas plataformas de apostas *on-line* exigem resposta penal mais proporcional e adequada.

No curso das investigações conduzidas pela CPI das Bets, verificou-se que a exploração não autorizada dessas atividades — especialmente por meio de ambientes digitais — atinge milhões de pessoas em território nacional, com atuação transfronteiriça, uso intensivo de recursos tecnológicos, ausência de mecanismos efetivos de controle e elevado potencial para a prática de fraudes e lavagem de dinheiro.

Além disso, identificou-se que tais práticas violam a boa-fé dos consumidores, muitas vezes induzidos a erro quanto à suposta legalidade das plataformas, o que configura verdadeiro estelionato, em determinadas circunstâncias. Contudo, nem sempre os elementos subjetivos e objetivos exigidos para configurar o crime do art. 171 do Código Penal estão presentes, o que torna necessária a criação de tipo penal próprio, com foco na proteção do interesse público e no reforço da legalidade regulatória.

A proposta, portanto, estabelece um novo tipo penal, com pena de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, para punir condutas relacionadas à realização de apostas sem autorização da autoridade competente, inclusive quando veiculadas por meio de canais eletrônicos, aplicativos ou plataformas digitais.

Diante do exposto, solicitamos o apoio das nobres Senadoras e dos nobres Senadores ao presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9763241662>

Avulso do PL 2890/2025 [3 de 4]



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de Outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais -  
3688/41  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3688>
- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2891, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer horário limitado para a oferta e exploração de apostas de quota fixa.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2891/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer horário limitado para a oferta e exploração de apostas de quota fixa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**"Art. 28-A.** A oferta, a exploração e a disponibilização ao público de todas as modalidades de apostas de quota fixa e de jogos *on-line* por operadores autorizados ficam restritas ao período compreendido entre as 19h00 e as 3h00 do dia seguinte, horário oficial de Brasília.

*Parágrafo único.* Durante o período de interrupção programada, será garantido ao apostador o acesso a funcionalidades não relacionadas diretamente ao jogo, como a consulta de histórico, a solicitação de saques de saldos existentes e o acesso a ferramentas de jogo responsável e canais de ajuda."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

As investigações conduzidas pela CPI das Bets revelaram uma verdade incontornável: a disponibilidade ininterrupta (24/7) das plataformas de apostas é incompatível com o dever constitucional do Estado de proteger

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/921227739>

Avulso do PL 2891/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

a saúde pública. O modelo atual, que permite o acesso irrestrito a qualquer hora do dia ou da noite, cria um ambiente propício ao desenvolvimento da compulsão, do endividamento e de graves transtornos mentais, afetando especialmente os mais vulneráveis.

As atuais ferramentas de "jogo responsável", baseadas no autocontrole, são importantes, mas manifestamente insuficientes. É preciso que o Estado exerça seu poder regulatório de forma mais direta, criando uma barreira estrutural que proteja a sociedade como um todo. Em vez de depender da força de vontade individual de milhões de cidadãos contra algoritmos projetados para a retenção, propomos uma intervenção no próprio ambiente de apostas.

Este Projeto de Lei estabelece uma "janela de funcionamento" para todas as plataformas licenciadas, concentrando a atividade de apostas no período noturno (das 19h às 3h). Essa medida tem um duplo objetivo. Primeiro, cria um período de "resfriamento" compulsório e universal durante o dia e, crucialmente, durante as horas mais avançadas da madrugada (após as 3h), momento em que o cansaço e a diminuição da capacidade cognitiva tornam os indivíduos mais suscetíveis a comportamentos de risco. Segundo, redefine a natureza da atividade, transformando-a de uma tentação onipresente em uma forma de entretenimento com hora marcada.

A preocupação com a migração de jogadores para o mercado ilegal será enfrentada com o rigor necessário por meio de outras medidas propostas pela CPI das Bets, notadamente o bloqueio financeiro e de acesso a sites não autorizados. A escolha que se apresenta não é entre um mercado regulado 24 horas e um mercado ilegal, mas entre um mercado regulado e responsável, que impõe limites, e um modelo de "vale-tudo", cujos custos sociais recaem sobre toda a sociedade.

A instituição de um horário de funcionamento é uma decisão corajosa e necessária. Ela sinaliza que o Brasil opta por um mercado de apostas que prioriza a saúde e o bem-estar de sua população em detrimento do lucro a qualquer custo, estabelecendo um padrão ético elevado e definindo o caráter de um setor que deve ser, antes de tudo, seguro.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/921227739>

Avulso do PL 2891/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**Senador **IZALCI LUCAS**Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9212277739>

Avulso do PL 2891/2025 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2892, DE 2025

Altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para restringir as apostas de quota fixa a eventos reais de temática esportiva.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2892/2025 [1 de 5]







SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.790, de 29 de dezembro de 2023, *para restringir as apostas de quota fixa a eventos reais de temática esportiva.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta lei altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.790, de 29 de dezembro de 2023, *para restringir as apostas de quota fixa a eventos reais de temática esportiva.*

**Art. 2º** O art. 29 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 29.** A modalidade lotérica denominada aposta de quota fixa consiste em apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, cujo resultado é desconhecido no momento da aposta e que são promovidos ou organizados por entidades reconhecidas.

(...)

§ 4º Ficam vedadas as apostas em eventos virtuais, incluindo jogos *on-line* cujo resultado seja determinado por gerador randômico de números, símbolos, figuras ou objetos.

§ 5º A exploração de apostas em eventos virtuais, conforme definido no § 4º, constitui infração à legislação vigente e sujeita o infrator às penalidades cabíveis.” (NR)

**Art. 3º** Revogam-se os incisos VIII e IX do art. 2º; o inciso II do art. 3º; os §§ 2º e 3º do art. 14 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023; e os §§ 2º e 3º do art. 29 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4573103573>

Avulso do PL 2892/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

SF/25173.24034-00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa objetiva restaurar os contornos originalmente traçados pela Lei nº 13.756, de 2018, no que se refere à autorização das apostas de quota fixa exclusivamente para eventos reais de temática esportiva, vedando-se, expressamente, a exploração de apostas relativas a jogos *on-line* e eventos virtuais de jogos *on-line*.

Durante os trabalhos da CPI das Bets, identificou-se que a ampliação das apostas de quota fixa para incluir eventos virtuais — promovida pela Lei nº 14.790, de 2023 — implicou sérios riscos sociais, regulatórios e criminais. Tais modalidades, conhecidas popularmente como “caça-níqueis *on-line*” — que abrangem o “jogo do tigrinho”, o “jogo do ratinho” e quejandos —, operam por meio de algoritmos de geração randômica de resultados, cuja manipulação é tecnicamente viável, difícil de detectar e inacessível à auditoria externa efetiva.

Esses jogos, por não dependerem de qualquer evento real, estão disponíveis de forma contínua, 24 horas por dia, com ilimitada frequência e valor de aposta. Esse modelo amplia significativamente o risco de adição patológica e a vulnerabilidade do consumidor, além de possuir elevado potencial de uso para lavagem de dinheiro e outras infrações penais. Ademais, a própria população reconhece os danos causados: segundo pesquisa Datafolha, 78% dos brasileiros se declararam favoráveis à proibição dos jogos *on-line* de natureza virtual<sup>1</sup>.

A restrição das apostas de quota fixa a eventos reais de temática esportiva possibilita a preservação de um segmento que, quando devidamente regulamentado, pode contribuir com o financiamento de atividades esportivas e com a arrecadação tributária do Estado. Por outro lado, não se justifica a manutenção da exploração de uma modalidade de

<sup>1</sup> TEIXEIRA, Pedro S. Bets deveriam ser proibidas para 65% dos brasileiros, diz Datafolha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 de nov. de 2024. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/Bets-deveriam-ser-proibidas-para-65-dos-brasileiros-diz-datafolha.shtml?pgwt=19s1q4680lry0tv4cp4oeapeumasl9prp49yilgroavb883m&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/Bets-deveriam-ser-proibidas-para-65-dos-brasileiros-diz-datafolha.shtml?pgwt=19s1q4680lry0tv4cp4oeapeumasl9prp49yilgroavb883m&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acesso em: 24.11.2024.





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25173.24034-00

aposta comprovadamente mais viciante, menos transparente e mais vulnerável a ilícitos.

Nem se diga que a proibição desses jogos fará com que essa atividade continue a ser praticada na clandestinidade. O fato de uma conduta reprovável continuar a ser cometida mesmo quando proibida não é razão para legitimá-la, especialmente quando seus efeitos danosos são claros.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4573103573>

Avulso do PL 2892/2025 [4 de 5]



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.756, de 12 de Dezembro de 2018 - LEI-13756-2018-12-12 - 13756/18

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13756>

- art29

- art29\_par2

- art29\_par3

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

- art2\_cpt\_inc8

- art2\_cpt\_inc9

- art3\_cpt\_inc2

- art14\_par2

- art14\_par3





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2893, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer a obrigação dos agentes operadores de apostas de oferecer recursos educativos sobre os riscos do jogo.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2893/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

SF/25024.87296-08

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer a obrigação dos agentes operadores de apostas de oferecer recursos educativos sobre os riscos do jogo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 28-A.** Os agentes operadores deverão oferecer, em seus canais, recursos educativos sobre os riscos do jogo, incluindo:

- I – informações sobre ludopatia;
- II – sinais de alerta;
- III – orientações para buscar ajuda;
- IV – *links* para órgãos públicos e entidades especializadas.

Parágrafo único. O descumprimento poderá acarretar suspensão da autorização concedida.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

Diante dos depoimentos e dados trazidos a CPI das BETS , o projeto estabelece a obrigação das plataformas de apostas de disponibilizarem em seus *sites* e aplicativos material contendo recursos educativos e informativos sobre os perigos das apostas excessivas e do vício

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2634547373>

Avulso do PL 2893/2025 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25024.87296-08

em jogos de azar. O objetivo da proposição é mitigar os potenciais danos sociais e de saúde pública decorrentes do aumento da acessibilidade às apostas *on-line*.

A CPI evidenciou a crescente prevalência do vício em apostas no Brasil e seus impactos negativos na saúde mental, financeira e social dos cidadãos. Mencione-se, por exemplo, o depoimento do senhor André Rolim, ex-ludopata, que participou da CPI e ilustrou de forma contundente as consequências devastadoras do vício em apostas, reforçando a urgência de medidas preventivas e de conscientização.

No mesmo sentido, a própria diretora do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Sônia Barros, em sua participação na CPI, destacou a importância da prevenção, da redução de danos e da oferta de suporte para indivíduos e comunidades afetadas pelo jogo compulsivo.

Desse modo, propõe-se a obrigatoriedade de os agentes operadores de apostas de quota fixa disponibilizarem, em seus canais eletrônicos, recursos educativos e informativos sobre os perigos das apostas excessivas e do vício em jogos de azar.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Senadores e das nobres Senadoras para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2634547373>

Avulso do PL 2893/2025 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

Avulso do PL 2893/2025 [4 de 4]







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2894, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer que a proteção da saúde pública como princípio fundamental e norteador da regulação das apostas de quota fixa, que prevalecerá sobre quaisquer interesses econômicos ou arrecadatórios.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2894/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**PROJETO DE LEI N° , DE 2025**

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para estabelecer que a proteção da saúde pública como princípio fundamental e norteador da regulação das apostas de quota fixa, que prevalecerá sobre quaisquer interesses econômicos ou arrecadatórios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º-A.** Esta Lei tem como princípio fundamental a proteção da saúde pública, que prevalecerá sobre quaisquer interesses econômicos ou arrecadatórios.

§ 1º A interpretação e a aplicação desta Lei, bem como de toda a regulamentação dela decorrente, deverão ser pautadas pelos seguintes princípios:

I – prevenção e redução de danos individuais e coletivos decorrentes dos jogos e apostas;

II – a proteção a menores de idade e pessoas em condição de vulnerabilidade;

III – o reconhecimento da vulnerabilidade e da relativização da autodeterminação do apostador diante das características dos jogos de azar;

IV - a proteção do processo regulatório e da atividade fiscalizatória contra conflitos de interesse e a influência indevida de interesses comerciais; e

V - o combate sistemático ao mercado clandestino de jogos e apostas e a seus facilitadores.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4833869646>

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

Avulso do PL 2894/2025 [2 de 5]



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

## JUSTIFICAÇÃO

A recente regulamentação do mercado de apostas de quota fixa pela Lei nº 14.790/2023 representou um avanço necessário para uma atividade econômica já disseminada no país. Contudo, a experiência internacional e os crescentes relatos de casos de endividamento e transtornos mentais associados ao jogo online demonstram a urgência de se estabelecer um marco regulatório que priorize, de forma inequívoca, a proteção da saúde dos cidadãos.

A presente proposta legislativa visa a corrigir uma lacuna na lei em vigor, ao consagrar em seu texto que a regulação do setor de apostas é, antes de mais nada, uma questão de saúde pública. Este princípio deve se sobrepor a quaisquer interesses meramente econômicos, sejam eles das empresas operadoras ou do próprio Estado em sua função arrecadatória.

Ao incorporar esses objetivos em nossa legislação, garantimos que toda a atuação do Estado brasileiro – da elaboração de portarias pelo Ministério da Fazenda à resolução de disputas judiciais – seja guiada pelo entendimento de que a proteção da coletividade é a própria condição de legitimidade para a existência do mercado de apostas.

A alteração proposta no art. 1º-A é o cerne deste projeto, estabelecendo um farol interpretativo para toda a lei. Os incisos elencam, em ordem de importância, os objetivos a serem perseguidos, como o controle da dependência, a proteção de vulneráveis, a canalização para o mercado legal, a garantia de lisura e a proteção da integridade esportiva.

Ao determinar que a proteção da saúde pública prevalece sobre interesses econômicos e arrecadatórios, o Brasil se alinha às melhores práticas globais e reforça seu compromisso com o bem-estar de sua população. A legitimidade de um mercado de apostas não pode ser medida apenas por seu

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

2



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4833869646>

Avulso do PL 2894/2025 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

potencial de arrecadação, mas, fundamentalmente, por sua capacidade de operar de forma segura, responsável e subordinada ao interesse maior da sociedade.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775

3



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4833869646>

Avulso do PL 2894/2025 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2895, DE 2025

Altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para instituir o dever das instituições financeiras de disponibilizar aos seus clientes funcionalidade para autolimitação e bloqueio de transações destinadas a operadores de apostas.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2895/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

SF/25207.98890-70

Altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para instituir o dever das instituições financeiras de disponibilizar aos seus clientes funcionalidade para autolimitação e bloqueio de transações destinadas a operadores de apostas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 70-A.** As instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão disponibilizar a seus clientes funcionalidade para autolimitação de transações destinadas, direta ou indiretamente, a agentes operadores de apostas de que tratam a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

§ 1º A funcionalidade de que trata o *caput* deverá:

I - ser ofertada de forma gratuita;

II - ser de fácil visualização e acesso nos canais de atendimento eletrônico;

III - permitir ao titular da conta definir, voluntariamente, valores máximos para o conjunto de transações destinadas a agentes operadores de apostas, computados por períodos diário, semanal e mensal, que serão aplicados a todas as contas detidas por seu titular;

IV – assegurar que a solicitação de suspensão das transações ou **redução de** limite seja efetivado imediatamente; e

VI - estipular que a solicitação de **aumento** de qualquer limite previamente definido ou de cancelamento da suspensão seja efetivada somente após o decurso do prazo de **sete dias corridos**, contados a partir da requisição, salvo se prazo maior tiver sido solicitado.



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8108042856>

Avulso do PL 2895/2025 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25207.98890-70

§ 2º É vedado às instituições referidas no *caput* adotar qualquer prática que incentive os clientes a não estabelecerem limites ou a aumentarem os valores previamente definidos.

§ 3º O limite estabelecido pelo cliente será único para todas as contas por ele detidas, de modo que o valor total das transações de um mesmo cliente, independentemente da instituição de origem, não poderá exceder o limite estabelecido.

§ 4º A funcionalidade deverá ser oferecida de forma clara e ostensiva aos clientes antes de quaisquer transações destinadas a operadores de apostas de quota fixa, licenciadas na forma da legislação específica.

§ 5º É vedado fazer transferências solicitadas por apostadores inscritos na Plataforma Nacional de Auditoria e Monitoramento de Jogos de Azar (PNAMJA) destinadas a operadores de apostas de quota fixa.

§ 6º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem compartilhar dados e informações entre si com a finalidade de garantir que a suspensão das transações e os limites solicitados pelos clientes sejam observados por todas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição legislativa visa instituir uma camada essencial de proteção ao consumidor e de fomento ao jogo responsável, atuando diretamente no Sistema Financeiro Nacional para mitigar os riscos de superendividamento e transtorno do jogo, agravados pela massificação das apostas online e pela velocidade das transações digitais.

Em vez de depender de ferramentas de controle oferecidas pelos próprios operadores de apostas, este projeto transfere o poder de controle para o cidadão, permitindo que ele, em um ambiente neutro e de confiança, gerencie seus gastos. Para isso, a proposta obriga as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central a ofertarem, de forma gratuita e acessível, uma funcionalidade de autolimitação que se baseia em princípios de economia comportamental: a



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8108042856>

Avulso do PL 2895/2025 [3 de 5]







SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

redução de limites ou o bloqueio de transações é imediato, enquanto o aumento exige uma "pausa para reflexão" de sete dias, prevenindo decisões impulsivas.

O objetivo da medida é proporcionar mais uma forma de prevenir o vício em jogos de azar. Com a proposta, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central atuarão para ajudar seus clientes a lutar contra o vício dos jogos e apostas, colaborando para manter um País mais saudável.

Alinhada ao Código de Defesa do Consumidor e ao dever de cuidado do Estado com a saúde pública, esta medida representa uma evolução necessária na regulação, capacitando o cidadão com ferramentas eficazes para um engajamento seguro e consciente com o mercado de apostas.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8108042856>

Avulso do PL 2895/2025 [4 de 5]

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.506, de 13 de Novembro de 2017 - LEI-13506-2017-11-13 - 13506/17  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13506>
- Lei nº 13.756, de 12 de Dezembro de 2018 - LEI-13756-2018-12-12 - 13756/18  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13756>
- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2896, DE 2025

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a retenção na fonte, pelos agentes operadores, do Imposto sobre a Renda incidente sobre os prêmios obtidos em apostas de quota fixa.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2896/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

SF/25416.90106-64

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a retenção na fonte, pelos agentes operadores, do Imposto sobre a Renda incidente sobre os prêmios obtidos em apostas de quota fixa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 31.** .....

§ 3º O imposto de que trata o *caput* será retido na fonte pelo agente operador sobre o lucro mensal do apostador, deduzidos os prejuízos do mesmo período.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa visa modernizar e conferir maior eficácia, justiça e simplicidade à tributação dos prêmios obtidos em apostas de quota fixa, alterando a sistemática de recolhimento do Imposto sobre a Renda.

O modelo atualmente em vigor, que atribui ao próprio apostador a responsabilidade pela apuração anual e pelo pagamento do imposto, é

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9896047418>

Avulso do PL 2896/2025 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/25416.90106-64

complexo para o cidadão comum e apresenta um elevado potencial de evasão fiscal, gerando perdas de arrecadação e incerteza para o Estado. A experiência tributária demonstra que a retenção na fonte é o mecanismo mais eficiente para garantir o cumprimento das obrigações fiscais em operações massificadas e de base ampla.

Por essa razão, propõe-se que o imposto passe a ser retido na fonte pelo próprio agente operador, com apuração em base mensal. Esta mudança trará três benefícios imediatos: simplificação para o apostador, que não precisará mais se preocupar com a apuração e o recolhimento; aumento da conformidade e combate à sonegação, garantindo uma arrecadação mais robusta e previsível; e maior transparência nas relações entre o apostador, o operador e o Fisco.

Trata-se de uma medida de justiça fiscal, alinhado às melhores práticas internacionais, fortalecendo a segurança jurídica e a responsabilidade fiscal do mercado de apostas.

Sala das Sessões,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

Senador **IZALCI LUCAS**

Senadora **DAMARES ALVES**

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9896047418>

Avulso do PL 2896/2025 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

Avulso do PL 2896/2025 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2899, DE 2025

Altera o art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre medidas de prevenção de fraudes em relação aos descontos dos benefícios da Previdência Social.

**AUTORIA:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2899/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25278.17625-64

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera o art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre medidas de prevenção de fraudes em relação aos descontos dos benefícios da Previdência Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte §7º:

“**Art. 115.** .....

.....

§ 7º Na hipótese prevista no inciso V do caput, a autorização do desconto deverá ser revalidada anualmente, de forma expressa, e seguir os seguintes critérios, entre outros previstos em regulamento:

I - os acordos de cooperação técnica somente poderão ser firmados com associações e entidades de aposentados legalmente reconhecidas e constituídas há pelo menos cinco anos;

II - a primeira autorização para descontos de mensalidades de cada entidade será feita de forma presencial;

III - as revalidações de descontos serão feitas em manifestação prévia e específica por parte do beneficiário, por meio de termo de adesão, com assinatura eletrônica avançada e biometria;

IV - as aplicações de internet disponibilizadas aos beneficiários possibilitarão a opção pela vedação a quaisquer descontos e a exclusão imediata de descontos já autorizados;

V - o percentual de desconto é limitado a 5% (cinco por cento) do valor do benefício;

VI - regulamento fixará as condições para a rescisão de acordos de cooperação técnica com entidades que sejam alvo de reclamações não atendidas.” (NR)



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7829196835>

Avulso do PL 2899/2025 [2 de 5]





**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa visa a estabelecer mecanismos de prevenção de fraudes em relação aos descontos dos benefícios da Previdência Social.

Operação deflagrada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Polícia Federal (PF) apresentou um esquema nacional de desvio de recursos de segurados da Previdência Social, por meio de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões.

De acordo com informações apresentadas pela imprensa, as entidades teriam cobrado indevidamente de aposentados e pensionistas um valor estimado de R\$ 6,3 bilhões (seis bilhões e trezentos milhões de reais), entre os anos de 2019 e 2024.

Neste contexto, o Projeto de Lei propõe o estabelecimento de regras para a realização de acordos de cooperação técnica, autorizações e revalidações de descontos, com o intuito de dificultar a perpetração de fraudes e assegurar que somente as autorizações efetivamente realizadas pelos beneficiários sejam acolhidas pela autarquia previdenciária.

A primeira autorização para descontos de mensalidades, de acordo com o Projeto deve ser feita de forma presencial, a fim de que haja registro expresso da manifestação de vontade do beneficiário, sendo as revalidações de descontos feitas por meio de termo de adesão, com assinatura eletrônica avançada e biometria.



Assinado eletronicamente por Sen. Inna Kauri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7829196835>

Avulso do PL 2899/2025 [3 de 5]



A proposição determina ainda que as aplicações de internet disponibilizadas aos beneficiários devem possibilitar a opção pela vedação a quaisquer descontos e a exclusão imediata de descontos já autorizados, medida que facilitará o exercício tanto do direito de arrependimento quanto do direito de oposição a descontos indevidos.

Propõe-se ainda a limitação dos descontos e mensalidades a 5% (cinco por cento) do valor do benefício, afastando a intermediação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a retenções que ultrapassem tal percentual.

De acordo com o Projeto, regulamento fixará as condições para a rescisão de acordos de cooperação técnica com entidades que sejam alvo de número razoável de reclamações de associados não atendidas, regra que visa ao afastamento de instituições que não atendam de forma responsável aos seus filiados.

A proposta se harmoniza com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal) e concretiza o dever do Estado de amparar as pessoas idosas (art. 230 da Constituição Federal).

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7829196835>

Avulso do PL 2899/2025 [4 de 5]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art230

- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social (1991) - 8213/91

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>

- art115



# Projeto de Lei Complementar





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 2025

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para fixar alíquotas máxima e mínima de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre exploração da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, bem como vedar a dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das despesas com comunicação, publicidade e marketing relacionadas à exploração da atividade.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 131/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025**

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para fixar alíquotas máxima e mínima de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre exploração da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, bem como vedar a dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das despesas com comunicação, publicidade e *marketing* relacionadas à exploração da atividade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 8º** .....

.....

II – .....

III – exploração da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, 6% (seis por cento).” (NR)

“**Art. 8º-A.** A alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento), exceto para a exploração da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, cuja alíquota mínima será de 5% (cinco por cento).

.....  
” (NR)

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3749814320>

Avulso do PLP 131/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

**Art. 2º** O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“**Art. 13** .....

IX – das despesas com comunicação, publicidade e marketing relacionadas à exploração da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa.

.....”  
(NR)

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no ano subsequente e após 90 (noventa) dias desta.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta de alteração da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, visa estabelecer parâmetros mais equitativos e responsáveis para a tributação incidente sobre a exploração da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, também conhecidas como “bets”.

A ausência de vedação específica à concessão de incentivos fiscais, notadamente a possibilidade de dedução de despesas com comunicação, publicidade e *marketing* por parte das empresas exploradoras dessa atividade, tem gerado distorções relevantes no ambiente concorrencial. Tal lacuna normativa permite que operadoras transformem campanhas publicitárias agressivas em vantagem fiscal, ampliando sua capacidade de captação de apostadores — especialmente entre os segmentos mais vulneráveis da população — e elevando, por consequência, o risco de desenvolvimento de quadros de ludopatia.

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3749814320>

Avulso do PLP 131/2025 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

Observa-se, no atual cenário, que o setor de apostas de quota fixa já ingressou na chamada “guerra fiscal” entre entes federativos. Como exemplo, o Município de Recife recentemente incluiu casas de apostas *online* em programa de incentivo fiscal voltado a empresas de tecnologia, reduzindo a alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Tal movimento, embora compreensível diante do atual cenário de competição arrecadatória, evidencia a urgência de se estabelecer limites normativos que impeçam uma corrida ao fundo do poço tributário.

A proposta também responde a preocupações levantadas por investigações parlamentares, como a CPI das Apostas. Do ponto de vista fiscal, a omissão atual gera um duplo impacto negativo: de um lado, a renúncia de receitas que poderiam ser arrecadadas com a aplicação de alíquotas adequadas; de outro, o estímulo a despesas dedutíveis que podem encarecer o mercado publicitário, dificultar a fiscalização de contratos de patrocínio e abrir margem para práticas de lavagem de dinheiro.

Para mitigar externalidades negativas associadas a determinados setores, é obrigação do legislador impor restrições à dedutibilidade de despesas. Países que optaram por modelos de tributação moderada sobre prêmios de apostas, como o Brasil, devem, por coerência, vedar benefícios fiscais relacionados a ações de *marketing*, sob pena de fomentar a expansão predatória do mercado.

Por fim, a fixação de alíquotas mínima e máxima específicas para o ISS incidente sobre a exploração de apostas de quota fixa — entre 5% e 6% — visa conferir maior segurança jurídica e evitar a erosão da base tributária municipal, ao mesmo tempo em que preserva a autonomia dos entes federados dentro de limites razoáveis.

Diante do exposto, espera-se o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta, que busca equilibrar os interesses arrecadatórios do Estado com a proteção da saúde pública e da ordem econômica.

Sala das Sessões,

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3749814320>

Avulso do PLP 131/2025 [4 de 6]







SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**Senadora **SORAYA THRONICKE**Senador **IZALCI LUCAS**Senadora **DAMARES ALVES**

SF/25504.17844-80

Senado Federal – Anexo I – Ala Dinarte Mariz - Gabinete nº 01  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: + 55(61) 3303-1775



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3749814320>

Avulso do PLP 131/2025 [5 de 6]



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 116, de 31 de Julho de 2003 - Lei do ISS; Lei do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 116/03  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:complementar:2003;116>
- Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal (pessoa jurídica) (1995) - 9249/95  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;9249>
  - art13



# Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 456, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial, a fim de celebrar os 60 anos da fundação da Rede Matogrossense de Comunicação (RMC).

**AUTORIA:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 456/2025 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de celebrar os 60 anos da fundação da Rede Matogrossense de Comunicação (RMC).

### JUSTIFICAÇÃO

A Rede Matogrossense de Comunicação (RMC), celebra, neste ano de 2025, 60 anos de contribuição ininterrupta à sociedade brasileira, com destaque para seu papel na integração, informação e valorização cultural de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A história da RMC começa em 25 de dezembro de 1965, com a fundação da TV Morena, em Campo Grande, por um dos maiores empresários da história da comunicação nacional: Ueze Elias Zahran. Homem visionário, que faleceu no dia 27 de dezembro de 2018, aos 94 anos. Ueze construiu um império que uniu televisão, publicidade, rádio, internet e distribuição de energia, com o mesmo compromisso: servir ao povo brasileiro com excelência, ética e espírito empreendedor.

Em 1967, o grupo expandiu sua atuação para o atual território matogrossense com a inauguração da TV Centro América (TVCA), em Cuiabá. Esse foi o marco inicial da RMC em Mato Grosso — que cresceu e se consolidou como o maior e mais respeitado grupo de mídia do estado, como afiliada da Rede Globo.



Ao longo das décadas, a RMC marcou a vida dos mato-grossenses não só pelo jornalismo regional de qualidade, mas também por grandes eventos e ações sociais que impactam milhares de famílias, como:

Corrida de Reis – o maior evento esportivo do Centro-Oeste, com mais de 20 mil corredores e projeção nacional;

Multiação – projeto de cidadania que promove a inclusão social com atendimento médico, emissão de documentos e serviços gratuitos a comunidades carentes de Cuiabá e Várzea Grande;

TVCA nos Bairros – com foco em cultura e inclusão comunitária;

Campanhas institucionais de combate à violência doméstica, educação no trânsito e preservação ambiental.

Na área do entretenimento, merece destaque o programa “É Bem Mato Grosso”, que valoriza a gastronomia, a cultura popular, as belezas naturais e os talentos locais, tornando-se referência de conteúdo identitário no estado.

A força da RMC também se sustenta no legado vivo da família Zahran. A esposa de Ueze, Dona Lucila Zahran, e suas filhas Marcia Zahran, Simone Zahran e Ana Karla Zahran, atuam com firmeza e zelo para manter os princípios e a memória do patriarca sempre presentes, respeitando seus valores e visão empresarial.

Na Presidência da organização, Caio Turqueto, com sua liderança estratégica, tem garantido a expansão e o crescimento investindo em modernização tecnológica, inovação em conteúdo e compromisso social, mantendo-se como uma das afiliadas mais respeitadas da Rede Globo, bem como, a Copa Energia é atualmente a maior distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) da América Latina, empregando milhares de pessoas e promovendo desenvolvimento nas regiões onde atua.

A RMC acompanhou, registrou e deu voz aos principais acontecimentos da história de Mato Grosso, como:



A divisão do estado em 1977;

A visita do Papa João Paulo II, em 1991;

A cobertura do acidente com o voo 1907 da Gol, em 2006;

A ascensão do agronegócio, da produção sustentável e o crescimento das cidades do interior.

Com este requerimento, propomos que o Senado Federal preste justa homenagem a uma das instituições mais importantes da história da comunicação brasileira. A RMC não é apenas uma emissora: é parte da identidade e da memória do povo mato-grossense.

Sala das Sessões,        de                                de                                .

**Senador Wellington Fagundes**  
(PL - MT)





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 457, DE 2025

Requer a realização de Sessão de Debates Temáticos sobre "A Precarização das Relações de Trabalho: Pejotização; Terceirização e Intermediação".

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP), Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PL/RJ), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 457/2025 [1 de 4]







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Paulo Paim

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater "A Precarização das Relações de Trabalho: Pejotização; Terceirização e Intermediação".

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério Público do Trabalho;
- representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA;
- representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - SINAIT;
- representante do Tribunal Superior do Trabalho - TST;
- representante do Supremo Tribunal Federal - STF;
- representante do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- representante dos Trabalhadores.

## JUSTIFICAÇÃO

A precarização do trabalho envolve diversas práticas que dificultam os direitos e garantias dos trabalhadores. Entre essas práticas, destacam-se a pejotização, a terceirização e a intermediação irregular, que contribuem para a fragilização das condições de trabalho.



A pejetização ocorre quando empresas contratam trabalhadores como pessoas jurídicas, ou seja, como empresas próprias, em vez de empregá-los formalmente como funcionários. Essa prática reduz os direitos trabalhistas, como férias, 13º salário e benefícios, além de dificultar o acesso a benefícios previdenciários.

A terceirização, por sua vez, consiste na contratação de empresas terceirizadas para realizar atividades que poderiam ser feitas por funcionários próprios da empresa contratante. Essa prática pode gerar insegurança, pois os trabalhadores terceirizados geralmente têm menos garantias e direitos do que os empregados diretos, além de sofrerem com condições de trabalho muitas vezes precárias.

Já a intermediação ilegal acontece quando intermediários atuam na contratação de trabalhadores, na maioria das vezes ao arrepio da Lei e sem garantir direitos trabalhistas básicos. Essa prática pode facilitar a exploração, pois os trabalhadores ficam vulneráveis a condições de trabalho instáveis e salários muito baixos.

Tais formas de contratação contribuem com o aumento da informalidade, diminuem a proteção legal, reduzem salários e benefícios prejudicando a sustentabilidade da Previdência Social e ameaçando a atuação da Justiça do Trabalho.

Consideramos importante que haja uma reflexão e um amplo debate sobre as referidas práticas em busca por condições de trabalho mais justas e dignas para todos.



Nesse sentido, propomos a presente Sessão de Debates Temáticos e solicitamos o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2025.

**Senador Paulo Paim**  
(PT - RS)

SF/25231.20379-64 (LexEdit)





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 458, DE 2025

Requer a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei Complementar nº 177/2023.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 458/2025 [1 de 3]



**RQS**  
**00458/2025**SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Eduardo Girão

SF/25451.75265-34 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLP 177/2023, que “fixa o número de Deputados Federais; estabelece normas para a distribuição das vagas da Câmara dos Deputados entre os Estados e o Distrito Federal; e revoga a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto não trata de matéria acessória ou administrativa, ele altera o próprio núcleo da representação política do país no Congresso Nacional, redimensionando o número de cadeiras na Câmara dos Deputados, criando novas vagas e modificando a distribuição proporcional entre os estados. Além disso, o projeto atua sobre tema disciplinado diretamente pela Constituição Federal, no artigo 45, relacionado à representação proporcional da população na Câmara, com repercussões diretas sobre o equilíbrio federativo e o peso político de cada unidade da Federação no sistema representativo nacional.

Por tanto, não é juridicamente aceitável, nem institucionalmente responsável, que uma matéria da relevância do PLP 177/2023 seja remetida diretamente ao Plenário, por meio de requerimento de urgência, sem o exame prévio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é o órgão responsável, segundo o Regimento Interno do Senado, por examinar a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e a regimentalidade de todas as proposições legislativas. Não se trata de uma etapa burocrática, mas de uma salvaguarda institucional para que matérias dessa magnitude sejam devidamente analisadas quanto à sua compatibilidade com o texto constitucional.

Subtrair da CCJ o exame e a discussão pormenorizada, inclusive com audiências públicas sobre o tema, nesse caso, não apenas fere o devido processo legislativo previsto no próprio Regimento, como estabelece um precedente altamente arriscado. Se o Senado Federal abre mão de sua instância técnica justamente em um projeto que altera o equilíbrio federativo da representação nacional, fragiliza o papel constitucional desta Casa e compromete a segurança jurídica da deliberação.

A eventual aprovação do requerimento de urgência e a consequente dispensa da CCJ exporia a matéria a futuras contestações judiciais, especialmente considerando que o tema já foi objeto de pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADO 38, e envolve interpretação de comando constitucional explícito.

Por essas razões, com respeito aos pares, reitero que a tramitação do PLP 177/2023 exige, obrigatoriamente, a apreciação prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em respeito ao texto constitucional, ao Regimento Interno do Senado e à própria responsabilidade institucional desta Casa perante a sociedade brasileira.

Sala das Sessões,                      de    de    .

**Senador Eduardo Girão**  
(NOVO - CE)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 459, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 4.497/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do Bloco Parlamentar Aliança Dr. Hiran (PP/RR), Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 459/2025 [1 de 2]



**RQS**  
**00459/2025**

SENADO FEDERAL  
Gabinete Senadora Tereza Cristina

SF/25314.15439-94 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4497/2024, que “altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)”.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2025.

**Senadora Tereza Cristina**  
**(PP - MS)**

Avulso do RQS 459/2025 [2 de 2]





Foi apresentado o Requerimento nº 459, de 2025, de autoria de Líderes, que solicita urgência para o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno.

O requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 460, DE 2025

Requer voto de aplauso à Igreja Assembleia de Deus, pelos seus 114 anos de fundação.

**AUTORIA:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 460/2025 [1 de 3]



**RQS**  
**00460/2025**SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

SF/25027.11046-60 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Igreja Assembleia de Deus, pelos seus 114 anos de fundação, comemorados em 18 de junho de 2025.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

**JUSTIFICAÇÃO**

Hoje, celebramos mais um ano da nossa Igreja Assembleia de Deus. Neste 18 de junho de 2025, a minha igreja e a de milhões de brasileiros completa 114 anos de fundação. Além de ser assembleiano, essa data tem todo um significado por ter se iniciado no meu Estado do Pará, na capital de Belém.

Em 19 de novembro de 1910, a chegada dos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, em Belém, transformaria profundamente o perfil religioso e até mesmo social do Brasil.

Com o passar do tempo, a doutrina do Espírito Santo foi ganhando um grande número de fiéis. Devido a este movimento pentecostal, os missionários suecos e mais 17 simpatizantes foram expulsos da Igreja Batista. Nesse mesmo dia, em 13 de junho de 1911, a casa da irmã Celina Martins Albuquerque, localizada



na Rua Siqueira Mendes, 67, foi transformada no espaço de celebração dos cultos dirigidos pelo missionário Vingren e pelo irmão Plácido.

Com a necessidade de organizar os trabalhos de evangelização, no dia 18 de junho de 1911, por deliberação unânime, foi fundada a Assembleia de Deus no Brasil, tendo Daniel Berg e Gunnar Vingren os primeiros orientadores.

De lá para cá, a Assembleia de Deus foi crescendo e conquistando fiéis. Atualmente, a AD de Belém registra 550 templos, 34 missões em atividade e mais de 166 mil fiéis. Esse crescimento reforça o comprometimento da Igreja Assembleia de Deus com a fé, a esperança e a caridade, buscando impactar positivamente a vida das pessoas através da palavra de Deus.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2025.

**Senador Zequinha Marinho**  
**(PODEMOS - PA)**



Apresentado o Requerimento nº 460, de 2025, do Senador Zequinha Marinho, *solicitando o envio de voto de aplauso à Igreja Assembleia de Deus, pelos seus 114 anos de fundação.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 461, DE 2025

Requer oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei nº 1.855/2022.

**AUTORIA:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 461/2025 [1 de 3]



**RQS**  
**00461/2025**SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

SF/25564.38626-07 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 1855/2022, que “institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB)”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto tem como objetivo instituir a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB), estabelecendo diretrizes, objetivos e instrumentos voltados à promoção de cadeias produtivas sustentáveis ligadas à sociobiodiversidade. Embora a matéria tenha como foco o meio ambiente e a economia sustentável, seu conteúdo possui impacto direto sobre o setor agropecuário brasileiro, especialmente sobre agricultores familiares, extrativistas, aquicultores, silvicultores e comunidades tradicionais que exercem atividades produtivas no meio rural.

Nesse sentido, justifica-se plenamente a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) pelas seguintes razões:

- **Envolvimento direto de produtores rurais:** A PNDEB tem como público-alvo preferencial agricultores familiares e produtores rurais que atuam em cadeias da sociobiodiversidade. A CRA deve avaliar os impactos econômicos e operacionais da política sobre esses segmentos.



- **Instrumentos de crédito e financiamento rural:** O projeto altera leis que regulam o crédito rural e os fundos constitucionais de financiamento, áreas tradicionalmente acompanhadas pela CRA, exigindo sua análise sobre os efeitos na política agrícola e no acesso ao crédito por pequenos e médios produtores.
- **Integração com políticas agrícolas existentes:** A proposição afeta diretamente a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e mecanismos de garantia de preços mínimos, exigindo compatibilização com as políticas agrícolas sob responsabilidade da CRA.
- **Repercussões na organização da produção agropecuária:** A criação de novos critérios de compras públicas e certificações pode afetar a competitividade dos produtos do setor agropecuário, especialmente daqueles oriundos da agricultura familiar, sendo fundamental a análise da CRA sobre viabilidade econômica e impacto regulatório.

Portanto, diante da amplitude dos efeitos do PL 1.855/2022 sobre o setor produtivo rural, é indispensável que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária seja ouvida, garantindo uma avaliação mais completa e equilibrada dos efeitos da proposição para o desenvolvimento sustentável do meio rural brasileiro.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2025.

**Senador Zequinha Marinho**  
**(PODEMOS - PA)**







## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 462, DE 2025

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 986/2025 com o Projeto de Lei nº 4497/2024.

**AUTORIA:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 462/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

SF/25776.94477-18 (LexEdit)

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PL 986/2025 com o PL 4497/2024, por tratarem da mesma matéria.

## JUSTIFICAÇÃO

Os Projetos de Lei nº 986/2025, de autoria do senador Jaime Bagattoli, e nº 4497/2024, de autoria do deputado Tião Medeiros, tratam de questões complementares e essenciais à regularização fundiária em áreas de fronteira no Brasil. Ambos os projetos têm como objetivo proporcionar segurança jurídica para os proprietários de imóveis rurais nessa região estratégica, foram elaborados em um contexto que demanda urgência na resolução das pendências de titulação e registro imobiliário que afetam milhões de cidadãos e suas atividades produtivas.

O Projeto de Lei nº 986/2025 visa a prorrogação do prazo até novembro de 2035 para a ratificação de registros imobiliários de imóveis em faixa de fronteira, proporcionando aos proprietários mais tempo para regularizarem seus títulos, evitando a perda da propriedade e garantindo o acesso a créditos e políticas públicas, além de propor a regulamentação de todo o processo de ratificação do imóvel via cartório. O Projeto de Lei nº 4497/2024 também propõe a regulamentação do processo de ratificação dos imóveis em faixa de fronteira. No entanto, propõe também a prorrogação do prazo para a exigência do georreferenciamento de todas as propriedades rurais, alterando a Lei nº 6.015, de

Avulso do RQS 462/2025 [2 de 3]



31 de dezembro de 1973. Já o prazo de prorrogação para ratificação de imóveis na faixa de fronteira no PL nº 4497/2024 é até novembro de 2030.

Esses dois projetos são interdependentes, pois a prorrogação do prazo e a regulamentação dos procedimentos de regularização são medidas que se reforçam mutuamente na busca pela segurança jurídica e pela continuidade das atividades econômicas e sociais na região de fronteira. A união dos esforços para a tramitação conjunta não apenas otimiza os trabalhos legislativos, mas também unifica a estratégia de enfrentamento dos problemas enfrentados por agricultores e suas famílias, maximizando os esforços do Legislativo em favor da regularização fundiária.

Ademais, a aproximação das discussões sobre ambos os projetos permite uma análise mais robusta e holística das implicações que as mudanças propostas terão sobre a malha fundiária nacional, evitando sobreposições e conflitos de normas que poderiam surgir com a tramitação separada. É essencial que o Congresso Nacional busque, por meio de um trabalho conjunto, a solução definitiva das pendências fundiárias e promova a segurança e a tranquilidade necessária para os cidadãos que habitam e produzem nas faixas de fronteira.

Portanto, o requerimento de tramitação conjunta é justificado pela necessidade de enfrentar de maneira coerente e eficaz os desafios da regularização fundiária nas áreas de fronteira do Brasil, otimizando os recursos e garantindo que as soluções apresentadas se completem e se fortaleçam mutuamente, em prol do desenvolvimento sustentável e da segurança jurídica para os proprietários rurais.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2025.

**Senador Jaime Bagattoli**  
(PL - RO)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA  
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel\*  
PT - Jaques Wagner\*  
PSD - Otto Alencar\*\*

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze\*  
PT - Paulo Paim\*  
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão\*\*

Amazonas

MDB - Eduardo Braga\*  
PSDB - Plínio Valério\*  
PSD - Omar Aziz\*\*

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho\* (S)  
PL - Flávio Bolsonaro\*  
PL - Romário\*\*

Ceará

PSB - Cid Gomes\*  
NOVO - Eduardo Girão\*  
PT - Augusta Brito\*\* (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns\*  
PSDB - Orlanildo Guimarães\*  
UNIÃO - Sergio Moro\*\*

Maranhão

PSD - Eliziane Gama\*  
PDT - Weverton\*  
PDT - Ana Paula Lobato\*\* (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro\*  
MDB - Veneziano Vital do Rêgo\*  
UNIÃO - Efraim Filho\*\*

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar\*  
PSD - Sérgio Petecão\*  
UNIÃO - Alan Rick\*\*

Pará

MDB - Jader Barbalho\*  
PODEMOS - Zequinha Marinho\*  
PT - Beto Faro\*\*

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato\*  
PODEMOS - Marcos do Val\*  
PL - Magno Malta\*\*

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad\*  
PODEMOS - Soraya Thronicke\*  
PP - Tereza Cristina\*\*

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire\* (S)  
PT - Humberto Costa\*  
PT - Teresa Leitão\*\*

Piauí

PP - Ciro Nogueira\*  
MDB - Marcelo Castro\*  
PSD - Jussara Lima\*\* (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas\*  
PDT - Leila Barros\*  
REPUBLICANOS - Damarens Alves\*\*

São Paulo

MDB - Giordano\* (S)  
PSD - Mara Gabrilli\*  
PL - Astronauta Marcos Pontes\*\*

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim\*  
PSD - Zenaide Maia\*  
PL - Rogerio Marinho\*\*

Rondônia

MDB - Confúcio Moura\*  
PL - Marcos Rogério\*  
PL - Jaime Bagattoli\*\*

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana\*  
PSD - Rodrigo Pacheco\*  
REPUBLICANOS - Cleitinho\*\*

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin\*  
MDB - Ivete da Silveira\* (S)  
PL - Jorge Seif\*\*

Tocantins

PL - Eduardo Gomes\*  
PSD - Irajá\*  
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra\*\*

Goiás

PSB - Jorge Kajuru\*  
PSD - Vanderlan Cardoso\*  
PL - Wilder Morais\*\*

Alagoas

PL - Dra. Eudócia\* (S)  
MDB - Renan Calheiros\*  
MDB - Fernando Farias\*\* (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto\*  
PT - Randolfe Rodrigues\*  
UNIÃO - Davi Alcolumbre\*\*

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos\*  
PSD - Margareth Buzetti\* (S)  
PL - Wellington Fagundes\*\*

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira\*  
PT - Rogério Carvalho\*  
PP - Laércio Oliveira\*\*

Roraima

PSB - Chico Rodrigues\*  
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus\*  
PP - Dr. Hiran\*\*

Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25  
MDB-11 / UNIÃO-7 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayne Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18  
PSD-14 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 15  
PL-14 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC

Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12  
PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Aliança - 11  
PP-7 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	15
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	11
TOTAL	81



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

### Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

#### 1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

#### 2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

#### 3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

#### 4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

**1º** Chico Rodrigues - (PSB-RR)

**2º** Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

**3º** Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

**4ª** Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO  
LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Efraim Filho - UNIÃO</b> (4,10,43,44,50,64,76)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do MDB - 11</b> <b>Eduardo Braga</b> (60)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (85) Confúcio Moura (15,86) Giordano (87)</p> <p><b>Líder do UNIÃO - 7</b> <b>Efraim Filho</b> (4,10,43,44,50,64,76)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,42,93) Jayme Campos (94)</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 4</b> <b>Carlos Viana</b> (58)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30)</p> <p><b>Líder do PSDB - 3</b> <b>Plínio Valério</b> (33,62)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,84)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eliziane Gama - PSD</b> (11,46,55)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSD - 14</b> <b>Omar Aziz</b> (13,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (68)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Cid Gomes</b> (74)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,75)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 15</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (24,38,70)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (78)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PL - 14</b> <b>Carlos Portinho</b> (69)</p> <p><b>Izalci Lucas</b> (82,89,92)</p> <p>Vice-Líderes do PL Jorge Seif (81,90) Jaime Bagattoli (83,91)</p> <p><b>Líder do NOVO - 1</b> <b>Eduardo Girão</b> (9,39)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Weverton - PDT</b> (20,63,73)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 9</b> <b>Rogério Carvalho</b> (61)</p> <p>Vice-Líder do PT Teresa Leitão (36,65)</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Weverton</b> (20,63,73)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Dr. Hiran - PP</b> (72)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Tereza Cristina</b> (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (88)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 4</b> <b>Mecias de Jesus</b> (6,59)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Veneziano Vital do Rêgo - MDB</b> (77)</p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,8)</p>	<p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Leila Barros - PDT</b> (35,80)</p> <p>Vice-Líderes Teresa Leitão (36,65) Soraya Thronicke (37)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jaques Wagner - PT</b> (2)</p> <p>Vice-Líderes Otto Alencar (3,47,52,53) Confúcio Moura (15,86) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,75) Professora Dorinha Seabra (18,42,93) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,63,73) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,48,49,66,67,79) Leila Barros (35,80)</p>
<p><b>Oposição</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Rogério Marinho - PL</b> (51,71)</p> <p>Vice-Líder Marcos Rogério (45,95)</p>		





**Notas:**

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
38. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
39. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
42. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
45. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
46. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
47. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
48. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
49. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
50. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
51. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
54. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
55. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
56. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
57. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
58. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
59. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
60. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
61. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
62. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
63. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



64. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
65. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
68. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
69. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
70. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
71. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
72. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
73. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
74. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
77. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
78. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
81. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
84. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
85. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
88. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
89. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
92. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
93. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
95. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

**Finalidade:** debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

**Número de membros:** 7 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2023

**Prazo final:** 01/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,3)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2)</sup>	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(2)</sup>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023). ([DSF de 15/03/2023, p. 330](#))
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023). ([DSF de 15/03/2023, p. 330](#))
3. Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDEM). ([DSF de 15/05/2024, p. 173](#))

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cehv@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO  
AOS 200 ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

**Finalidade:** planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.  
Requerimento nº 752, de 2023.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 12/12/2023

**Prazo final:** 05/03/2025

**Prazo final prorrogado:** 17/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4,5,6)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1,3,7,8)</sup>	5.

- Notas:**
- 1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
  - 2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ). ([DSF de 15/12/2023, p. 13](#))
  - 3. Em 21.06.2024, a Presidência designa o Senador André Amaral membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão.
  - 4. Em 19.06.2024, a Presidência designa a Senadora Janaína Farias membro suplente para compor a comissão.
  - 5. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO). ([DSF de 31/07/2024, p. 7](#))
  - 6. Em 20.08.2024, a Presidência designa a Senadora Augusta Brito membro suplente para compor a comissão.
  - 7. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO). ([DSF de 19/10/2024, p. 24](#))
  - 8. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM). ([DSF de 22/10/2024, p. 27](#))

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Breno de Lima Andrade  
**Telefone(s):** 3303 3490  
**E-mail:** cti200confeq@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A  
SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

**Finalidade:** verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1)</sup>	1.
	2.

**Notas:**

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA  
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA**

**Finalidade:** Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

---

**MEMBROS**

---

**Secretário(a):** Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto  
**Telefone(s):** 3303 3490



5) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO  
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

**Finalidade:** elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

**PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 22/04/2025

**MEMBROS**

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).  
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** gtmnti@senado.leg.br



**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**Finalidade:** apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 13/03/2024





COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,10)</sup>	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1,10)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1,10)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1,10)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(1,10)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,10)</sup>	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(1,10)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,10)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,10)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3,10)</sup>	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,10)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(7,10)</sup>	7. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(7,10)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,10)</sup>	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) <sup>(8,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2)</sup>	1. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(2)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(9)</sup>	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(9)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(9)</sup>	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(9)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(9)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(9)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(9)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5,11)</sup>	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(11)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(5)</sup>	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(5,12)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

**Finalidade:** opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

**(Requerimento 160, de 2023 - CAE)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2,20,21)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Romário (PL-RJ) (2)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (17)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (16)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (18)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

- Notas:**
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
  - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
  - Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
  - Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
  - Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLI/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS**  
**Finalidade:** acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

**(Requerimento 53, de 2023 - CAS)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 30/08/2023

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro  
**Telefone(s):** 3303-4608  
**E-mail:** cas@senado.leg.br



## 2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

**Finalidade:** Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

**(Requerimento 54, de 2025 - CAS)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,12)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1,12)</sup>	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1,12)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(1,12,19,20)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(1,12)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,12)</sup>	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(9,12)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,12)</sup>	5. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,12)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,12)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,11,12,16)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(8,12)</sup>	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,12)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) <sup>(10,12)</sup>	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(10,12)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(11,12)</sup>	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(11,12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4,13,15)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4,15)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) <sup>(4)</sup>	5. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2,17,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(5)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(5)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(5)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(5)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(5)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(5)</sup>	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(6)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(6)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(6)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(6)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(6,11)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(6,11)</sup>

**Notas:**  
\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.  
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).  
2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).  
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).  
4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/or diasf>





5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLEMO).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE  
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(7)</sup>  
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,10)</sup>	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,8,10)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(1,8,10)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3,10)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3,10)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3,10,11,14)</sup>	4. VAGO <sup>(3,10)</sup>
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9,10)</sup>	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(4)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(4)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(2)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(2,13)</sup>	3. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2,13)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>
Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(6,15)</sup>	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(5)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(12)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(5)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).

8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).

9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**(Requerimento 56, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 11/06/2024

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

**(Requerimento 50, de 2024 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 03/07/2024

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,10)</sup>	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) <sup>(10)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(10)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,10)</sup>	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3,12)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(8,10)</sup>	4. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(15)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(9,10)</sup>	5. VAGO <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(11)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>	
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(5)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(13)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(5)</sup>	2.
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(5)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(6)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(6)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(6)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(6)</sup>

- Notas:**
- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
  - Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
  - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
  - Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
  - Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
  - Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
  - Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
  - Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
  - Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).

15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b>	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,10)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,10)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1,10)</sup>	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(10)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,10)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,10)</sup>
VAGO <sup>(3,10,12)</sup>	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(3,10)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(8,10)</sup>	5. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(8,12)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9,10)</sup>	6. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(9,19)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(13)</sup>	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(4)</sup>	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>	3.
VAGO <sup>(20,22)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>	2. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(15)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(14)</sup>	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6,17,18,21)</sup>	1. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(6,17)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6,17)</sup>	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(6,17)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(17)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(5,11)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(5)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).





12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).

**Secretário(a):** Dimitri Martin Stepanenko

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh@senado.leg.br



## 6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

**Finalidade:** debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

**(Requerimento 2, de 2025 - CDH)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 21/05/2025

**Prazo final:** 17/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).

2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

**Secretário(a):** Dimitri Martin Stepanenko

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(7)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1,10)</sup>	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,10)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1,10)</sup>	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1,10)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,10)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,10)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,10)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,10)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(8,9,10)</sup>	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(8,9,10)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(10)</sup>	6. <sup>(10)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(4)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) <sup>(4)</sup>	3. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2,13,14)</sup>	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2)</sup>	4.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(6)</sup>	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6)</sup>	3. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(6)</sup>
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(5)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).

8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Instalação:** 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>

**Notas:**  
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(7)</sup>**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,9,11,12)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,9,11,12)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1,11)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1,11)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3,11)</sup>	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,11)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3,11)</sup>	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3,11)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(8,11)</sup>	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(8,11)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(10,11)</sup>	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4,16)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(4)</sup>	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4)</sup>	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>	
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(6)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(6)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(6)</sup>	3. VAGO <sup>(6,17)</sup>
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(14)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(5,13)</sup>	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5,13)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5)</sup>	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



### 8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

**Finalidade:** Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

**(Requerimento 9, de 2025 - CI)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br





9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,9)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,9,11,12)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(1,9)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(4,9)</sup>	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(4,9)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(9)</sup>	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(12)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,9)</sup>	5. VAGO <sup>(8)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(5)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(5)</sup>	3.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(5)</sup>	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(5)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2,10,13)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2,14)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>
Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(6)</sup>	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(6)</sup>	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6)</sup>
	3.
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(7)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(7)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(7)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(7)</sup>

- Notas:**
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
  - Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
  - Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
  - Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
  - Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
  - Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
  - Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
  - Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).

14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA  
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(7)</sup>  
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(1,11,12)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1,11,12)</sup>
VAGO <sup>(1,11,12,18)</sup>	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1,11,12)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,11,12)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,9,11,12)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8,11,12)</sup>	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(8,11,12)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(9,11,12)</sup>	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(10,12,17)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(4)</sup>
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2,15,19)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(13)</sup>
Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )	
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(6)</sup>	1. VAGO <sup>(6,16)</sup>
VAGO <sup>(6,14)</sup>	2.
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(6)</sup>	3.
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(5)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(5)</sup>

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-feiras 14h -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS  
POR PARTE DO IBAMA

**Finalidade:** Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

**(Requerimento 24, de 2025 - CRA)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 11/06/2025

**Prazo final:** 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	3.

**Notas:**

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-feiras 14h -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(6)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,10)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(7,10)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(10)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(10,12)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(2,10,11,15)</sup>	3. VAGO <sup>(2,10)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(9,10)</sup>	4. <sup>(10)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) <sup>(8,10)</sup>	5. VAGO <sup>(8,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(3)</sup>	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) <sup>(3)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(3)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(1)</sup>	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Izalci Lucas (PL-DF) <sup>(1)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(5)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) <sup>(5)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(5)</sup>	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>
	3. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(4)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(4,13)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(4,13)</sup>

**Notas:**

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecção e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).

**Secretário(a):** Leomar Diniz  
**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**E-mail:** cct@senado.leg.br



### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

**Finalidade:** Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

**(Requerimento 10, de 2025 - CCT)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Secretário(a):** Leomar Diniz  
**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**E-mail:** cct@senado.leg.br





12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD  
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldles  
Telefone(s): 3303-3491  
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(7)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(9,11)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(11)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3,11)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(3,11)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8,11)</sup>	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(19)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(10,11,12)</sup>	5. VAGO <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(13,14,15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(16)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(5,17)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5,17)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(5,17)</sup>	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(5)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(5,17)</sup>	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(6)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(6)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(6)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(6)</sup>

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



### 13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

**Finalidade:** acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

**(Requerimento 60, de 2024 - CMA)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



**13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.**

**Finalidade:** estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 13, de 2023 - CMA)**

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS  
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

**Finalidade:** acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

**(Requerimento 61, de 2024 - CMA)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 07/05/2025

**Prazo final:** 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1)</sup>	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(3)</sup>	7.

**Notas:**  
1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).  
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).  
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).  
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(7)</sup>

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,11)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(1,11)</sup>	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,11)</sup>	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3,11)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,11)</sup>	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3,11)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(8,11)</sup>	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(11)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(10,11)</sup>	6. VAGO <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(4,9)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4,9)</sup>	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(2)</sup>	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2,15,16)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(2,18,19)</sup>	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(2)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6)</sup>	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(14)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) <sup>(6,14,17)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(14)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(5)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** (61) 3303-2315

**E-mail:** csp@senado.leg.br





15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD  
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(1)</sup>
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(7)</sup>	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8)</sup>	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) <sup>(8)</sup>
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(4)</sup>	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) <sup>(2)</sup>	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(2)</sup>
Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6)</sup>	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6)</sup>	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(5)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa  
Telefone(s): 6133032230  
E-mail: ccdd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO  
DIGITAL NO BRASIL**

**Finalidade:** Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

**(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)**

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**Secretário(a):** Matheus Soares Torres Costa

**Telefone(s):** 6133032230

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



## 15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

**Finalidade:** viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

**(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Matheus Soares Torres Costa

**Telefone(s):** 6133032230

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp  
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(7)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(11)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB )</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(1,9)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,9)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(8,9,10)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2,13,14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PT, PDT )</b>	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6)</sup>	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(12)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(6)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(5)</sup>	1.

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
  - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
  - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
  - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
  - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
  - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
  - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
  - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
  - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.nº 008/2025-BLDEM).
  - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
  - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº 33/2025-GLPDT).
  - Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
  - Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo De Oliveira Santos  
**Reuniões:** Quartas-feiras 10:30 -  
**Telefone(s):** 3303-2540  
**E-mail:** cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035258  
**E-mail:** naot@senado.leg.br



**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Democracia			
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)		1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)		2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)		3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)		4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)		5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	
Senador Weverton (PDT-MA)		6. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PSB )			
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)		3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)		4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)		5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)	
Bloco Parlamentar Vanguarda			
Senador Magno Malta (PL-ES)		1.	
Senador Jorge Seif (PL-SC)		2.	
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )			
Senador Dr. Hiran (PP-RR)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)		2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)			

Atualização: 21/03/2023

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ**  
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

**1ª Designação:** 03/12/2001  
**2ª Designação:** 26/02/2003  
**3ª Designação:** 03/04/2007  
**4ª Designação:** 12/02/2009  
**5ª Designação:** 11/02/2011  
**6ª Designação:** 11/03/2013  
**7ª Designação:** 26/11/2015

**Atualização:** 08/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPGF  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA**  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

---

**Atualização:** 11/11/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-713

**E-mail:** saop@senado.leg.br





**5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL**  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

**1ª Designação:** 12/09/2012

**2ª Designação:** 11/03/2013

---

**Atualização:** 31/01/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL  
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO**  
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

**1ª Designação:** 20/12/2013

**2ª Designação:** 16/09/2015

**Atualização:** 11/11/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**8) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

**PROCURADOR:** Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

**COORDENADOR:**

**1ª Designação:** 16/11/1995

**2ª Designação:** 30/06/1999

**3ª Designação:** 27/06/2001

**4ª Designação:** 25/09/2003

**5ª Designação:** 26/04/2011

**6ª Designação:** 21/02/2013

**7ª Designação:** 06/05/2015

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

**Atualização:** 03/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**

NAOT

**Telefone(s):** 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL  
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:  
1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



**11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**12) COMENDA REI PELÉ**  
*(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)*

---





**13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES**  
*(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)*

**PRESIDENTE:**

---



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA  
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

---

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES**  
*(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)*

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO  
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

---



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN  
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---





21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL  
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES**  
*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO**  
*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)*

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER**  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA**  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA  
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

**PRESIDENTE:**

---





29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL  
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA  
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO  
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPFG  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**32) COMENDA CECI CUNHA**  
*(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)*

---



**33) COMENDA ZILDA ARNS**  
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

**Número de membros:** 0 titulares

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPFG

**Telefone(s):** 5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

